



ISSN 1806-6399

# Perquirere

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

**VOL. 14, N. 3, SET./DEZ. 2017**



## SUMÁRIO

### Estudos de História, Educação e Literatura

**Correio Olegarense: imprensa, sociabilidades e modernidade em Presidente Olegário/MG (1983-1984).....01**

Gabriel dos Santos Birkhann

Roberto Carlos dos Santos

**Negros do Alto do Querosene: resistência e sociabilidade. Rio Paranaíba-MG.....18**

Marcelo José de Castro

Paulo Sérgio Moreira da Silva

**"O milho que vale um milhão": a Agrocere e as mudanças na produção agrícola (Patos de Minas-MG, 1948/2015).....34**

João Otávio de Oliveira Coêlho

Roberto Carlos dos Santos

**As transformações na cidade de Patos de Minas: uma análise sob a ótica das universidades.....51**

Juliana Fernandes Soares

Renata Aparecida Vaz Rodrigues

**A literatura como narrativa do passado: Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII.....61**

Dayane Cristina de Freitas

Thiago Lemos Silva

**Maura Lopes Caçado: entre memórias e experiências (São Gonçalo do Abaeté/MG – 1929/1950).....79**

Edivaldo Rafael de Souza

Roberto Carlos dos Santos

**Diversidade cultural: a necessidade e a obrigatoriedade de se trabalhar a cultura afro-brasileira no contexto escolar.....98**

Larisse Fátima Lima Ferreira

Maria da Penha Vieira Marçal

### Estudos de Psicologia

**Mapa de rede social de adolescentes que frequentam *Lan House*.....112**

Lorrâne Laisla de Oliveira Souza

Marilene Rivany Nunes

**Estudo de revisão das diretrizes para serviços de acolhimento familiar.....124**

Thâmara dos Reis Borges

Gledson Régis Lobato

**Depressão e bullying em adolescentes escolares: um estudo exploratório.....140**

Leidiane Vieira da Silva

Marilene Rivany Nunes

**Atuação do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF).....151**

Karine Carvalho de Sá

Márcia Regina Amâncio

### **Estudos de Administração e Ciências Contábeis**

**Programa de capacitação em gestão empresarial para empresários não portadores de diploma de nível superior.....164**

Danilo Moreira Soares

Adriene Sttéfane Silva

***Lean manufacturing* como alicerce para a competitividade - estudo de caso.....178**

Fernando Dias da Silva

Kassiana Luiza Pedralli Dallariva

**"Raio X" do estágio supervisionado do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas, nos últimos 10 anos.....187**

Andressa Martins de Lima

Marcílio Geraldo Mendes

### **Estudos jurídicos**

**Terceirização penitenciária como forma de adequação da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana e da função social na ponderação da execução penal brasileira.....204**

Phelipe Júnior Silva Ferreira

Denilson José Martins

**O princípio da presunção de inocência na ótica do habeas corpus 126.292/STF: uma análise do direito comparado.....222**

Helen Correa Solis Neves

Carla Cristina de Sousa

**Alteração da incapacidade civil pela Lei 13.146/2015.....240**

Isabella Silva Oliveira

Samir Vaz Vieira Rocha

**Aplicabilidade da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa como instrumento eficaz ao combate à corrupção.....258**

Antônio Elmar Reis Queiroz

Érico H. Resende Rodovalho

**Estudo de impacto ambiental como limite à discricionariedade administrativa: é possível vincular?.....276**

Patrícia Aparecida de Melo

Raquel Nascimento Cunha

## ***Correio Olegarense*: imprensa, sociabilidades e modernidade em Presidente Olegário/MG (1983-1984)**

*Correio Olegarense: Press, Sociabilities and Modernity  
in Presidente Olegário/MG (1983-1984)*

**Gabriel dos Santos Birkhann**

Graduado em História/Licenciatura (UNIPAM). e-mail: gbirkhannlegal@gmail.com

**Roberto Carlos dos Santos**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: profrcsantos@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O presente estudo possui como objeto de pesquisa o jornal *Correio Olegarense*. Objetivou-se analisar esse periódico de modo a entender como sua história entrelaça-se na luta de Presidente Olegário por uma maior projeção no cenário do Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas Gerais. Analisando os exemplares do *Correio*, em um recorte temporal que compreende os anos de 1983 e 1984, procurou-se compreender como esse órgão da imprensa analisava os acontecimentos que noticiava. Refletindo sobre o entrelaçamento entre o *Correio*, nos números analisados, e a “Festa da Produção”, pode-se entender em qual medida suas intenções eram as mesmas. Ambos intencionavam mostrar o município aos poderes estaduais e divulgar a produção agropecuária local, enfatizando suas possibilidades. Conclui-se, portanto, que ambos eram polos importantes de *sociabilidade* em Presidente Olegário.

**Palavras-chave:** Presidente Olegário. Imprensa. *Correio Olegarense*.

**Abstract:** This research aims at studying the newspaper *Correio Olegarense*. Through it, this research intended to analyze this newspaper in order to understand how its history interweave in the fight of President Olegário for a greater projection in the scenario of Alto Paranaíba, and the Northwest of Minas Gerais. Analyzing the copies of the *Correio* in a period that covers the years 1983 and 1984, this paper tried to understand how this organ of the press analyzes the events that it announced. Reflecting on the intertwining of the *Correio*, in the analyzed numbers, and the “Festa da Produção”, we can understand to what extent their intentions were the same. Both intended to show the municipality to the state powers and publicize local agricultural production, emphasizing their possibilities. We conclude, therefore, that both were important centers of *sociability* in Presidente Olegário.

**Keywords:** Presidente Olegário. Press. *Correio Olegarense*.

---

### **1. Introdução**

O presente artigo pesquisa o jornal *Correio Olegarense*. O escopo deste trabalho é analisar esse periódico de modo a entender como sua história entrelaça-se na luta de

Presidente Olegário por uma maior projeção no cenário do Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas Gerais.

Procura-se, com esta pesquisa entender, a partir dos exemplares do *Correio*, tendo como recorte temporal um período que compreende os anos de 1983 a 1984 da história de Presidente Olegário, o modo como esse órgão da imprensa analisava os acontecimentos que noticiava. Como as mídias impressas são documentos que possuem uma gama de informações, ao final deste artigo, algumas perguntas serão respondidas, tais como: qual a importância do *Correio Olegarense* na cidade de Presidente Olegário? Quais os conteúdos dos discursos que eram ali colocados? Nesse sentido, buscaram-se as relações de poder/discurso nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, tendo por base, claramente, as indicações de Foucault (1999, pp. 8-9) a respeito da produção discursiva.

Entendem-se os discursos, por sua vez, como o conjunto de ideias a respeito de uma determinada realidade, ou seja, podem ser configurados, entendidos como estruturas que, de modo implícito ou explícito, travam uma correlação de forças com o real. Portanto, os discursos, em uma análise histórica, devem ser inseridos em um determinado tempo e espaço que inevitavelmente perpassam e ajudam na construção dos mesmos.

Acredita-se que, com esta pesquisa, novas perspectivas se descortinem sobre a história de Presidente Olegário e que ela possa trazer à tona uma nova compreensão sobre as relações entre imprensa e “imaginário local”, já que o jornal, como documento histórico, é a fonte de que as representações permanecem vivas a partir dos exemplares de um periódico. Além disso, como o município de Presidente Olegário possui poucas pesquisas acadêmicas dedicadas à sua história e não conta com uma política de preservação de arquivos, este trabalho visa recuperar números antigos, dos anos 1980, do jornal *Correio Olegarense*, e problematizá-los, discuti-los, trazendo à luz uma parte da história olegarense, até então guardada em caixas na Biblioteca Pública Municipal Pio XII, sob outro ponto de vista.

Nesse sentido, esta pesquisa é importante, visto que trabalhará com uma parte desconhecida da história da cidade de Presidente Olegário, de seus habitantes, de suas leituras sobre a cidade que eles viam mudar. Portanto, objetiva-se estudar uma parte da história que se encontra nas folhas de um jornal quinzenal. A compreensão da importância histórica do jornal *Correio Olegarense* se faz necessária, pois a partir dela podem ser pensadas políticas públicas de conservação dos arquivos municipais, dado que, a partir desta pesquisa, procurar-se-á mostrar que no fundo dos arquivos podem existir documentos esquecidos no tempo, mas nem por isso menos úteis ao ofício do historiador.

Além disso, esses documentos, se interpretados pela ótica do historiador, podem nos mostrar de que forma o jornal *Correio Olegarense* atuava como um espaço social, ou seja, como uma instância de divulgação das ideias, quiçá, dos discursos, da comunidade local a respeito dos problemas e situações inerentes às suas situações de convívio. Não obstante, poder-se-á entender a relação entre o periódico e a “Festa da Produção”, observando de que forma ambos atuavam como *formas de sociabilidade* em Presidente Olegário. Essas formas podem ser compreendidas como *lôcus* de contato entre os residentes de uma determinada localidade.

Assim, as formas de sociabilidade procuram atuar como forças agregadoras das pessoas em seus cotidianos, incluindo, por sua vez, os discursos dessas pessoas e suas concepções. Com isso, procura-se que aconteça a emergência de práticas homogeneizadoras (formação de uma imagem local) que, nesse caso, devem ser procuradas em espaços/momentos variados, como se verá *a posteriori*.

É essa a perspectiva que norteia esta pesquisa, desde sua concepção como projeto no XVII Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do UNIPAM (2016), sob orientação do Prof. Me. Roberto Carlos dos Santos, que foi quem sugeriu a temática, passando por sua execução e conclusão. Este artigo também foi utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Licenciatura em História pelo UNIPAM (2014-2016).

## 2. Metodologia

Esta pesquisa histórica sobre o jornal quinzenal *Correio Olegarense* tem por aportes teórico-metodológicos diversas obras de referência sobre o tema, as quais já estão referenciadas na bibliografia deste artigo.

Como esta pesquisa tem por base a análise de alguns números do jornal *Correio Olegarense*, para a seleção dos números do jornal utilizados neste trabalho, foram adotados alguns critérios, tais como a relevância para os objetivos da pesquisa e a condição de preservação do exemplar e sua disponibilidade para pesquisa.

Os números selecionados pertencem aos acervos da Biblioteca Pública Municipal Pio XII de Presidente Olegário e ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de História (LEPEH), do Curso de História do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

Considerando que “o diferencial da pesquisa se dá por meio do olhar que o pesquisador estabelece sobre as fontes a partir do referencial adotado para análise” (BRANDÃO, 2007, p. 9), adotou-se, nesta pesquisa, uma perspectiva não anacrônica, sem voluntarismos ou outros erros de enfoque que poderiam vir a comprometer a cientificidade da pesquisa histórica.

Em suma, a metodologia perpassa toda a execução deste trabalho, tanto auxiliando-nos em nossas dúvidas, quanto lembrando-nos de outros questionamentos, como os de Certeau (1982, p. 65): “o que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?”.

## 3. Fontes históricas: uma discussão teórica

O ofício do historiador é construído por meio de uma relação com documentos, sejam eles fotos, jornais, revistas, que mediam o contato do pesquisador com uma determinada realidade histórica. Chamamos esses documentos de “fontes históricas”, que tornam possíveis as análises a respeito de uma determinada conjuntura.

Esses documentos “[...] não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses” (BLOCH, 2001, p. 83). São frutos, portanto, de uma cons-

trução humana, fixada em um determinado tempo e espaço.

As fontes, desse modo, são os vestígios, os indícios deixados pelo homem que permitem a reconstrução da existência humana. Ao historiador, as fontes lançam o enigma esfíngico: “decifra-me ou devoro-te”. Urge decifrá-lo. Nesse sentido, os documentos históricos precisam ser problematizados, trabalhados. Não são fontes “neutras” que independem de reflexão tal como colocavam alguns historiadores da Escola Metódica Francesa e do Historicismo Alemão para os quais os documentos fidedignos eram os da política do Estado, institucionalizada.

O historiador Le Goff (1996, p. 548), no capítulo “Documento/ Monumento”, do livro *História e Memória*, coloca que, “no limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.

O historiador não pode, portanto, ver o documento como “portador da verdade”. Com isso, devemos compreender os documentos em relação ao seu contexto histórico, conforme coloca André Paulo Castanha no artigo “As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação”, ao afirmar a necessidade de “[...] problematizá-las, discuti-las, levando em consideração o contexto em que foram produzidas, para quem se destinam e com quais objetivos foram produzidas” (CASTANHA, 2007, p. 8).

Ou seja, a fonte deve sempre ser entendida como inserida em uma determinada época e espaço, e por isso mesmo limitada, seja em sua morfologia ou em seu conteúdo, à realidade na qual foi produzida.

#### 4. O jornal como fonte histórica: breves concepções teórico-metodológicas

O jornal tem “seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre a história” (AGUIAR; KRENISKI, 2011, p. 1). Nesse sentido, é preciso ter cautela no trato com essa tipologia documental quando formos incorporá-la às nossas pesquisas.

De Luca (2005, p. 123) observa em seu artigo “História dos, nos e por meio dos periódicos”, disponível no livro *Fontes históricas*, a importância do jornal para a compreensão da dinâmica da cidade em relação “[...] aos diferentes estilos e padrões de vida que comportava, a diversidade de expectativas, posturas e nuances dos vários grupos sociais diante da modernidade[...]”.

Nesse sentido, o jornal atua como “um potencializador e guardador de memórias locais ou mesmo nacionais” (BEZERRILL, 2011, p. 3), sendo uma importante fonte, já que, por meio dele, podemos entender algumas questões colocadas em discussão ou silenciadas em uma determinada localidade. Além disso, a imprensa se torna, de modo bastante especial, essencial para a compreensão da imagem que uma cidade tem sobre si mesma e de que modo ela procurava eternizar essa imagem.

Essa eternização acontece a partir da criação de uma “identidade” homogeneizadora que criava na “*urbs* que almeja se ver moderna” uma série de símbolos identificáveis ao observador externo. Esses símbolos são facilmente reconhecíveis pelos seus moradores e são, em sua maioria, identificados com o principal produto ou setor de serviços da cidade, como “a produção agropecuária”.

Mas é preciso cuidado, como indica Rivas (2012, p. 8, tradução nossa), acerca da inexistência de neutralidade no documento:

[...] os textos não são neutros nem ingênuos e tão pouco dão conta de verdades absolutas; no máximo entregam interpretações dos fatos, os quais, por sua vez são tratados e hierarquizados de acordo com concepções e motivos muito particulares e subjetivos.

Conforme lembra De Luca (2005, p. 139), a “imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Ou seja, ela, a partir de uma determinada perspectiva, enaltece e olvida alguns acontecimentos. Desse modo, o historiador não pode ficar apenas com o que está na “superfície”, ele precisa ir às “profundezas do documento”, buscando entender os discursos subentendidos, os que não chegaram até nós. Portanto, o jornal é permeado também por ausências que podem significar tanto quanto as presenças. É preciso questioná-lo sobre seus objetivos, argui-lo sobre seus propósitos.

Rivas (2012, p. 3, tradução nossa) observa que “[...] devemos estar atentos aos deslizos, aos erros que estão contidos nestes textos, às hierarquizações, às classificações [...], no sentido de medir e ponderar adequadamente a informação que se está extraindo”. Ou seja, o historiador necessita ter consciência sobre o fato de que os jornais estão condicionados espacial e temporalmente e deve, por isso, valer-se de uma perspectiva que sempre analise e estude os periódicos criticamente.

## **5. História local: aspectos teóricos**

Refletir sobre a importância da história local na construção da memória é essencial. Define-se como história local a pesquisa feita diretamente em uma região específica, sendo que tem por objetivo estudar especificamente suas relações sociais (BARROS, 2004, p. 152-153). Ao estudar/pesquisar história local, possibilita-se a formação de uma consciência histórica a partir do surgimento de vínculos de “pertencimento” ao que se estuda, seja o objeto uma casa, uma igreja, uma escola ou um jornal.

Nesse sentido, os estudos em história local geram uma conscientização da sociedade civil (NOGUEIRA, 2014) em relação às políticas de preservação de patrimônios históricos, já que a comunidade, ao estabelecer relações de “proximidade” com os patrimônios de sua cidade, sejam eles materiais ou não, começa a perceber a importância de zelar por eles e de ter uma política de preservação patrimonial histórica.

A história local, atua no “resgate da autoestima do povo de sua região, quando, ao desnudar seu passado histórico, dá um novo sentido à questão de pertencimento local” (PEREIRA, 2011, p. 7). Ou seja, colaborando para a construção do sentimento de “pertença” a uma comunidade, a história local ajuda na preservação patrimonial daquela mesma localidade.

## **6. Presidente Olegário: uma história**

A história de Presidente Olegário começa em uma fazenda chamada “Brejo Alegre”, que tinha por proprietários Joaquim Afonso de Sá e sua mulher Inácia Maria Rodrigues (MELLO, 1985, p. 76). Essa fazenda começou a servir de “pouso” para tropei-

ros que iam às minas de Paracatu (MELLO, 1985, p. 76). O casal, “sentindo a importância do local para os viajantes” (MELLO, 1985, p. 79), resolve doar parte da propriedade para a construção de uma capela consagrada à Santa Rita dos Impossíveis, o que acontece em 10 de outubro de 1851.

**IMAGEM 1:** Primitiva Igreja Matriz



**Fonte:** Disponível em: <<http://po.mg.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/historia.jpg>>. Acesso em: 21 maio 2016.

À época, o local que era subordinado à Freguesia de Santana de Alegre (atual João Pinheiro) passa a ser denominado Santa Rita da Boa Sorte por vontade dos doadores, conforme observa Mello (1985, p. 79). Essa denominação permanece até 1867, quando o povoado é elevado à Distrito de Paracatu com topônimo de Santa Rita, a partir da Lei nº 1444 (MELLO, 1985, p. 79).

Em 1880, o Distrito é desmembrado do Termo de Paracatu e, como observa Mello (1985, p. 79), é incorporado ao de Santo de Antônio dos Patos, quando passa a se chamar Santa Rita de Patos. Em 17 de dezembro de 1938, conforme coloca Mello (1985, p. 81), o local tem o nome alterado mais uma vez quando, a partir do Decreto-Lei nº 148, recebeu a toponímia atual (Presidente Olegário), em homenagem ao chefe político da região Olegário Maciel, que faleceu em 1933, sendo o município instalado em 01/01/1939.

Em 1980, o município Presidente Olegário contava com, aproximadamente, 24.515 habitantes no total (IBGE, 1981, p. 91).

## **7. Festa da Produção: o contexto das primeiras edições (1983-1984)**

A Festa da Produção (1983) surge em um contexto histórico no qual o município de Presidente Olegário se encontrava carente de divulgação no cenário regional, e a

festa deveria ser uma “comemoração cívica”, conforme coloca Mello (1985, p. 114), visando mostrar o município aos poderes estaduais e divulgar a produção agropecuária local, enfatizando suas possibilidades:

a Festa veio para despertar Presidente Olegário e para mostrar o que se produz neste Município, a fim de não se confundir com outros da própria região. Na verdade, os produtos [...] de Presidente Olegário estão à frente dos de outros municípios [...] (MELLO, 1985, p. 114).

Entende-se, a partir desse trecho, a necessidade de firmar Presidente Olegário como um “grande celeiro”, divulgando sua produção e não a deixando atrás de outras cidades que porventura, ainda que com menor produtividade, destacassem-se mais.

É reveladora, nesse sentido, a entrevista do prefeito, à época Natal José Fernandes. Nela, o prefeito, coloca que “ninguém tem notícia a respeito de nossa grande potencialidade no setor agropecuário” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 6), fazendo com que até “boa parcela de olegarenses [...] não acredita (*sic*) em Presidente Olegário” (*idem*, p. 7). Ou seja, entre os objetivos da 1ª Festa entende-se a necessidade de fortalecer uma imagem positiva para o olegarense de sua própria cidade.

O historiador Mello (1985, p. 116) observa que a Festa “[...] é, em síntese, o retrato falado da transformação que houve no meio rural de Presidente Olegário, principalmente nas grandes áreas do cerrado”. A primeira Festa, realizada em 1983, foi idealizada por diversas autoridades e pela comunidade olegarense, sobretudo pelo prefeito à época, Natal José Fernandes, e o presidente do Sindicato Rural de então, Lázaro Xavier Marra, conforme destaca Mello (1985, p. 114).

Houve eleição de Rainha da Festa, pelo sistema de voto popular, em escrutínio secreto, e entre as senhoras candidatas Berenice de Almeida, Márcia de Sousa Vale e Nádia Aparecida Tolentino. A vencedora foi a primeira (MELLO, 1985, p. 114). É instigante ver como o *Correio* expõe a 1ª Festa da Produção (1983), ajudando em sua divulgação, que se faria tanto por meio do jornal, quanto pela própria Festa.

O periódico, já em seu primeiro número (datado de 15/07/1983), repercutiu o surgimento da Festa da Produção a partir de um texto, na primeira página, com o título de “1ª Festa da Produção: *A Hora de Mostrar Nosso Valor*” (grifo do autor):

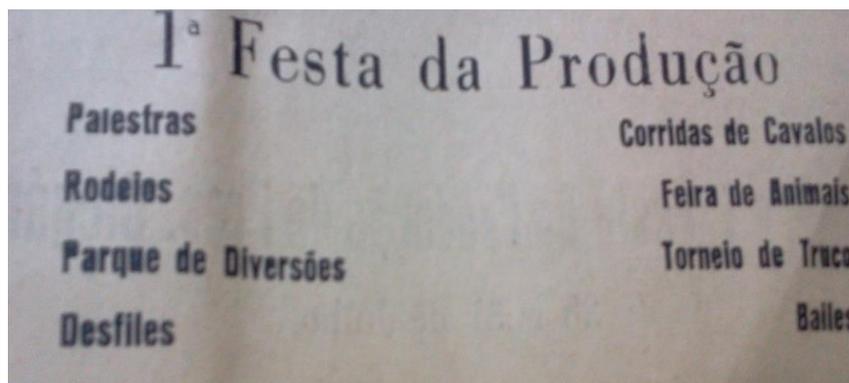
Começará dia 28 e se estenderá até o dia 31 de julho a 1ª FESTA DA PRODUÇÃO em nosso município. Sem dúvida alguma um evento que irá projetar nosso município no cenário agropecuário do Estado de Minas Gerais [...] (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 1).

Mais à frente, no mesmo texto, o jornal destaca a intensa mobilização da comunidade olegarense e a consciência da mesma população para a importância da Festa, visto que ela irá “engrandecer ainda mais essa mostra comparecendo todos os quatro

dias no campo de aviação onde se dará o grande acontecimento” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p.1).

É interessante notar que a Festa da Produção, conforme programa divulgado à página 2 do primeiro número do *Correio*, era composta por atividades variadas, indo desde bandas de música, palestras sobre produtos do dia, a peça teatral para crianças, como se vê no anúncio:

**IMAGEM 2:** CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 2



No ano de 1984, a realização da II Festa da Produção contou com mais entusiasmo, sendo marcada pelo movimento de aquisição de meios objetivando construir o Parque de Exposições, além de ter havido a presença de carros alegóricos que aludiam à história local, conforme destaca Mello (1985, p. 115).

O periódico continua a colocar a Festa em relevo ao longo de suas páginas, seja divulgando a programação da II Festa, como na página 2, ou a relação de candidatas à “Rainha da Festa”, na página 4, do nº 23 (30/07/84), seja chamando a atenção para a importância do evento para a divulgação local: “Vem aí, a nossa Festa Maior [...]. Vamos mostrar o que somos em Produção Agrícola e Pecuária” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 23, 30 jul. 1984, p. 1).

Pode-se observar, nesse sentido, a importância da Festa da Produção para a divulgação do município de Presidente Olegário e ter uma noção do papel do periódico “Correio Olegarense” na divulgação da Festa e, logo, da cidade.

## **8. Um periódico “em defesa da coletividade”: O *Correio Olegarense* (1983-1984)**

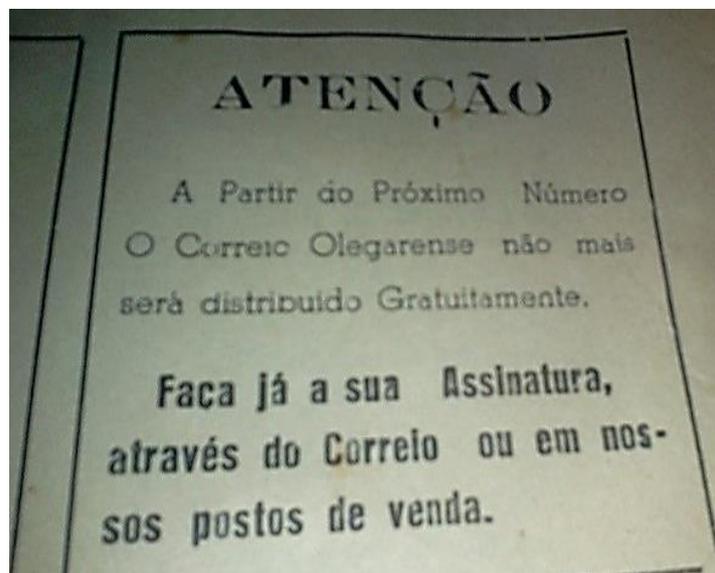
A história da imprensa em Presidente Olegário começa em 1940, com a fundação do quinzenário *Presidente Olegário*, pelo prefeito Sebastião de Brito, tendo por objetivo ser “o órgão oficial dos poderes do Município”. Mas este teve vida curta, sendo extinto em 1944 (MELLO, 1985, p. 111). A cidade fica, então, em um interregno de quase quarenta anos sem um jornal até que, em 1983, surge o quinzenal *Correio Olegarense*, editado pela Sra. Léa Hoffay e impresso em Patos de Minas (*idem*), conforme mostra o Expediente do jornal:

IMAGEM 3: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 05, 15 set. 1983, p. 2



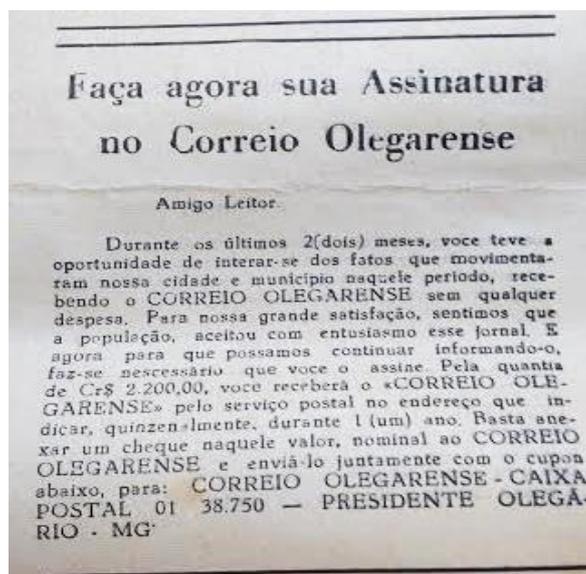
O jornal, em seus primeiros números, era distribuído gratuitamente em algumas localidades como Presidente Olegário, Lagoa Grande, Galena e Lagamar (conforme consta no primeiro número do jornal, p. 8). A partir do seu sexto número, o *Correio* deixaria de ser distribuído gratuitamente, devendo o leitor fazer a sua assinatura, conforme colocado em aviso:

IMAGEM 4: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 05, 15 set. 1983, p. 1



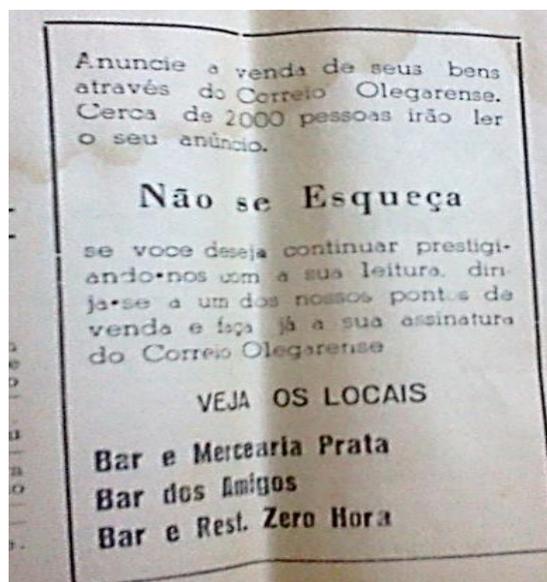
No próprio quinto número do periódico tem-se as instruções de como proceder para se tornar assinante, com a relação do valor a ser dispendido (Cr\$ 2.200,00), da periodicidade (quinzenal) e da duração da assinatura (um ano), conforme anúncio a seguir.

IMAGEM 5: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 05, 15 set. 1983, p. 2



É interessante notar como o próprio jornal começa a tratar a questão da publicidade, chamando a atenção dos leitores (que porventura queiram ter seus reclames publicados) para a quantidade de pessoas que o jornal atinge, além de reafirmar a necessidade de que o leitor faça uma assinatura para o que o jornal se mantenha.

IMAGEM 6: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 05, 15 set. 1983, p. 3



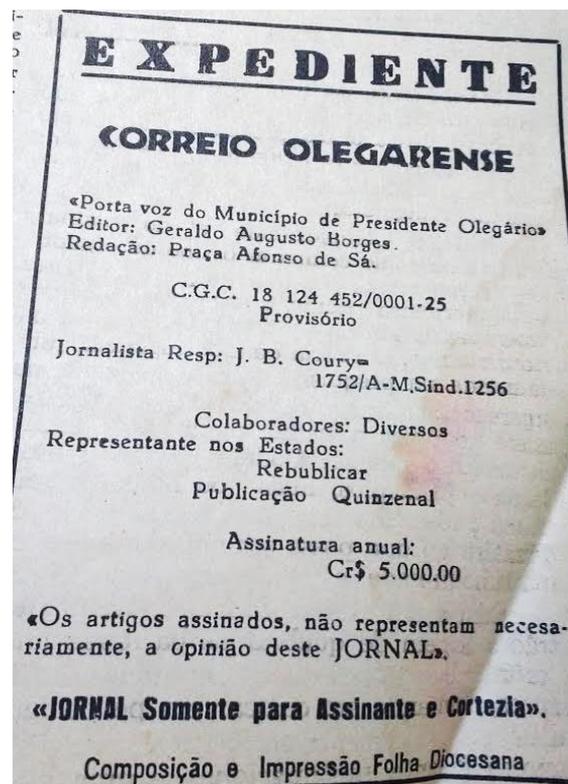
Em um curto espaço de tempo, o jornal *Correio Olegarense* já atingia uma quantidade considerável de pessoas, tendo em vista sua tiragem já no quinto número (800 exemplares). Conforme visto anteriormente, essa era uma possibilidade comercial, já

que o periódico poderia atuar divulgando, além de críticas, informes comerciais, tendo, assim, possibilidades de se manter em funcionamento com alguma independência em relação ao poder político local.

O jornal possuía uma tiragem de aproximadamente 800 exemplares até a sua 21ª edição, em 30 de maio de 1984, quando passou para cerca de 1000 exemplares, sendo impressos e distribuídos aos assinantes. Já em seu número 20 (p. 1), de 15 de maio de 1984, o *Correio* anunciava que estava “circulando sob nova direção”, visto que “os fundadores do jornal transferiram residência de Presidente Olegário e se viram na contingência de fechar o jornal” (MELLO, 1985, p. 111).

Foi então que o prefeito da época, Natal José Fernandes, percebendo a importância e a utilidade do jornal, arcou com as consequências, fazendo do jornal, por ocasião da II Festa da Produção, o órgão porta-voz do Município (em seu número 21), com periodicidade mensal (MELLO, 1985, p. 111), já com novo Expediente:

IMAGEM 7: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 21, 30 maio 1984, p. 3



Pela análise das fontes, não se conseguiram mais informações quanto ao fim do jornal *Correio Olegarense*, mas no recorte temporal estabelecido para esta pesquisa (1983-1984), algumas questões já podem ser levantadas e, ainda sem conclusão, considerações (que serão mais bem desenvolvidas no curso deste artigo) começam a ser esboçadas, sempre tendo em vista a problematização desse periódico olegarense que, segundo sua própria definição, “veio para ficar, lutar e servir”:

IMAGEM 8: CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano 1, nº 20, 15 maio 1984, p. 2



### 9. Problematicando o *Correio*: intenções, discursos e atuações

Pelo exposto anteriormente, já é possível perceber a nítida intenção do jornal em configurar-se como órgão atuante em defesa de uma “coletividade”, nesse caso, a olegarense, mais especificamente uma “coletividade rural” (como se verá à frente), atacando quaisquer coisas que porventura viessem a ir de encontro *ao progresso e à paz local*, em Presidente Olegário.

Isso não é fortuito. A “pequena obra para o benefício de toda a coletividade olegarense” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 1), como se via no jornal, tinha o claro papel de divulgar o município (suas festas, etc.), aumentando sua participação no cenário regional do Noroeste de Minas e do Alto Paranaíba, ajudando Presidente Olegário a “despertar de um longo sono” (*idem*, p. 1).

E essa divulgação, percebe-se, tem uma intenção: contribuía para a formação de certa “imagem local”, que parte justamente da produção agropecuária (a qual simbolizaria o próprio município), identificada provavelmente com a “modernidade” que traz o progresso (máquinas etc.) e, ambigualmente, com a “tradição” do homem do campo.

A importância atribuída à produção agropecuária se deve ao fato de que, como setor de serviços mais importante da cidade, a agropecuária de certa forma, e sob o ponto de vista do jornal, “sintetizaria” Presidente Olegário, sendo o interesse do município inseparável do interesse do “homem rural” e de toda uma “coletividade” à sua volta. Isso fica mais claro no primeiro número do jornal que, em 15 de julho de 1983, expunha suas diretrizes em Editorial:

[...] atingir nosso meio rural será um dos principais objetivos do CORREIO OLEGARENSE. [...] Defenderemos os interesses da coletividade e atacaremos sugestões e princípios que possam vir a afetar nosso progresso e nossa paz [...] (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 1).

Ou seja, percebe-se nitidamente a estreita conexão entre o *Correio* e a divulgação do município, por meio de seus números, tornando-se clara a importância do jornal

para a compreensão do contexto no qual surge a “1ª Festa da Produção” (1983).

Esse período, marcado pela intensa mobilização do Poder Municipal olegarense em fazer a divulgação da cidade, contava com uma série de discursos acerca da importância da agropecuária, do homem rural, da divulgação da cidade, conforme destacamos ao longo das últimas páginas, visando sempre projetar “[...] nosso município no cenário agropecuário do Estado de Minas Gerais [...]” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983, p. 1).

Entendendo-se a Festa como um “espaço de sociabilidades”, já que como fenômeno social ela “rompe com a rotina, conecta-se ao cotidiano pregresso e posterior a ele quando se espraia por diversos meios através dos períodos não festivos” (LEONEL, 2010, p. 4), é possível visualizar a sua importância como “agente divulgadora” das ideias (e o *Correio* também atua como divulgador dessas ideias) acerca da agropecuária olegarense como um “denominador comum” local.

A Festa da Produção, divulgada pelo *Correio Olegarense* em seus primeiros números, pode, então, ser entendida de fato como “um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva” (*idem*, p. 5), constituindo-se em um “campo fecundo para se pensar a sociedade nas suas continuidades, como, também, em seus movimentos de transição, de vaivém, marcados por rupturas” (*idem*, p. 7). Posto isso, é possível agora discutir duas críticas veiculadas pelo periódico, visto que o jornalismo regional, fomentando as pessoas a se “socializarem”, coloca-as a formarem e discutirem opiniões, conforme notam Assis e Rangel (2006, p. 11).

Em seu quinto número, em matéria de capa, o jornal publica texto (cuja autoria provavelmente seja da editora do jornal) intitulado “Cadeia de Pres. Olegário: Desumana e Cruel”, no qual denuncia as precárias condições do prédio:

Funcionando num prédio que não oferece o mínimo em segurança, higiene (*sic*), e limpeza, tanto para os detentos quanto para o próprio policiamento, a cadeia de Presidente Olegário talvez se encontra hoje entre as piores do Estado e porque não dizer do Brasil” (CORREIO OLEGARENSE. Presidente Olegário: ano I, nº 5, 15 set. 1983, p. 1).

Tendo sido autorizado pelo próprio juiz da Comarca, Sr. Carlos Borges, a ir *in loco* constatar os fatos, o *Correio* pôde enumerar, então, diversas situações degradantes, tais como instalações elétricas a descoberto, com risco constante de curtos-circuitos e incêndios; o teto que, de madeira pobre, pode servir de esconderijo aos aracnídeos e barbeiros, sendo um convite à fuga; a falta de muros no prédio etc. (*idem*).

O jornal termina a matéria colocando que, mesmo sendo o prédio destinado a pessoas marginalizadas, isso não significa que dispensa ser visto com bons olhos pelas autoridades, visto que quem lá cumpre pena ou espera julgamento são seres humanos e como tal devem ser tratados (*idem*).

No número dezesseis, na página quatro, de 29 de fevereiro de 1984, é publicada a entrevista com o novo delegado de Polícia da Comarca, o Sr. José Paulino da Silva Filho, que, em resposta à indagação do jornal quanto à situação precária da cadeia e uma possível interdição da mesma, afirmou que esse assunto era da competência do

Poder Judiciário. Uma resposta lacônica.

Mas a entrevista do delegado é interessante, pois a partir dela podem-se vislumbrar questões que até hoje são discutidas em Presidente Olegário, como a condução de veículos por menores de idade e os jogos de baralho em bares da cidade que, segundo o delegado, se não concorressem para o aprimoramento físico e mental dos participantes, deveriam ser repudiados pela própria comunidade.

Questão atual na cidade hoje que era posta em discussão nos anos 1980 era a do transporte universitário. Na primeira página do nº 19, em abril de 1984, do jornal, era publicada matéria intitulada “*Universitários clamam por transporte gratuito*” (grifo do autor), na qual o jornal chamava a atenção para os cerca de trinta “heróis anônimos” que solicitavam que a Prefeitura arcasse com as despesas de transporte até a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, afirmando que, do contrário, mais da metade dos estudantes abandonariam seus cursos até o final do ano, desistindo do sonho de um diploma de nível superior.

Assim, o jornal *Correio Olegarense* visivelmente atuava em dois níveis: o primeiro, *divulgando valores*, defendendo ideias que julgava inerentes à comunidade olegarense, propondo a difusão da imagem de Presidente Olegário como “grande produtora agropecuária” e, conforme apontam as evidências das fontes pesquisadas, repercutindo, de certa forma, as intenções de divulgação local que engendraram a “Festa da Produção”. O segundo, *publicando críticas*, conforme exposto anteriormente, expondo problemas e gerando discussões, sendo assim, um “espaço social” com o qual a cidade se comunicava.

## **10. Considerações finais**

Buscou-se, com esta pesquisa, entender a importância histórica do jornal *Correio Olegarense* para a cidade de Presidente Olegário (MG), em um recorte temporal que vai dos anos 1983-1984. Além disso, a partir dos números do jornal, procurou-se compreender de que forma o periódico atuava visando lutar por uma maior projeção de Presidente Olegário no cenário do Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas Gerais.

Em face disso, pôde-se analisar o entrelaçamento do *Correio*, nos números analisados, e da “Festa da Produção”, refletindo em qual medida suas intenções eram as mesmas e de que modo ambos se complementavam. Percebeu-se, então, que ambos vieram à tona no mesmo ano (1983) e, em seus bojos, os dois intencionavam mostrar o município aos poderes estaduais e divulgar a produção agropecuária local, enfatizando suas possibilidades.

Complementavam-se quando o *Correio*, ao divulgar a primeira edição da Festa, repercutia de certa forma, as intenções/discursos que geraram o evento, ao colocar que projetar o município no cenário agropecuário do Estado de Minas Gerais era o principal objetivo da mesma. Em certo sentido, o *Correio* e a “Festa” configuravam-se como *espaços de sociabilidades*, já que eram locais nos quais os *discursos* acerca da importância da agropecuária para Presidente Olegário eram difundidos pela sociedade olegarense. Esses discursos eram, em sua maioria, voltados para o “homem rural”, que encarnaria os valores da comunidade olegarense, visto que a cidade era vista sob a perspectiva do

“campo”, sendo aquela, pelo tom dos discursos da época, quase um sinônimo deste.

Mormente, constatou-se que o jornal atuava em dois níveis: o primeiro, divulgando valores, defendendo ideias que julgava inerentes à comunidade olegarense; o segundo, publicando críticas, expondo problemas. Nesse segundo nível, o *Correio* combatia situações que, além de negativas em si, como a péssima condição da Cadeia Pública, acabavam por prejudicar a imagem da cidade, que poderia passar a ser vista como “atrasada”, “desumana e cruel”, tal como a própria Cadeia, ao invés de “lugar de modernidade”, progresso.

Ao longo da investigação, portanto, o valor do jornal *Correio Olegarense* para a cidade de Presidente Olegário foi ficando cada vez mais nítido, posto que, em seus números, os discursos acerca da importância da agropecuária, da divulgação do município, eram divulgados. Percebeu-se, com isso, o papel do periódico e seu entrelaçamento de objetivos com a “Festa da Produção”, que surge no mesmo ano que o “Correio” (1983).

À guisa de conclusão, compreende-se que ambos, portanto, configuravam-se como *polos* importantes de *sociabilidade* em Presidente Olegário, unidos em prol da divulgação local e contrários aos que viessem perturbar o progresso e a paz municipal.

## Referências

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto; KRENISKI, Gislania Carla P. *O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991)*. Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138\\_ARQUIVO\\_artigovagabundos-1.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ASSIS, Cláudia Maria Arantes; RANGEL, Priscila de Paula Rangel. *A importância do jornalismo regional: tendo como objeto de estudo o jornal Correio Centro-Oeste*. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/91391298153290866477181920760210662912.pdf>>. Acesso em: 27 jun.2016.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRILL, Simone da Silva. *Imprensa e política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão*. Disponível em:

<<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>>. Acesso em: 18 jan.2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. *Pesquisa de fontes primárias: algumas reflexões*. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/PESQUISA%20DE%20FONTES%20PRIM%C1RIAS%20ALGUMAS%20REFLEX%D5ES.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/PESQUISA%20DE%20FONTES%20PRIM%C1RIAS%20ALGUMAS%20REFLEX%D5ES.pdf). Acesso em: 18 jan. 2016.

CASTANHA, André Paulo. *As fontes e a problemática da pesquisa em história da educação*.

Disponível em:

<[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/AS%20FONTES%20E%20A%20PROBLEMA%20TICA%20DA%20PESQUISA%20EM%20HIST%D3RIA%20DA%20EDUCA%C7%C3O.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/AS%20FONTES%20E%20A%20PROBLEMA%20TICA%20DA%20PESQUISA%20EM%20HIST%D3RIA%20DA%20EDUCA%C7%C3O.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição, 1982.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos, in: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd\\_1980\\_v1\\_t1\\_n15\\_mg.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n15_mg.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, in: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 541 p.

LEONEL, Guilherme Guimarães. *Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos*. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/P.2237-8871.2010v11n15p35/2412>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MELLO, Antônio Oliveira. *Presidente Olegário: terra da esperança*. Presidente Olegário: Edição da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, 1985.

NOGUEIRA, Natania. *Construindo um sentimento de pertencimento*. Disponível em: <<http://historiahoje.com/construindo-um-sentimento-de-pertencimento/>>. Acesso em: 22 jun.2016.

PEREIRA, Aldiceia Machado. *A importância da história local para o ensino de história: um olhar para o município de Duque de Caxias*. Disponível em:

<<https://pinba.files.wordpress.com/2011/12/a-importancia-da-historia-local-para-o-ensino-de-historia-um-olhar-para-o-municipio-de-duque-de-caxias.pdf>>.

Acesso em: 22 jun.2016.

RIVAS, Fernando. *La prensa escrita como documento histórico: cuidado, prevenciones y*

consideraciones. Disponível em: <[http://www.observatoriodecomunicacion.cl/sitio/wp-content/uploads/2012/08/La-prensa-escrita-como-documento-hist%C3%B3rico\\_-cuidado-prevenciones-y-consideraciones1.pdf](http://www.observatoriodecomunicacion.cl/sitio/wp-content/uploads/2012/08/La-prensa-escrita-como-documento-hist%C3%B3rico_-cuidado-prevenciones-y-consideraciones1.pdf)>. Acesso em: 10 set.2016.

### **Números do jornal**

- CORREIO OLEGARENSE*. Presidente Olegário: ano I, nº 1, 15 jul. 1983.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 5, 15 set. 1983.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 9, 15 nov. 1983.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 10, 30 nov. 1983.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 11, 15 dez. 1983.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº -, 28 dez. 1983. (Edição extra).  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 15, 15 fev. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 16, 29 fev. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 18, 17 mar. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 19, - abril. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 20, 15 mai. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 21, 30 mai. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 22, 15 jun. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano I, nº 23, 30 jun. 1984.  
\_\_\_\_\_. Presidente Olegário: ano 1, nº 24, 29 jul. 1984.

## Negros do Alto do Querosene: resistência e sociabilidade – Rio Paranaíba-MG

*Blacks from Alto do Querosene: resistance and sociability – Rio Paranaíba-MG*

**Marcelo José de Castro**

Graduando do curso de História (UNIPAM). e-mail: marcelocastrorpa@hotmail.com

**Paulo Sérgio Moreira da Silva**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: paulo@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Este trabalho surge como proposta de análise da comunidade Alto do Querosene, na cidade de Rio Paranaíba-MG. Busca-se mostrar a cultura local como forma de resistência do negro na cidade do interior de Minas Gerais, no Alto Paranaíba. Ante o debate levantado neste trabalho, ou seja, a resistência e a sociabilidade entre os descendentes de escravos do local, o artigo também percorre o campo historiográfico que passa por mudanças dentro do pensamento e da discussão sobre o negro durante a história do Brasil. A análise do trabalho ressalta o preconceito, a marginalização e a luta do negro em Rio Paranaíba-MG no final do século XIX e início do século XX. Essa marginalização é notada na comunidade do Alto do Querosene, ou simplesmente QZ. O resgate de sua memória se faz importante para compreender as diversas formas de resistência do negro, sujeito ativo da história.

**Palavras-chave:** Comunidades negras. Rio Paranaíba. Resistência negra.

**Abstract:** This work aims by analyzing the Alto do Querosene community, in the city of Rio Paranaíba-MG. The proposal is to show the local culture as a form of resistance of the blacks in the interior city of Minas Gerais, in Alto Paranaíba. Before the debate raised in this work, that is, the resistance and sociability among the slaves' descendants of the place, this article also traverses the field of historiography that undergoes changes within the thinking and discussion about the blacks during the history of Brazil. The analysis of the work highlights the prejudice, marginalization and struggle of the black in Rio Paranaíba-MG in the late nineteenth and early twentieth century. This marginalization is noted in the community of Alto do Querosene, or simply QZ. The rescue of his memory becomes important to understand the various forms of resistance of the black, active subject of history.

**Keywords:** Black Communities. Rio Paranaíba. Black Resistance.

---

### 1. Introdução

No final do século XIX, a palavra liberdade ganhou força no país. As ideias abolicionistas, a partir da independência dos Estados Unidos, geraram diálogos a respeito da alforria de negros em todo o Brasil. E como nos grandes centros urbanos do país, o interior também obteve seus pontos de debate, sobre o livramento não só do negro cativo, mas também do liberto.

Pensar e discutir a soltura do negro somente como cativo da escravidão seria um ponto em meio a muitos outros a serem discutidos. Será que o negro alforriado, em fins do século XIX, quando a escravidão já estava por um fio, até nos dias de hoje, conseguiu a verdadeira liberdade?

Sabemos que os negros, após a conquista de sua liberdade, fosse ela por alforria comprada, ganhada ou, por mais cômica que fosse, pela Lei do Ventre Livre (que libertava os nascidos até a data da lei), ou a do Sexagenário (que dava liberdade aos negros com mais de sessenta anos), entre outras possibilidades, como a fuga para quilombos, construíram suas alternativas de se libertar do cativo e ainda viriam outras lutas como a busca pela conquista de seu espaço dentro da sociedade.

A busca e a luta do negro por espaço e reconhecimento de sua liberdade tiveram vários resultados, desde organizações religiosas como festas e irmandades, até criação de comunidades próximas a vilas e cidades elitizadas da época. Hoje, muitas dessas vilas se encontram ligadas aos centros das cidades, onde começaram, como é o caso do Alto Querosene<sup>1</sup>, em Rio Paranaíba<sup>2</sup>. A chamada Rua dos Pretos<sup>3</sup>, apelidada assim por estar situada em meio a uma comunidade negra, chama a atenção pela sua rica cultura afro, ainda preservada pelas famílias que moram ali, ressaltando a memória e a resistência de sujeitos ativos na luta pela igualdade.

O QZ<sup>4</sup>, como é chamado hoje, traz à tona uma forma de resistência negra em meio a uma cidade elitizada. A memória existente ali, para negros que provavelmente em fins do século XIX começaram a se organizar em busca do reconhecimento de sua liberdade, traz marcos culturais que são preservados em histórias contadas em rodas de esquina pelos próprios moradores e em festas como a do Rosário e a do São Benedito, organizadas por eles.

Estes, após serem alforriados, basicamente eram banidos da sociedade branca da então Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande, vila que se tornaria Rio Paranaíba. As duas comunidades, que um dia foram separadas por uma porteira e uma cerca com fios de arame farpado, chamada de “a porteira do patrimônio”, dividindo a vila branca, elitizada, da pequena comunidade negra, hoje se fazem uma só em espaço físico e mostram a resistência do negro em Rio Paranaíba. Acrísio Rocha, em seu livro de poemas, descreve como era a porteira:

A cidade era cercada  
Com fios de arame farpado,

---

<sup>1</sup> Comunidade negra situada no centro da cidade de Rio Paranaíba, no bairro São Francisco. Nome dado pelo uso do querosene pelos negros para ascender seus lampiões.

<sup>2</sup> Cidade situada no Alto Paranaíba, interior de Minas Gerais. Sua socialização e organização foram iniciadas como comunidade por tropeiros que chegaram até a região almejando o garimpo e melhores condições de vida no rio Abaeté. Estes se acomodaram no distrito de Abaeté dos Mendes, antes chamado de Pouso Alegre, em 1757 provavelmente. Em 1763, já seria construída a primeira igreja da região no local onde, posteriormente, se organizaria a Freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, em 1845.

<sup>3</sup> Rua Dona Maria Terta, principal rua do Alto Querosene.

<sup>4</sup> Abreviação dada pelos próprios negros à palavra que dá o nome a sua comunidade: Querosene.

Era pra proteger as ruas  
Do movimento do gado.

Tinha a porteira do patrimônio  
Que sempre estava fechada,  
Era o único acesso que tinha  
Para chegar e para sair (ROCHA, 2010, p. 13).

Nos anos finais da escravidão (1876 a 1888), a pacata Vila de São Francisco, no interior de Minas Gerais, ainda não respirava o ar abolicionista dos grandes centros urbanos do resto do país. Podemos notar isso pelo livro de registros civil do cartório, datado de 1876, da então vila de São Francisco. Nesse livro, eram registradas as cartas de compra e venda e de alforria dos escravos da vila. Para cada dez cartas de compra e venda, temos uma carta de alforria registrada no livro. Observamos então a diferença e a provável falta de importância dada pelos senhores de escravos da vila para com a liberdade de seus negros cativos.

Dessa forma, este trabalho buscará analisar a escravidão, as formas de resistência e a organização social dos negros na cidade de Rio Paranaíba. Buscar-se-á estudar os espaços de memória, bem como as práticas sociais de sociabilidade compartilhadas entre os mesmos.

## **2. Comércio de escravos em São Francisco das Chagas do Campo Grande (1876- 1881)**

Rio Paranaíba tem suas origens ainda no século XVIII. Sabe-se que a cidade se formou após a chegada de tropeiros e garimpeiros que vieram para a região, uns para fugir dos impostos cobrados pela coroa sobre o garimpo, outros para tentar uma vida nova nos sertões das gerais. Sabe-se que o garimpo não obteve resultados positivos por aqui; sendo assim, a produção agrícola – milho, feijão e café, no final do século XIX – e a pecuária foram tomando posição no movimento econômico da sociedade.

Segundo José Resende Vargas (Varguinhas), memorialista rio-paranaibano, como perto de São Francisco das Chagas do Campo Grande<sup>5</sup> passava uma picada rumo a Goiás, a vila passou a ser um entreposto de reabastecimento para viagem. Desse modo, com a posição estratégica da pequena vila para aqueles que trilhavam rumo a Goiás e Paracatu, São Francisco das Chagas do Campo Grande desenvolveu uma economia forte, pautada na produção de gêneros alimentícios para o abastecimento desses viajantes e também para os arraiais vizinhos que ao longo do tempo foram se formando (VARGAS, 1995).

Não existem indícios de que as primeiras famílias a habitarem a região tenham trazido com elas escravos. Porém, a presença do negro se confirma a partir de documentos existentes no cartório de registro civil da cidade. As cartas de alforria e de compra e venda de escravos, datadas de 1876 até 1881, nos provam que os negros, escravizados, tiveram seu espaço na sociedade da antiga Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande. Além das cartas, existem monumentos que remetem ao traba-

---

<sup>5</sup> Antigo nome da cidade de Rio Paranaíba.

lho escravo, como muros de pedra em volta da cidade, o muro do cemitério e até a escadaria da Igrejinha do Rosário<sup>6</sup> que, ainda conservados, trazem marcas da presença e do trabalho do negro escravizado na cidade.

O negro escravizado, possivelmente, teria chegado por essa região no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XVIII. Não existem documentos comprobatórios sobre a data certa, mas os indícios de suas marcas deixadas pela cidade, que ainda hoje estão preservados, dão margem para construir hipóteses a respeito da data de sua chegada.

A construção da Igrejinha do Rosário, a única construção e monumento histórico preservado da época, é datada de 1763, e suas escadarias talhadas em pedra nos mostram a marca do trabalho escravo. Devemos levar em consideração que o branco, no século XVIII, via o trabalho braçal como uma afronta a sua dignidade, e não seriam eles, os brancos fazendeiros, que iriam talhar as pedras. Cabe-nos aqui fazer uma análise das representações históricas presentes nos monumentos que retratam o período.

As cartas de compra e venda de escravos trazem uma série de informações a respeito do movimento dos negros escravizados, vistos como mercadoria pelos seus donos. Eram vendidos de acordo com sua estrutura. Algumas pessoas compravam escravos para deixar como presentes para os filhos ou porque os filhos eram menores de idade e não lhes era cabível fazer negócios. Assim é relatado em uma carta do ano de 1877, em que Emília Cândida de Jesus comprou uma escrava de nome Rosa por 700 mil contos de réis. A compradora fez a compra da escrava em nome de suas filhas que eram menores.

O mercado circulava dentro da própria freguesia, como foi a venda da escrava Rosa. Alferes Camillo Luís da Silva e Emília Cândida de Jesus, ambos moradores da freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, firmaram o acordo de compra e venda da escrava. Essas cartas relatam algumas particularidades da escrava, como sua idade, sua naturalidade e seu número de matrícula. Rosa, a escrava, teria vinte e nove anos de idade, natural da própria freguesia, e foi matriculada na coletoria de Araxá em 11 de junho de 1872.

Além do mercado interno de escravos, havia também o comércio com moradores de outras regiões. O mercado também circulava com pessoas de fora da freguesia, como consta da carta de compra e venda da escrava Sabina, negócio realizado entre o Tenente Herculino José da Rocha, parte vendida, e Baeta Neves e seu irmão, parte compradora. Herculino José, como consta do documento, era morador da freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande, já Baeta Neves e seu irmão (cujo nome não é citado) eram residentes em Bonfim. Sabina era de cor preta, de treze anos de idade, solteira e filha de Anna. Tinha por matrícula o número 3259, na coletoria de Araxá, no dia 12 de setembro de 1872.<sup>7</sup>

Além das informações da escrava, também deveriam ser passados em cartórios os documentos referentes aos impostos (quinto) pagos ao coletor.

---

<sup>6</sup> Essa é a primeira igreja e símbolo católico da região. Sua primeira consagração é dada a São Francisco das Chagas. Após a construção da nova Igreja, em 1844, a antiga igreja é consagrada a Nossa Senhora do Rosário, devido à grande quantidade de negros existentes na vila.

<sup>7</sup> Informações tiradas do livro de registro civil dos anos de 1876 a 1881, de Rio Paranaíba.

[...] No. 9. Renda Provincial de Minas Gerais-1878 a 1879. A folhas do Caderno de receita fica debitado ao Colletor Francisco H. Da Silva, a importância de trinta e sete mil e quinhentos réis Rs. 37\$500, recebidas de Baeta Neves e irmão, pelo imposto de 5º (quinto) de N. D. Direitos, pela compra da escrava Sabina a Herculino José da Rocha, com o preço de 650\$000, Colletoria Municipal [...] 22 de Setembro de 1878. [...] <sup>8</sup> (VARGAS, 1995, pp. 126-127)

O comércio de escravos nessa freguesia era frequente. A mesma escrava que fora vendida pelo Tenente Herculino José da Rocha, no ano de 1878, fora comprada por ele cerca de um ano antes. Sabina havia sido comprada junto com sua mãe, em 1877, pelo mesmo tenente que a vendeu tempos depois. Antes, Sabina e sua mãe Anna teriam pertencido a João Evangelista dos Reis. Sabina, aos treze anos de idade, portanto, era vendida para outra região e separada de sua mãe. A quantidade de escravas mulheres que foram vendidas entre os anos de 1877 e 1878 nos chama a atenção. Entre as nove cartas de compra e venda analisadas, seis delas representavam e selavam a venda de escravas. Apenas três escravos homens foram negociados.

A presença do negro em Rio Paranaíba se justifica por seu trabalho braçal e também por este ser peça para comércio entre os anos do regime escravista. O comércio de escravos representa parte do movimento econômico da sociedade da vila nessa época. Como a economia da época era voltada basicamente para o campo, o trabalho escravo e a presença desses negros se deram, em grande quantidade, na área rural.

Devemos tomar o cuidado, ao analisar o negro, não só em São Francisco das Chagas do Campo Grande, mas também em todo o Brasil colonial e imperial. A historiografia já nos alerta sobre a presença do negro no Brasil. Ao longo dos anos, o negro foi visto como mera mercadoria e força de trabalho, sem pensamento próprio, como “coisa”, para usar o termo utilizado pela escola sociológica da USP nos anos 60 do século passado, tendo entre seus protagonistas Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, entre outros. Para esses, os escravos eram apenas “coisas”, objetos de mercado por parte de seus senhores. Não levavam em conta a sua estrutura enquanto ser ativo na história. Porém, a historiografia moderna nos mostra que o escravo não era somente uma “coisa”, peça de comércio, ou outras denominações que se dão ao negro escravizado (PERUSSATO, 2007).

A partir de 1980, ocorreu uma evolução nos estudos acerca do negro durante o regime escravocrata, sobretudo com os professores ligados à Unicamp, Sidney Chalhoub, Robert Slenes, Silvia Hunold Lara e outros autores. Esses historiadores passaram a analisar as experiências do negro e suas ações dentro da sociedade escravista. Notou-se, então, que o negro não era apenas uma coisa ou um sujeito sem ação, pautado nas ordens dos brancos e entregue às mãos de uma sociedade discriminadora.

Dentro dessa nova historiografia sobre a escravidão no Brasil, Chalhoub escreve *Visões da liberdade*, uma análise sobre registros jurídicos de escravos do século XIX no Rio de Janeiro que demonstram a percepção de consciência política do escravo como sujeito de uma sociedade escravocrata (CHALHOUB, 2011). Assim como Sidney Chalhoub, outros autores buscaram referência na nova historiografia marxista ou na escola

---

<sup>8</sup> Tradução retirada de Vargas, 1995, pp. 126-127.

social inglesa. E. P. Thompson seria o principal mentor dessa renovação na historiografia.

Silvia Hunold Lara, em seu artigo “Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, explica como podemos utilizar o autor inglês para compreender a sociedade escravista no Brasil. A autora resgata pesquisadores da historiografia escravocrata, costurando, dessa forma, as ideias centrais quanto à escravidão no Brasil às ideias do historiador inglês. Lara, porém, faz um alerta de que “é preciso observar, entretanto, que a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não prática” (LARA, 1995, p. 49).

Thompson ao escrever *Senhores e caçadores*, nos traz o conceito de experiência nos indivíduos reprimidos pela sociedade burguesa. O negro em sua trajetória mostrou sua experiência, explicada por Thompson, ao se organizar contra o sistema e a sociedade escravocrata da época, organização essa dada em formas de quilombos, comunidades afastadas, festas religiosas, irmandades, entre outros modos de resistência.

A ideia de experiência coloca o negro como dono de sua cultura, embora ele, muitas vezes, não fosse dono do espaço onde vivia, produzia, desenvolvia e consumia suas tradições culturais. Ele manejava o seu caminho em busca de espaço, conforme as possibilidades que eram a eles ofertadas. Eram eles atores e produtores de sua rotina, nem sempre fadados a ordens, mesmo após sua liberdade.

Nesse sentido, a negociação entre senhores e escravos era frequente. E mesmo após a abolição, o contato entre brancos e negros continuaria, agora não mais em um regime escravocrata, mas como forma de subsistência para os negros forros. Vários negros, ao serem libertos e não encontrarem espaço em meio à sociedade, continuariam a trabalhar nas fazendas de seus antigos senhores, sendo, assim, um regime “semiescravo”.

Em São Francisco das Chagas do Campo Grande, não foi diferente. Muitos continuaram trabalhando para fazendeiros em troca de moradia e comida. Sua relação com os brancos nesse momento era de parceria, o branco fazendeiro sedia uma parte de suas terras onde o negro poderia morar e cultivar. Parte de sua produção era dada aos donos do terreno, o resto ficava com o negro trabalhador. Essa era sua forma de subsistência.

A marginalização dos negros foi um processo do pós-abolição; enquanto escravos, os negros tinham seu espaço na sociedade. Após o 13 de maio de 1888, o negro perdeu seu lugar, que não era de destaque, mas garantia, mesmo que debaixo de chicotes e maus tratos, o seu espaço. Assim que chegou a abolição, o negro ganhou sua liberdade, mas perdeu seu lugar. A lei áurea trouxe o sonho da vida livre dos maus tratos dos senhores, do trabalho forçado, mas não garantiu a inclusão do negro na sociedade, colocando-o às margens e periferias de vilas e cidades.

### **3. Comunidade negra: espaço de memórias, vivências e resistência**

A história percorre os espaços mais profundos da memória de um povo. Esta é um documento que nos faz ir em busca do imaginário de tempos remotos. João Batista da Silva, professor e pesquisador rio-paranaibano, descreve que “lembrar é a ação da

memória no fascínio de exercitar a imaginação” (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 31). As lembranças remontam às representações da história, fazendo com que possamos viajar pelo tempo e descrever os fatos.

Junto com a memória, a fonte oral percorre os campos da pesquisa histórica. A fonte oral marca as histórias e a cultura de um povo, e é por meio da memória que chegamos à oralidade dos fatos.

A História Oral é considerada como fonte identitária de um povo, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais variadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo (XAVIER, 2009, p. 2).

Desse modo, a história oral é a forma de descrevermos a cultura de povos marginalizados e excluídos, subalternos. A oralidade dá voz ao passado de pessoas discriminadas, homens e mulheres, que por razões diversas e históricas foram colocadas às margens da sociedade.

A história dos negros no Brasil geralmente é documentada pelos brancos, por meio de documentos de cartórios, cartas de compra e venda e de alforria. Pouco se conhece sobre sua cultura, suas formas de vida, a não ser pelo que é passado de pais para filhos a partir da oralidade. Histórias, tradições, músicas e costumes marcam a sobrevivência do negro no interior de Minas Gerais e no Brasil. Sendo assim, a história oral é a principal fonte de pesquisa para compreender o dia a dia daqueles que foram escravizados ao longo dos anos de Brasil colônia e império.

O Alto do Querosene é um local que mostra, através do tempo, a resistência e a luta do negro em Rio Paranaíba; luta por espaço, reconhecimento e dignidade humana. A força cultural remonta heranças da África, as quais são passadas de geração para geração. Sua luta mostra o sujeito histórico que o negro foi em Rio Paranaíba, não apenas um a mais na sociedade, o qual está entregue a um processo de exclusão e de submissão, mas são pessoas, homens e mulheres, que mesmo marginalizados produziram cultura e história.

Querosene é o nome que ficou gravado ao longo do tempo na comunidade rio-paranaibana. Por que querosene? Ou Alto do Querosene? “Querosene é porque ‘nóis’ usava ele pra ascender as lamparinas e ‘nóis’ ficava com aquele cheiro agarrado no cabelo, e também por causa da pinga, né? [...] Negada aqui gostava [...]”<sup>9</sup>. Assim respondeu um dos moradores da comunidade quando perguntado.

O nome Querosene dado a essa comunidade remete, portanto, ao uso do combustível para ascender as lamparinas das casas. Porém, o fato de esse combustível ser algo explosivo ao esquentar nos faz pensar em uma metáfora entre o nome dado à comunidade e a sua consciência política dentro da luta por reconhecimento de seus direitos. Querosene pega fogo fácil, explode fácil, semelhante aos moradores que residiam naquele lugar. Em tempos remotos, contam os moradores do QZ não podiam se mistu-

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada com moradores do local em 2016.

rar com o pessoal da vila. Era briga na certa. “[...] Não podia descer lá embaixo não. O pau cantava. E nem eles subiam pra cá... Teve um dia que uma turma aqui dos preto desceu lá na vila e arrumou um brigão [...] Eh! Nós’ num’ dava certo com eles não [...]”<sup>10</sup>.

Sendo assim, o nome Querosene descreve duas realidades dos negros em Rio Paranaíba. Primeiro, a falta de estrutura, uma vez que a rede elétrica, existente na cidade desde 1920, abrangia somente o centro da vila e, em segundo, nos faz pensar na resistência do negro, pessoa nervosa com o sistema presente na época. Por isso, quase tudo ou tudo se resolvia com brigas.

Para Slenes (2005, p. 18),

os escravos eram “testemunhos históricos”, insistia Nascimento, do sentimento de liberdade do negro e de suficiência no governo de sua luta antirracista dos negros então em curso, que visava conquistar “o lugar que moral e humanamente lhes corresponde no seio da sociedade brasileira”.

Slenes descreve o texto de *Quilombo*, revista de Abdias do Nascimento, de maio de 1949. Esse texto remete à consciência do negro em relação ao seu passado. Assim se faz entender o provável nome dado à comunidade negra rio-paranaibana: a sua consciência em meio a sua própria resistência frente ao reconhecimento pelos seus direitos.

Os negros do Querosene são descendentes de escravos forros, saíram das fazendas da região – Fazenda Donanas, Lambari, antiga fazenda do Barão de São Francisco – e eram trabalhadores nessas regiões. Após serem livres, continuaram trabalhando como meeiros nas terras. Alguns eram trabalhadores rurais, outros peões de boiada, e as mulheres eram lavadeiras. Não se sabe ao certo o motivo de virem habitar a região próxima da vila. Segundo Maria Marta Borges, Dona Mariinha, moradora da comunidade, vieram para próximo da vila para facilitar a vida, porém tinham suas casas na comunidade, mas continuavam a luta na roça.

Pelo o que se pode compreender, vieram parar próximo à cidade, porque já não os aceitavam mais nas fazendas. O medo dos fazendeiros de perder parte de suas terras para os negros trabalhadores fez com que eles fossem expulsos. A lei de usucapião dava direito de moradia àqueles que habitavam um pedaço de terra por determinado tempo. Com isso, os negros, moradores das roças, foram obrigados a procurar outro lugar. Essa seria a explicação provável para chegarem no alto do cerrado de São Francisco das Chagas do Campo Grande.

Os primeiros anos da comunidade tinham uma configuração de pobreza: casinhas eram de pau-a-pique; trilhas ligavam umas residências a outras; a água era buscada nas minas de água da região; a fonte do povo, pouco abaixo da Igrejinha do Rosário, era um dos pontos de encontro para lavar as roupas e buscar água para cozinhar e beber. Outro local era o buracão, um poço formado por um córrego que passa no fundo da cidade. Lá também se apanhava água e lavavam-se as roupas. Não existia infraestrutura, a água corria pelo cerrado, e não havia calçadas nem energia.

---

<sup>10</sup> Depoimento dado em entrevista com o Senhor “Nequinha” ou “Paneca”; morador do Alto do Querosene, em 2016.

Como aquele lugar, fora da porteira do patrimônio, era um cerrado extenso, os negros viram ali um local para habitarem e construírem suas vidas. Eles iam “chegando e entrando”, como disse Maria Marta, Dona Mariinha, moradora do local. Portanto, notamos que a invasão foi um meio de tomar posse do local. Naquele tempo, não se via dinheiro, a dificuldade era grande, eles trabalhavam em troca de comida. Um litro de farinha, fubá, manteiga: essa era a forma de pagamento.

A gente lavava roupa pra ganhar um litro de banha ou um tanto de canjiquinha pra comer de tarde. Era assim. Tudo era difícil, né? [...]. Eu levava a marmita pra minha mãe lá no buracão. Comia era quiabo, um angu de fubá e até o feto do porco a gente comia. [...].<sup>11</sup>

O Alto do Querosene se configurou com cerca de seis famílias: família dos Tezeza, Borges, Terto, Tiago<sup>12</sup>, Rael e os Pica-Paus. Essas famílias hoje se fazem praticamente uma só. Foram se casando uns com os outros e formando novas gerações. Todos engajados na essência cultural de sua resistência, a qual pode ocorrer mesmo sem que eles o saibam. Vem do ser, a cultura é uma forma de luta. Essas famílias, que hoje se fazem uma só, são engajadas nas festividades e tradições do Querosene. Uns mais, outros menos, mas todos participam e sabem da importância de se manterem vivas as tradições.

No Alto do Querosene, principal aglomerado de negros em Rio Paranaíba, apenas histórias e algumas tradições se preservaram. Das casas de capim e pau-a-pique, só existem lembranças, nada ficou de pé. O adobe foi trocado pela alvenaria, o chão batido das casas foi trocado pelo cimento encerado e depois por pisos, os caminhos e as trilhas que ligavam uma casa a outra, em meio ao cerrado, a partir do final dos anos de 1970, deram lugar ao asfalto. Os grandes quintais, adquiridos por meio de invasão nos primórdios da comunidade, foram divididos, muitos entre familiares. Dos tempos antigos da formação da comunidade, apenas a memória e algumas tradições se preservaram.

As melhorias e a história desse povo, que iria virar memória, passaram a mudar no fim dos anos de 1970. Ao assumir a prefeitura, Jaime Silva, em 1978, mudou o panorama da cidade. Trouxe o progresso e apagou tudo aquilo que não representava a modernidade no centro urbano. Na antiga vila, casarões foram ao chão, nada se preservou.

O casario, do qual quase nada se preservou, algumas fotos e lembranças nos remontam àquelas memoráveis construções. Restam as igrejas, signos do Catolicismo, presente desde o começo com os primeiros “moradores” que chegaram a essa terra para dar início a uma história de tantos contrastes (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 32).

---

<sup>11</sup> Relato dado em entrevista, em 2016, por Rosarita Maria de Lima Marciano, moradora do Querosene.

<sup>12</sup> Estes hoje residem em Patos de Minas- MG.

No Alto do Querosene, não foi diferente. Ocorreram mudanças: foi levada a infraestrutura para a comunidade; a energia já havia chegado ainda no tempo do ex-prefeito Tiãozinho. Jaime Silva levou o asfalto, o esgoto; a cidade cresceu, foi planejada, e o Alto do Querosene se viu abraçado no ceio da cidade. O que ficou preservado por lá foram só as histórias e as lembranças. O antigo cerrado que habitaram, com seus casebres de adobe e os trilhos, se transformou em parte da comunidade urbana. Hoje, a rua Dona Maria Terta, ou a Rua dos Pretos, resume o que foi o Alto do Querosene até a década de 70 do século passado.

Além das melhorias na infraestrutura da comunidade, suas condições de vida também melhoraram. Natalício, antigo dono de uma cerâmica em Rio Paranaíba, foi instalar seu negócio bem à “cabeceira do Querosene”, como dizem os moradores. Foi então que eles, os negros, começaram a ter condições de trabalho e salários, não salários dignos, mas um pouco que, para eles, significava muito. Além do recebimento dos salários, doações de telhas e cerâmica melhoraram suas moradias. Foi então que as casinhas de pau-a-pique e adobe foram dando lugar a casas de alvenaria. Singelas, mas traziam maior segurança para os moradores.

### 3.1. Cultura e religiosidade: a dualidade do sincretismo no Alto do Querosene

O sincretismo é a mistura de elementos afros com a cultura religiosa cristã católica. No Brasil, essa configuração ficou marcada com a vinda de pessoas escravizadas. A Umbanda, religião afro-brasileira, é a mais rica em sincretismo. Os santos católicos são usados como representações dos orixás, “deuses” da mitologia africana. Essas representações são fortes em festas de irmandades de pretos, como a de São Benedito e a de Nossa Senhora do Rosário.

IMAGEM 1: Igrejinha de Nossa Senhora do Rosário – 1763 (ano de construção)



Fonte: Arquivo pessoal.

Os cantos, as danças e o batido de caixas retratam a cultura africana que, ao chegar ao Brasil, também se tornou brasileira e, em sua essência, mineira, uma vez que as festas de congadas são fortes nos confins de Minas Gerais, e é onde mais se difundiram. Sem contar, claro, na Bahia, com a festa do Senhor do Bonfim e a famosa festa da lavagem da escadaria da Igreja de São Francisco, na qual negras com vestidos brancos fazem o ritual de lavar a escadaria e demonstram suas apresentações ritualísticas da cultura afro.

Em Rio Paranaíba, essa cultura ficou mais evidente nas festividades dos santos católicos: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Os ternos de congado abrem o caminho da festa com música, dança e cantos.

Aio Viva; Viva!

Aio viva; Viva!

A Senhora do Rosário

A Senhora do Rosário<sup>13</sup>

A Festa do Rosário é uma das mais antigas tradições religiosas que misturam os elementos afros com a religião católica em Rio Paranaíba. Segundo João Batista da Silva, a festa e o congado têm suas origens na zona rural. Essencialmente, o terno de congo tem sua formação na “roça” e, com o passar do tempo, foi se instalar no Alto do Querosene.

As congadas de Rio Paranaíba têm suas origens e legado cultural remanescentes desse panorama socioeconômico, onde aqueles que levantaram seus Ternos trabalhavam e obtinham o sustento de suas famílias.

Em regiões rurais mais distantes do “Patrimônio” estavam as famílias que mantinham seus Ternos no meio rural. O Terno “Adoração” foi levantado por Chico Sara na localidade do “Capão da Paia”, e, posteriormente, ao se mudar com a família para a Fazenda Lambari, levou consigo a tradição do Terno. Na região do Glória, de nome “Catiuá”, Antônio Camarguinho organizou e levantou o Congo (SILVA, *apud* BRASILEIRO, 2014, p. 53-54).

A dança desses ternos durante a festa representava a força de sua cultura. O Congo, que veio se alojar no QZ, ainda hoje mostra suas características nas tradicionais festas do rosário de toda a região e até fora. Dos quatro ternos existentes, sobrou apenas o Congo. De tradições rurais, como escreveu João Batista, no início, dançavam de pés no chão e instrumentos artesanais, como caixas, reco-recos e cuíca que se somavam à sanfona e ao violão.

---

<sup>13</sup> Verso cantado pelo terno Congo Sereno de Rio Paranaíba- MG, Capitão Dondico. Os versos do Congo – terno de congada presente no Alto do Querosene – são repassados de geração em geração. Alguns versos devem beirar seus 100 anos. Podem ocorrer variações de um capitão para outro em determinado tempo.

IMAGEM 2: Terno de Moçambique em Rio Paranaíba - Décadas de 1950-1960



Durante as comemorações, é possível ouvir cantos de resistência, que demonstram o conhecimento histórico dos antepassados desse povo. Com a licença poética dada aos capitães que montam seus versos e também os herdamos de gerações passadas, notamos a relação entre festa, negros, escravidão, resistência e liberdade.

No antigo Testamento  
No antigo testamento  
A Caroba era Torta  
A Caroba era Torta

As criança era vendida  
As criança era vendida  
Em troca de um “gainho” de flor  
Troca de um “gainho” de flor<sup>14</sup>

A Festa do Rosário se torna referência de resistência desse povo. Existem tradições que teimam em existir ao longo do tempo. O reinado, o coroadado, o cortejo dos ternos, Moçambique – que não é o tradicional Moçambique do finado Chico Sara – e Congo Sereno fazem da festa uma atração que perpassa o tempo e marca a memória daque-

---

<sup>14</sup> Verso do saudoso capitão Dondico, do Congo Sereno. Existem variações nos versos. Atual capitão Pelé, irmão de Dondico, varia o verso. “Ah no tempo da escravidão/ No tempo da escravidão; A caroba era torta/ a caroba era torta”; “Nego comia no cocho/ nego comia no cocho; Agora come na mesa/ agora come na mesa”.

les que a prestigiam. Talvez esse seja um dos únicos momentos em que percebemos a integração da comunidade negra e a sociedade branca em Rio Paranaíba.

O quadro do reinado, no qual, durante a procissão, são levados o coroadado da festa, reis perpétuos e rei e rainha congo, além do padre que, algumas vezes, aparece dentro do quadro, é uma espécie de trono real. É o momento em que os reis negros são mostrados a toda comunidade, com suas capas e coroas enfeitadas. É nesse momento que notamos a forma de se mostrar e resistir dos negros. Reis negros imitam as cortes europeias e são cortejados por música e dança. Essa é uma forma de fazer um contraponto entre o oprimido, no caso o escravo, e o opressor, os senhores de escravos.

IMAGEM 3: Foto da década de 1950-1960, Reinado do Rosário dentro do quadro



Um dos espaços da cultura e da religiosidade, além da Festa do Rosário, que misturam elementos afros com a moral cristã é a existência de um terreiro de umbanda. Existiu e permaneceu junto à comunidade. Não se sabe o motivo de ter acabado, porém a crença permanece. Fazendo o contraponto com o terreiro, as rezas de ofício a Nossa Senhora, o terço e as ladainhas eram pontos que representavam a dualidade entre a África e a Roma europeia com sua cultura cristã.

As rezas eram pontos de encontro. A casa de Dona Maria Terta era o principal foco das orações. Ali se rezava, comia e bebia. Os chás de ervas preparados por ela e pelas mulheres, também moradoras do local, chamavam a atenção. Dona Maria Terta era a moradora viva mais velha naquela época. “Ah, ela era a moradora mais véia, né?”

Antigamente o povo rezava muito aqui, agora que o povo desanimou tudo! Isso aqui quase toda noite rezava. Ofício o terço [...]”<sup>15</sup>, assim relatou um morador da comunidade.

Dona Maria Terta, já falecida, era uma espécie de matriarca, benzedeira e parteira da comunidade. Sua casa era referência para o encontro dos negros. Durante o mês de junho, havia a fogueira de São João, ali se rezava, fritava pipoca para as crianças e distribuía o chá e também o café.

Além das orações e devoções, as cantigas de roda, cantadas durante o trabalho, nas bicas de água e nos poços onde se lavam as roupas, eram a marca do dia a dia e da cultura desse povo. Sem o mínimo conhecimento musical, as mulheres, jovens e senhoras cantavam e demonstravam a força da tradição cultural dos negros, representada nas cantigas cantadas por elas. Os espaços da cultura popular são ricos no meio do Querosene.

O Alto do Querosene era apenas um local de aglomerado negro em meio a outros existentes na vila. A marginalização destes se deu em toda São Francisco das Chagas e depois Rio Paranaíba. Havia negros espalhados pelos cantos da cidade, mas era no Alto do Querosene o ponto de encontro de todos. Ali era o lugar onde se difundia a cultura, organizava a festa do reinado do Rosário, cantava e dançava. Portanto, o QZ, como hoje é chamado pelos moradores mais novos, foi o local de encontro e de difusão da cultura negra na cidade.

#### 4. Conclusão

O Alto do Querosene é rico em cultura popular. Os espaços da memória se revestem de clareza e emoção ao se questionar essa fonte, que é a forma de contar as histórias daqueles que estão marginalizados e excluídos. Hoje, existe uma integração entre espaço urbano e Querosene, porém o que fica da liberdade desses moradores?

O problema do pós-abolição para os negros é algo tangível ainda hoje. O preconceito e a discriminação racial se juntam à discriminação social, algo relevante em todo o país. O QZ não tem sua realidade e história contadas diferente; é um ponto de fuga para descendentes de escravos que foram marginalizados pela história.

A liberdade destes ficou a cargo do tempo, e sua integral realização não aconteceu. Foi possível notar a venda da mão de obra durante os anos iniciais da formação da comunidade. Pessoas, homens e mulheres se vendiam por barganha de comida, sem salários dignos, sem infraestrutura de moradia. Essa é uma realidade que assolava os negros do Querosene e, lógico, pessoas pobres de toda a região.

A alforria, podemos notar, veio no papel, porém, na dignidade humana, ficou a cargo de senhores, de fazendeiros, de brancos e da elite, em todo o Brasil. Em São Francisco das Chagas do Campo Grande, a realidade não se diferenciou. Negros forros não foram aceitos dentro da sociedade branca e elitizada à época e se viram colocados às margens. E nessas margens, encontraram o lugar de produzir e consumir sua cultura.

---

<sup>15</sup> Depoimento dado em entrevista com o Senhor “Nequinha” ou “Paneca” e Dona Mariinha, moradores do Alto do Querosene, em 2016.

O Alto do Querosene foi uma das tantas comunidades negras marginalizadas. Em São Francisco, houve outros locais de segregação do negro, porém o Querosene foi o ponto de encontro desses outros locais. As festas, as rezas e a sociabilidade entre eles marcaram a integração da raça em Rio Paranaíba nos idos de seu início.

Hoje, a comunidade se encontra no seio do centro urbano de Rio Paranaíba, já convive com brancos, que foram chegando e se assentando no QZ. Segundo moradores, “ainda existe o preconceito racial” e, para tentar diminuir o problema, em 2000, foi criado o movimento da “Consciência Negra”, o qual busca o reconhecimento da sociedade para com o negro. Este funciona de forma simples, faz eventos no dia 20 de novembro<sup>16</sup> e busca resgatar e preservar a cultura deles.

A referência principal do Alto do Querosene é a Festa do Rosário, que é hoje o maior traço de cultura e de resistência da comunidade. É na festa que eles se mostram à sociedade e interagem com ela, ali eles se revestem de prazer e orgulho e realizam o seu principal evento. Na atualidade, sua luta é somente contra o preconceito e a discriminação. A realidade é bem diferente das décadas iniciais da comunidade. Já existe infraestrutura para moradia, os jovens têm oportunidade de estudo superior, os muito mais velhos, diferentemente dos tempos da troca de mão de obra por farinha, fubá e manteiga, trabalham em fazendas na zona rural da cidade.

A resistência no Alto do Querosene mostrou-se de forma discreta. A cultura e suas configurações são a principal referência de luta política existente ali. Constroem-se estereótipos de pessoas próximas da comunidade, porém, mesmo com a discriminação, os moradores e descendentes da comunidade se mostram fortes na resistência. Sua cultura, hoje, não se difunde da mesma forma de outrora entre os mais jovens, mas mesmo assim, estes se colocam à disposição de sua história e das memórias existentes na comunidade.

Enfim, os negros, ao virem da África, se adaptam e inventam seus espaços. Seus costumes, suas tradições e seus modos de viver transpassam o tempo, de local para local. Em toda Minas Gerais e Brasil, as diversas comunidades, formadas aqui e ali, se adaptaram ao local destinado a elas. Marginalizadas, vítimas da discriminação e preconceito, organizam-se entre si.

Os cantos, as danças, as rezas, as adorações e a religiosidade entre eles se transformam em resistência e demonstração de cultura, rica em essência. E no Alto do Querosene, no interior de Minas Gerais, de forma singela e sem fazer grandes alardes, como Ambrósio e seu quilombo ou outras tantas comunidades negras pelo país, os negros, descendentes de escravos, livres e libertos, também produziram, lutaram e viveram seus costumes, mostrando à sociedade suas resistências e lutas políticas contra o preconceito e os problemas gerados no pós-abolição.

---

<sup>16</sup> Dia da Consciência Negra (Zumbi do Palmares).

## Referências

BRASILEIRO, J. *Memórias do Reinado do Rosário- Rio Paranaíba – MG*. Aline Editora e Artes Gráficas Ltda., 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo (12):43-56, 1995.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Variações de um mesmo tema: as relações escravistas na historiografia brasileira. *Spartacus: Revista Eletrônica dos Discentes de História*. UNISC, 2007.

ROCHA, Acrísio da Silva. *Poema – Rio Paranaíba, Minha Saudade*. Sem referência editorial. 2010, p. 13.

SLENES, Robert W. O escravismo por um fio? Introdução, *in*: GOMES, Flavio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séc. XVIII-XIX)*. São Paulo: Ed. Polis/Unesp, 2005.

VARGAS, José Resende. *Rio Paranaíba: história e estórias da Terra de São Francisco das Chagas do Campo Grande*. Uberlândia: Gráfica e Editora Impresso, 1995.

XAVIER, A. R. A importância da história oral como fonte identitária de um povo. *Webartigos*, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-historia-oral/20853/>>. Acesso em: out. 2016.

## “O milho que vale um milhão”: a Agroceres e as mudanças na produção agrícola (Patos de Minas-MG, 1948/2015)

**João Otávio de Oliveira Coêlho**

Graduando do Curso de História do UNIPAM. e-mail: joaootaviooliveira@hotmail.com

**Roberto Carlos dos Santos**

Professor Orientador (UNIPAM). e-mail: profrcsantos@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O presente artigo consiste em uma reflexão crítica acerca da importância da empresa Agroceres no cenário agrícola regional. Para isso há uma análise desde a sua instalação em Patos de Minas, no ano de 1948, até o fim de 2015. Trata-se de uma pesquisa na área de história com uma relação interdisciplinar com a antropologia e a sociologia rural. Propõe-se, assim, investigar os momentos mais relevantes durante esses 67 anos da presença da Agroceres em Patos de Minas. Dessa forma, destaca-se principalmente o processo de difusão das inovações tecnológicas de produção agrícola, considerado moderno num ambiente em que as técnicas e práticas aplicadas à agricultura eram marcadamente tradicionais. Outro ponto de partida a ser observado é o de início da plantação do milho híbrido na região. Tais fatos devem-se ao estímulo do geneticista e um dos criadores da Agroceres, Antônio Secundino de São José, personagem importante na agricultura nacional.

**Palavras-chave:** Milho. Agroceres. Agricultura. Patos de Minas .

**Abstract:** This article consists on a critical reflection about the importance of Agroceres Company in the agricultural scenario. For this reason, there is an analysis since its inception in Patos de Minas, in 1948, until the end of 2015. It is a research in the area of History with a relation with interdisciplinary anthropology and rural sociology. It is therefore proposed to investigate the most relevant moments during these 67 years of presence of Agroceres in Patos de Minas. The paper also highlights mainly the process of diffusion of technological innovations in agricultural production, considered modern in an environment where the techniques and practices applied to agriculture were distinctly traditional. Another starting point to be observed is the start planting of hybrid maize in the region. These facts are due to the stimulation of the geneticist and one of the creators of Agroceres, Antonio Secundino de São José, important character in the national agriculture.

**Keywords:** Maize. Agroceres. Agriculture. Patos de Minas.

---

### 1. Introdução

Para a sobrevivência do ser humano, é essencial a presença da alimentação. Ela é composta por diferentes alimentos, que se englobam na classe das frutas, cereais, verduras, frutas, hortaliças e etc. Entre os variados cereais existentes, um se destaca pela sua importância nutricional, ou seja, o *Zea mays*, popularmente conhecido como milho.

Devido a sua importância na alimentação humana e animal (aves, peixes, bovinos e suínos), o milho é um cereal produzido e comercializado em vários países. No Brasil essa realidade não é diferente, pois esse país se consolidou como um dos maiores produtores de milho do mundo. Na cidade de Patos de Minas, localizada na região do Alto Paranaíba, no interior de Minas Gerais, essa realidade é bem semelhante; há uma grande produção de milho em suas terras desde seus primórdios. Em fins da década de 1940 houve uma transformação no cenário agrícola, em especial na cultura desse cereal. Nesse período foi implantado neste solo o cultivo de milho híbrido pela empresa Agroceres. As transformações foram diversas e constantes. Devido ao entusiasmo e euforia do cultivo do milho híbrido, Patos de Minas ganhou uma festa em homenagem a esse alimento (Festa Nacional do Milho, ou Fenamilho). Através desta festividade ocorreu o fomento para Patos de Minas ser intitulada a Capital Nacional do Milho e ganhar repercussão nacional. Pois bem, mesmo Patos de Minas não sendo a maior produtora de milho do Brasil (mas uma das mais representativas), esse cereal e a empresa Agroceres transformaram os rumos da cidade em diferentes aspectos, como econômico, cultural e social.

Nesse sentido, propõe-se aqui fazer um levantamento sobre a importância da empresa Agroceres, desde a sua instalação em Patos de Minas, no ano de 1948, até o fim de 2015. Trata-se de uma pesquisa na área de história com uma relação interdisciplinar com a antropologia e a sociologia rural. Propõe-se, assim, mostrar os momentos mais relevantes durante esses 67 anos da presença da Agroceres em Patos de Minas, destacando principalmente o processo de difusão das inovações tecnológicas de produção agrícola, consideradas modernas num ambiente em que as técnicas e práticas aplicadas à agricultura eram marcadamente tradicionais; e relatar as trocas de experiências ocorridas entre a Agroceres e os agricultores regionais.

A pesquisa avalia especialmente as relações culturais, as transformações e resistências, apropriações e recusas, afetos e conflitos, sem perder de vista obviamente a dimensão e a importância da economia, valorizando assim o papel de destaque que a empresa Agroceres sempre teve em Patos de Minas.

A mudança nos padrões de produção agrícola, especialmente da cultura do milho, pode ser vista como a aplicação da tecnologia mais avançada da genética vegetal com a possibilidade de lucros maiores para os produtores rurais, estes oriundos de práticas tradicionais. Para compreender todo este processo, é preciso voltar ao ano de 1948, data da implantação da unidade de produção da empresa Agroceres na cidade de Patos de Minas e do início da plantação do milho híbrido na região. Tais fatos devem-se ao geneticista Antônio Secundino de São José, cuja trajetória será relatada em breve.

As relações sociais que se processam no campo devem ser compreendidas como rede complexa e abrangente, envolvendo práticas ligadas à economia, à religião, ao político, ao cultural e ao social, por exemplo. Quando se pesquisa o universo da cultura rural, abre-se a oportunidade de entendê-lo fora da caricatura e do estereótipo da simplicidade. Dessa forma, é preciso partir do pressuposto conceitual de que o rural ou agrícola se transforma, surgem novas ruralidades em que práticas e saberes são atualizados às necessidades do presente. Por isso, não se pode avaliar o mundo rural como naturalizado e determinado pelas forças da natureza, mas, ao contrário, deve-se enxergá-lo como espaço da cultura e da ação humana. Enfim, o meio rural é um mundo antrópico. Trata-se de superar a ideia do espaço e do campo como o lugar do exótico e do pitoresco, do

atraso ilustrado por Monteiro Lobato com o seu singular Jeca Tatu, ou do modelo difundido na mídia como lugar das tranquilidades, da paz, propício ao descanso. Para romper com tais mitos houve um embasamento teórico consistente e um trabalho de campo para coletar dados empíricos.

Tendo em vista que no dia 20 de setembro de 2015 a Agrocerec completou setenta anos de existência no país e sessenta e sete de atuação no município de Patos de Minas-MG, este trabalho de pesquisa tenta reconstituir a trajetória da empresa no Brasil e principalmente na região do Alto Paranaíba, mostrando as relações de aproximação e distanciamento entre a tecnologia disponibilizada pela empresa para o campo e as formas tradicionais de produção agrícola. Patos de Minas foi uma das primeiras unidades de produção da Agrocerec, instalada aqui em 1948, tendo sido uma das unidades pioneiras dessa empresa. Ou seja, com apenas três anos de existência, a empresa fez a opção por Patos de Minas. Nesse sentido, observa-se a importância da Agrocerec como uma das principais fomentadoras do desenvolvimento agrícola regional, cuja proposta de valor funda-se em quatro pilares: tecnologia & inovação, qualidade, atendimento e resultado. Além disso, percebe-se *a priori*, que se fala muito da importância econômica da Agrocerec para a região, sem nenhuma referência, entretanto, à sua importância histórica ou a seu patrimônio cultural, construído nessa região há mais de seis décadas.

Diante de um período tão longo de atuação em Patos de Minas, ocorreu a necessidade de fazer um levantamento histórico sobre os principais eventos envolvendo a empresa Agrocerec, sobre os eventuais conflitos de ordem cultural entre as propostas de plantio de sementes de milho híbrido apresentadas pela mesma e, por fim, sobre a receptividade de produtores tradicionais acostumados ao plantio do “milho comum” ou “milho de paiol”.

No período de 1948 a 2015, a empresa Agrocerec trouxe muitas inovações tecnológicas para a agricultura brasileira, em especial para a região de Patos de Minas. Juntamente com a história da empresa, foram construídas representações pelos vários sujeitos sociais envolvidos no processo de produção agrícola. Tais elaborações, possivelmente, permitiram a construção de um imaginário em que o milho híbrido seria o sinônimo de cornucópia ou cocanha, ou seja, da fartura e da riqueza. A importância da produção de milho fez com que a cidade de Patos de Minas, conhecida como terra do trigo e do diamante, fosse transformada em Capital Nacional do Milho, através do decreto nº 56.286, de 17 de maio de 1965. Nesse sentido, o presente trabalho busca reconstruir histórias de vida de produtores rurais que, em determinado momento histórico, viram-se na encruzilhada entre o moderno e o antigo, a tecnologia e o senso comum. Tudo num universo rural em transformação rápida e frenética em todas as suas dimensões, isto é, na economia, na cultura, nas religiosidades, nas trocas afetivas etc.

Esse artigo vem promover a discussão de um tema altamente relevante na perspectiva socioeconômica do país, por meio de um debate acadêmico atualizado e, de certa forma, inovador.

## 2. Desenvolvimento

Vários elementos bibliográficos foram identificados e analisados para a realização desta pesquisa. Procurou-se prestigiar aquelas obras cujas análises apresentam a

possibilidade de um diálogo interdisciplinar que contemple olhares de natureza histórica, sociológica e antropológica, numa proposta convergente. Inicialmente, foram analisados vários periódicos, incluindo revistas e jornais, que circularam em Patos de Minas entre os anos de 1948 a 2015. Dentre eles destacamos os jornais: *Folha Diocesana*, *Jornal dos Municípios*, *Diário de Minas*, *Correio de Patos* e *Folha Patense*. Essas fontes primárias de informações permitiram uma leitura mais detalhada da situação cultural, social e econômica do período eleito como recorte temporal para a pesquisa. Mostraram ainda as transformações ocorridas ao longo dos anos, tanto na empresa Agroceres, como na cidade de Patos de Minas.

As obras aqui relatadas estão subsidiando as discussões teórico-metodológicas da pesquisa, mostrando a importância da empresa Agroceres para a transformação do cenário rural de Patos de Minas-MG, compreendendo todo o processo numa via de mão dupla, ou seja, a modernização da Agroceres e os valores tradicionais dos produtores agrícolas da região não são excludentes. À medida que a Agroceres leva inovações modernizantes ao campo, a sua própria modernidade também sofre influências das práticas culturais fundadas na tradição e no conservadorismo.

Para realizar esse trabalho sobre a história da Agroceres e da produção do milho híbrido em Patos de Minas, tivemos de recorrer a diferentes meios para montar esse “quebra-cabeça”. A pesquisa fundamentou-se em uma metodologia de trabalho acerca de diferentes fontes, das quais citamos as fontes escritas e orais. O primeiro passo foi a coleta de dados, em que foram buscadas fontes primárias e secundárias referentes à empresa pesquisada.

A primeira etapa do processo foi fundamentada numa ampla pesquisa bibliográfica, constituída por livros, revistas, jornal de época, artigos acadêmicos, publicações via internet e outros meios digitais, fotografias, obras memorialísticas e outras produções afins ao objeto de estudo. Essas obras foram analisadas e selecionadas. Além disso, foi realizado um levantamento prévio de fontes documentais iconográficas, principalmente fotografias, nos acervos da Fundação Casa da Cultura do Milho - Memorial do Milho, no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História do Centro Universitário de Patos de Minas (LEPEH) e também em acervos particulares. Essas fontes foram utilizadas para observar e analisar o processo de propaganda, transformação e atuação da empresa Agroceres em Patos de Minas. Dessa forma, privilegiaram-se as fontes primárias sobre o objeto de pesquisa numa relação dialógica com os pressupostos teóricos e metodológicos.

A pesquisa recuperou cronologicamente os principais momentos de atuação da Agroceres em Patos de Minas-MG, com os seus respectivos desdobramentos e influências na região do Alto Paranaíba, de forma a compreender o enfrentamento entre a tradição do mundo rural e as propostas de modernização do campo difundidas pela empresa acima. Nesse sentido, buscou-se a fundamentação teórica e metodológica especialmente nos conceitos de cultura e tradição oriundos da antropologia, de modernidade estudada pela sociologia e de circularidade cultural e método indiciário trabalhado pela história por intermédio do historiador italiano Carlo Ginzburg, no âmbito da história cultural.

Após o levantamento de fontes escritas e iconográficas, foi realizado um trabalho de campo com alguns bastidores desta história. Entre eles foi entrevistado um produtor

rural, um ex-administrador e um ex-funcionário da Agroceres. Para o bom aproveitamento das entrevistas e análise dos depoimentos, esse processo foi embasado nas teorias de história oral da pesquisadora Verena Alberti, em seu livro *Manual de História Oral*. Através da análise das entrevistas, buscou-se compreender, a partir das narrativas, os contextos sociais, econômicos e culturais relacionados à empresa Agroceres.

As entrevistas possuem um caráter qualitativo, com perguntas abertas que remetem ao contexto da produção do milho e à empresa Agroceres. A elaboração do roteiro foi objetivada para produzir interfaces entre a experiência do entrevistado e as questões teóricas da pesquisa. Deve-se ressaltar que o roteiro não foi um esquema rígido. Sendo assim, os colaboradores reconstituíram o período vivido de forma livre e espontânea, sem, no entanto, perder de vista o objeto do trabalho. Essas entrevistas foram realizadas no mês de julho e agosto na cidade de Patos de Minas por meio de um gravador. Posteriormente, foi realizada a transcrição dessas entrevistas que estão fazendo parte deste artigo.

Este material serviu para promover o cruzamento de tais informações com outras modalidades de fontes e para ajudar na densidade de informações da narrativa do trabalho. Após toda a coleta e análise do material, muitas informações foram encontradas. Para melhor organização desse raciocínio iremos dividir em alguns temas o desenvolvimento do artigo.

## **2.1. O milho híbrido e seus primórdios no Brasil**

Entre os cereais existentes, o milho é um dos mais consumidos em todo o mundo. Não se sabe ao certo sua origem, mas existem registros do cereal de cerca de 7.300 anos em pequenas ilhas próximas ao litoral do México. Por esse fato, acredita-se que sua origem seja nesse país, inclusive que tenha feito parte da alimentação básica de várias civilizações como os maias, os incas e os astecas.

Ao longo dos anos, o milho foi e é consumido nos diferentes cantos do mundo. Por ter um caráter nutricional, ele serve de alimento para seres humanos e animais. Para atender a essa demanda de consumo do milho, cientistas o foram transformando geneticamente a fim de se produzir mais e ter um valor nutricional maior. Nesse contexto surge o milho híbrido, ou seja, um milho geneticamente melhorado. Segundo o livro *Agroceres 70 anos: você vê, você confia*, o milho geneticamente melhorado é

a semente de milho híbrido era resultado do cruzamento de linhagens puras, obtidas por autofecundação até que gerassem descendentes geneticamente homogêneos, ou puros. Com o cruzamento de linhagens puras, obtinham-se sementes em vigor híbrido, capazes de gerar plantas com produtividade muito acima daquela das sementes convencionais da época, selecionadas a partir da safra anterior (*Agroceres 70 anos: você vê, você confia*, 2015, p. 21).

Um dos percussores do milho híbrido no Brasil foi o cientista Antônio Secundino de São José, que trouxe essa novidade dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, o milho passou por mais melhoramentos para se adequar ao solo e à temperatura tropical deste país.

Mas para entender melhor a vinda do milho híbrido, eis a trajetória de Antônio Secundino, o grande difusor da cultura do milho híbrido no Brasil.

Antônio Secundino de São José nasceu na Fazenda da Onça, em Santa Rita dos Patos (nessa época, distrito de Patos de Minas), hoje, município de Presidente Olegário – Minas Gerais, em 10/02/1910. Filho de José Secundino Fonseca de Araújo e Balbina de Araújo. Seu sobrenome São José veio por devoção da mãe a esse santo, que entregou seu filho a ele para proteção. Sua infância não foi fácil, pois com apenas um ano de idade perdeu o pai que morreu de tifo. Após o falecimento do pai, a educação do menino se deu através de sua mãe e de seu padrasto Antônio Batista Marra, mais conhecido por Tônico Batista.

A dedicação do casal a Antônio Secundino foi enorme, tanto que o mandaram para a cidade de Uberaba cursar o ginásio e o colegial no Colégio dos Irmãos Maristas. Por demonstrar grande interesse por fazendas e plantações, foi cursar Agronomia na Escola de Viçosa (hoje Universidade Federal de Viçosa – UFV) em 1928, sendo integrante da primeira turma daquele curso.

A partir desse momento, o jovem Secundino passou a ter contato com plantas geneticamente modificadas e novos meios de cultivo e manejo de plantações. Devido ao seu esforço e dedicação, formou-se em 1932. Logo depois, começaram a aparecer as oportunidades para Antônio Secundino, entre elas a incumbência de montar um instituto agrícola em Maruípe – Espírito Santo, no qual ficou por um ano. Voltando logo depois para a cidade de Viçosa – Minas Gerais, foi ser assistente do professor Diogo Mello (um dos pioneiros em práticas agrícolas inovadoras) e passou a lecionar algumas disciplinas na área de Agricultura Geral.

Depois dessa oportunidade, outras foram surgindo na vida de Antônio Secundino. Sobre essas novas oportunidades e sua primeira experiência no exterior, há uma citação em sua biografia na coletânea *Pense Grande*, de 1989:

Em 1936 começaram a aparecer oportunidades de especialização para brasileiros no exterior. Secundino foi um dos primeiros contemplados com o programa de treinamento, sendo indicado pela Universidade de Viçosa para uma bolsa nos Estados Unidos. Ele aceitou e foi para a Universidade de Iowa, a Iowa State College, na cidade de Ames. [...]. Chegando lá ele viu o que mudaria sua vida: o alto padrão tecnológico dos norte-americanos em geral, o avanço das pesquisas do milho em particular. Embora já soubesse dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos lá, não imaginava o imenso impacto que as sementes híbridas provocaram, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto na própria agricultura (*Pense Grande*, 1989, p. 53).

Estudou por um ano e dois meses nos Estados Unidos, onde teve maior contato com a genética, em especial com o milho híbrido. Aperfeiçoou seus experimentos relacionados a esse cereal e voltou ao Brasil para colocar em prática seus novos conhecimentos. Nesse intervalo, Secundino trabalhou em diferentes departamentos, mas nunca deixou de lado seus experimentos do milho híbrido. Desse trabalho e amor pela genética surgiu o embrião da empresa que iria transformar o cenário agrícola do Brasil, a Agroceres.

IMAGEM 1: Antônio Secundino analisando uma espiga de milho híbrido



Fonte: Acervo Memorial do Milho

A partir desse momento, a própria história do agrônomo Antônio Secundino de São José se confunde com a história da Agroceres. Ele se dedicou de corpo e alma a sua empresa, transformando a agricultura brasileira e se tornando umas das maiores referências em milho híbrido do mundo.

## 2.2. Empresa Agroceres

Devido ao empreendedorismo, entusiasmo e vontade de disseminar a cultura do milho híbrido no Brasil, Antônio Secundino convidou os colegas John Ware, Adylio Vitarelli, Gladstone Drummond e Dee William Jackson para criar uma empresa de produção e vendas das sementes de milho híbrido. Sobre a união destes entusiastas, Ney Bitencourt de Araújo (filho de Antônio Secundino), em seu texto *Há 40 anos, apenas a esperança louca dos heróis...* relata:

Secundino e Gladstone acreditavam no milho híbrido e acreditavam no Brasil. Ware, Jacson – dois norte-americanos que conheciam o impacto do milho híbrido em sua nação – que viviam no Brasil e acreditavam nele, acreditavam na Tecnologia e, principalmente, acreditavam no Secundino e no Gladstone. Adylio era um jovem técnico, entusiasmado e cativo às ideias dos quatro. As minguadas poupanças dos navegadores eram, entretanto, muito modestas. [...] O objetivo da Agroceres beirava a esperança louca dos heróis: pretendia introduzir tecnologia moderna – o milho híbrido – no ambiente mais atrasado e resistente da sociedade: a agricultura. E, ousadia maior: sem capital (BITTENCOURT, 1985, p. 4).

**IMAGEM 2:** Os fundadores da Agrocere: John Ware, Adílio Vitarelli, Gladstone Drummond, Antônio Secundino e Dee Willian Jackson



**Fonte:** Acervo Memorial do Milho

Como observamos, todos eles ficaram entusiasmados com a ideia de colocar em prática a criação da empresa, ou seja, a pioneira em produção de milho híbrido do Brasil. Ainda sobre os primórdios e o início da empresa é relatado no livro *Agrocere 70 anos: você vê, você confia*:

Os cinco decidiram dar à empresa o nome de Ceres – deusa romana das colheitas, da qual vem a palavra *cereal* –, mas a marca já pertencia a outra companhia. Eles então acrescentaram a palavra *agro* ao nome e daí surgiu, em 20 de setembro de 1945, a Agrocere. Secundino seria o primeiro Presidente da empresa. [...] A produção começou na Fazenda São Fernando, de 65 hectares, adquirida em Goianá, distrito de Rio Novo (MG). No primeiro ano, a empresa produziu e vendeu 3.000 kg de sementes embaladas em saquinhos costurados na máquina de costura de Memorina, esposa de Secundino. (*Agrocere 70 anos: você vê, você confia*, 2015, p. 23).

O início não foi fácil. Qualquer empreendimento necessita de muito investimento e persistência para a sua continuidade. As dificuldades foram enormes, mas Secundino e sua equipe queriam transformar o cenário rural brasileiro, como transformaram. Ela foi a pioneira em agribusiness, ou seja, no paradigma de produção agrícola responsável pela substituição da agricultura de *plantation* e de subsistência. Nesse período de modernização do país, de difusão do modal rodoviário em substituição aos transportes por

estradas de ferro, a Agroceres, surge como a primeira empresa brasileira privada, com pesquisas próprias de genética vegetal, destinada a produzir insumos modernos. Segundo Mayrink, no livro *Agroceres: travessia do sertão ao agribusiness*:

A Agroceres nasceu em 1945, em um 20 de setembro. Recém-terminava a Segunda Guerra Mundial e já se esboçava o movimento que, trinta e nove dias depois, deporia Getúlio Vargas e o Estado Novo. O Brasil de quarenta anos atrás era um país acanhado: uma população de apenas 46 milhões, um terço da de hoje, 70% no campo. Pobre: renda *per capita* de 180 dólares, muito abaixo até para a nossa recessão atual de 1.600 dólares por brasileiro. A produção brasileira de energia elétrica correspondia a 65% da produção da Argentina e a 61% da mexicana, embora nossa população duplicasse a do México e triplicasse a da Argentina (MAYRINK, 1995, p. 15).

Devido ao pioneirismo e a inúmeras inovações aplicadas no campo, a Agroceres, logo de imediato, foi criando novas filiais e expandindo suas plantações em diferentes rincões. Após a implantação da primeira sede em Goianá (Município de Rio Novo – MG), a Agroceres se expandiu. Novas unidades foram abertas, sendo as unidades iniciais Ubá-MG (1946) e Jacarezinho-PR (1947). Já no ano de 1948, uma dessas novas filiais seria implantada na cidade de Patos de Minas, terreno fértil e conhecido de Antônio Secundino.

#### **2.4. Agroceres em Patos de Minas: mudanças e transformações no meio rural**

Patos de Minas, desde seus primórdios, teve a agricultura e a pecuária como seus principais meios econômicos. De forma rudimentar e com poucas inovações, esses segmentos econômicos sobreviveram assim por muitos anos. No segmento da agricultura, essa realidade começou a se transformar no ano de 1948, quando a Agroceres criou uma de suas unidades em Patos de Minas. Sobre os primórdios da Agroceres nesta cidade, Oliveira Mello relata em seu livro *Patos de Minas: Capital do Milho*:

A Companhia Sementes Agroceres a primeira a implantar o cultivo do milho híbrido no Município e também a contribuir eficazmente para a melhoria do plantio, fazendo com que os fazendeiros usassem das técnicas modernas [...]. Embora em caráter precário, Patos de Minas foi a segunda localidade a produzir sementes de milho híbrido Agroceres. Isso lá pelos idos de 1948, quando em colaboração de Augusto Caixeta de Queiroz, ex-aluno do Prof. Antônio Secundino de São José na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, foi feita a primeira produção de sementes, sem maiores instalações, e em sua propriedade, durante dois anos. Em 1950 deslocou-se para Patos de Minas um dos fundadores da Companhia, Sr. Adylio Vitarelli que, em barracão alugado, continuou, em melhores condições, a produção local de sementes (MELLO, 1971, p. 130).

Passo a passo, a empresa Agroceres foi se desenvolvendo na região de Patos de Minas. No início, não foi fácil a produção nem a venda do milho híbrido, pois a desconfiança dos fazendeiros e meeiros era exacerbada. Não acreditavam na promessa do “milho que vale um milhão”. Sobre esse fato, relata Oliveira Mello:

Inicialmente a aceitação foi muito pequena. Por motivo do crescimento da produtividade das variedades comuns e aumento da produção do híbrido, passou este a ser aceito pelo grande e pelo pequeno produtor. O método de trabalho da Agrocere é usar os agricultores vizinhos às suas Unidades de Produção como colaboradores, fazendo com que o negócio seja bom para ambas as partes. A Companhia paga um preço melhor, fixado antes do plantio, além de – muito importante – fornecer gratuitamente assistência técnica aos seus empreiteiros. Disso resultou um grande melhoramento na técnica cultural do milho no município, seja diretamente (empreiteiro rural), seja indiretamente (vizinhos e visitantes das culturas dos empreiteiros). Para que sintam o leitor o progresso e o desenvolvimento da cultura do milho híbrido em Patos de Minas, tomemos 1953 como ano base da produção: 500 toneladas de semente, já no ano de 1970, a produção foi de 2.400 toneladas (MELLO, 1971, p. 131).

Através das entrevistas procurou-se mostrar diferentes visões, entre elas a dos funcionários da Agrocere. Pelas entrevistas com eles, observamos suas análises com relação à própria empresa, à empresa com os seus cooperados e à introdução do milho híbrido no meio rural. Sobre essa análise, segue o depoimento do senhor Antônio Mário Miquelanti, que além de ter sido funcionário da empresa, trabalhou na propriedade rural de seu pai com o milho da Agrocere:

Não foi de um dia para outro que conseguiram entrar no mercado não. Até porque acharam que o preço da semente do milho híbrido era muito caro. Até que o pessoal chegou à conclusão que a produção era bem maior, demorou. [...] A partir de 1965, que foi quando eu entrei na Agrocere, ainda tinha resistência. Tinha pessoas que usavam o milho do paiol para plantar, então era difícil. Porque tudo que é novo também causa resistência, principalmente a gente que é do campo e não tem o conhecimento. A gente fica com o pé atrás (Entrevista concedida por Antônio Mário Miquelanti, em Patos de Minas, no dia 28 de julho de 2016).

Relacionando a visão do pesquisador Oliveira Mello com o ex-funcionário da Agrocere Antônio Mário, é curioso observar que, no primeiro momento, ambos falam de um estranhamento do homem rural com o milho híbrido. Já no segundo período, há uma aproximação de ambos, principalmente pelo aspecto de lucratividade através do rendimento das plantações.

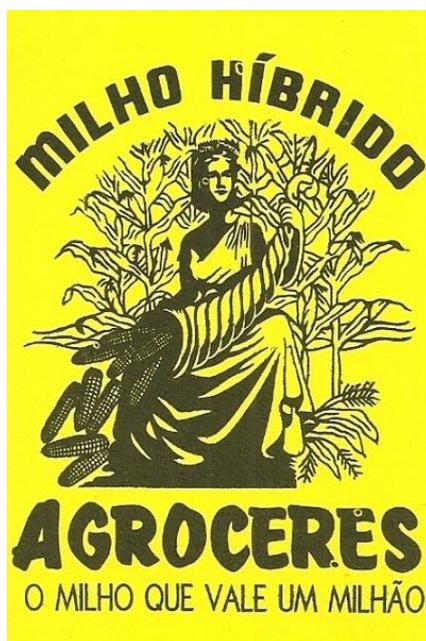
Mesmo ocorrendo “estranhamento” ao milho híbrido da Agrocere, o homem rural se entregou aos seus encantos, pois através dele havia um lucro maior de seu trabalho. Esse fato pode ser observado no depoimento do senhor Joaquim Caetano, mais conhecido como Joaquim Livero. Na década de 1950 ele teve o primeiro contato com as “sementes da Agrocere”, pois era meeiro em uma propriedade na Mata dos Fernandes, zona rural da região de Patos de Minas. Ao ser questionado sobre o cereal modificado geneticamente, ele relata:

Ele era muito diferente. O mio [milho] ele tem o tipo de um vidro. Ele lúmea, ele bria. Lá na roça sê oiava ele e quando o sol esquentava parecia que ele tinha uns diamante no meio. Briava! [...] O mio era bem diferente do outro [milho comum]. Tinha o “macho” e

ele era só bão pra cumer assado. Era duro, miudinho e dava umas espiguinha mais pequena; mas sadiinha, aquele trem mais bunito. Agora o outro [milho comercial da Agrocere] dava um milho médio na terra boa e num usava adubo, nem cobertura e nem nada, era só a natureza. Ocê não tem nem ideia do tanto que ele rendia (Entrevista concedida por Joaquim Caetano, em Patos de Minas, no dia 12 de agosto de 2016).

Mas para aceitação desse produto no mercado, a Agrocere teve que fazer muitas inovações. Entre elas destaca-se o marketing realizado por essa empresa. A primeira grande estratégia foi o slogan: “O milho que vale um milhão”. Esse bordão representa a fartura e a multiplicação do milho. E ao usar o termo *milho* no aumentativo, faz-se lembrar também de valores financeiros, ou seja, “milhões de reais”.

IMAGEM 3: Propaganda da empresa Agrocere.



Fonte: Acervo Memorial do Milho

Ao longo dos anos, investiram muito em publicidade e propaganda. Pelo fato de ela ser a pioneira na produção de milho híbrido em Patos de Minas e uma das primeiras do Brasil, eles tinham que mostrar suas qualidades e os benefícios alcançados através da produção desse cereal geneticamente melhorado. Como grande parte da população não conhecia o milho híbrido, a empresa Agrocere investiu muito nesse aspecto. Esse fato pode ser considerado primordial para o sucesso, pois através da propaganda observa-se uma linguagem simples, direta e convincente para o produtor e o consumidor do milho híbrido da Agrocere.

Esse era o intuito. Mostrar o milho híbrido e incentivar os produtores rurais a plantá-lo, pois para ocorrer a plantação ele deveria comprar a semente. Logo de imediato

houve essa aceitação do homem do campo. O milho começou a ser plantado e comercializado. A partir desse momento o cenário rural patense iria se transformar, e para o homem do campo, seria uma grande “injeção de ânimo”:

A Agrocere encontrou o plantio do milho no município com pouquíssima técnica. O município era, em 1950, altamente dedicado à pecuária (o que era sensato, já que as comunicações com o resto do estado eram extremamente precárias). A introdução do milho híbrido foi uma injeção de ânimo nos agricultores. Passou a haver um acentuado avanço na técnica do plantio e cultivo do milho; conseqüentemente o aumento da produtividade. Antes só se cultivava o milho comum (variedades tradicionais) e ainda em terrenos não preparados de acordo com a técnica (MELLO, 1971, p. 131).

Como relata Oliveira Mello, houve um acentuado “avanço na técnica do plantio e do cultivo do milho”. Essas mudanças trouxeram inúmeros benefícios e transformações para o meio rural. Com o apoio de novas técnicas, o produtor rural passou a industrializar suas terras e conseqüentemente a ter mais lucratividade. Na obra *Complexo agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro*, de autoria de Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, são mostrados argumentos concisos em relação à mecanização do campo e à sua industrialização. Neste trabalho, os autores mostram e enfatizam a “revolução tecnológica” ocorrida na agricultura brasileira em meados dos anos de 1950. Tais mudanças ocorreram principalmente devido aos grandes avanços ocorridos na ciência. Com o melhoramento genético de sementes e insumos (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos) os progressos do campo foram se solidificando e transformando o meio rural em um grande expoente econômico. Segundo os autores,

da porteira da fazenda para dentro, nota-se uma tendência de especialização do produtor na sua atividade-fim, principalmente onde predomina a chamada “agricultura de mercado”, com o que uma série de trabalhos antes realizados pela agricultura passam a ser processados por agentes externos. Da porteira da fazenda para fora, estrutura-se um moderno parque industrial, que fornece bens de capital e os insumos modernos que abastecem o campo, como máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos, vacinas, medicamentos, rações etc (ARAUJO, WEKEDIN e PINAZZA, 1990, p. 26).

Além de modificar a zona rural da região de Patos de Minas, a Agrocere transformou profundamente as formas tradicionais da produção agrícola. Nesse sentido, ela representaria a ciência que introduz o plantio de milho híbrido e apresenta aos produtores a possibilidade de maiores lucros. De acordo com os autores, o papel da Agrocere foi fundamental para a modernização rural:

Nasceu a Agrocere, lançando no mercado brasileiro as primeiras sementes de milho híbrido, um insumo com potencial para revolucionar os padrões de produtividade da cul-

tura do milho, na época. Pode-se dizer que, naquele momento, a Agrocères também contribuía para lançar as primeiras sementes da modernidade rural brasileira, pois promovia um casamento no qual a eficiência da fazenda passava a ser potencializada por novos conhecimentos científicos, conquistados do lado de fora da propriedade rural (ARAUJO, WEKEDIN e PINAZZA, 1990, p. 52).

Na obra acima, pode-se perceber uma analogia entre as antigas atividades agropecuárias e as atuais, mostrando como as “novas tecnologias” no campo alteram significativamente a relação dos produtores rurais com o mercado e, obviamente, com a tecnologia. Mas além desta análise não se pode esquecer as mudanças ocorridas com o homem rural, ou seja, o caipira. Quem descreve muito bem o homem rural é o sociólogo Antonio Candido em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, publicado em 1964. Este trabalho retrata a sociedade rural na região de Bofete, no estado de São Paulo, detalhando o cotidiano rural e os diferentes modos de vida e sociabilidades. No livro, o autor procura compreender a transformação do caipira através das novas possibilidades de vida, em que as imposições econômicas do mundo capitalista interferem radicalmente no universo cultural. Sobre este aspecto, Antonio Candido descreve o seguinte:

Hoje a dimensão econômica avultou até desequilibrar a situação antiga. A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. Condição de eficácia e, portanto, sobrevivência, é a renúncia aos padrões anteriores e a aceitação plena do trabalho integral, isto é, trabalho com exclusão das atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada. Quem não faz assim deve abandonar o campo pela cidade, ou mergulhar nas etapas mais acentuadas de desorganização, que conduzem à anomia. Isto se torna claro ao estudarmos a situação de cada membro do grupo em apreço, patenteando-se a interdependência do ritmo do trabalho, vida cultural e equilíbrio econômico (CANDIDO, 2010, p. 194).

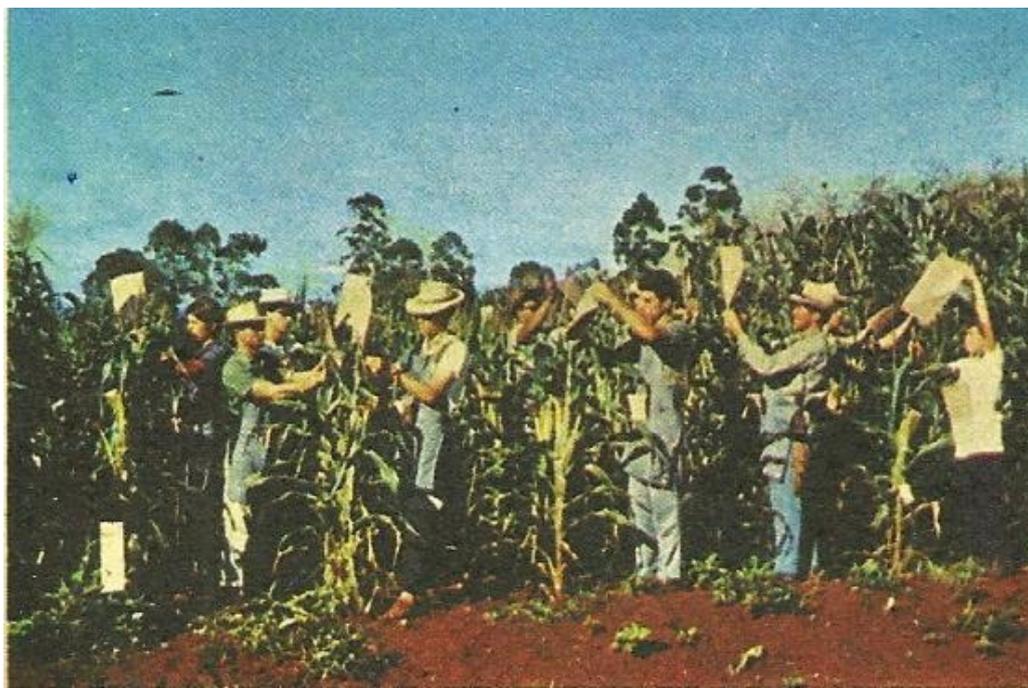
Por muitos anos a economia rural foi propriamente de subsistência, ou seja, tudo que era feito e conquistado pelo homem rural era para a sua própria sobrevivência. Com a vinda da Agrocères, esse modelo econômico se transformou. A Agrocères tinha um meio próprio de comercialização dos seus produtos. Ela oferecia as sementes e todos os insumos agrícolas necessários para a plantação. Como contrapartida, a empresa comprava toda a safra do lavrador, e por sinal, pagava um valor mais alto do que o valor de mercado. Por esse fato, os meios econômicos do produtor rural se transformavam, mas a sua vida também. A Agrocères cobrava uma boa qualidade de seus parceiros e para isso, o homem rural devia trabalhar conforme as normas da empresa.

Houve mudanças e permanências ocorridas no meio rural de Patos de Minas-MG

a partir do contato com as propostas de produção agrícola da Agrocere. Pode-se observar que houve as eventuais situações de estranhamento entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano ou entre o científico e o empírico. A diferença e o estranhamento se deram em especial no que diz respeito ao trabalho de retirada do pendão do milho. Essa função se dava com o intuito de impedir a sua fecundação. Por nunca ter exercido tal função, pelo desconforto do trabalho e outros impedimentos, o homem da roça estranhou essa ação. Além disso, era mais um trabalho no cotidiano do caboclo. Sobre esse “novo serviço” e o estranhamento com ele, Edmundo de Moura Estevão, que é engenheiro agrônomo e ex-diretor da Agrocere, relata sobre essa questão:

Lá na propriedade fazendo o despendoamento era o agricultor [...]. Então o despendoamento, que era tirar o pendão do milho para castrar ele, era feito em época plenamente de chuva. Então você tinha que trabalhar molhado o dia inteiro nos meses de dezembro e janeiro [...] O milho estava penduando, você tinha que arrancar o pendão. Era chuva, chuva, chuva e chuva. Isso era um incômodo e, como na época você não podia ter mais de 1% de pendão na planta fêmea, o trabalho era constante. Eles soltavam o pendão na mesma época. Você tinha que passar analisando todas as manhãs. E vinha os fiscais e enchia a paciência realmente. Se estava com mais de 1% de impedimento, tinha que voltar imediatamente, para tirar antes dele polonizar e fecundar. Esse atrito de prazo não era fácil. Imagina você arrumar gente numa época de janeiro? Era época de Folia de Reis. Você tirar o pessoal de uma festança para poder ir debaixo de chuva despendoando milho. Essas coisinhas assim, mas nada de anormal (Entrevista concedida por Edmundo de Moura Estevão, em Patos de Minas, no dia 11 de agosto de 2016).

**IMAGEM 4:** Fotografia de lavradores retirando o pendão do milho



**Fonte:** Acervo Memorial do Milho

Ainda sobre os bastidores da Agrocerec, o ex-diretor da empresa, José Ribeiro de Carvalho, descreve em seu livro *Palmilhar o Tempo*, sua trajetória de vida, mostrando elementos da vida pessoal e profissional. No aspecto profissional ele relembra algumas de suas experiências, entre elas segue uma relacionada à retirada do pendão e sua fiscalização:

Eu dirigia a Unidade de Sementes de Patos de Minas, juntamente com o Altivo, que era meu companheiro de serviço de campo. Que trabalhadeira tirar o pendão do milho! Época de Folia de Reis, o pessoal não abria mão das festividades. Principalmente das Pindaíbas e do Buracão. Não havia dia santo, nem sábado, nem domingo, a negrada tinha que grudar no serviço, e no duro. Não podia passar do tempo. Era uma briga feia para juntar o pessoal nesse tempo. Quando falava “Zé Ribeiro está vindo aí”, a coisa mudava de aspecto. O pessoal corria e se ajuntava no campo para arrancar os pendões. Se tivesse 5% de pendão soltando pólen, o campo já estava condenado (CARVALHO, 2016, p. 122).

Na fala dos dois antigos diretores da Agrocerec, observa-se a dificuldade de fazer o trabalho de despendoamento, e a grande causa apontada por eles são as Folias de Reis. Essa festividade com caráter sagrado/profano é um dos principais meios de sociabilidade do homem rural da região de Patos de Minas. É nessa ocasião que o povo da roça se une para se divertir e exercer sua religião. Devido aos meios de cultivo do milho híbrido, à modernização do campo e à transformação da própria sociedade, o homem da roça já não possuía o domínio de seu tempo. Ele passa a viver em função do seu trabalho. Com isso, os seus costumes e tradições passam a ser transformados. Por esse fato, o trabalho da roça passa a ser semelhante ao das cidades, formando assim um “proletariado rural”.

### 3. Conclusão

Nesse artigo, houve as discussões teórico-metodológicas da pesquisa, mostrando a importância da empresa Agrocerec para a transformação do cenário rural de Patos de Minas-MG, compreendendo todo o processo numa via de mão dupla, ou seja, a modernização da Agrocerec e as mudanças dos valores tradicionais dos produtores agrícolas da região. À medida que a Agrocerec levou inovações modernizantes ao campo, a sua própria modernidade também sofreu influências das práticas culturais fundadas na tradição e no conservadorismo.

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa e do cruzamento de fontes, notou-se que houve uma influência positiva da Agrocerec em Patos de Minas. Esse fato se deu diretamente através da introdução do milho híbrido nestas terras. Com este cereal melhorado geneticamente ocorreu uma produção/colheita maior e conseqüentemente o aumento dos lucros para o produtor rural. Nesta análise sempre foi levada em consideração a relação da Agrocerec (milho híbrido) com a produção agrícola de Patos de Minas.

Com relação ao homem do campo, também houve mudanças. Ele teve seus costumes e tradições transformadas. Foi obrigado a reestruturar seu tempo, mas se adequou

aos novos meios capitalistas. E como se adequou! Através da mecanização das lavouras ocorreu também a diminuição de trabalho, e com isso, o homem rural passou a ser homem urbano, mudando-se para a cidade ou trazendo os costumes da cidade para a zona rural. A partir da década de 1950, e especialmente nos anos de 1970, a população rural reduz-se, e o país passa a ter um maior número de habitantes considerados urbanos. Mesmo apesar das mudanças e transformações, a Agroceres continua sendo uma das maiores produtoras de grãos do país, fazendo que Patos de Minas se consolide com um dos grandes celeiros nacionais.

IMAGEM 5: Jornal Diário de Minas – Belo Horizonte 24/05/1958



Fonte: LEPEH

#### 4. Referências

AGROCERES 70 anos: você vê, você confia. São Paulo: DBA Editora, 2015.

ARAUJO, Ney; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. A. *Complexo agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro*. São Paulo: Suma Econômica, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, José Ribeiro de. *Palmilhar o tempo*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2016.

COURY, Marialda. *A Festa do Milho através dos tempos*. Patos de Minas: Fundação Casa da Cultura do Milho, 2008.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário, in: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

MAYRINK, Geraldo. *Agroceres: travessia do sertão ao agribusiness*. Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 1995.

OLIVEIRA MELLO, A. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

*PENSE GRANDE*: a história de dez empreendedores que concretizaram suas idéias em empresas sólidas e lucrativas trabalhando com persistência e criatividade. São Paulo: Prêmio, 1989.

SANTOS, Roberto Carlos. *Em nome da moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas-MG (1900-1960)*. 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em História/UFU.

SCOTT & SEEGER, Kathleen. *Antônio Secundino e seu milho milagroso*. Portugal, Seleções do *Reader's Digest*, t. 4, n. 25, jun. 1973.

## As transformações na cidade de Patos de Minas: uma análise sob a ótica das universidades

*Transformations in the city of Patos de Minas: an analysis considering the universities*

**Juliana Fernandes Soares**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo UNIPAM. e-mail: Jufernandes13@yahoo.com

**Renata Aparecida Vaz Rodrigues**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: renatavr@unipam.edu.br

---

**Resumo:** As universidades são componentes urbanos estratégicos no desenvolvimento das cidades médias. Esta pesquisa estuda os impactos e as transformações urbanas geradas pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) implantado na década 1970 na cidade média de Patos de Minas-MG. Para isso, foram estudados os mapas de evolução da cidade, os dados (históricos e atuais) de desenvolvimento e consolidação das universidades, e as estruturas urbanas adjacentes. Assim é possível entender os *campi* universitários e o UNIPAM e a sua relação com a cidade, bem como avaliar a importância desse equipamento na cidade de Patos de Minas.

**Palavras-chave:** Transformação Urbana. *Campi* Universitários. UNIPAM.

**Abstract:** Universities are strategic urban components in the development of medium-sized cities. This research studies the impacts and the urban transformations generated by the University Center of Patos de Minas (UNIPAM) implanted in the 1970s in the middle-sized city of Patos de Minas-MG. In order to do this, the evolution maps of the city, the data (historical and current) of development and consolidation of the universities, and the adjacent urban structures were studied. Thus, it is possible to understand the university campuses and UNIPAM and its relation with the city, as well as to evaluate the importance of this equipment in the middle-sized city of Patos de Minas.

**Keywords:** Urban transformation. University campuses. UNIPAM.

---

### 1. Introdução

Arquitetura e Urbanismo é a ciência que estuda a relação do homem com suas necessidades de espaço. O interesse pelo espaço da educação e seus reflexos na forma urbana é um dos fundamentos deste trabalho, cujo tema a debater é o Centro Universitário de Patos de Minas e “as transformações na cidade de Patos de Minas: uma análise sobre a ótica das universidades”, uma proposta que estuda as relações entre as universidades e a cidade buscando compreender a dinâmica urbana influenciada pela implantação dos *campi* universitários na cidade.

As reflexões atentaram para o potencial da cidade de Patos de Minas como objeto de análise, suficiente às problematizações pretendidas nesta pesquisa. Optou-se por avaliar os impactos gerados pela implantação de instituições universitárias, nesta última cidade, buscando relacioná-las com o meio urbano.

Será preciso entender a dinâmica de um centro universitário que compreende em torno de 30 cursos de graduação, 9.000 estudantes e 400 professores distribuídos em um único *campus* universitário, que, quando foi implantado na década de 70, estava contíguo à malha urbana, e hoje se situa completamente inserido na cidade.

Este trabalho parte do pressuposto de que o UNIPAM é um indutor de transformação do espaço urbano da cidade de Patos de Minas, constituindo uma centralidade e modificando o entorno onde está inserido. Entretanto, para tratar do objeto de estudo, foi relevante fazer uma digressão histórica sobre *campi* universitários, aprofundando o estudo sobre o processo de criação do *campus*.

Além disso, é primordial entender a formação urbana, cultural e socioeconômica de Patos de Minas para as relações inerentes à relação entre a cidade e o campus universitário, e o progresso de ambos.

O objetivo central da pesquisa visa compreender como as universidades influenciam a dinâmica das cidades, avaliando seus impactos morfológicos, sociais, culturais e econômicos dentro do contexto das cidades médias brasileiras. A pesquisa tem como objetivos específicos:

- Entender os *campi* universitários e a sua relação com a cidade;
- Avaliar a importância desse equipamento na cidade média de Patos de Minas;
- Avaliar a influência do UNIPAM na cidade de Patos de Minas.

A fundamentação da pesquisa adaptou a metodologia *Morphos* desenvolvida na Universidade do Porto (Portugal), moldada à cidade média brasileira e aplicada ao caso específico da análise da implantação das universidades. Esta metodologia investiga a morfologia e o planejamento urbano, detalhando a cidade através de suas ruas, quarteirões/ sistemas de parcelas de edifícios, e é construída através da análise de critérios de avaliação baseados nas relações estabelecidas: sintaxe espacial, época de construção dos edifícios, taxa de ocupação, gabarito, função dos edifícios, relação entre o campus e a cidade, legislação, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) municipal e valor da terra.

A pesquisa teve início com a coleta de dados históricos acerca da criação da primeira universidade em Patos de Minas, o UNIPAM, concomitante à busca por documentação sobre as questões políticas que abrangem a construção do *campus*. Ainda, documentações iconográficas de jornais e mapas também serviram para a avaliação do que aqui se pretende: estabelecer as relações entre *campus* universitário e cidade. Tais informações foram obtidas através de consulta a jornais antigos, disponíveis no museu do município e em estudos históricos da cidade, e ao acervo histórico e aos dados institucionais do UNIPAM. Foram realizadas visitas às universidades de Patos de Minas e também no entorno do UNIPAM para entender a relação entre o *campus* e a cidade. Assim, Boaventura ressalta:

O UNIPAM é mantido pela Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM) e teve sua

gênese e desenvolvimento em meio à explosão de inúmeras instituições de Educação Superior Privada no Brasil, desencadeadas pelo desenvolvimento econômico, pela expansão do ensino médio e pela necessidade de habilitação legal de educadores, fatos que nos levam a pesquisar a especificidade do processo de sua constituição e de seu desenvolvimento (BOAVENTURA, 2008, p. 16).

No primeiro momento é necessário introduzir e contextualizar o tema cidade e *campus* universitário. Os *campi* universitários podem desenvolver o potencial produtivo de uma região, principalmente nas cidades médias (CROCCO e DINIZ, 2006). O objetivo central desta pesquisa é entender a relação entre os *campi* e a cidade, especificamente o impacto da criação ou instalação de *campi* universitários na cidade média de Patos de Minas.

O artigo apresenta o conceito de *campus* universitário e suas particularidades, contextualiza aspectos relativos às cidades médias e estabelece relações entre esses dois objetos: o *campus* e a cidade. No que se refere às universidades, são observados aspectos físicos dos *campi*, como localização, inserção urbana, análise do entorno, tipologias construtivas, usos, gabarito, sistema viário, mobilidade urbana.

Quanto às cidades médias, são apresentados os fatores que as caracterizam, bem como suas especificidades (distribuição da malha urbana, capacidade de adensamento, nível de verticalização, dentre outros). Por conseguinte, são analisadas as implicações advindas das mudanças urbanas ocasionadas pela implantação de uma universidade em meio citadino (ou no seu entorno, como em muitos casos). A influência na forma urbana do *campus* na cidade é estudada no último tópico, atentando para aquilo que é consequência visível da inter-relação entre o *campus* e o meio urbano: as transformações advindas da implantação.

O *campus* universitário é analisado como um componente urbano estratégico para o desenvolvimento das cidades médias. A partir disso, a cidade de Patos de Minas e os *campi* do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) são introduzidos como objeto de estudo.

Deste modo, serão investigadas as transformações morfológicas da construção dos *campi* universitários em Patos de Minas. Para tanto, são estudadas a evolução urbana da cidade e a relação que os *campi* têm nesse processo de desenvolvimento e modificação do espaço urbano. Ademais, os diversos aspectos referentes ao funcionamento, regulamentação e potencialidades do espaço citadino são analisados em tópicos, a saber: usos, tipologia, densidade, gabarito, legislação, sistema viário e mobilidade urbana.

## 2. Revisão de literatura

As universidades desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico das cidades e das regiões onde se inserem. Guerreiro (2009) salienta que, “tradicionalmente, esse papel valora apenas os efeitos multiplicadores que a própria universidade e a respectiva comunidade acadêmica [...] geravam na [...] animação dos mercados locais de consumo, da habitação, e na eventual atração de atividades econômicas no âmbito dos serviços prestados às pessoas [...] A problemática atual revela-se, no

entanto, simultaneamente mais complexa e aliciante”.

Os centros universitários, por sua vez, inseridos em uma cidade, promovem a transformação social, cultural e física do espaço, colocando a sociedade em um processo longo e contínuo de desenvolvimento urbano. Hoeger (2007) procura estabelecer que o *campus* universitário, sendo um significativo equipamento inserido na cidade, deve ser considerado como um espaço de produção de informações e conhecimentos e deve qualificar a cidade onde está inserido, sendo o ponto de partida sua relação física para com ela, como um espaço de extensão da cidade por meio da melhoria na qualidade ambiental, social, cultural e tecnológica na estruturação do espaço urbano.

Entretanto, as universidades por sua vez, inseridas no espaço urbano, estão associadas a um processo longo e contínuo de transformação e ampliação de suas dependências físicas. No que lhe concerne, acarretam o desenvolvimento urbano da cidade e abrem espaço principalmente para a formação de novos centros imobiliários formados ao entorno do *campus*. Estas edificações formadas próximo aos *campi*, constituem-se em aglomerados de edifícios que vêm consigo trazer a transformação da paisagem através da verticalização e que abrem espaço para a especulação imobiliária do local.

Sayegh (2009) ressalta que a criação de um *campus* universitário gera forte especulação imobiliária devido ao interesse estudantil de morar próximo à instituição de ensino, modificando ainda o transporte urbano, que deverá prover mais vias e linhas de transporte público até o *campus*, bem como a criação de comércios nos arredores, fomentando a economia local e a geração de empregos.

Deste modo, a instituição fomenta a verticalização das moradias que se estabelecem ao entorno dos *campi* universitários, e para a sua consolidação, tem-se a necessidade de produção em alta escala e a acumulação de capital. Souza aduz:

[a verticalização é] resultante, no espaço produzido, de uma estratégia entre múltiplas formas do capital fundiário, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano. É essa estratégia que, politicamente (e não tecnicamente), definirá os limites da multiplicação do solo (SOUZA, 1994).

Assim a verticalização é viabilizada pela técnica, mas ocorre em função da necessidade de o capital multiplicar o solo e dele extrair uma renda fundiária. Deste modo, essas mudanças resultam no tratamento da terra como mercadoria e, no surgimento de uma renda fundiária através da comercialização de unidades habitacionais, fazem com que os preços da terra tenham tendência ascendente durante o processo de verticalização. (SOMEKH, 1987).

Contudo, mesmo o processo de verticalização sendo atribuído ao desenvolvimento rápido e que visa mediante ao *campus* instalar um sistema múltiplo de acesso à moradia, Francisco (2007) evidencia o mais grave problema que este sistema produz:

A perda, irreparável, das qualidades urbanas de uma cidade pequena que, mesmo sem uma rede modernizada de infraestrutura, tinha no corpo a corpo do contato do cidadão do interior uma forma de minimizar o abismo e as disparidades sociais reveladas mais tarde pela cidade verticalizada. O centro da cidade que tinha, no caseiro baixo, na di-

versidade da vizinhança e na vegetação que sombreava as ruas da praça, o privilégio das relações interpessoais, viu ser substituída a “urbanidade acaipirada” pela importação do modelo modernizador do urbanismo que foi, paulatinamente, eliminando os vestígios da cultura local e diminuindo os laços de intimidade. O tempo fugido, característico da modernidade em processo, roubou-lhe o tempo da cidade do interior (FRANCISCO, 2007).

### 3. Resultados finais

A universidade inserida dentro de uma cidade média está relacionada concomitantemente a aspectos de desenvolvimento urbano que, por sua vez, se inserem em um processo proativo de morfologia física, cultural e econômica. Em estudo, ela produz em seu entorno uma demanda de valorização de mercado imobiliário e desenvolve os centros comerciais e a mobilidade urbana.

Em ênfase, para uma descrição e aperfeiçoamento da análise sobre as transformações na cidade de Patos de Minas sob a ótica das universidades, ao longo do desenvolvimento teórico e prático, foram registrados dados gráficos sobre o desenvolvimento que o entorno do *campus* sofreu ao longo de uma década. Deste modo, os registros pautam-se sob um raio de 800 metros do *campus* e se estabelecem em resultados de dinâmica habitacional, comercial e de conservação da identidade cultural e física do espaço.

As universidades dentro de um centro urbano, em primeiro momento, geram para seus usuários transformações sociais, econômicas e físicas do espaço. As transformações sociais estão relacionadas à socialização e à distribuição de centros educacionais e quantitativos de prestação de serviço e como este vem atingir a população como um todo. Mas é necessário apontar que a implantação dos centros de ensino superior causa transformações físicas no espaço, colocando a cidade em um processo longo e contínuo de transformação urbana.

Na década de 70, após a implantação do UNIPAM, numa área contígua à malha urbana, iniciou-se o processo de ocupação da região no entorno do *campus*. O *campus* estava integrado à cidade de Patos de Minas, o que contribuiu para o processo de urbanização dos bairros lindeiros.

A análise do mapa “Época de Construção dos Edifícios” retrata o processo de desenvolvimento urbano que se formou a partir do *campus*. Para a produção do mapa, foram levantadas algumas datas aproximadas da construção dos edifícios através de visitas *in loco*. É importante salientar que o banco de dados da Prefeitura Municipal não compreende a época de construção, portanto, as datas foram estimadas e agrupadas com a predominância das quadras. Para referenciar o leitor quanto à análise dos mapas, adotaremos as orientações norte, sul, leste e oeste, tendo como ponto central o *campus*. Essas orientações também coincidem com os pontos cardeais geográficos.

No entorno do *campus* há a predominância das edificações concluídas até a década de 80, com exceção para a região que corresponde à hachura amarela no mapa, lindeira ao *campus*, ao lado direito e ao lado esquerdo, que são frutos da fase de expansão universitária vivenciada a partir do ano 2000. Ao lado esquerdo, há a predominância de edifícios de apartamentos com padrão universitário que começaram a substi-

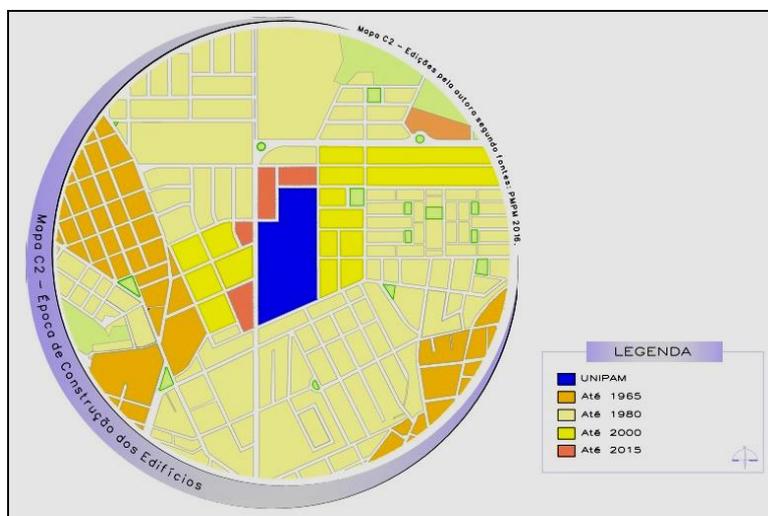
tuir as residências e ocupar os lotes vagos com o aumento da procura por residências universitárias próximas ao campus.

À direita do campus os terrenos são maiores, e a legislação não permite a verticalização, o que potencializou a construção de edificações de padrão de classe média alta. Nessa região predomina o uso residencial. Trata-se de uma região muito procurada para moradia dos professores para facilitar a locomoção diária.

A região próxima ao *campus*, identificada no mapa com a cor rosa, está em constante evolução e adensamento. A construção civil modifica a paisagem urbana utilizando ao máximo o coeficiente de aproveitamento para compensar o valor investido nos terrenos que possuem o maior valor de metro quadrado da cidade. Nessa região há a predominância de residências universitárias mescladas com alguns comércios.

Nas regiões oeste e sudeste percebemos as edificações mais antigas que surgiram antes da implantação do UNIPAM, as quais muito provavelmente foram influenciadas pela especulação da localização do campus que já estava sendo noticiada nessa época.

A análise do mapa a seguir identifica as principais épocas de construção dos edifícios e a sua relação com a criação do *campus* na região norte da cidade de Patos de Minas. Percebe-se que o *campus* implantado direcionou à época a expansão da cidade. Além do mais, o espaço urbano está em constante transformação e adensamento. As residências próximas ao campus estão sendo substituídas pelos edifícios residenciais, o que pode ser verificado no mapa de gabarito em que identificamos crescente verticalização.



MAPA 1: Época de Construção dos Edifícios. Fonte: As autoras, 2016.

### 3.1. Verticalização do entorno do *campus*

No contexto geral, há a predominância de edificações de um pavimento constatado no mapa de gabarito. À leste do UNIPAM o padrão construtivo é de residências térreas ou de dois pavimentos. Este padrão está relacionado à ocupação pela classe

social de maior poder aquisitivo que não permite a verticalização no entorno para não desvalorizar seus imóveis.

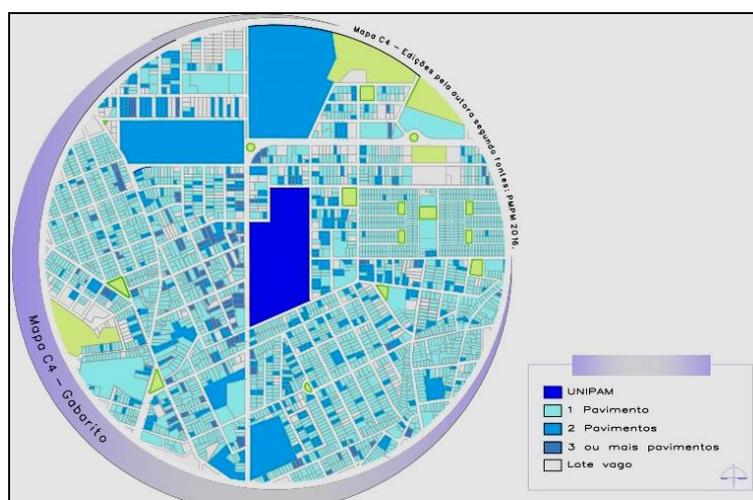
A verticalização propicia a aglomeração de um grande número de pessoas direta ou indiretamente relacionadas à universidade em busca da comodidade de morar próximo ao campus e não depender de transporte público ou privado para a locomoção diária. É importante salientar que a verticalização ocorreu no lado esquerdo da rua Major Gote em que os terrenos são mais atrativos do ponto de vista comercial, com tamanhos que permitem o adensamento.

A análise da verticalização encontrada no entorno do *campus* aumentou consideravelmente de forma concomitante à expansão universitária. No ano 2000 o UNIPAM tinha em torno de 2.000 alunos. O período de maior crescimento do UNIPAM aconteceu do ano 2000 até o ano de 2015, em que esse número de alunos aumentou consideravelmente para algo em torno de 9.200 alunos. Um dos fatores que propiciaram esse aumento foi o momento econômico favorável e os incentivos governamentais para os financiamentos estudantis.

Esses dados fundamentam a verticalização ocorrida, pois o aumento do número de alunos cria uma demanda para moradia universitária no entorno do *campus*. Esses dados não condizem com o mapa apresentado sobre a densidade demográfica do IBGE que atribuem entre 2800 a 6800 habitantes por quilômetro quadrado. Isto se dá pelo fato de que os estudantes que são de outras cidades e moram em Patos de Minas para a estudar são caracterizados como população volátil e não fazem parte das estatísticas do censo demográfico.

O padrão construtivo predominante compreende o uso comercial no pavimento térreo e o uso residencial nos pavimentos superiores. Este processo está diretamente relacionado à valorização imobiliária das terras no entorno e aos investimentos privados criando uma nova modelagem urbana.

Nesse caso, o UNIPAM atua como um agente de transformação urbana, definindo uma nova organização espacial para a área de estudo. As transformações no espaço urbano são fruto das relações sociais ao longo do processo histórico e modificam a paisagem da cidade.



MAPA 2: Gabarito. Fonte: A autora. 2016.



**FIGURAS 1 e 2:** Edifício República University Hall e verticalização no entorno do *campus*.  
**Fonte:** As autoras, 2016.

O uso e a ocupação do solo no entorno do UNIPAM são o reflexo do crescimento urbano influenciado pela universidade. A diversidade de usos não é tão expressiva assim, pois há a predominância dos usos residenciais. A concentração de usos comerciais acontece principalmente ao longo da via arterial denominada Rua Major Gote. Próximo ao *campus* os usos comerciais são voltados para o público universitário. Percebemos uma diversidade de comércios e serviços relacionados com xerox, papelaria e alimentação, como bares, lanchonetes, restaurantes.



**FIGURA 3:** Processo de Verticalização do entorno do *campus*. Rua Major Gote.  
**Fonte:** As autoras, 2016.

#### 4. Conclusões finais

Desenvolver uma pesquisa requer por parte do pesquisador discente e docente uma disciplina aplicada em busca de conhecimento para sanar as dúvidas, estimular o senso crítico do leitor e atingir as metas estipuladas durante as fases iniciais. E deste

modo, o estudo sobre as transformações na cidade de Patos de Minas sob a ótica das universidades visa entender o *campus* universitário UNIPAM inserido em Patos de Minas, no Alto Paranaíba, e avaliar sua importância na cidade.

O estudo sobre o tema dissertado traz consigo um amplo caminho a ser percorrido, sendo que as dificuldades encontradas durante a pesquisa estão em correlacionar as transformações físicas do espaço que circunda o UNIPAM, uma vez que se deve levar em consideração que os aspectos de desenvolvimentos econômicos, culturais e físicos das edificações estão ligados concomitante ao próprio processo de evolução urbana da cidade.

No entanto, segundo Portas (2012), na concepção das universidades modernas, atribuiu-se importância crucial à sua infraestrutura física, arquitetônica e urbanística, e três pontos merecem ser debatidos: “as razões que justificam a concentração espacial dos edifícios universitários, a forma de inserção das Universidades no tecido urbano e a flexibilidade indispensável às suas instalações”. Para esta pesquisa, o essencial é analisar a inserção das universidades no tecido urbano.

Assim, entende-se que um campus universitário, sendo um significativo equipamento inserido na cidade, deve ser considerado como um espaço de produção de informações e conhecimentos. Como tal, deve ter a obrigação de qualificar a cidade onde está inserido, sendo o ponto de partida sua relação física para com ela, como um espaço de extensão da cidade por meio da melhoria na qualidade ambiental, social, cultural e tecnológica na estruturação do espaço urbano (CALDERARI, 2013, p. 179).

Assim, finda-se por matéria precípua que o projeto de pesquisa deve avaliar todos os impactos positivos e negativos causados pela inserção das universidades nas cidades, e a partir dos dados colhidos, sistematizar através de mapas as transformações ocorridas na cidade de Patos de Minas após a chegada do UNIPAM. Deste modo, as universidades, quando instaladas, geram movimentações urbanas de significativa expressão na cidade. De acordo com Hoeger (2007), no que diz respeito ao processo de inclusão de um centro de ensino superior no meio urbano, “[...] nos melhores cenários este processo tende a acelerar as mudanças estruturais e de infra-estrutura que promovem o crescimento da economia de longo prazo e a estabilidade para todos”.

## 5. Referências bibliográficas

BOAVENTURA, Regina Macedo. *A gênese e a consolidação do Centro Universitário de Patos de Minas/MG - UNIPAM (1968-1975)*. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação Superior – Centro Universitário do Triângulo. Uberlândia, 2008.

BOVO, J. M. *Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

CALDERARI, Elaine Saraiva; OLIVEIRA, Lucas Martins de; MOTA JR, Plínio S. Brandão;

HAYASHIDA, Gláucia Trindade. O planejamento da paisagem como princípio de projeto urbano sustentável para campus universitários – Campus Glória/UFU, *Revista Labverde*, n. 7, artigo n. 8, dez. 2013.

CROCCO, M. A.; DINIZ, C.C. Introdução – bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão, in: *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2006, pp. 9-31.

FRANCISCO, A. M. *Arquitetura e cidade: habitação vertical em São José do Rio Preto-SP*. Tese (Doutorado) do programa da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

HOEGER, Kerstin; CHRISTIAANSE, Kees. *Campus and the city: urban design for the knowledge society*. Zurich: ETH Zurich, 2007

SAYEGH, Liliane Márcia Lucas. *Dinâmica urbana em Ouro Preto: conflitos decorrentes de sua patrimonialização e de sua consolidação como cidade universitária*. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

SOMEKH, N. *A (des)verticalização de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) do programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo São Paulo, 1987.

SOUZA, M. A. A. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.

## 6. Referências das imagens

Mapa 1: Época de Construção dos Edifícios. Fonte: As autoras, 2016.

Mapa 2: Gabarito. Fonte: As autoras, 2016.

Figuras 1 e 2: Edifício República University Hall e verticalização no entorno do *campus*. Fonte: As autoras, 2016.

Figura 3: Processo de verticalização do entorno do *campus*. Rua Major Gote. Fonte: As autoras, 2016.

## A literatura como narrativa do passado: Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII

*Literature as a narrative of the past:  
Jane Austen and the English woman of the XVIII century*

**Dayane Cristina de Freitas**

Graduanda do curso de História (UNIPAM). e-mail: dayanemorgain@gmail.com

**Thiago Lemos Silva**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: thiagols@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Esta pesquisa procura investigar o lugar da mulher na sociedade inglesa do século XIX, a partir do prisma da escritora Jane Austen, de forma a evidenciar as continuidades e rupturas dos papéis de gênero então estabelecidos nessa sociedade, além de observar e problematizar a relação das mulheres com a literatura, destacando seus objetivos, suas dificuldades e conquistas. A pesquisa propôs-se ainda a contemplar os múltiplos aspectos existentes na discussão entre História e Literatura, analisando se a segunda é fonte viável para construir a escrita da primeira. Após analisar diversos textos e documentos, foi possível concluir que a literatura de Jane Austen fornece um testemunho verossímil da posição feminina na sociedade inglesa de seu tempo. Além disso, foi possível entender como se deu a entrada da mulher na profissão de escritora e dialogar com alguns historiadores a respeito da utilização da literatura como fermenta de observação do passado.

**Palavras-chave:** Mulher. Literatura. Historiografia.

**Abstract:** This paper seeks to investigate the place of women in nineteenth-century English society, analyzing through the point of view of the writer Jane Austen, in order to highlight the continuities and ruptures of gender roles established in this society, and to observe and problematize the relationship of women with literature, highlighting their goals, difficulties and achievements. The research also proposed to contemplate the multiple aspects existing in the discussion between History and Literature, analyzing if the former is a viable source to build the writing of the latter. After analyzing various texts and documents, it was possible to conclude that Jane Austen's literature provides a credible testimony of the feminine position in English society of her time. In addition, it was possible to understand how women entered the profession of writer and to dialogue with some historians about the use of literature as an observation tool of the past.

**Keywords:** Woman. Literature. Historiography.

---

## 1. Introdução

A condição feminina e os papéis de gênero nas sociedades são objetos de estudo relativamente recentes, sobre os quais poucas luzes foram lançadas. Até mesmo a opção em um estudo pela utilização do termo “mulher” ou da palavra “gênero” gera divergências de opinião. Para este estudo, será firmado o uso de “história das mulheres”, pois enquanto essa forma “revela sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘[...] gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não constituir em uma ameaça crítica”, conforme pontua Scott (1989, p. 6).

Dessa forma, a necessidade de observação da situação feminina a partir da dialética passado/presente constitui também a importância de trabalhos com esta temática, que podem se tornar uma forma de disseminação de discursos inclusivos que observem a mulher como sujeito social, digna de espaço e respeito. A inevitabilidade desse respeito advém, entre outros motivos, da urgência em entender a questão dos papéis de gênero e garantir a igualdade social entre homens e mulheres, uma vez que a segregação existente acontece mais por convenções sociais do que por determinismos biológicos. Como escreveu Beauvoir (1986, p. 13):

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Sendo assim, este estudo procura entender as razões pelas quais as mulheres foram relegadas a papéis secundários na produção histórica e como foram ou não capazes de subverter a ordem social na qual estiveram inseridas. O viés adotado neste trabalho para entender os motivos da relegação e/ou contestação da mulher a papéis secundários é a literatura, valendo-se da observação dessa situação na Inglaterra novecentista, momento em que surgem grandes nomes femininos no rol dos escritores mais importantes daquele século. Sendo assim, é plausível perguntar por que a mulher demorou tanto para alcançar o espaço profissional do qual os homens já dispunham há muito tempo? Telles (1997, p. 403) pontua que

o discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando material e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição.

Além desse discurso acerca da natureza feminina, que foi composto arbitrariamente, é possível perceber que à mulher eram relegados apenas os trabalhos domésticos, sem que elas tivessem acesso a uma educação significativa, recebendo apenas o conhecimento suficiente para lerem receitas e escreverem cartas apaixonadas.

Ainda nesse âmbito, este trabalho pretende se alongar em um segundo questionamento. Após concordar-se que as mulheres são capazes de escrever e retratar o espírito de seu tempo de forma acurada, por qual razão suas obras não poderiam ser reconhecidas hoje como uma fonte para o entendimento do passado no qual viveram? E caso possam, como se dará esse reconhecimento? Telles (1997, p. 408) novamente esclarece: “as representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera”. Em razão de esclarecer essas dúvidas, a escrita de nomes proeminentes da história, como Ginzburg, Chartier e Hayden White, será observada.

A porta de entrada para a discussão deste tema será a obra da autora Jane Austen, escritora inglesa que adquiriu um interesse renovado na contemporaneidade, interesse este que pode ser aquilatado pelo considerável espaço que vem ganhando em editoras, cinemas e televisões. Se, por um lado, esse movimento permitiu o amplo conhecimento de sua obra, por outro, a reduziu às histórias romanescas, fazendo com que as críticas à sociedade de sua época fossem jogadas no limbo. Conforme pontua Seixas (2011, p. 14), Austen

[...] mostrou sua preocupação com as questões de seu tempo, especialmente com as pressões exercidas sobre as mulheres em face das representações ideológicas e das instituições da época, que procuravam reunir os valores patriarcais aristocráticos com os valores burgueses.

A obra da autora inglesa Jane Austen tem como um dos traços mais marcantes a crítica social aos padrões exigidos da mulher na sociedade na qual vivia: a Inglaterra da virada do século XVIII para o XIX. As formas pelas quais a autora cria suas personagens e as utiliza como voz da condição feminina é, muitas vezes, discreta. Considerando o contexto social no qual a autora se encontrava, podemos dizer que,

através de suas heroínas, Jane Austen conseguiu de certa forma incutir na mente de suas leitoras alguns dos principais ideais feministas quando o termo mal existia: noções de igualdade, liberdade de expressão e conscientização quanto a situação inferior das mulheres na sociedade (VIANA, 2015, p. 56).

Sendo assim, este estudo pretende entender a importância dos papéis de gênero, especialmente no feminino, expressados na obra da referida autora, identificando a amplitude desses papéis; entender sua representação na sociedade da época; e decodificar como funcionavam e se mantiveram ou desafiaram a ordem vigente naquele contexto.

## 2. Debate historiográfico

### 2.1. Fontes históricas: uma discussão constante

O processo de construção da escrita histórica se dá por diversos caminhos, porém nenhum deles pode se abster do material primordial para o ofício do historiador: as fontes históricas. Fontes históricas são tudo que podemos categorizar como vestígios deixados pela humanidade, intencional ou não intencionalmente, que permitem ao historiador um vislumbre das sociedades, dos costumes e dos acontecimentos do passado.

Entre as diversas correntes historiográficas existentes, há aquelas, como a Escola Metódica Francesa e o Historicismo Alemão, que consideram como fontes dignas de observação apenas os documentos oficiais, neutros, sobre os quais não haveria a necessidade de problematização ou interpretação do historiador. Em contrapartida, existem outras correntes historiográficas, especialmente aquelas iniciadas a partir da Escola dos *Annales*, que entendem que as fontes históricas estão em toda a produção humana e que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”, como ressaltou Bloch (2001, p. 20).

Além das diferenças na percepção do que constitui uma fonte histórica digna de consideração, existem divergências também na interpretação do que essas fontes representam. É preciso levar em consideração que, conforme defendido por Ginzburg (2002, p. 44),

a ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes.

Outro aspecto a respeito das fontes historiográficas que deve ser levado em consideração é que essas fontes jamais são isentas de intencionalidade. Até mesmo “sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise” (BLOCH, 2001, p. 29).

A problematização da fonte histórica se alonga ainda mais após o surgimento do movimento dos *Annales*, em 1929. Nesse momento, houve uma necessidade de ampliar o entendimento de fontes históricas, com a defesa de que a história é escrita com documentos oficiais apenas quando estes existem; quando não for o caso, o historiador pode e deve se valer de todos os outros vestígios deixados pela humanidade, em parceria com outras disciplinas como arqueologia e geografia.

Michel Foucault avança ainda mais nessa problemática ao tratar o conceito de documento e monumento, alegando que este primeiro é uma escolha do historiador e o segundo é uma herança do passado que perpetua as sociedades históricas. Para ele (1987, p. 8), a tarefa do historiador passa a ser a de questionar o documento, já que

o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa.

Dessa forma, o documento, o monumento e a fonte histórica em suas diversas formas são as ferramentas do historiador, e é a partir delas que se dá grande parte de seu trabalho, considerada por Febvre (*apud* LE GOFF, 2003, p. 530) como a mais apaixonante parte desse ofício a tarefa de dar voz às coisas que são mudas e de ouvir as histórias que contam sobre a sociedade que as produziu e que permite que sejam uma rica forma de suprir o documento oficial.

## 2.2. A literatura como ferramenta de entendimento do passado

As discussões que tratam da possibilidade de aceitação da literatura como fonte válida para a produção histórica são extensas, partindo de polos divergentes. Em um deles, há a negação da possibilidade de aceitação de fontes não oficiais e, no outro, há os movimentos mais recentes que entendem que toda a produção humana é vestígio de seu passado.

O polo que nega a viabilidade da literatura como fonte histórica é marcado pela Escola Metódica, que procurou incutir na produção historiográfica um caráter exato, medido pela validade dos documentos analisados para a produção da narrativa histórica de determinado evento. Para os historiadores metódicos, apenas aqueles documentos oficiais, como certidões de nascimento, casamento, óbito, escrituras imobiliárias e contratos dos mais diversos tipos, todos dispendo de uma validação oficial de suas origens, eram dignos de análise para a produção do texto histórico. Dessa forma, os acontecimentos do cotidiano, das camadas mais pobres da população e aqueles ocorridos de maneira extraoficial não poderiam ser relevados na escrita da história de um lugar ou povo.

Já a Nova História Cultural, debitária do processo de renovação historiográfica operado pela Escola dos *Annales*, entende como fonte histórica a produção humana como um todo. Nessa abordagem, existe a preocupação de abranger toda a experiência humana e a ampliação do conceito de fonte histórica. Além disso, a História Cultural se preocupa em valorizar o caráter interdisciplinar da história, procurando formas de fazer com que esta dialogue com outras áreas, como a psicologia, as artes e a literatura.

Entretanto, mesmo entre os estudiosos que contemplam a interdisciplinaridade da história, há debates sobre a relevância da literatura ficcional como fonte histórica. Carlo Ginzburg (2002), precursor da micro-história, entende que a ficção fornece um testemunho possível, mas não necessariamente indispensável do passado, e que os espaços em branco, o estilo literário e a construção da obra podem dizer mais do que aquilo que está efetivamente exposto. É nesses espaços que o historiador perspicaz poderá encontrar evidências das relações de força que eram parte do momento analisado. Nessa perspectiva, a função da historiografia seria buscar não a verdade, mas a verossimilhança, mantendo o cruzamento com os outros documentos e realizando a crítica documental como condição *sine qua non* de seu ofício.

Chartier fala do conceito de representação, que indica que tudo o que pensamos, produzimos e utilizamos para entender e validar o passado são representações de algo que foi, jamais uma reprodução exata. Dessa forma, Chartier (2009, p. 21) entende que a literatura trava uma negociação com a realidade, de forma que esta imprime características do contexto no qual está inserida, já que “as obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história”.

Isso implica dizer que essa negociação seria então um movimento de troca e não de determinismo nas relações entre a literatura e o trabalho historiográfico e que, dessa forma, não é possível obter da ficção um reflexo perfeito do momento histórico que ela retrata. Sendo assim, é adequado sublinhar que o texto literário é influenciado, mas nunca determinado, pelo tempo e pelo lugar no qual está inserido.

Em outra direção, White (1994) entende que a produção histórica não se diferencia da produção literária, uma vez que o historiador, ao escrever sobre determinado acontecimento, não é capaz de tornar o texto prescindir da linguagem tropológica e pode, a partir de diferentes figuras evocadas, transformar uma situação trágica em uma cômica apenas com a escolha adequada de estilo. Em suas palavras (1994, p. 28),

[...] os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível.

Olhando mais para o que se assemelha do que para o que se diferencia, White acaba por estabelecer uma identidade entre o discurso literário e o historiográfico. Nessa perspectiva, a aspiração à verdade que leva o historiador a comprovar suas hipóteses mediante o cotejamento de diferentes documentos, bem como a crítica destes, desaparece como elemento constitutivo da própria historiografia. Entretanto, ao entender a escrita do passado como uma operação literária, White (1994, p. 102) não visa depreciar a história como fornecedora de conhecimento, pois

não só as estruturas de enredo pré-genéricas, mediante as quais os conjuntos de eventos se podem constituir em histórias de um tipo particular, [...] como também a codificação dos eventos em função de tais estruturas de enredo é uma das maneiras de que a cultura dispõe para tornar inteligíveis tanto o passado pessoal quanto o passado público.

Sendo assim, ao entender a distinção entre a escrita da história como a representação do verdadeiro e a escrita ficcional como a representação do imaginável, White (1994) defende que é necessário reconhecer que apenas podemos conhecer o real comparando-o com o imaginável.

Em outra direção, Ginzburg (2002, p. 23), na introdução de sua obra *Relações de força: história, retórica e prova*, retoma o pensamento de Nietzsche e afirma que “a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de ser efêmera, é também ilusória”,

pensamento este que abala ainda mais o entendimento da função da história. Nessa obra, Ginzburg afirma que tentará vencer os céticos, como Hayden White, em seu próprio terreno, ao afirmar que, ao contrário do que estes defendem, as escolhas das ferramentas de narrativa interferem no trabalho do historiador não apenas no final, mas também em todo o processo de construção da escrita histórica, criando tanto dificuldades como possibilidades.

Sendo assim, o autor defenderá que, devido à marca deixada pelas relações de força em todas as visões da realidade, para que a tarefa do historiador seja cumprida a contento, é preciso analisar as provas à revelia das intenções de quem as escreveu, pois, ao considerar as distorções das fontes, a construção da narrativa é viável, e entendendo-se que essa construção não é incompatível com a prova, entende-se que “o conhecimento (mesmo o histórico) é possível” (GINZBURG, 2002, p. 45).

### 3. A mulher na literatura

Qual é a importância da atuação da mulher na profissão de escritora? Como se deu a inserção da mesma em uma área de domínio notadamente masculino? O que representa essa mudança de paradigma? O peso das respostas desses questionamentos se mostra na profunda significação que esses acontecimentos tiveram no processo – lento, doloroso e quase sempre ridicularizado – da ascensão da mulher a um patamar de onde poderia ser olhada como sujeito capaz de traçar ao menos alguns passos de seu caminho.

Consideradas inferiores quanto às suas capacidades físicas e intelectuais, além de subjugadas a uma posição social cuja única importância era a manutenção da unidade familiar, apenas muito recentemente as mulheres puderam contar com a opção de se desvencilhar dessas obrigações maternas e matrimoniais para dedicar-se a outros aspectos de sua vida. Nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra, a mulher não podia receber educação formal, e a educação para elas “era ministrada apenas em casa, segundo os valores patriarcais pregados de mãe para filha, em um movimento cíclico já, então, totalmente internalizados nelas, sem que lhes fosse permitido questionar” (SOUSA; DIAS, 2013, p. 148).

Na coletânea de ensaios *Profissões para mulheres*, Virginia Woolf discorre em vários textos sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres de sua época e de épocas anteriores em exercer quaisquer tipos de profissão. Woolf (2013) defendia que o acesso à educação, vital para que a mulher pudesse exercer qualquer papel na sociedade, era insuficiente para que fossem capazes de adquirir a postura necessária para empunhar a pena e desafiar os homens em sua posição majoritária. A ensaísta acreditava que é necessário que “todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência” (WOOLF, 2013, s.p.).

Além da dificuldade de acesso à educação e das barreiras sociais, as mulheres encontravam ainda questões práticas que dificultavam que elas iniciassem a profissão de escritora – ou qualquer outra. Conforme ironicamente lembrado por Woolf (2013,

s.p.), “as mulheres, desde os primeiros tempos até o presente, têm dado à luz toda a população do universo. Essa atividade toma muito tempo e energia”.

Mesmo com todos os obstáculos, a mulher que conseguisse o mínimo acesso à educação, ao material necessário, à postura criadora e desafiadora necessária para escrever e ao tempo, muitas vezes, escasso devido às obrigações familiares, se depararia ainda com a barreira representada pela falta de privacidade. Em outro livro, *Um teto todo seu*, Woolf (2014) discorre sobre como a vida familiar da mulher inglesa do século XIX, bem como em séculos anteriores, se mostrava um desafio para aquela que desejasse escrever. Sendo o pensamento e a escrita atividades consideradas inadequadas para as mulheres, consideradas inferiores intelectualmente e até como uma sub-raça por autores mais radicais, e para a vida familiar marcada pela constante ausência de privacidade, escrever se mostraria uma tarefa absurdamente árdua. Dessa forma, Woolf (2014) justifica o título desse livro alegando que, se uma mulher deseja escrever, precisará contar com um teto todo seu para realizar tal tarefa.

E, conforme levantado por Woolf, as mulheres encontraram na escrita a atividade mais acessível, passando a escrever sem, no entanto, serem capazes de escrever livros que não fossem “profundamente influenciados pelo ângulo de onde eram obrigadas a olhar o mundo” (WOOLF, 2013, s.p.). Diante da dificuldade de escrever e de se posicionar como escritoras, a maioria das autoras desse período optou por usar codinomes na assinatura de sua obra, frequentemente optando por nomes masculinos, em uma tentativa de dar a suas obras um caminho mais aberto do que existiria, caso fossem assinadas por mulheres, além de talvez exprimir uma tentativa de “libertar a própria consciência, enquanto escreviam, das expectativas tirânicas em relação a seu sexo” (WOOLF, 2013, s.p.).

A importância da inserção da mulher na profissão de escritora se dá ainda mais expressivamente na renovação que estas procuraram dar à imagem de seu próprio gênero, já que essas autoras

apontaram a tradição literária masculina que, por muito tempo, apresentou modelos significativos dessas representações, desmascarando os estereótipos negativos formados pela cultura patriarcal, tais como o de anjo, louca, adúltera, presentes em obras masculinas, como também mostraram a desconstrução desses estereótipos, por parte das autoras, as quais, quando puderam ter direito à pena, buscaram uma nova roupagem para a figuração da mulher no texto literário e, principalmente, na sociedade (SOUSA; DIAS, 2013, p. 152).

Outro aspecto a ser analisado é a motivação ocorrida para que a primeira e ainda principal forma de escrita das mulheres tenha sido o romance. Woolf (2014, s.p.) advoga que, além da escrita romanesca exigir menos concentração, a formação literária recebida pelas mulheres no início do século XIX “era concentrada na observação do caráter, na análise da emoção. Sua sensibilidade fora cultivada durante séculos pelas influências da sala de estar”. A autora observa que várias escritoras, como Charlotte Brontë, a qual Woolf considera mais talentosa que Austen, tinham sua escrita contaminada tanto por sua posição inferior na sociedade como pela formação literária que re-

cebia, deixando em suas obras um traço amargo, ressentido, ausente na obra de Austen, afirmando que, se houvesse algum prejuízo na situação da autora, esse se deveria à “estreiteza da vida que lhe foi imposta. Era impossível a uma mulher andar sozinha. Ela nunca viajou; nunca rodou por Londres num ônibus ou almoçou sozinha num restaurante” (WOOLF, 2014, s.p.).

Mesmo com todos esses desafios, Austen e as irmãs Brontë, entre outras escritoras mundo afora, desafiaram tal premissa e conseguiram escrever livros que ainda hoje são considerados obras primas da literatura inglesa. Sua ambição e determinação provam que, a despeito de todas as dificuldades e preconceitos sobre o gênero feminino, a mulher é capaz de transcender suas limitações e inscrever seu nome nas muitas vezes estéreis e preconceituosas páginas da história.

#### 4. Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII

##### 4.1. Uma breve biografia

Nascida em 1775, Jane Austen permanece, mais de duzentos anos depois, como um dos maiores ícones da literatura inglesa. Seu nome aparece em todos os grandes estudos sobre a literatura ocidental e seus escritos foram e ainda são constantemente reinventados em diversas formas, desde o cinema até adaptações literárias, passando por séries televisivas.

Fruto do casamento entre o reverendo George Austen e Cassandra Leigh, Austen teve uma irmã e seis irmãos. Viveu a maior parte da vida na paróquia de Steventon, no interior da Inglaterra, inserida em uma sociedade tradicional e pobre em diversidade cultural. “O tradicionalismo e provincianismo, porém, não lhe inibiram a liberdade da criação literária; e a estreiteza do seu campo de observação intensificou-lhe a análise psicológica”, conforme pontuou tão corretamente o renomado crítico literário Carpeaux (2011, p. 950). As pesquisadoras Gilbert e Gubar (2000, p. 112, tradução nossa) apontam que “ela sabia desde o início de sua carreira que não havia nenhum espaço para ela além de um pequeno, e sua estratégica paródia é em si um testemunho de sua luta com suas inadequadas, porém inevitáveis estruturas”.

Dessa forma, contrariando as expectativas de seu tempo, produziu uma escrita que, apesar de narrar sempre os acontecimentos cotidianos da esfera doméstica e de ser marcada pelos estigmas recebidos pelas mulheres de sua época, tão bem retratados em sua obra, alcança ainda hoje um *status* com o qual muitos escritores apenas sonham.

Ainda que tenha suscitado tanto respeito no meio literário com os anos, Jane Austen foi alvo de muitas críticas negativas, como ocorre com todos os grandes expoentes de qualquer campo, advindas especialmente de homens de épocas próximas à sua. Frequentemente, foi acusada de tratar em sua obra apenas da futilidade da sociedade inglesa, não deixando entrever em sua escrita nada do que se passava fora da esfera doméstica, como a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Essa crítica incorre em um grave caso de reducionismo, que não leva em consideração as peculiaridades do texto literário feminino na Inglaterra novecentista, uma vez que a literatura é “testemunha efetuada pelo filtro de um olhar” (BORGES, 2010, p. 98), não seria possí-

vel nem sequer justo exigir que uma mulher relegada à esfera doméstica escrevesse, por exemplo, sobre as penúrias da vida do soldado raso nas investidas de Napoleão pela Europa.

Ainda assim, a obra de Austen reflete as mudanças de seu tempo não ao relatar esses acontecimentos, mas ao mostrar seus desdobramentos no caráter da sociedade de seu tempo. O vislumbre do mundo externo que lhe permitiu essa análise veio especialmente da influência de seus irmãos, que eram livres para viajar e adotar profissões, compartilhando depois com a família o que viram em suas excursões. Outro aspecto que a convivência com os irmãos proporcionou no enriquecimento da obra de Austen foi o convívio com a *gentry*, a nobreza rural daquele período (JASNA, 2016).

Sua educação, assim como a da maioria das mulheres de seu tempo, foi ministrada em casa, pelo pai. À exceção de muitas mulheres, Austen pôde contar com um pai relativamente liberal, que a apoiou em suas investidas na escrita, que se deu inicialmente na escrita de pequenas histórias cômicas e de peças para diversão da família, além de lhe proporcionar uma extensa biblioteca que foi, sem dúvida, vital para a riqueza de sua obra. O apoio do pai prosseguiu em seu caminho quando a autora terminou de escrever *First Impressions* (futuramente reeditado para *Pride and Prejudice*), quando este tentou vender o romance para uma editora em 1797. A oferta foi rejeitada, mas Austen continuou escrevendo e aprimorando sua obra.

Após a morte do pai, em 1805, Jane, a irmã Cassandra e sua mãe passam a viver sob a guarda dos irmãos, inicialmente, Frank e, posteriormente, Edward (situação que é constantemente retratada em seus livros). É nesse período, no qual vivem com relativa privacidade, que o trabalho de Austen se desenvolve para, em 1811, publicar *Razão e Sentimento*, que se mostra um sucesso de vendas, e no qual ela assina apenas como “A Lady” (FERRAZ, 2010).

Após esse período em que Austen produz suas obras-primas, sua saúde começa a debilitar. Acompanhada da irmã Cassandra, sua amiga mais próxima durante toda a vida, muda-se para Winchester, visando à proximidade do médico. Tal medida mostrou-se infrutífera, pois infelizmente, Austen falece em 17 de julho de 1817, não sem antes deixar sua marca no mundo.

#### **4.2. A mulher inglesa novecentista sob a pena de Jane Austen: rupturas e continuidades**

Vivendo em uma época de intensas e extensas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, marcadas pelos valores políticos da monarquia parlamentar, pela valorização do pensamento humanista, além do crescimento das ideias de direitos naturais e individuais, que levaram gradativamente ao abandono dos dogmas religiosos, das noções de subordinação e dos valores até então vigentes, era esperado que drásticas mudanças se apresentassem nessa sociedade. Conforme pontua Chalupová (2012, p. 10, tradução nossa), “se a família é a pedra fundamental do Estado, então as mudanças de valores do sistema devem inevitavelmente ter achado seu caminho para esse microcosmo”.

Uma vez que Austen escolheu retratar o tempo e a sociedade nas quais ela realmente viveu, a imagem de casamento que ela apresenta aos leitores em seus romances vem do padrão específico para as classes sociais naquele tempo específico, conver-

tendo-o no tema central de sua obra. A escolha desse tema conta com inúmeras explicações. Uma delas, dada por Beauvoir (1986, p. 185), defende que “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo”. Outra causa, não menos esclarecedora e mais contextualizada, é a que se dá diante da necessidade vital desse compromisso tanto para a manutenção da ordem social daquele tempo quanto para a sobrevivência financeira de muitas mulheres. Essa subsistência não era garantida mesmo entre as mulheres da classe alta, devido às leis de herança que geralmente impediam que a riqueza de uma família fosse transmitida às mulheres, tornando herdeiro legal o homem mais próximo em nível de parentesco.

As leis da época procuravam favorecer a linhagem masculina, especificamente o filho mais velho, como uma forma de manter a fortuna e o *status* da família intactos. Dessa forma, as mulheres que não se casassem, viam-se dependentes da boa vontade do irmão mais velho, caso este afortunadamente existisse. Caso contrário, sua situação se tornava extremamente delicada, uma vez que “oportunidades de educação e emprego para mulheres eram extremamente limitadas. O casamento era praticamente uma necessidade” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Esta situação é bem descrita no livro *Orgulho e Preconceito*, que trata da família Bennet, composta de pai, mãe e cinco filhas solteiras, cuja perspectiva de fortuna é extremamente limitada. Devido à lei que favorece os filhos mais velhos, os bens da família deverão passar para o primo de Mr. Bennet, “Mr. Collins, que, quando eu morrer, poderá expulsá-las todas desta casa, assim que o desejar” (AUSTEN, 2010, p. 79). Este, por sua vez, não tem grandes necessidades financeiras, mas manifesta sua preocupação para com o destino das filhas do tio na inadequada e presunçosa proposta de casamento que oferece a uma delas, alegando que um dos motivos para se casar era o seguinte:

sendo eu o herdeiro do seu honrado pai, que, no entanto, pode ainda viver longos anos, achei que era do meu dever escolher uma esposa entre as suas filhas, para que o prejuízo destas pessoas pudesse ser o menor possível, quando se der aquele triste acontecimento; o qual entretanto, como eu já disse, pode demorar ainda muitos anos (AUSTEN, 2010, p. 130).

Não apenas neste livro, mas também em *Razão e Sentimento*, Austen mostra como essa lei deixa as mulheres à mercê da boa vontade do parente do gênero masculino mais próximo. Nessa história, a questão é retratada a partir da morte do Mr. Dashwood, pai de três filhas, frutos de um segundo casamento. Tendo concebido um filho em seu primeiro matrimônio, toda sua fortuna deveria ser repassada para este, ainda que ele tivesse recebido uma considerável fortuna quando da morte da mãe e, definitivamente, não estivesse em apuros financeiros.

A obrigação de um irmão para com as irmãs solteiras e, nesse caso, com a madrasta, era apenas um ato de boa fé e não uma obrigação legal. Assim, demonstrando sua natureza mesquinha, a esposa de Mr. John Dashwood acaba por convencê-lo de que ele não tinha obrigação alguma para com as irmãs, já que “todos sabiam que não era de se esperar algum tipo de afeição entre filhos de casamentos diferentes, então

porque haveria ele de se arruinar e ainda arriscar o pobrezinho do Harry, enquanto dispunha todo o seu dinheiro para suas meias-irmãs?" (AUSTEN, 2012, s.p.).

Outro aspecto que os romances de Austen abordam sobre questões legais daquele período eram as leis que procuravam prevenir o casamento entre menores. No período anterior ao ano de 1753, ano da promulgação da *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage*, mais conhecida como *Lord Hardwicke's Act*, em homenagem ao lorde que a propôs ao Parlamento, os casamentos poderiam ser celebrados em qualquer lugar, sem consentimento familiar, desde que ministrados por um clérigo ordenado na Igreja da Inglaterra. Essa permissão resultava constantemente em casamentos indesejados pelas famílias, matrimônios celebrados com menores e, mais desastrosamente, em casos de bigamia e incesto. Na tentativa de findar com esses comportamentos, o *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage* previa que

casamentos deveriam acontecer em uma igreja após a publicação de proclamas (um aviso lido em três domingos sucessivos na igreja da paróquia, anunciando a intenção de casamento e dando a oportunidade para objeções) ou após as partes obterem uma licença especial. A Lei também previa que partes abaixo da idade de vinte e dois anos (a idade para maioridade) que se casaram com uma licença especial precisariam de consentimento parental para que o casamento fosse válido (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Austen mostrará que, ainda que houvesse uma lei que prevenisse casamentos indesejados ou inconvenientes, essa lei não era suficiente para proteger as mulheres de situações complicadas. A personagem Lydia Bennet, de *Orgulho e Preconceito*, descrita durante toda a obra como uma garota fútil que preza apenas por divertimento e flertes, se vê seduzida por Mr. Wickham. Ambos fogem e a jovem deixa uma carta informando à família que, na próxima vez em que se falassem, ela atenderia por Mrs. Wickham. Por conta dessa afirmação, sua família supõe que ambos teriam viajado para Gretna Green, na Escócia. Essa suspeita se dá pelo usual costume de casais que não se enquadrariam no *Act for the Better Preventing of Clandestine Marriage* de fugir para essa localidade, onde a lei não mais se aplicaria. Dessa forma, é com alarme que a família percebe que

por imprudente que seja o casamento de Mr. Wickham com a nossa pobre Lydia, estamos agora ansiosos para obter a confirmação de que tenha sido realmente realizado, pois existem bons motivos para acreditar que eles não foram para a Escócia (AUSTEN, 2010, p. 310).

A partir deste, bem como de outros exemplos tanto nessa obra quanto em outros livros, Austen denunciará a falibilidade de leis que poderiam proteger as mulheres de situações indesejadas e, muitas vezes, irreversíveis, pois irreversível, principalmente para a mulher, era o casamento.

Uma vez que o casamento finalmente acontecesse, outro obstáculo se interpu-

nha no caminho para a liberdade feminina. As leis da época propunham o termo *coverture*, pelo qual “a própria existência pessoal ou legal da mulher é suspensa durante o casamento, ou pelo menos incorporada e consolidada na do marido; sob cuja asa, proteção e cobertura, ela executa cada coisa. Uma implicação da *coverture* era a de que o marido se tornava titular das propriedades e rendas da esposa” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Dessa forma, a mulher sob a aplicação dessa lei era entendida como um único ser com o marido. Dadas as condições nas quais vivam as mulheres desse período, seria razoável afirmar que essa situação representava a mais profunda perda de direitos e submissão pela qual uma mulher estaria submetida.

Considerando esse aspecto das leis de casamento, ao considerar as opções de dissolução da união matrimonial, não se encontrarão grandes surpresas ao constatar quão difíceis eram de se obter. Uma vez que a mulher era submetida e desconsiderada como pessoa legal durante seu casamento, situações de incompatibilidade moral ou mesmo violência não eram argumentos suficientes para a separação. A infidelidade poderia ser constituída como argumento, mas com possibilidade de uso apenas do homem. Bailey esclarece que

esposas não poderiam trazer uma ação de *criminal conversation*<sup>1</sup>. A lei refletia a profunda crença de que adultério dos maridos deveria ser perdoado, mas o adultério das esposas requeria serias sanções porque ele “necessariamente quebra todos os laços familiares e pode introduzir a família no círculo da família uma prole duvidosa” (BAILEY, 2015, s.p., tradução nossa).

Se então o esposo conseguisse o divórcio, os resultados para a esposa seriam devastadores. Austen ilustra essa afirmação ao narrar o destino de Maria Rushworth, em *Mansfield Park*. Após ser surpreendida cometendo adultério e sofrer um processo de divórcio por parte do marido, a personagem se encontra em uma situação na qual, expulsa de qualquer sociedade de bem, deveria se ausentar do círculo familiar e viver em exílio, sem maiores condições financeiras do que aquelas fornecidas pelo pai, uma vez que, com o divórcio, o marido é desobrigado de qualquer responsabilidade financeira para com a esposa. Austen mostra que, no entanto, Henry Crawford, o homem com quem Maria cometeu adultério, não sofre de qualquer tipo de reprimenda jurídica ou restrição social, afirmando que “esse castigo, a punição pública que deve tê-lo atingido por seu quinhão na ofensa, não é uma das barreiras que a sociedade impõe à virtude. Neste mundo, a penalidade não é tão comparável ao crime como se poderia desejar” (AUSTEN, 2014, s.p.).

Dessa forma, longe de retratar apenas os momentos açucarados e romanescos do namoro, Austen narra de maneira diversificada como as leis e costumes de sua época limitavam ainda mais o pouco espaço cedido às mulheres. Uma vez que seu recurso favorito de escrita é a ironia, forma encontrada pela autora de falar dos aspectos menos

---

<sup>1</sup> *Criminal conversation* era uma ação criminal iniciada pelo marido como compensação pela infidelidade da esposa.

respeitosos de sua sociedade, é necessário um olhar apurado para captar essas nuances e perceber nelas uma crítica da autora a seu tempo. Ainda que as personagens e situações analisadas sejam oriundas de obras da literatura ficcional, estas trazem consigo uma enorme carga da verossimilhança com o contexto no qual a autora estava inserida.

É oportuno ressaltar que, ainda que houvesse meios de obtenção do divórcio e, ainda que estes fossem acessíveis principalmente aos homens, “para a vasta maioria da população apenas a morte de seu esposo poderia quebrar a sagrada união”, como pontua Bailey (2015, s.p., tradução nossa). Ao se encontrarem na situação de viúvos, os homens e as mulheres poderiam então escolher se queriam se casar novamente. Outra vez, a situação feminina fica em desvantagem.

Austen não dedica muitas linhas de seus escritos para falar da questão das mulheres viúvas e suas perspectivas, centrando-se, especialmente, nos casos das jovens em idade de casamento. Seu silêncio, no entanto, não é de modo algum incapaz de transmitir algum retrato da situação. Quando Austen descreve alguma viúva, como a rica e esnobe Lady Catherine de Bourgh, em *Orgulho e Preconceito*, Mrs. Jennings e Mrs. Dashwood, em *Razão e Sentimento*, ela não deixa de descrever suas respectivas situações financeiras e, com isso, permite ao bom observador notar os padrões sociais que regiam a vida dessas mulheres.

As viúvas na Inglaterra do início do século XIX encontravam-se, geralmente, em uma situação na qual não possuíam atrativos suficientes ou não enxergavam benefícios suficientes para se engajar em um segundo casamento. Aquelas do primeiro grupo, como Mrs. Dashwood, foram categoricamente analisadas pela personagem Marianne (*Razão e Sentimento*), que afirmava veementemente que

uma mulher de vinte e sete anos [...] jamais poderia ter a esperança de sentir ou inspirar afeição novamente. E se sua casa não for confortável, ou sua fortuna for pequena, suponha que poderia se submeter ao ofício de enfermeira do marido, em troca da segurança financeira como esposa (AUSTEN, 2012, s.p.).

Mrs. Dashwood é uma viúva de aproximadamente 40 anos, descrita durante todo o livro como uma mulher amável, de boa índole e boa aparência. Um segundo casamento para ela se apresenta entre improvável e impossível devido à falta de fortuna significativa, além de três filhas solteiras pelas quais era responsável. Se, ao contrair matrimônio, a mulher passa a ser uma espécie de anexo legal do marido, a responsabilidade e pobreza das filhas seria transferida para o marido, tornando-a ainda menos atraente para o casamento.

Lady Catherine de Bourgh é viúva de um lorde e filha de outro (o que é indicado pela forma como seu primeiro nome é adotado; fosse ela apenas casada com um lorde, seria Lady de Bourgh). Tanto pelo nascimento quanto pelo casamento, era uma mulher de posses e orgulho condizentes com a nobreza. Para ela, então, um segundo casamento seria pouquíssimo interessante, uma vez que sua liberdade e fortuna seriam colocadas à mercê de um novo homem.

O mesmo acontece com Mrs. Jennings: ainda que esta não seja de nascimento nobre, seu marido lhe deixou uma considerável fortuna. Além disso, o problema de

Mrs. Dashwood não se aplica a ela, uma vez que suas duas filhas já são muito bem casadas e não dependem mais dela. Para ela, um segundo marido lhe removeria toda a liberdade de viajar com a frequência com a qual faz na história, entre outras liberdades das quais dispõe, sendo uma viúva de posses e bem relacionada.

Existiam, evidentemente, as exceções a esses casos, já que era relativamente comum a existência de segundos casamentos. Para o homem, conforme aponta Chalupová (2012, p. 19, tradução nossa), “viúvos eram mais propensos a encontrar uma nova esposa, e geralmente o faziam em um espaço mais curto de tempo. A razão pode ter sido a necessidade de uma mulher para tomar conta dos filhos e da casa”. De qualquer forma, é perceptível, nesse caso, como nos outros citados no decorrer deste trabalho, que a posição da mulher era sempre de dependência e submissão ao homem, contando com liberdade, educação e respeito muito limitados.

É possível notar, ao longo da narrativa de todos os livros de Jane Austen, que as mulheres, independentemente de sua classe social ou nível de educação, dependiam constantemente do pai, do marido, do irmão ou de qualquer outro homem respeitável para comparecer a eventos, visitar pessoas, ser apresentada a novos círculos, entre outras atividades. Em todos os romances de Austen, suas heroínas sentem vontade de viajar e ver o mundo além de seus domicílios. Para que tivessem essa liberdade, elas precisavam aguardar até que surgisse uma oportunidade de acompanhar alguém, geralmente uma dama mais velha como acontece com Elinor e Marianne ao acompanhar Mrs. Jennings em *Razão e Sentimento*, ou com Elizabeth Bennet, convidada a viajar com os tios em *Orgulho e Preconceito*.

Assim, conforme pontuam Gilbert e Gubar (2000, p. 108, tradução nossa), “era a mulher – porque elas eram muito vulneráveis no grande mundo – que deveriam aquiescer em seu próprio confinamento, não importa quão sufocante este pudesse ser”. Essa submissão e dependência se manifestam não só nas viagens empreendidas pelas heroínas, como também nas reuniões sociais das quais participam ao longo das narrativas. Logo no início de *Orgulho e Preconceito*, Austen usa de sua ironia para demonstrar o protocolo social que exigia que fosse primeiro um homem a se apresentar ao vizinho recém-chegado nas redondezas, manobra considerada por Mrs. Bennet como indispensável para casar uma de suas filhas:

- [...] É até muito provável que ele se apaixone por uma delas. Portanto, assim que chegue você deve ir visitá-lo.
- Não vejo motivo para isto. Você pode ir com as meninas, ou pode até mandá-las sozinhas, o que talvez ainda seja melhor, pois como você é tão bela quanto qualquer uma delas, Mr. Bingley pode preferi-la (AUSTEN, 2010, p. 10).

Situações desse quilate se repetem diversas vezes ao longo da obra de Jane Austen, retratando jovens ansiosas por travar conversas ou visitar alguém, mas impedidas pela presença de um consorte. Novamente argumentado por Gilbert e Gubar (2000, p. 124, tradução nossa), “para Austen, o confinamento doméstico não é tanto uma metáfora tanto como um fato literal da vida, aplicado por todas as elaboradas regras de etiqueta que governavam até mesmo os encontros matinais”.

## 5. Considerações finais

A partir dessas observações, considerando uma infinidade de outras que poderiam ser apresentadas, dada a vastidão de situações retratadas na obra de Austen, é seguro afirmar que sua escrita carrega em si um forte vestígio do tempo e dos costumes que narra. A forma como a autora escolhe para descrever as mulheres de sua época e para julgar os lugares relegados a esta na vida social certamente é marcada pelo prisma do qual a própria é observada. Torna-se importante considerar que

críticos que protegem ou castigam Austen por sua aceitação dos limites e fronteiras estão negligenciando uma força subversiva mesmo em suas primeiras histórias: a corajosa “graça sob pressão” de Austen não é apenas um refúgio de uma realidade perigosa, é também um comentário sobre ela (GILBERT; GUBAR, 2000, p. 112, tradução nossa).

Dessa forma, mesmo inserida nesse contexto, Austen procura e consegue, sutilmente, denunciar as mazelas proporcionadas por uma educação formal e social insuficiente, bem como os prejuízos trazidos pelas regras escritas para as mulheres em um mundo dominado por homens. Amparada por sabedores do fazer histórico, essa pesquisa entende que as obras ficcionais de Jane Austen, bem como de outras autoras contemporâneas e posteriores a ela, são ferramentas ricas para a pesquisa do historiador que se assemelha ao ogro da lenda, mencionado por Bloch (2001, p. 20), aquele que, “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

## Referências

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. São Paulo: Landmark, 2014. Versão Kindle  
ASIN: B00JQDLCJK. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/Mansfield-Park-Edi%C3%A7%C3%A3o-Bil%C3%ADngue-Austenebo-ok/dp/B00JQDLCJK/ref=sr\\_1\\_6\\_twi\\_kin\\_2?ie=UTF8&qid=1480632222&sr=86&keywords=mansfield+park](https://www.amazon.com.br/Mansfield-Park-Edi%C3%A7%C3%A3o-Bil%C3%ADngue-Austenebo-ok/dp/B00JQDLCJK/ref=sr_1_6_twi_kin_2?ie=UTF8&qid=1480632222&sr=86&keywords=mansfield+park)>

AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. São Paulo: Clássicos Abril Coleções, 2010.

AUSTEN, Jane. *Razão e Sentimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012. Versão Kindle.  
ASIN: B00A6OP4PQ. Disponível em:  
<[https://www.amazon.com.br/gp/product/B00A6OP4PQ/ref=pd\\_cp\\_351\\_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=FEC8M6KBEFQ1VAHPQ6GFY](https://www.amazon.com.br/gp/product/B00A6OP4PQ/ref=pd_cp_351_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=FEC8M6KBEFQ1VAHPQ6GFY)>

BAILEY, Martha. The Marriage Law of Jane Austen’s World. *Persuasions: The Jane Austen Journal On-Line*, S. L., 1(36): dez. 2015. Disponível em:  
<<http://www.jasna.org/persuasions/on-line/vol36no1/bailey.html>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, vol. II
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, Goiás, 3(1):94-109, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO\\_BORGES.pdf](http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_BORGES.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2016.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. São Paulo: Leya, 2011. 4 v. Disponível em: <<http://lelivros.me/book/download-historia-da-literatura-ocidental-vol-1-joaquim-campelo-marques-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CHALUPOVÁ, Jana. *Happily Ever After?: Or the Condition of Marriage in Jane Austen's Novels*. 2012. 51 f. Tese (Doutorado). Faculty Of Education, Masaryk University, Brno, República Checa, 2012. Disponível em: [http://is.muni.cz/th/333079/pedf\\_b/?lang=en](http://is.muni.cz/th/333079/pedf_b/?lang=en). Acesso em: 29 jul. 2016.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Autêntica, 2009.
- FERRAZ, Heitor. Vida e obra, in: AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*. São Paulo: Abril, 2010. p. 441-452.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JASNA. Jane Austen (1775-1817): A Brief Biography. Disponível em: [http://www.jasna.org/info/about\\_austen.html](http://www.jasna.org/info/about_austen.html) . Acesso em: 07 out. 2016.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis, in: *Gender and the politics of history*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.
- SEIXAS, Larissa Selhorst. *Jane Austen e a fantasia de poder em Orgulho e Preconceito*. 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=166>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida; DIAS, Daise Lilian Fonseca. Quando a Mulher

Começou a Falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil. *Gênero na Amazônia*, Belém, 3(1):143-168, jan. 2013. Disponível em:

<<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo7-Dignamara e Daise.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras, in: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VIANA, Jacqueline Plensack. *Jane Austen, uma feminista disfarçada*. 2015. Disponível em: <<http://revistapolen.com/2015/03/17/jane-austen-uma-feminista-disfarçada/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 2013. Versão Kindle. ASIN: B00G3KP6UK. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheresVirginiaWoolfebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm\\_kin\\_swatch\\_0?\\_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1](https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheresVirginiaWoolfebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm_kin_swatch_0?_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1)> .

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014. 124 p. Versão Kindle. ASIN: B00I8NT2WI. Disponível em: <[https://www.amazon.com.br/teto-todo-seu-Virginia-Woolfebook/dp/B00I8NT2WI/ref=pd\\_sim\\_351\\_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=9M1XWK62JNDWQYKB795X](https://www.amazon.com.br/teto-todo-seu-Virginia-Woolfebook/dp/B00I8NT2WI/ref=pd_sim_351_2?ie=UTF8&psc=1&refRID=9M1XWK62JNDWQYKB795X)>.

## Maura Lopes Cançado: entre memórias e experiências (São Gonçalo do Abaeté/MG – 1929/1950)

*Maura Lopes Cançado: between memories and experiences  
(São Gonçalo do Abaeté/MG – 1929/1950)*

**Edivaldo Rafael de Souza**

Graduando do Curso de História do UNIPAM. e-mail: edivaldorafael007@gmail.com

**Roberto Carlos dos Santos**

Professor Orientador (UNIPAM). e-mail: profrcsantos@unipam.edu.br

---

**Resumo:** A partir de reflexões sobre a utilização da literatura como fonte para a história, este artigo apresenta os resultados de pesquisa sobre as memórias e experiências da escritora Maura Lopes Cançado, principalmente durante o período da sua infância e adolescência. Esta pesquisa fundamenta-se na necessidade de haver um maior (re)conhecimento sobre a trajetória de vida da escritora enquanto ela morava em São Gonçalo do Abaeté, interior do estado de Minas Gerais, uma vez que, em seus livros, com frequência, ela rememora esse período. Acredita-se que este artigo tenha importância sobremaneira tanto na compreensão da vida da autora quanto no estudo sistemático de suas obras. Há no país pesquisas relacionadas aos livros da escritora em questão, embora haja certa negligência dos pesquisadores quanto a elegerem como objeto de estudo a própria autora. Nesse sentido, o presente artigo, resultado de um trabalho de iniciação científica, busca preencher tais lacunas, tratando dos primeiros 16 anos da vida de Maura Lopes Cançado.

**Palavras-chave:** Maura Lopes Cançado. História e ficção. Memórias. Experiências.

**Abstract:** Based on the use of literature as a source for history, this paper shows the results of a research on the memoirs and experiences of the writer Maura Lopes Cançado, especially during the period of her childhood and adolescence. It takes into consideration the need for more recognition of the writer's life while she lived in São Gonçalo do Abaeté, in the state of Minas Gerais, since she frequently recalls this period of life in her books. The study has considerable importance both in understanding the author's life and in the systematic study of her works. There is currently an amount of research related to the author's books; few of them, however, focus on the writer herself. In this sense, this paper, resulting of a scientific initiation project, aims to fill in this gap by focusing on the first 16 years of Maura Lopes Cançado's life.

**Keywords:** Maura Lopes Cançado. History and fiction. Memoirs. Experiences.

---

### 1. Introdução

Esta pesquisa recupera experiências e memórias da escritora nacionalmente reconhecida, Maura Lopes Cançado (1929/1993), principalmente no período em que viveu

no interior do estado de Minas Gerais, no município de São Gonçalo do Abaeté<sup>1</sup>, entre os anos de 1929 até 1950. Assim, pretende-se expor com o estudo em questão como tais experiências e memórias da escritora influenciaram na sua escrita e, conseqüentemente, na sua trajetória de vida.

A pesquisa também recupera e reconstrói, ainda que precariamente, os lugares em que a autora viveu no período definido acima como recorte temporal de estudo. Começa-se pelo seu nascimento e, posteriormente, descreve-se a sua infância e a sua adolescência em São Gonçalo do Abaeté, bem como em localidades da região, até o período em que ela se mudou para a cidade de Belo Horizonte. Essa reconstituição de espaços e tempos no interior de Minas Gerais permitiu a elaboração de representações da vida nos distritos, cidades e fazendas, que pertenciam, normalmente, a grandes proprietários de terras e homens influentes na região, cujo ambiente foi palco das experiências da juventude da escritora.

Existe uma série de pesquisas acadêmicas<sup>2</sup> sobre Maura Lopes Cançado, algumas, inclusive, discorrem sobre a sua vivência; todavia, esta pesquisa apresenta como principal objeto de estudo a própria escritora em seu ambiente de infância e adolescência. Há duas obras publicadas pela autora mineira que são muito utilizadas, tanto através de citações quanto através de análises críticas em nível de mestrado e doutorado em diversas universidades brasileiras. Assim, este trabalho tem um caráter de singularidade em relação às outras pesquisas que foram identificadas como fontes documentais e referências bibliográficas.

Apresentam-se, assim, por meio da perspectiva escolhida para a pesquisa, outras possibilidades de leitura e outro olhar sobre as suas obras, bem como um aprofundamento no (re)conhecimento sobre a autora. Dessa forma, compreende-se que o período estudado é de grande importância por se tratar de uma época marcante na vida de Maura Lopes Cançado, sendo sempre lembrada em suas obras<sup>3</sup>. A escritora, que é o foco principal deste artigo, utiliza frequentemente de descrições bastante detalhadas de suas vivências em suas narrativas, principalmente no período inicial da sua vida, que foi passado na região de São Gonçalo do Abaeté. Além das narrativas decorrentes das suas experiências de vida, obviamente as suas obras contêm relatos de cunho ficcional.

O período em que a autora viveu no interior de Minas Gerais é marcado sobretudo por situações que irão repercutir na sua obra, que se apresenta bastante conflituosa e permeada por crises que a levaram ao internamento em hospitais para tratamento mental. É nesse período que Maura Lopes Cançado tem sua primeira crise epiléptica, apren-

---

<sup>1</sup> “Município (...), criado pelo decreto-lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, com os distritos de São Gonçalo do Abaeté, Canoeiros (ex-Canoas) e parte do distrito de Canastrão, desmembrados do município de Tiros. O distrito de São Gonçalo do Abaeté fora criado pela lei nº 843, de 7 de setembro de 1923. (...)” (BARBOSA, 1995, p. 314).

<sup>2</sup> Ver Corrêa (2013); Custódio (2014); Batista (2010); Souza (2014); e Scaramella (2010), dentre outras.

<sup>3</sup> No conto “São Gonçalo do Abaeté”, a escritora descreve como era a vida dos moradores e como eram recebidas por eles as novidades que surgiam com a emancipação do distrito. Nesse período ocorre a fundação da prefeitura e da câmara dos vereadores, bem como a contratação de um maestro para formar uma bandinha de música. Além disso, bares são abertos, um campo de aviação é criado e algumas estradas rodoviárias são construídas.

de a pilotar aviões, casa-se na Igreja Católica, tem um filho, separa-se do marido e perde o pai, que tanto amava. No ano de 1943, o distrito de São Gonçalo do Abaeté transforma-se em cidade, emancipa-se de Tiros - MG. Com isso, durante esse período, a escritora vai adquirindo diversas experiências. A intensidade desses momentos vividos sempre esteve presente na sua memória e também na sua escrita, e é justamente na intensidade desses momentos vividos que se baseia esta pesquisa, que tem importância sobremaneira para a recuperação de fragmentos da história e da memória, no âmbito local e regional.

## 2. História e ficção: aproximações e distanciamentos

Quando a escrita de Maura Lopes Cançado é analisada com um olhar mais aguçado, é possível deparar-se com elementos que trazem uma dualidade entre história e ficção num processo de relação dialógica. Diante de tal constatação, há que se fazer um debate em torno dessa vertente historiográfica.

A partir da década de 1970, o historiador estadunidense Hayden White (1928) começou a criticar o cientificismo da história, ou seja, aqueles que defendiam a ideia de que os pesquisadores desta área das humanidades deveriam atingir o mesmo nível científico daqueles que faziam investigações no âmbito das ciências exatas. Com isso, a literatura passou a ser considerada muito útil à pesquisa histórica.

No livro *Fontes Históricas*, o historiador Jorge Grespan, descreve que “a ciência e o seu método não podiam garantir a objetividade do saber histórico” (GRESPLAN, 2014, p. 297), visto que há uma aproximação entre a história e a ficção, ou seja, uma possibilidade de diálogo e trocas. Com isso, seria impossível obter uma verdade absoluta dos fatos históricos, como pensava o historiador Leopold Von Ranke (1795-1886), um dos expoentes da Escola Histórica Alemã, já que, em toda pesquisa, um historiador tem suposições, indagações, questionamentos e interpretações sobre as diversas fontes encontradas e o tema abordado, diferentemente da neutralidade e da imparcialidade exigida pela Escola Histórica Alemã.

É necessário, no entanto, ressaltar que apesar dos pressupostos teóricos de Ranke pregarem a neutralidade na pesquisa histórica, não é possível tal situação ocorrer. Essa vertente historiográfica “não estava completamente errada quando advertia para o perigo de uma má subjetividade” (GRESPLAN, 2014, p. 299). Então, considera-se necessário a teoria e o método para que se possa realizar efetivamente um trabalho de pesquisa na área da história.

Em seus livros, *“Hospício é Deus - Diário I”* (1965) e *“O Sofredor do ver”* (1968)<sup>4</sup>, Maura Lopes Cançado (1929-1993) relata e descreve a sua vivência durante a sua infância e a sua adolescência. O debate atual supracitado acerca do uso da ficção nas pesquisas históricas embasa o trabalho em questão, que discorre sobre as memórias e as experiências da autora. Tal embasamento não exclui, contudo, a necessidade de utilização de uma linha historiográfica que correlaciona o fato e a fantasia, o real e o imaginário.

---

<sup>4</sup> Os dois livros da escritora Maura Lopes Cançado tiveram uma nova edição em 2015, vindo com um perfil biográfico escrito pelo jornalista Maurício Meireles.

É interessante ressaltar também que “o cruzamento entre história e literatura possibilita uma maior flexibilidade para se pensar a história e os vários elementos constituintes de sua representação<sup>5</sup>” (SENA JÚNIOR, 2010, p. 4). Do mesmo modo que o historiador utiliza dessa interdisciplinaridade objetivando um maior grau de interpretação dos fatos históricos, observa-se que “a literatura vem sendo usada pelos historiadores para dar existência ao que não é ainda claramente legível em seus documentos habituais” (SALADINI, 2011, p. 379). Pode-se entender, assim, por meio do desenvolvimento do discurso histórico, a utilização de “interpretações de seja qual for a informação ou o conhecimento do passado de que o historiador dispõe” (WHITE, 1994, p. 24). Nesse sentido, pode-se considerar que nos trabalhos históricos já existe uma estrutura pré-crítica, uma orientação metodológica, que permite uma caracterização do passado com diversas formas de explicações.

No entanto, deve-se levar em consideração que a produção historiográfica não deve partir do fantasioso ou da imaginação no sentido de produzir interpretações de fenômenos sociais situados em um tempo e em um espaço definidos, mas sim partir daquilo que foi localizado durante a coleta de materiais, extraído das fontes, dos testemunhos, das “evidências das provas”. A partir daí a narrativa ficcional é considerada como uma fonte capaz de ampliar a compreensão dos fatos, considerando que a produção literária “possui um forte elo com o espaço, com o tempo e com as condições socio-culturais onde esta é construída” (SENA JÚNIOR, 2010, p. 4). Nesse sentido, “o historiador deve tomar o texto literário como uma representação social, construída a partir de uma determinada historicidade” (SANTOS, 2013, p. 3), de modo que “é necessária uma relação dialógica entre o discurso histórico e o literário” (SANTOS, 2003, p. 84).

### 3. A infância de Maura Lopes Cançado

A escritora Maura Lopes Cançado nasceu no dia 27 de janeiro de 1929, em São Gonçalo do Abaeté-MG. Ela vivia em uma fazenda com seus irmãos e irmãs, juntamente com seu pai José Lopes Cançado e sua mãe Afonsina Álvares da Silva. De acordo com Brandão:

O coronel José Lopes Cançado buscou sua esposa n’outra família tradicional mineira os Álvares da Silva e com ela teve os filhos: Judith, Alice, Dagmar, Clara, Nair, Selma, Maura, Helena, Waldemar (Grinho), João, Sebastião e José (Zezinho) (BRANDÃO, 1993, p. 255).

A família Lopes Cançado do lado paterno era muito conhecida no Estado de Minas Gerais, principalmente pela intensa participação na política partidária. O deputado José Maria Lopes Cançado, filiado a União Democrática Nacional (UDN), e membro da

---

<sup>5</sup> *Representação* é definida por Chartier (1988 *apud* SANTOS, 2001) como “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de uma substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.”

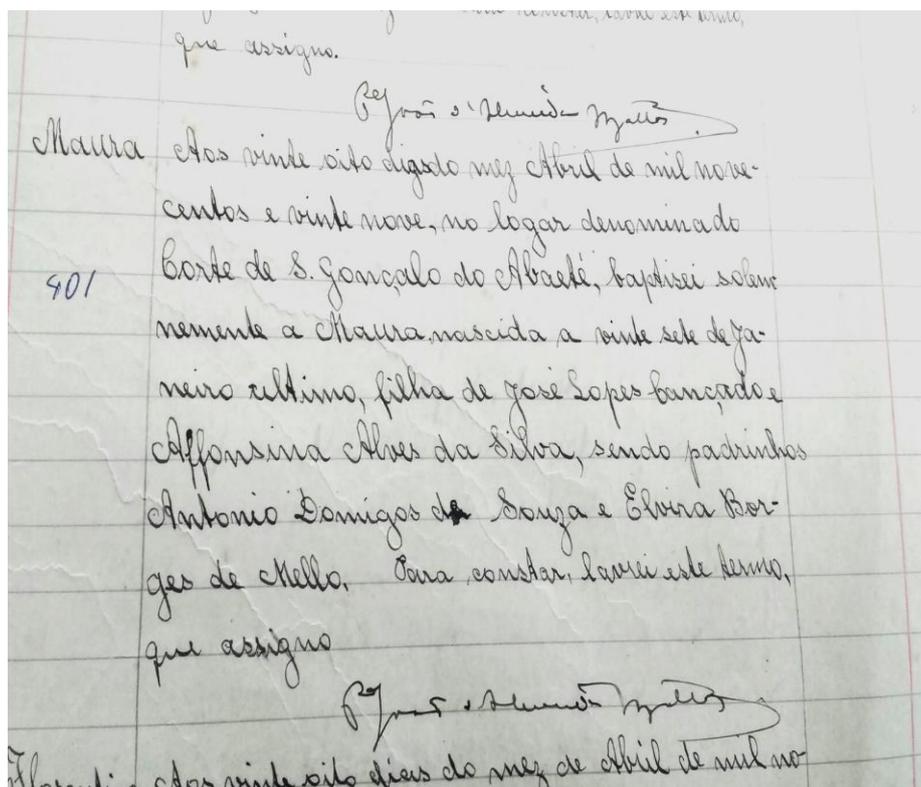
constituente de 1946, e Waldemar Lopes Cançado, irmão mais velho da escritora, que foi prefeito de São Gonçalo do Abaeté em 1948, são exemplos desse envolvimento político.

Pelo lado materno, a família Álvares da Silva também se encontrava inserida nesse tradicionalismo familiar mineiro. Segundo Horta, com descendência direta de Joaquina de Pompéu,

Joaquina Bernarda, que se tornou célebre matriarca, ficou conhecida pelo nome de Joaquina de Pompéu. De seu casamento com Inácio Oliveira Campos, (...) descendem as seguintes famílias mineiras largamente difundidas: Álvares da Silva, Cordeiro Valadares, Abreu e Silva, Souza Machado, Oliveira Campos, Castelo Branco, Melo Franco, Campos (...) (HORTA, 1986, p. 133).

A própria Maura Lopes Cançado revela em seus livros que seus pais eram muito religiosos. Por isso, praticamente três meses após seu nascimento, a escritora foi batizada na religião católica, em uma região próxima à fazenda, denominada de povoado da “Corte”<sup>6</sup>.

**IMAGEM 1:** Comprovante de Batismo de Maura Lopes Cançado



**Fonte:** Paróquia Imaculada Conceição, São Gonçalo do Abaeté- MG.

<sup>6</sup> O Povoado da Corte pertencia ao município de Tiros-MG. Posteriormente, foi anexado a São Gonçalo do Abaeté-MG. Encontra-se, atualmente, no território de Varjão de Minas-MG.

Alguns anos depois, Maura Lopes Cançado faria também a Primeira Eucaristia. Quando recém-nascida ela ficou muito doente, por isso, sua mãe decidiu fazer uma promessa para Nossa Senhora. Segundo a escritora,

por uma promessa feita à Virgem Maria, quando estive muito doente, só me vestiram de azul e branco até sete anos. Papai jamais permitiu que me cortassem os cabelos (eu os tinha longos, soltos, selvagens). Prestaram atenção em mim exageradamente. De certa forma isso me trouxe grande solidão – por não me sentir bem uma menina (CANÇADO, 2015a, p. 12).

Devido à promessa, ela acabou não tendo muitas escolhas em relação a roupas e acessórios que ganhava de presente. Isso acabou lhe contrariando durante a sua infância. Em seus livros, Maura Lopes Cançado expõe muitas lembranças do tempo em que era criança e adolescente. Sendo que “chama-nos a atenção com igual força a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra” (BOSI, 2004, p. 415). Ela relata, no seu livro, que certa vez sua irmã Didi, ao chegar de viagem de Belo Horizonte, trouxe de presente dois chapéus um para ela e outro para sua irmã Selva. De acordo com ela, “eram dois chapéus muito bonitos. Só me restava ficar com o branco, (...). Qual era mais bonito, o branco ou o vermelho? Naturalmente o vermelho, pensei” (CANÇADO, 2015a, p. 8).

**IMAGEM 2:** Foto de Maura Lopes Cançado em sua *Primeira Eucaristia*



**Fonte:** Acervo particular da família de Maura Lopes Cançado

Pode-se notar que, desde a infância, os primeiros contatos de Maura Lopes Cançado com a religião foram conflituosos. Ao retratar a morte de seu padrinho, que tanto a amava, a escritora descreve em seu livro que sua família o enterrou rapidamente. O nome dele era Antônio Domingos de Souza, “(...) eu o chamava Pabí. Quando morreu, mamãe ficou muito apreensiva, temendo que o houvessem enterrado vivo por não estar de todo rígido, nem totalmente frio” (CANÇADO, 2015a, p. 12). O pior é que frequentemente ela sonhava com seu padrinho, e nesses episódios, ele dizia que iria vir buscá-la.

Em seu livro, *Hospício é Deus – diário I* (1965), a autora descreve que, desde pequena, sempre foi muito inteligente, porém sozinha. Um exemplo é quando revela ter aprendido a ler com cinco anos de idade: “Costumava passar horas com um livro de fadas na mão já que ninguém estava, a todo instante, disposto a ler-me histórias. Acabei lendo-as, eu mesma” (CANÇADO, 2015a, p. 15).

Durante essa época, a maioria da população da região em que ela vivia morava na zona rural. O distrito de São Gonçalo do Abaeté contava com poucas casas e moradores. E o seu território encontrava-se anexado ao município de Tiros-MG. Com isso, não existia muita diversão ao acesso da população. Qualquer coisa diferente que acontecia naquela localidade era motivo de espanto e/ou alegria. Quando passavam por ali automóveis, a população ficava efervescida com tamanha engenhosidade. A chegada desses meios de transportes àquele arraial já era uma mostra de progresso do pequeno distrito. Segundo Santos,

Há alguns símbolos do progresso que, realmente, tornam-se referências no estudo das mudanças sociais processadas sob a informação de valores considerados modernos. O imaginário coletivo altera-se. Uma carta encaminhada à *Gazeta de Patos*, nos anos trinta, oriunda de São Gonçalo do Abaeté, evidencia o fascínio diante do automóvel e de sua densidade simbólica: “[...] um caminhão vindo dessa cidade, dirigido por competente *chauffeur*, já alegra o nosso arraial com a sua busina [*sic*] roufenha” (SANTOS, 2001, p. 181).

Posteriormente, isso foi ficando mais comum, mas não necessariamente deixou de ter o seu encanto. Como relata a própria escritora.

Bonito quando faróis de automóveis ou caminhões iluminavam a estrada trazendo pessoas empoeiradas e ainda cheirando a cidade. E mesmo o rádio ligado, a todo volume, dando notícias de guerra, fazia parte da ponte de ligação entre a fazenda fantástica e a realidade clara, sem mistério, da cidade (CANÇADO, 2015a, p. 15).

Como a população encontrava-se em sua maioria na zona rural, vários fazendeiros possuíam comércios nas fazendas. José Lopes Cançado “montou uma loja para servir a população da região, que antes tinha que se deslocar para a Corte (...)” (BRANDÃO, 1993, p. 255). Foi nesse estabelecimento que a escritora diz ter sido abusada sexualmente por um empregado. A autora descreve que

na fazenda tínhamos uma loja. O rapaz, empregado da loja, sempre se recusava a nos dar balas, a mim e minhas irmãs menores. Uma tarde fui sozinha. Pedi-lhe. Disse que sim. Sentou-me no balcão e teve relação sexual comigo, nas minhas pernas. (...) sentindo-me molhada, julguei que ele houvesse feito pipi nas minhas pernas (CANÇADO, 2015a, p. 18).

O rapaz foi-se embora da fazenda, e ela não revelou nada a ninguém sobre o acontecido. Posteriormente, ela relata em seus livros que foi abusada outras vezes. Um dos motivos pelo desaparecimento do jovem pode ter sido por medo de que a criança contasse para o pai o que havia acontecido, pois o pai da escritora era conhecido na região como um temido e respeitado coronel.

No meio acadêmico existem opiniões divergentes quanto ao termo *coronelismo*, apesar de que muitos dos especialistas acerca do tema concordam que o período de auge desta prática foi durante a Primeira República. Sobre a discordância dos autores em relação às origens e o início do coronelismo, segundo Pereira:

Enquanto Leal as encontra na passagem Império-República, há autores que as identificam na Colônia e no Império. Carone, Faoro e Janotti, embora reconheçam que a política coronelista só se consolidou na Primeira República, explicam a emergência do fenômeno a partir da institucionalização do poder dos chefes locais efetuada pelas patentes da Guarda Nacional criada em 1831 (PEREIRA, 2001, p. 63).

No distrito de São Gonçalo do Abaeté, havia homens que eram bastante conhecidos por serem considerados “coronéis”, esses indivíduos agiam de forma direta nos assuntos políticos, econômicos, religiosos e sociais da localidade. Dentre eles, está o pai de Maura Lopes Cançado, o afamado coronel José Lopes Cançado (Zeca Lopes), dono de uma grande propriedade de terra, e de bastante poder aquisitivo. Era conhecido também por causa da criação de gado e da fabricação de cachaça em seu alambique. Ele morava há poucos quilômetros do arraial. Dotado de grande prestígio, contava com homens que o protegiam e ofereciam apoio, caso necessitasse, o que acabava sendo considerado comum naquela época. De acordo com Maura Lopes Cançado, seu pai “vivia cercado por homens que matavam, junto aos quais cresci (...)” (CANÇADO, 2015a, p. 9).

Nesse período, muitos desses homens andavam armados e possuíam guarda pessoal. O coronel “possuía uma polícia própria, denominados seus membros, segundo a região, de capangas, jagunços, ‘gente do coronel’, camaradas ou cabras...” (JANOTTI, 1985, p. 60). Esses homens estavam sempre envolvidos em discussões e desentendimentos. Entretanto, havia também certa troca de favores entre eles, pois a sociedade rural estava “solidamente enraizada na proteção e na lealdade (...). O coronel oferecia proteção e exigia irrestrita adesão” (JANOTTI, 1985, p. 57).

Além de ser muito respeitado em toda região, José Lopes Cançado tinha um comportamento agressivo com seus desafetos. A própria escritora relata: “uma vez vi papai bater num homem. Eu era bem pequena. O homem apanhava sem reagir, seu rosto sangrava” (CANÇADO, 2015a, p. 10-11). Algumas vezes o dinheiro não era o principal motivo para que um homem pudesse ser considerado coronel, porque “ocorre que o coronel não

manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito” (FAORO, 2001, p. 737). Na monografia de Borges, intitulada de *João de Almeida Mattos: um coronel de batina* (2005), ele descreve que no distrito de São Gonçalo do Abaeté havia um padre coronel. O nome dele era João de Almeida Mattos. No livro *60 anos de batina* (1964), o próprio religioso relata como era a vida no lugarejo. Segundo Mattos,

(...) São Gonçalo era refúgio, esconderijo dos criminosos dos municípios vizinhos e distantes. Transferida a minha residência, todos que por ali passavam ou tinham notícia da minha nova residência, admiravam-se da minha disposição e coragem. Realmente, além de ficar afastado de outros colegas, tinha-se que conviver com um sem número de assassinos, criminosos e malfeitores. Nenhum receio tinha eu (...) (MATTOS, 1964, p. 37).

Deve-se levar em consideração a escrita do padre, que sempre enaltece a sua coragem e bravura. E faz autoelogios quanto à sua pessoa. No entanto, nesses lugares longínquos acabava sendo comum a presença de fugitivos da justiça, pois não existia nenhum tipo de policiamento nem de fiscalização, porque encontrava-se com lonjura em relação a grandes cidades. A escritora Maura Lopes Cançado descreve que em sua casa isso era um fato corriqueiro, por causa das “amizades” de seu pai. De acordo com ela, “sempre, por longos períodos, tínhamos hóspedes, refugiados da justiça, homens ricos (...)” (CANÇADO, 2015a, p. 10).

#### **4. Maura Lopes Cançado decide voar**

Durante a adolescência, a escritora chegou a estudar em um colégio na capital mineira, entretanto, retornou rapidamente para a sua terra natal. Algumas de suas irmãs mais velhas já moravam há muitos anos em Belo Horizonte. Sobre o período em que estudou no colégio, a autora descreve:

no colégio Sacre-Coeur de Marie passei a envergonhar-me da minha família. Algumas de minhas colegas tinham parentes elegantes, bem vestidos, que as visitavam. Outras não. Minha família, apesar de mais rica do que a maioria daquelas, morava no interior, apresentava-se com simplicidade (CANÇADO, 2015a, p. 20).

Nessa época, os fazendeiros da região não utilizavam seu dinheiro para ostentar riquezas. O pai de Maura Lopes Cançado foi um dos primeiros a trazer algumas novidades para a região, como a luz elétrica, símbolo da modernidade frente à tradição. Porém, em relação às pessoas que viviam na capital, existia certo atraso, principalmente no modo de vestir-se e comportar-se.

Em relação à questão mental da escritora, sabe-se que ela sofria com frequentes crises epiléticas. Porém, ela relata que na adolescência acabou ficando inconsciente pela primeira vez:

(...) aos quatorze anos, estava acordada, tive uma crise e foi horrível. Creio ter ficado inconsciente mais de nove horas, depois do que me veio certa amnésia que durou um dia. Outra crise se repetiu em condição análoga, logo após meu casamento, durante a gravidez, e a última, aos quinze anos, depois da morte de papai. Não se repetiram até hoje. Tenho tido constantemente crises equivalentes. As auras epilépticas me são quase que cotidianamente familiares (CANÇADO, 2015a, p. 19).

Em decorrência dessas crises, é possível que o indivíduo acometido de tal fase passe a agir de forma simultânea entre a razão e a irracionalidade. Posto isso, ocorre uma dualidade de sentidos, “constituindo seja uma de suas forças secretas, seja um dos momentos de manifestação, seja uma forma paradoxal na qual pode tomar consciência de si mesma” (FOUCAULT, 1978, p. 39). Apesar disso, a adolescente Maura Lopes Cançado mudou-se para a cidade de Bom Despacho. “Aos quatorze anos quis ser aviadora, entrei para um aeroclube, pretendendo obter *brevet*<sup>7</sup> de piloto. Não consegui *brevet*, casei-me com um aviador, jovem de dezoito anos” (CANÇADO, 2015a, p. 20). O jovem aviador era Jair de Almeida Praxedes, filho de um conhecido coronel da cidade, José Antônio Praxedes. Vale ressaltar que os Praxedes e os Lopes Cançado eram muito próximos.

Quando se analisa a certidão de casamento do casal, é possível verificar alguns detalhes da cerimônia. Os padrinhos de casamento foram Valdir Melgaço e também Ítalo Consoli, que era o instrutor de aviação do casal. O casamento ocorreu no dia 10 de maio de 1944 na Capela de Santa Efigênia em Bom Despacho - MG. Concretizado o casamento, depois de alguns meses, a escritora engravidou e teve seu único filho, Cesarion Cançado Praxedes (1945-2003).

O jornalista e escritor Pedro Rogério Moreira morava em Bom Despacho durante esse período, e acabou escrevendo um romance sobre uma bela aviadora que via sobrevoar os céus daquela cidade. Posteriormente, já quando adulto, é que ele descobriu que se tratava de Maura Lopes Cançado. Em seu livro *Uma bela noite para voar* (2006), ele descreve um pouco sobre o que via no campo de aviação da cidade.

Além da curiosidade sobre os teco-tecos que ali pousavam de vez em quando, havia naquele lugar uma atração mágica. O descampado, outrora, fora o palco onde se exibira uma aviadora sensacional, a quem o Pedrim deu o nome de Princesa. Ah, a Princesa! O menino a amava, sem jamais tê-la conhecido. Ele forjou a figura de sua musa usando a beleza, a audácia e a rebeldia intelectual de uma antiga moça da cidade, a futura escritora Maura Lopes Cançado (1934-1996) [sic], que já pilotava um Aeronca Champion aos 16 anos de idade, prenúncio audaz de sua vida breve e dramática (MOREIRA, 2006, p. 10).

No romance do autor Pedro Rogério Moreira, a personagem intitulada de Mike Lima Charlie, tinha um relacionamento bem próximo com o presidente Juscelino Ku-

---

<sup>7</sup> Nos livros a escritora escreve *brevet* ao invés de *brevê*. *Brevê*: Título que atesta a capacidade de um indivíduo pilotar aviões. Fonte: Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/breve-2/>. Acesso em: 4 fev. 2017.

bistchek. Posteriormente, o livro recebeu uma adaptação para o cinema, sendo produzido pelo diretor Zelito Viana. É a vida de Maura Lopes Cançado se entrelaçando com a ficção, pois, provavelmente, ela não chegou a conhecer o presidente Juscelino Kubitschek.

A jovem aviadora acabou ganhando um avião paulistinha CAP-4A<sup>8</sup>, de prefixo PP-RXK, de presente da família, e batizou-o de Cesarion. Através desse meio de transporte, ela sobrevoava toda região. Depois de retornar à sua terra natal, a escritora separou-se de seu marido, sendo que, aos dezesseis anos, retornou a outro aeroclube onde, segundo ela, sentia-se excluída pelo grupo de aviadores.

Entre meus colegas do aeroclube sentia-me bem. Portava-me como um rapazinho, falando de aviação, aparentemente integrada. Ainda assim aquela insegurança. Como única moça da turma, e única a possuir um avião, devia sentir-me muito vaidosa, ainda mais que estava muito bonita: de macacão branco e bonezinho de lado. Entanto [*sic*] não era o que acontecia. Sabia que minhas atitudes de aviadora, consideradas ‘livres’, agrediam a falsa moral (que naquele tempo eu não ousava chamar de falsa) (CANÇADO, 2015a, p. 23).

Uma das principais hipóteses do fato de haver certa resistência a Maura Lopes Cançado pode ser o fato de a sociedade querer, na época, a participação da mulher apenas em assuntos relacionados à casa e à família, ou seja, ao ambiente privado. De maneira que, uma jovem, mãe de um filho e separada do marido, causava desconforto aos seus colegas de aeroclube, haja vista que, no entendimento deles, somente homens poderiam estar naquele local, o que os fazia agir assim, com certa empáfia em relação à escritora. De acordo com Goffman:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem nelas encontradas (GOFFMAN, 1988, p. 12).

A autora também relata que sofreu crises durante alguns voos, além disso, de acordo com ela, “ao voar sozinha, muitas vezes, fui acometida de pânico. Tinha medo de voar, confesso, embora na época não admitisse” (CANÇADO, 2015a, p. 24). Entretanto, o desafio de comandar um avião pelos ares parecia ser maior do que o medo que ela sofria. Pode ser que a jovem tentasse obter uma resistência em relação à morte, posto

---

<sup>8</sup> “Em 02 de abril de 1943, (...) o *Paulistinha* começou a sair das linhas de montagem da CAP. Apenas 20 exemplares foram construídos da primeira versão do CAP-4, dando lugar a outras três versões: CAP-4A, CAP-4B, CAP-4C. (...) era uma aeronave robusta e com boas qualidades de vôo, de fácil manejo, muita durabilidade e baixo custo de produção e de manutenção”. Fonte: Centro Histórico Embraer. Disponível em: <<http://www.centrohistoricoembraer.com.br>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

que colocava em xeque a sua própria vida, na tentativa de se sentir mais corajosa e audaciosa. O fato de nunca demonstrar fraqueza enquanto estava obtendo as aulas no aeroclube poderia ser uma estratégia de demonstrar firmeza e de ser considerada forte pelos colegas aviadores. Como relata a própria escritora:

E minha insistência em voar não teria sido um desafio à epilepsia, ou a morte? O avião não pareceu jamais obedecer a meu comando, (...). Era, quase sempre, uma carreira ao lado da morte. Suportava calada, nunca confessei nenhum dos meus receios a meu instrutor ou a algum colega (CANÇADO, 2015a, p. 24).

Aos quinze anos de idade ela estava disposta a voltar para São Gonçalo do Abaeté. No entanto, havia muitas mudanças naquele lugarejo. Nesse sentido, a jovem enfrentou ainda mais preconceitos em relação a suas atitudes.

## 5. O retorno a São Gonçalo do Abaeté-MG

Quando decidiu voltar a morar com a família em sua terra natal, Maura Lopes Cançado não imaginava o quanto seria difícil o seu retorno. Sua situação era completamente diferente das outras moças da localidade. E, para piorar, poucos meses após a jovem retornar para casa de seus pais, o seu pai José Lopes Cançado faleceu, aos sessenta e sete anos de idade.<sup>9</sup>

Aos quinze anos vi-me com o casamento desfeito, um filho e sem papai, sustentáculo de todos os meus erros – meu grande e único amor. Restava-me mamãe: para sofrer com minha insatisfação, meus ideais irrealizáveis, minha busca do ‘não sei o que é, mas é maravilhoso’, minha vaidade e meu tédio pelo que me estava às mãos (CANÇADO, 2015a, p. 22).

O ano era 1943 e o distrito de São Gonçalo do Abaeté passava a ser chamado de cidade: acontecia a sua emancipação político-administrativa. Segundo Brandão,

(...) era governador do estado de Minas Gerais o Dr. Benedito Valadares Ribeiro que, atendendo aos pedidos da população, fez o seu Decreto-Lei n. 1058, de 31 de dezembro de 1943, criando o município de São Gonçalo do Abaeté, (...) (BRANDÃO, 1993, p. 112).

A escritora, no conto intitulado “São Gonçalo do Abaeté” (1965), descreve esse período de transição. “De distrito São Gonçalo surpreendeu, conquistando o direito precoce de ser chamada cidade” (CANÇADO, 2015b, p. 71). O primeiro prefeito nomeado foi

---

<sup>9</sup> Antes de falecer, José Lopes Cançado fundou a *União Democrática Nacional (UDN)* em São Gonçalo do Abaeté. O pai da autora também era o presidente do partido político na localidade. Posteriormente, o seu filho Waldemar Lopes Cançado assumiu o posto.

Messias Mattos Júnior, fazendeiro da região e irmão do Padre João de Almeida Mattos. A vida parecia seguir outros rumos, a população indagava sobre o futuro, que estava prestes a transformar-se, eram muitas novidades para aquele arraial, que naquele momento se transformava em cidade. Foi criado, a esse tempo, o cartório civil, no qual, posteriormente, a escritora registrou o seu filho Cesarion Cançado Praxedes.

Em uma passagem de suas lembranças, a escritora descreve “São Gonçalo do Abaeté, nascida Imaculada” (CANÇADO, 2015b, p. 67). A ligação entre a cidade e a santa deve-se ao fato de que Imaculada Conceição foi escolhida para ser a padroeira da cidade, bem como São Gonçalo tornou-se o santo protetor. O nome escolhido para o lugarejo vem da fé e religiosidade de seu povo, e também do importante rio que banha todo o município, o Rio Abaeté. Na cidade formou-se uma banda de música chamada Santa Cecília, que alegrava as tardes da sociedade São Gonçalense. Nas noites, de acordo com a escritora, “em círculo mulheres casadas conversavam. Noutra roda, maridos falavam seriamente de boiadas (...). Eram assim no começo as noites de São Gonçalo” (CANÇADO, 2015a, p. 68). A situação de Maura Lopes Cançado não era nada fácil. Com o seu retorno havia sérias questões sociais a serem encaradas. A exclusão ou até mesmo abjeção à escritora pelo fato desta ser mãe solteira estavam apenas no começo, de acordo com ela:

Desfeito o casamento, que só se realizou na Igreja, por minha pouca idade, julguei possível recomeçar minha vida como se nada houvesse acontecido. Morávamos numa cidade próxima à fazenda, São Gonçalo do Abaeté. Diziam-me a moça mais bonita e prendada da cidade. Lamentavam que me tivesse já casado. Aquilo me irritava deveras. Lera muito sobre os costumes de outras terras, julgava-me na situação de uma divorciada (ou menos comprometida). Por que privar-me das diversões comuns às moças da minha idade? Mas as pessoas pensavam diferente [sic] (CANÇADO, 2015a, p. 22).

É claro que, ao utilizar da escrita de Maura Lopes Cançado, somos acometidos de intensa incerteza, em relação ao verdadeiro e ao falso, e o caráter ficcional confunde-se com os fatos que, por ventura, tenham realmente ocorrido. Então, nesse sentido, é necessário analisar com cuidado os fragmentos da escrita autobiográfica da autora. Não obstante, isso não impede que haja um debate entre o comportamento da sociedade brasileira durante aquele período. Segundo a escritora havia certa discriminação em relação a ela.

Mulheres me olhavam pensativas: ‘tão nova já com este drama’. Que drama? Me perguntava irritada. Os homens se aproximavam violentos, certos de que eu devia ceder: ‘por que não, se já foi casada?’. Moças de ‘boas’ famílias me evitavam. Mulheres casadas me acusavam de lhe estar tentando roubar os maridos. Os tais maridos tentavam roubar-me de mim mesma: avançavam. Eu tinha medo (CANÇADO, 2015a, p. 23).

O comportamento social das pessoas gerava dor na escritora, pois ela desviava-se de todas as imposições de uma sociedade extremamente rígida em torno dos costumes familiares e sociais. Como observa Sêrro,

Maura transgrediu o padrão de uma sociedade extremamente tradicional – em relação à ética, à moral, e aos hábitos instituídos como normas do bem-viver – e atraiu para si um olhar coletivo carregado de desconfiança e até mesmo taxativo de uma desrazão ou demência (SÊRRO, 2006, p. 21).

Apesar de não ter muito contato com jovens de sua idade, a criança adorava a escritora. Ela mesma criou uma forma de interagir com elas, utilizando de sua imaginação e criatividade. De acordo com sua sobrinha Marlene Lopes Cançado<sup>10</sup>:

Ela [Maura Lopes Cançado] inventava uns teatros, aí ensaiava as peças que ela mesma escrevia, e ela arranhou um cômodo comprido e mandou arrumar umas tábuas para servir de banco e fez o palco. (...) ela pegava a menina e levava para lá para ensaiar. (...) (informação verbal).

Ainda segundo Marlene Lopes, Maura utilizava o seu avião não apenas para viagens, mas também para sua diversão. Com apenas quinze anos de idade ela pilotava o pequeno avião a baixas alturas, sobrevoando a fazenda de sua família. Como recorda sua sobrinha,

(...) a gente então entrava no avião com ela (Maura Lopes Cançado) como se fosse a coisa mais segura do mundo e ela dava voltas com a gente, levava para passar em cima da fazenda do meu avô e a gente ficava jogando bilhete amarrado numa pedra para cair, tão baixo que passava o avião, que ela (risos) não tinha medo e muito menos a gente que era criança (Informação verbal).<sup>11</sup>

Quando se analisa a vida da escritora durante esse período, pode-se perceber que ela se comportava de um modo espontâneo; apesar das diversas dificuldades enfrentadas durante aquela época, ela tentava usufruir de todos os momentos e de todas as experiências que cabem a uma adolescente. Uma das recordações vividas por uma de suas sobrinhas ilustra bem isso: de acordo com ela, a escritora sempre a levava juntamente com alguns primos para suas “aventuras” pela cidade, incluindo um passeio à casa de Dona Ambrósia, uma vizinha da família que tinha distúrbios mentais. Toda vez, na saída da visita, Maura Lopes Cançado repetia a mesma cena: ela

falava naquela voz doce dela, Dona Ambrósia<sup>12</sup> seus gatinhos estão tuberculosos? E aí a dona Ambrósia já estava prevenida, era pedra em cima de pedra, tinha que correr todo

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Marlene Lopes Cançado, em Patos de Minas-MG, no dia 27 de outubro de 2016.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Dona Ambrósia é citada por Maura Lopes Cançado em seu conto intitulado de “São Gonçalo do Abaeté”.

mundo. Mas depois ela voltava e a Dona Ambrósia não lembrava mais daquilo e já recebia ela bem do mesmo jeito. Mas sempre acontecia a mesma coisa (Informação verbal).<sup>13</sup>

Depois de pouco tempo que a escritora havia retornado à terra natal, ela resolveu ir embora para Belo Horizonte, principalmente na tentativa de voltar aos estudos. Porém, mesmo morando na capital, de vez em quando ela visitava o filho na fazenda de sua família. Certa vez, no aniversário de Cesarion, “[...] ela veio de Belo Horizonte de avião e trouxe a festa toda prontinha no avião. Dentro do avião tinha de tudo, bombom, aquelas coisas mais gostosas do mundo (risos)” (Informação verbal).<sup>14</sup>

**IMAGEM 3:** Foto de Cesarion, filho da escritora, sentado na cadeira



**Fonte:** Acervo particular da família de Maura Lopes Cançado.

---

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> Ibidem

## 6. Considerações finais

O surgimento de Maura Lopes Caçado como escritora deu-se a partir da publicação do seu primeiro conto no Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, intitulado “No quadrado de Joana” (1958), no qual a personagem principal era uma jovem que sofria de esquizofrenia catatônica. A sua escrita foi elogiada por muitas personalidades do meio literário, entre elas, Clarice Lispector (1920–1977). A partir daí ela passou a conviver com muitos escritores renomados, tais como Carlos Heitor Cony (1926-), Ferreira Gullar (1930–2016), Maria Alice Barroso (1926-2012), Reynaldo Jardim (1926-2011), dentre outros.

Por meio do desenvolvimento deste artigo, foi possível verificar importantes fatores da infância e adolescência que contribuíram para a construção da escrita e também da vida adulta da escritora Maura Lopes Caçado. Podem ser destacadas as primeiras experiências com a religião durante a sua infância, experiências estas que acabaram por privar a autora de certas escolhas e decisões, o que pode ter afetado o seu comportamento em relação à própria religião durante a sua maioridade.

Na adolescência é verificada a audácia de uma jovem de apenas quinze anos que, ainda que acometida de problemas mentais, se matricula em um aeroclube para aprender a pilotar. Quando retornou à casa de seus pais, ela estava disposta a voltar a viver a vida que levava antes de partir, no entanto, os acontecimentos recentes em sua vida e também em sua terra natal não a deixaram seguir com o que planejava. Ao invés disso, os comportamentos por parte dos conterrâneos não condiziam com aquilo que ela esperava. Dessa forma, era necessário almejar voos mais altos. A sua busca pelo “não sei o que é, mas é maravilhoso” estava apenas no começo, assim, ela decolou rumo a Belo Horizonte para viver uma audaz e intensa vida.

Esta pesquisa procurou dar importância e recuperar elementos da memória e da história regional no âmbito da cultura e de forma interdisciplinar, já que foi executada uma pesquisa não só sobre a vida da escritora Maura Lopes Caçado, mas também sobre a região na qual ela nasceu e cresceu, atingindo a fase adulta. Indubitavelmente, o principal desafio deste artigo foi trabalhar de forma dialógica a relação entre a história e a literatura. Sabe-se que estas áreas das humanidades estão em constantes aproximações e distanciamentos, entre o fato e a fantasia, o real e o imaginário. Nesse sentido, o resultado final atendeu perfeitamente às expectativas do projeto, visto que foi possível realizar um estudo sobre memórias e experiências durante a infância e a adolescência da escritora Maura Lopes Caçado em um momento em que a autora está em bastante evidência nos meios intelectuais brasileiros.

## Referências bibliográficas

BARBOSA, Waldemar Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, vol. 181.

BATISTA, Daniele Aparecida. *Loucura: a temática que constrói o discurso da obra Hospício é Deus*, de Maura Lopes Caçado. 2010. 107 p. Dissertação de Mestrado em Letras,

Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), Assis-SP, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/94082>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BORGES, Fernando Antônio. *João de Almeida Mattos: um coronel de batina*. 2005. 29 p. Monografia de Graduação em História, Centro Universitário de Patos de Minas (UNI-PAM), Patos de Minas – MG, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRANDÃO, José da Silva Brandão. *São Gonçalo do Abaeté e sua gente*. Belo Horizonte: AMG, 1993.

CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus: Diário I*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

\_\_\_\_\_. *O sofredor do ver*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

SANTOS, R. C. *Os sobreviventes do Holocausto: cinema e memória – Mnemosyne chora*. *Revista Alpha*, Patos de Minas, 2(1):122-139, nov. 2001.

CORRÊA, Louise Bastos. *A consciência no abismo: uma leitura da obra de Maura Lopes Cançado*. 2013. 130 p. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/posverna/mestrado/CorreaLB.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CUSTÓDIO, Márcia Moreira. *Literatura e loucura: a carnalidade da loucura de Maura Lopes Cançado em Hospício é Deus*. Jan 2014. 111 p. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros-MG, 2014. Disponível em: <[http://www.cch.unimontes.br/ppgl/admin/arquivos\\_upload/banco\\_dissertacoes/101.pdf](http://www.cch.unimontes.br/ppgl/admin/arquivos_upload/banco_dissertacoes/101.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2016.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. 1978.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRESPLAN, Jorge. *Considerações sobre o método*, in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais, in: *Análise e conjuntura*. Belo Horizonte, 1986, ano I, nº 2, maio/agosto, p. 111-142.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATTOS, João de Almeida. *60 anos de batina: sacerdote e cidadão*. São Gonçalo do Abaeté: [s. n.], 1964.

MOREIRA, Pedro Rogério. *Bela noite para voar: um folhetim estrelado por JK*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Dependência, favores e compromissos: relações Sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. 2001. 179 p. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia – MG, 2001.

SALADINI, Fernando de Oliveira. História, verdade, ficção, narrativa e literatura: diálogos pertinentes, in: *Anais do VIII Seminário de Iniciação Científica Só Letras-Estudos Linguísticos e Literários*. 2011. Jacarezinho - PR, 2011, p. 377-384. Disponível em: <<http://www.uenp.edu.br/trabalhos/cj/anais/soLetras2011/Fernanda%20de%20Oliveira%20Saladini.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

SANTOS, Roberto Carlos dos. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. 2001. 221 p. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia- MG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre a história e a ficção: diálogos, fronteiras, identidades*. *Revista Alpha*, 4(4):76-94, nov. 2003.

SANTOS, Regma Maria dos. Usos da crônica no ensino de história: tempo e paisagem em Rachel de Queiroz, in: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, Natal – RN. 22-26 Jul, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/recursos/anais/27/1364423960\\_ARQUIVO\\_USOSDACRONICANOENSINODEHISTORIA.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/recursos/anais/27/1364423960_ARQUIVO_USOSDACRONICANOENSINODEHISTORIA.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2017.

SCARAMELLA, Maria Luisa. *Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado*. 2010. 236 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000479398>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

SENA JUNIOR, Gilberto Ferreira. *Realidade versus ficção: a literatura como fonte para escrita da história*, in: *VI Simpósio Nacional Estado e poder: cultura*, 2010, São Cristóvão. *Anais VI Simpósio Nacional Estado e poder: cultura*, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT13/GT13-GILBERTO.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SÊRRO, Raquel Brandão do. *Maura Lopes Caçado: lúcida, lírica e louca*. 2006. 44 p. Monografia de Graduação em Letras, Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), Patos de Minas-MG, 2006.

SOUZA, Vânia Romão de. *Maura louca? Não, 'Caçada': os desatinos existenciais de uma 'hipermulher' nas décadas de 1940/1950*. 2014. 182 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17501/3/2014\\_VaniaRomaodeSouza.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17501/3/2014_VaniaRomaodeSouza.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2016.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 21-48.

\_\_\_\_\_. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

#### **Fontes orais<sup>15</sup>**

Marlene Lopes Caçado. ENTREVISTA. Patos de Minas-MG, 27 out. 2016. (39min.)

#### **Web-gráficas**

Centro Histórico Embraer. Disponível em: <<http://www.centrohistoricoembraer.com.br>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

Dicionário Online de Português - Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/breve-2/>. Acesso em: 4 fev. 2017.

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida a Edivaldo Rafael de Souza.

## **Diversidade cultural: a necessidade e a obrigatoriedade de se trabalhar a cultura afro-brasileira no contexto escolar**

*Cultural Diversity: the need and the obligation  
to work Afro-Brazilian culture in the school context*

**Larisse Fátima Lima Ferreira**

Graduanda do Curso de Pedagogia (UNIPAM). e-mail: larisselima2010@hotmail.com

**Maria da Penha Vieira Marçal**

Professora Orientadora (UNIPAM). e-mail: penhavm@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Desde a sanção da Lei nº 10.639/03, a temática da diversidade cultural passou a ser um componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino. Temos como hipótese que há uma grande resistência das escolas em se trabalhar o tema. Neste sentido, o escopo deste estudo é investigar como a Lei nº 10.639 vem sendo cumprida nas escolas e compreender a importância e as dificuldades que os docentes do Ensino Fundamental I destacam para o ensino das relações étnico-raciais. Para tanto, questionários foram aplicados de forma censitária aos educadores das escolas da rede estadual em Patos de Minas-MG. Os resultados revelaram que os educadores estão conscientes da importância de se trabalhar a diversidade cultural. Entretanto, é necessário um maior engajamento da escola para que o tema seja desenvolvido de maneira significativa e, assim, minimizar a discriminação e preconceito, tanto no ambiente escolar como em todos os segmentos da vida social.

**Palavras-chave:** Diversidade cultural. Educação. Preconceito. Transculturalidade.

**Abstract:** Since the enactment of Law 10,639/03, cultural diversity has become a compulsory curricular component at all levels of education. Our hypothesis is that there is a great resistance by the schools in working the theme. In this sense, the scope of this study is to investigate how Law 10,639 has been fulfilled in schools, and to understand the importance and difficulties that teachers of Elementary Education I emphasize while teaching ethnic-racial relations. We have used the questionnaire technique that was applied in a census form to the elementary school educators of the state schools in Patos de Minas-MG. The results revealed that educators are aware of the importance of working on cultural diversity. However, there is a need for greater engagement of the schools so as to develop the subject in a meaningful way and thus to minimize discrimination in the school environment as well as in all segments of social life.

**Keywords:** Cultural diversity. Education. Prejudice. Transculturality.

---

## 1. Introdução

A cultura brasileira é em sua essência extremamente diversificada, sendo constituída por múltiplas dimensões, que, juntas, formam a identidade do patrimônio nacional. As origens desta pluralidade foram definidas pelo processo histórico-social, o qual se deu pelo encontro das três grandes “raças” que formaram o povo brasileiro: indígena, europeia e africana. No entanto, essa miscigenação não aconteceu de maneira pacífica, sendo marcada pela escravidão e pela instituição de valores ao longo do período colonial e da história do Brasil.

O transcorrer deste processo teve como destaque a luta dos povos indígenas e africanos contra a dominação portuguesa. Com efeito, parte das tradições destes povos foram preservadas. Na verdade, a interação entre o colonizador e os grupos dominados promoveu uma troca de costumes e valores, em que os europeus também deixaram-se influenciar pela cultura destes povos. Dessa forma, a cultura brasileira foi construída pela grande variedade de hábitos culturais dos três grandes grupos étnicos, manifestados por astronomia, religião, artes, variações linguísticas, além dos aspectos físicos, como cor da pele, dos olhos e a textura dos cabelos.

Apesar dessa pluralidade cultural, a população brasileira não aprendeu a lidar com tantas diferenças presentes no cotidiano da sociedade. De fato, as desigualdades e discriminações contra negros e indígenas são evidentes no meio social, afetando assim o desenvolvimento pleno da sociedade. Particularmente, no âmbito educacional, as consequências destes contrastes repercutem no trabalho pedagógico, prejudicando o processo ensino-aprendizagem. Diante desta perspectiva, a importância de se trabalhar a cultura indígena e africana nas escolas tem sido alvo de debates nos eventos educacionais, de modo geral.

O apoio do legislativo tentou promover avanços no currículo pedagógico ao fomentar a execução de temas transversais envolvendo a diversidade étnica. No entanto, muitas escolas têm se omitido no cumprimento dessas determinações, o que prejudica a formação dos alunos. Conseqüentemente, os professores também se omitem quando não constroem com seus alunos o respeito à diversidade e a valorização da diversidade cultural.

Nesse contexto, elaboramos a nossa problemática de pesquisa pautada nas seguintes indagações: de que maneira a rede estadual de ensino tem desenvolvido uma proposta metodológica para a prática da diversidade cultural entre os alunos do Ensino Fundamental? Os professores estão conscientes da importância de se trabalhar a cultura afro-brasileira para o combate ao preconceito e a outras formas de discriminação? Como os professores tem lidado com as diferenças étnico-culturais em sala de aula? O material didático oferece condições de trabalhar a temática da diversidade, a fim de superar as desigualdades raciais e sociais?

Sabe-se que a aplicação da Lei 10.639 nos anos iniciais do Ensino Fundamental é viável e eficaz para proporcionar o conhecimento acerca do tema e para o combate ao preconceito. Nesse sentido, acredita-se que os professores estão despertos para a importância da inserção desse tema nos currículos escolares e na formação dos educandos. Contudo, percebe-se que muitos profissionais da educação não estão preparados para a abordagem deste conteúdo, ou ainda, a escola não tem oferecido suporte

pedagógico adequado para o desenvolvimento do tema, restringindo-o apenas às datas comemorativas, como o Dia do Índio e o Dia da Consciência Negra.

Assim, o objetivo desta pesquisa é averiguar a influência que a cultura afro-brasileira proporciona para a sociedade e entender como a Lei 10.639 vem sendo trabalhada em sala de aula. Além disso, de maneira específica, o presente trabalho visa compreender a importância que os docentes do Ensino Fundamental I destacam para o ensino das relações étnico-raciais, bem como compreender as dificuldades que os mesmos enfrentam na abordagem desse tema.

A escola é o ambiente propício para o combate a diversos preconceitos, uma vez que nela se encontram indivíduos em processo de construção do pensamento cognitivo e da sua personalidade. Portanto, este estudo surge da necessidade de verificar como estão sendo desenvolvidos trabalhos voltados para a formação étnico-cultural dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas de Patos de Minas. Além disso, o presente estudo se justifica pela indispensabilidade de se averiguar se estão sendo cumpridas as determinações da Lei 10.639, em ordem de reduzir as diversas formas de exclusão e discriminação.

As instituições de ensino são os locais mais plurais da sociedade, sendo compostas de grande diversidade social, cultural, racial e religiosa. Assim sendo, acredita-se que a implementação de propostas pedagógicas voltadas para a valorização cultural e histórica de todos os povos que compõem o Brasil é primordial para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, espera-se que esta pesquisa provoque uma reflexão nos profissionais da educação para a promoção da diversidade étnico-racial no ambiente escolar, enaltecendo assim as riquezas da miscigenação e suas manifestações culturais para a identidade brasileira.

## **2. Revisão teórica**

### **2.1. Transculturalidade: origens e impactos nos dias de hoje**

Desde sua chegada ao solo brasileiro, a população africana tem lutado pela garantia de seus direitos político-sociais no país. No passado, a abolição da escravidão, conquistada sob muita pressão e esforço de alguns grupos políticos, não assegurou maiores direitos à população negra, colocando-as em condições de miséria e marginalização. Nos anos subsequentes, o governo brasileiro se omitiu da responsabilidade em criar legislações que protegessem a população negra do racismo e da discriminação. Atualmente, apesar de terem alcançado grandes benefícios e direitos sociais, este grupo ainda enfrenta dificuldades de inclusão e reconhecimento como construtores da história e cultura brasileira (FERNANDES, 2005; LIMA, 2012).

Dentre os obstáculos que se colocam no caminho da população afrodescendente, pode-se destacar a dificuldade de acesso à educação e de permanência dos negros no ambiente escolar, pois estes são subjugados à incapacidade intelectual, bem como à exclusão elitista (LIMA, 2012). Conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a taxa de analfabetismo para as pessoas negras é maior do que da população branca (13,4% e 5,9% respectivamente). Em relação ao acesso aos estudos, os índices indicam que, quando comparados às pessoas brancas, os negros possuem

menor frequência à escola (43% para negros e 60% para brancos). No que diz respeito ao ensino superior, apenas 28% da população negra frequenta a modalidade. Da mesma maneira, o índice de evasão e repetência para os indivíduos negros é muito mais elevado do que a dos brancos (BRASIL, 2010).

Por sua vez, a população indígena também enfrentou grandes entraves para ter seus costumes devidamente reconhecidos como parte da identidade nacional. No período colonial, os índios foram catequisados de forma compulsória, sem que suas crenças, línguas e tradições fossem consideradas. Assim como os africanos, estes povos sofreram com a escravização, sendo reprimidos e educados apenas para exercerem funções específicas no ambiente de trabalho (HENRIQUES et al., 2007; LIMA, 2012). Estas relações estabelecidas no passado criaram estereótipos que têm afetado a hierarquização social, o que contribui para o aumento das desigualdades pelo acesso às oportunidades de ensino, saúde, trabalho e etc. Lima (2004, p. 85) ressalta que

[...] no âmbito educacional a África é vista muitas vezes apenas como a terra da macumba, da capoeira e do tambor, é preciso libertar-se dessa imagem folclórica do negro no Brasil e dessa concepção escravista criada por antigos historiadores, considerando a extensa participação africana no processo de formação do país (LIMA, 2004, p. 85).

A partir das décadas de 1950 e 1960, iniciou-se a preocupação com o processo de educação destas minorias sociais, a fim de melhorar a imagem e o progresso do país. O debate acerca da diversidade cultural e da escola pública teve como base o modelo de educação libertária doutrinada por Paulo Freire. Contudo, ainda assim, as culturas negra e indígena foram deixadas de lado no currículo escolar por muitas e muitas décadas (HENRIQUES et al., 2007). Desse modo, objetivando reivindicar reparações, além de preservar a memória e a cultura destes grupos, muitos movimentos políticos foram surgindo e ganhando força a partir das últimas décadas. As ações destes movimentos culminaram na criação de várias políticas públicas voltadas para a melhoria das condições sociais destes povos, especialmente no que diz respeito à qualidade da educação. A UNESCO (2009, p.15) reconhece o impacto destas ações ao considerar que

as políticas educacionais têm uma repercussão decisiva no florescimento ou no declínio da diversidade cultural e devem promover a educação pela e para a diversidade. Assim se garante o direito à educação, ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade das necessidades dos educandos (especialmente daqueles que pertencem a grupos minoritários, indígenas ou nômades) e a variedade dos métodos e conteúdos conexos (UNESCO, 2009, p. 15).

Nessa perspectiva, o amparo dado pela Constituição Federal de 1988 foi o marco inicial legal para o reconhecimento e o respeito ao multiculturalismo no Brasil. De fato, o documento traz em alguns de seus artigos disposições sobre a proteção a manifestações culturais africanas e indígenas. Outras garantias respondem à fixação de datas comemorativas, tombamento de patrimônio históricos pertencentes a esses grupos, entre outras ações que contribuíram para a valorização cultural desses povos (ABREU;

MATTOS; DANTAS, 2010). Contrariamente, Pabis e Martins (2014) rebatem que os simbolismos criados pelas datas comemorativas restringem à celebração da pluralidade apenas a estes dias específicos, os quais muitas vezes não são lembrados fora do ambiente escolar.

De acordo com Silva (2011), é dever da escola difundir a colaboração dos grupos étnico-raciais na construção da identidade nacional nos mais diversos âmbitos sociais. Assim, no que diz respeito ao currículo pedagógico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) deu suporte à diversidade étnica, ao determinar que “o ensino de História do Brasil deve abranger as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1996). Igualmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também contribuíram para legitimar o ensino da diversidade cultural no Ensino Fundamental. A elaboração deste documento colaborou para a elaboração de projetos interdisciplinares com essa temática, integrando as disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Artes, dentre outras (FERNANDES, 2005).

Somente no ano de 2003 é que foi sancionada a Lei n. 10.639, a qual garantia o ensino da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental, médio e superior, nas redes públicas e privadas de ensino. Outras determinações envolvendo a referida lei são os elementos que o conteúdo programático deveria incluir e os âmbitos em que estes seriam ministrados. Outra providência também estabelecida incluía o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Este passo foi importante para a construção de um espaço multicultural nas escolas, com o objetivo de construir o respeito às diferenças étnicas e culturais no sentido de incluir as diferentes etnias (FERNANDES, 2005; PABIS; MARTINS, 2014).

Diante da necessidade de se incluir a temática indígena, a Lei 10.639 foi modificada, transformando-se na Lei 11.645/08. Subsequentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram promulgadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. O objetivo dessa iniciativa foi procurar corrigir injustiças, extinguir atitudes discriminatórias e incentivar a inclusão social, especialmente na promoção da cidadania no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2004).

Os governos estaduais e municipais também se preocuparam com a temática da diversidade, especialmente através da formulação de políticas públicas que fomentaram a capacitação continuada dos profissionais da educação, da reestruturação do projeto pedagógico, bem como da adoção de recursos tecnológicos na rede pública de ensino. Essas medidas foram tomadas a partir da constatação das circunstâncias do que é a escola e seus aprendizes multiétnicos. Nesse sentido, a partir dessas ações, pode-se observar que além do legislativo, o governo também se preocupou em desenvolver materiais que pudessem servir de apoio aos educadores no cumprimento da promoção da diversidade cultural (CARDOSO; MUZZETI, 2007; PABIS; MARTINS, 2014; SILVA, 2011).

### **2.1. Racismo, discriminação e diversidade cultural nas escolas: desafios a serem superados**

Mesmo com tanta pluralidade existente no Brasil, ainda é comum a supervalorização da cultura europeia em detrimento da africana e da indígena. Em consequência disso, evidencia-se a formação de contrastes socioeconômicos entre classes e etnias, os

quais geram casos de racismo, discriminação e intolerância (CARDOSO; MUZZETI, 2007; FERNANDES, 2005; PABIS; MARTINS, 2014). Nas palavras de Lima (2012, p.39), a “classificação social favorece a discriminação étnico-racial, uma vez que esta determina os padrões de vida das pessoas e sua segregação”. Embora esta seja uma realidade excludente, talvez este seja o maior propulsor na busca pelos direitos destes povos, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação.

O racismo é considerado crime em todo o território nacional, e mesmo assim, dia após dia, continua a fazer vítimas. Apesar de todas as penalidades envolvidas, pode-se observar que punir não é a solução mais eficaz. Uma das causas do racismo ou de qualquer outra forma de preconceito é a ignorância. Assim sendo, o conhecimento é considerado como solução para esse problema. Por isso, a escola é a principal via para o despertar de uma nova concepção de mundo, em que o acesso ao conhecimento e à pluralidade em todas as suas esferas pode garantir uma renovação da consciência social. Contudo, as instituições de ensino ainda não sabem lidar com a temática da pluralidade, o que caracteriza um dos principais entraves para o desenvolvimento do tema. Além disso, para que o conhecimento seja significativo, torna-se necessário que o desejo de mudança pessoal se concretize, a fim de que esse cenário seja transformado (FERNANDES, 2005; LIMA, 2012).

Diante disso, a Lei 10.639 pode ser considerada como uma aliada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas a favor da diversidade racial, e consequentemente contra o preconceito, desde que cumprida as suas determinações. De fato, a partir da sanção da respectiva lei, os estabelecimentos de ensino foram obrigados a trabalhar as culturas africana e indígena com a mesma ênfase que sempre se deu à cultura europeia na formação do Brasil. Assim sendo, a escola não pode mais rejeitar as questões que circundam a pluralidade, as quais proporcionam aos educandos a oportunidade de conhecer melhor a história e cultura desses povos. Em conjunto com essa lei federal, surgiu a necessidade de se discutir o papel social da escola na promoção de relações mais igualitárias e coletivas, especialmente no que diz respeito à construção da democracia e inclusão (SILVA, 2012). Para o Ministério da Educação do Brasil,

na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores (BRASIL, 2005, p. 11).

Por meio desta afirmação, pode-se perceber a importância de se cumprir a Lei 10.639 nas escolas, a fim de implantar valores, tais como solidariedade, respeito, amizade, empatia e humanidade. Entretanto, muitos gestores de escolas públicas e privadas têm se mostrado indiferentes em abordar os conteúdos da diversidade. Os motivos para tal resistência das instituições de ensino são muitos, dentre os quais podem-se destacar o preconceito racial, ainda presente, mesmo que de forma velada nas escolas, a intolerância religiosa, o desinteresse dos profissionais da educação com o tema, bem como a

deficiência na formação docente (SILVA, 2011). Munanga (2004, p.18) afirma que

não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2004, p. 18).

Além do mais, muitos materiais didáticos disponibilizados para as instituições de ensino representam um dos principais empecilhos para o fim das desigualdades raciais. De fato, durante anos os recursos pedagógicos omitiram a participação dos indígenas e africanos da história do Brasil, resumindo-a apenas a curtos trechos marcados por uma visão selvagem, braçal e menos intelectual. A restrição ao envolvimento destes povos no currículo escolar causou grande perda no campo cultural, deixando assim mais uma lacuna na formação dos estudantes que tiveram uma formação focada apenas no eurocentrismo (FERNANDES, 2005; MUNANGA, 2004).

Outros fatores, tais como a situação socioeconômica dos pais dos alunos, também contribuem para esse panorama, além de influenciar substancialmente no processo de aprendizagem. Entretanto, um dos aspectos mais relevantes que interferem no desenvolvimento e aquisição do conhecimento é o sentimento de pertencimento à sociedade, o qual ainda é negado aos afrodescendentes e indígenas que estão na sala de aula. Por conseguinte, percebem-se a desmotivação e a evasão escolar, especialmente porque esses alunos não se identificam com aquele ambiente. Nesse sentido, é preciso que as instituições de ensino compreendam e aceitem seus alunos de forma a considerar suas experiências passadas, suas origens e suas características intrínsecas que, em conjunto, constituem o seu ser (SILVA, 2012).

Conforme descrito por Moraes (2014), a escola deve propagar o respeito às diferenças e a valorização da multiétnicidade. Logo, não se deve incentivar o exercício de hábitos e costumes que levam à segregação de indivíduos e práticas de cunho preconceituoso que, futuramente, podem afetar a vida em comunidade. Em contraste, é de suma importância que o professor planeje suas aulas de forma a debater a importância da diversidade cultural, desenvolvendo projetos que contemplem a memória coletiva, a história local, a cultura e a identidade de todos os seus alunos. Dessa maneira, o educador pode contribuir para que seus aprendizes conheçam e respeitem as diferentes origens que formam a sociedade multicultural na qual se vive (LIMA, 2004). Para tal, deve-se atentar para não se limitar a trabalhar assuntos de “caráter conteudista”, como, por exemplo, limitar o estudo do negro no Brasil ao período escravagista.

Embora seja irrefutável a necessidade de se melhorar muitos aspectos educativos na condução desses estudos, algumas evidências apontam a existência de experiências positivas envolvendo o trabalho com a pluralidade na Educação Básica. Um ponto bastante significativo para estas experiências é a postura do educador e sua forma de conduzir os ensinamentos. De fato, o bom relacionamento professor/aluno permite que os conhecimentos sejam construídos de forma significativa a partir deste contato direto.

Além disso, a mediação pode ser ponderada como a base para a erradicação de comportamentos discriminatórios no ambiente escolar (PABIS; MARTINS, 2014; SILVA, 2011).

Frente ao exposto, nota-se a seriedade do papel do professor no ensino da história e da cultura africana e indígena. Sendo assim, é imprescindível que o educador se prepare fazendo pesquisas, buscando materiais de apoio e trocando experiências com outros profissionais. Também se percebe a importância do apoio da escola no desenvolvimento do trabalho com a pluralidade, a qual pode melhorar de forma significativa o desempenho de seus professores, por meio de orientação pedagógica, ofertas de cursos de capacitação continuada com oficinas, dentre outras iniciativas.

Em suma, o projeto pedagógico e o desempenho dos professores devem ser reestruturados, uma vez que o apoio da escola às questões que propagam o respeito às temáticas sociais como a pluralidade, podem transcender as fronteiras do ensino, alcançando as famílias e, assim, refletir na sociedade (MORAES, 2014; SILVA, 2012). Por isso, é essencial que todos os profissionais da educação tenham conhecimento da existência da Lei 10.639, visto que a mesma pode beneficiar tanto o professor que tem segurança em trabalhar o que prevê a referida Lei, como o aluno que tem assegurado o seu direito em conhecer as culturas que formam a sociedade brasileira independentemente das suas características bioétnicas.

### **3. Metodologia**

O presente estudo fundamenta-se numa pesquisa de campo de caráter qualitativo/ descritivo, envolvendo professores das séries iniciais das escolas da rede estadual de Patos de Minas-MG. Os instrumentos metodológicos utilizados foram levantamentos bibliográficos para a busca de informações relevantes para a abordagem do conteúdo. Desta maneira, foram selecionados autores que discutiram as questões etnicorraciais em seus estudos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados de forma censitária aos professores, buscando compreender o perfil do profissional, sua capacitação e suas contribuições no ambiente escolar com atividades e projetos de valorização da cultura afro-brasileira. Por fim, com interesse em verificar a existência ou não de diferenças estatisticamente significantes entre as opiniões de professores mais novos e de professores mais velhos, os dados apurados nos questionários foram analisados utilizando-se o teste de Fisher, sendo os resultados considerados significativos quando  $p < 0,05$ . Além disto, a análise descritiva dos dados foi conduzida para melhor compreensão das respostas dos sujeitos pesquisados.

### **4. Resultados e discussão**

Ao longo da pesquisa bibliográfica, foram selecionados dois autores brasileiros considerados os referenciais na abordagem da história e da cultura da população afro-descendente no Brasil: Munanga (2004) e Pereira (2007). Os dois autores seguem a mesma linha de pensamento ao defender a importância de se estudar a cultura das minorias nas escolas. Para esses autores, a maior motivação do preconceito racial e da

evasão escolar de alunos negros é o não reconhecimento de sua cultura na escola.

De acordo com Munanga (2004), a educação não se resume apenas a um sistema de desenvolvimento intelectual, pois sua função é muito mais ampla, assumindo características mediadoras que se comprometem com a capacitação dos indivíduos para o exercício da cidadania. Sendo assim, a Lei 10.639/03 pode ser considerada um instrumento acessório para a concretização desta proposta de educação, visto que a mesma estabelece meios para inserção de determinados conteúdos que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem (PEREIRA, 2007).

Contudo, conforme apontado por Pereira (2007), a prática da referida norma nas instituições escolares requer cuidado para que não reproduza estereótipos raciais. Nesse sentido, a comunidade escolar deve estar atenta para a desconstrução de princípios e práticas que reproduzam a desigualdade racial. De modo especial, os professores devem buscar métodos de ensino diferenciados, como em materiais didáticos contextualizados para construir, assim, valores sociais que minimizem comportamentos discriminatórios.

Em relação à pesquisa de campo, participaram deste estudo 30 professores que lecionam nas séries iniciais das escolas investigadas, os quais compuseram o universo amostral. O perfil destes educadores revelou que os mesmos possuem em média 37 anos de idade e cerca de aproximadamente 11 anos de experiência profissional no magistério. A maioria dos investigados possui curso superior em Pedagogia (77%) e atua em pelo menos um turno (77%). Além disto, metade dos professores entrevistados declarou possuir curso de pós-graduação. A Tabela 1 apresenta o perfil dos educadores que participaram da pesquisa.

**TABELA 1.** Perfil dos educadores das séries iniciais investigados

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>%</b>
<b>Faixa Etária</b>	
20-30	27
30-40	37
>40	36
<b>Experiência Profissional</b>	
<10 anos	53
10-20 anos	20
>20 anos	27
<b>Formação</b>	
Magistério	7
Magistério/Pedagogia	13
Pedagogia	77
Pedagogia/Química	3
<b>Especialização</b>	
Alfabetização	3
Alfabetização e Letramento	3
Didática da Educação	7
Educação Infantil	3

Gestão Pública Municipal	3
Inspeção Escolar	3
Mídias da Educação	3
Orientação e Supervisão	3
Psicopedagogia	17
Psicopedagogia, Educação Especial	3
Sem respostas	50

Fonte: Pesquisa de campo/2016. Org. FERREIRA, L. F. L /2017

Analisando esses resultados preliminares, pode-se inferir que a experiência profissional e a formação do docente são elementos facilitadores para o desenvolvimento de temas como a diversidade cultural e a educação inclusiva no ambiente escolar. De fato, segundo Munanga (2004), o despreparo e a falta de capacitação profissional levam à construção de mitos raciais que comprometem o processo de formação do caráter social dos alunos. Neste sentido, a capacitação é um dos requisitos indispensáveis para o trabalho da multiculturalidade em sala de aula, visto que contribui para minimização de problemas referentes ao despreparo profissional, como na integração social dos alunos e no combate às práticas discriminatórias.

Durante a investigação, os professores foram questionados sobre vários aspectos acerca das práticas que valorizam a diversidade cultural na escola, assim como da postura dos mesmos em relação a estas. Todos os professores foram unânimes ao emitirem respostas positivas sobre a importância de se trabalhar em suas aulas de História a cultura dos povos africanos e indígenas. Algumas justificativas apontadas para esta questão se concentraram na relevância do conhecimento das origens e na construção de valores para superação de preconceitos.

A cultura é parte fundamental do caráter social do indivíduo, cabendo ao educador levar ao ambiente escolar. O momento é oportuno e necessário; o professor deve ser o mediador de um assunto tão digno de atenção. Quando se conhece a origem, evita-se o preconceito (Professora entrevistada).

Nesta perspectiva, Pereira (2007) afirma que a escola e os currículos podem ser a chave para o combate ao racismo, uma vez que apresentam aspectos favoráveis aos debates e planejamento de ações que podem minimizar a discriminação. Assim, conscientes da necessidade de se trabalhar a temática multicultural, 63% dos professores declararam que abordam essa temática constantemente em suas aulas, principalmente quando contextualizam o conteúdo programático com esse tema. Contudo, a maior parte dos educadores acredita que os casos de racismo e discriminação cultural nas escolas ainda são persistentes (80%). De fato, quando instigados sobre os desafios que cercam o ensino da história e da cultura dos povos africanos e indígenas, 30% dos educadores consideram o preconceito racial o principal entrave para o desenvolvimento do tema. Por outro lado, 27% dos entrevistados consideram a falta de capacitação e o despreparo do professor como as maiores dificuldades na abordagem do tema. Conforme

pontuado pelos Parâmetros Nacionais Curriculares (1996, p. 15), “saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira”.

Entretanto, a maioria dos docentes (53%) afirmou que muitas vezes os alunos se mostram abertos e interessados em estudar esse assunto. O principal motivo apontado pelos professores para o interesse das crianças sobre o tema é a abordagem do assunto de forma atraente e interativa, o que facilita o processo de aprendizagem. De acordo com Vygotsky (1998, p. 46), “o conhecimento se dá na troca, na interação e na dinâmica social com o outro”. Neste sentido, foi questionado aos professores quais eram os recursos mais utilizados para o processo de mediação da diversidade cultural indígena e africana, e foram mencionados os projetos (26%) e visitas técnicas (20%) a museus e cidades históricas como Ouro Preto.

Os projetos são uma excelente ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem, pois possibilitam o uso da tecnologia para o ensino da diversidade cultural por meio de filmes, internet e jogos. Entretanto, a disponibilização de recursos tecnológicos para o ensino da diversidade cultural pode apresentar muitos prejuízos quando eles são relacionados aos efeitos da globalização. Cardoso e Muzzeti (2007) apresentam uma visão holística ao afirmar que estes efeitos podem ser dramáticos, especialmente para a manutenção da pluralidade cultural. De fato, os recursos tecnológicos que quebraram as barreiras da comunicação e do conhecimento podem trazer danos irreparáveis à identidade nacional. Se por um lado estas ferramentas contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por outro, estas revelam uma tendência à homogeneização cultural. Nesse sentido, é preciso que o professor saiba intervir de forma correta neste sistema para amenizar futuras consequências.

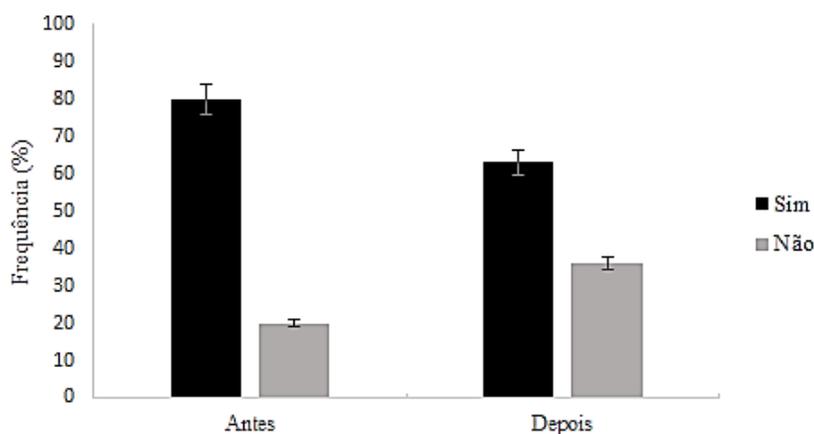
Por outro lado, quando investigados acerca do posicionamento da escola no ensino deste tema, 40% dos educadores revelaram que a instituição apoia e determina o trabalho da diversidade cultural em sala de aula. Contudo, em outras instituições investigadas (30%), os professores informaram que a abordagem do tema fica a critério deles mesmos, e algumas escolas informaram sobre a obrigatoriedade de o conteúdo ser lecionado, porém elas não supervisionam o trabalho do professor (26%). O suporte pedagógico é essencial para a efetivação do trabalho com a diversidade em sala de aula e, assim, para o cumprimento da Lei 10.639/03. Pereira (2007) afirma que a importância da inserção de elementos da diversidade cultural indígena e africana no currículo se concentra na possibilidade de oferecer aos docentes e discentes a oportunidade de reflexão sobre a identidade nacional e sobre a construção de seus valores para assim transformá-los em modelos sociais.

No que diz respeito às contribuições do ensino da diversidade cultural, grande parte dos professores entrevistados (63%) respondeu que, após o estudo do tema, nota-se, na maioria das vezes, que os alunos começam a apresentar mudança de comportamento ao repensar e construir a consciência de que, apesar de as culturas serem diferentes, todas elas possuem seu valor. Munanga (2004) explica que, ao trabalhar a educação para a diversidade e a cultura, os discentes são instigados à desconstrução dos mitos de superioridade e inferioridade racial entre os grupos, desfazendo, assim, atitudes e pensamentos discriminatórios.

Analisando as respostas encontradas e buscando uma melhor compreensão dos

resultados obtidos, os professores foram divididos em dois grupos (mais novos e mais velhos). Contudo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significantes ( $p < 0,05$ ) entre as frequências de respostas dos dois grupos de professores, classificados de acordo com a idade e o tempo de serviço. Entretanto, analisando a Figura 1, a seguir, pode-se verificar que o trabalho realizado com a diversidade cultural africana e indígena em sala de aula tem contribuído para a transformação do ambiente educacional. De fato, a existência de casos de preconceito e discriminação racial foi reduzida após o desenvolvimento da temática, segundo os dados coletados neste estudo.

**FIGURA 1.** Existência de casos de preconceitos reportados pelos professores entrevistados antes e depois do trabalho com a diversidade cultural indígena e africana em sala de aula.



Fonte: Pesquisa de campo/2016. Org. FERREIRA, L. F. L /2017

Nesse contexto, pode-se inferir que, apesar da pequena expressividade dos resultados obtidos, a Lei 10.639/03 vem sendo cumprida nas escolas investigadas, onde se percebem resultados positivos na atitude e no comportamento dos alunos. Por outro lado, o cenário encontrado poderia ser melhor se houvesse maior engajamento da escola no processo de educação para a diversidade. De acordo com Pereira (2007), os entraves para a prática da Lei 10.639/03 se estendem às condições que sustentam a escola, como sua cultura e origem, responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais. Portanto, torna-se necessária uma visão crítica para melhorar as oportunidades de ensino e de formação das crianças numa cultura democrática e participativa.

## 5. Conclusão

A execução da primeira etapa da pesquisa, que consistiu em investigação bibliográfica, pôde confirmar algumas hipóteses iniciais, como as raízes do preconceito racial atreladas ao processo histórico brasileiro. Além disto, o levantamento teórico revelou também que muitos materiais didáticos utilizados para o ensino de História omitem a participação da cultura africana e indígena da construção da identidade nacional.

No que diz respeito à pesquisa de campo, esta possibilitou compreender de forma prática como a Lei 10.639 vem sendo trabalhada em sala de aula por meio de projetos que têm como pauta a diversidade cultural. Nesse aspecto, o trabalho dos docentes tem contribuído para a minimização dos problemas que envolvem o racismo e a discriminação. De fato, nota-se que a maioria dos docentes está consciente da importância de se tratar as questões da diversidade cultural em sala de aula. Contudo, esses profissionais têm encontrado muitos desafios dada a resistência de alguns alunos e familiares, bem como a lacuna em seu processo de formação.

Nesse sentido, destaca-se a importância da formação continuada dos professores e a reformulação do currículo escolar. Portanto, é dever da escola oferecer o suporte pedagógico necessário ao bom desenvolvimento da educação para a diversidade, pois embora esta seja contemplada por alguns docentes, é necessário que a multiculturalidade esteja presente na proposta pedagógica das escolas de forma a atender efetivamente aos objetivos da Lei 10.639/03.

## Referências

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, 3(6):21-37, dez. 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- \_\_\_\_\_. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Primeiras Análises: situação da Educação Brasileira-Avanços e Problemas. *Comunicados do IPEA*. Brasília: nº 66. 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª série: História e Geografia. *Secretaria da Educação Fundamental*. Brasília, v. 5, 1997.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, Parecer CNE/CP nº 03/2004.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

CARDOSO, Sônia Maria Vicente; MUZZETI, Luci Regina. Tema: as dimensões da diversidade cultural brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 2(1):1-11, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*. Campinas, 25(67):378-388, 2005.

HENRIQUES, Ricardo; et al. Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. *Cadernos SECAD*, Brasília, 2007.

LIMA, José Rosamilton. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Revista Memento*. Rio Verde, 3(1):33-50, 2012.

LIMA, Mônica. A África na sala de aula. *Revista nossa história*, São Paulo, n. 4, fev. 2004.

MORAIS, Caroline da Silva. *Diversidade cultural e a educação: papel do professor e o da escola na superação de preconceitos*. 2014. Disponível em: <[http://www.pedagogia.com.br/artigos/diversidade\\_cultural\\_e\\_educacao11/index.php?pagina=0](http://www.pedagogia.com.br/artigos/diversidade_cultural_e_educacao11/index.php?pagina=0)> Acesso em: 20 set. 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PABIS, Nelsi Antonia; MARTINS, Mario de Souza. *Educação e diversidade cultural*. Paraná: Unicentro, 2014.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, Adriana. *Diversidade cultural na escola: a tarefa por fazer*. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Adriana-Silva.pdf>> Acesso em: 21 set. 2016.

SILVA, Natalino Neves. *A diversidade cultural como princípio educativo*. Belo Horizonte: Fumec, 2011.

UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. *Relatório Mundial da Unesco*. 2009.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

# Mapa de rede social de adolescentes que frequentam *lan house*

*Map of a social net of teenagers who attend a lan house*

**Lorrâne Laisla de Oliveira Souza**

Graduanda do curso de Enfermagem (UNIPAM). e-mail: lorranylaisla@hotmail.com

**Marilene Rivany Nunes**

Professora orientadora (UNIPAM). e-mail: maryrivany@yahoo.com.br

---

**Resumo:** Os adolescentes buscam na *lan house* e no meio virtual formas de sociabilidade, porém, o uso indiscriminado da *internet* pode minimizar os elos com sua rede social de contato pessoal. Esta inclui vínculos das relações humanas e atua como fator de proteção, reduzindo as vulnerabilidades e potencializando a qualidade de vida dos adolescentes. O estudo objetivou conhecer a composição da rede social dos adolescentes que frequentam a *Lan House War Games*, em Patos de Minas - MG. Participaram da pesquisa 12 adolescentes selecionados de forma aleatória, do sexo masculino, na faixa etária de 10 a 18 anos. Para coleta de dados utilizaram-se um questionário e o mapa de rede social, com vistas a conhecer seu perfil socioeconômico, atividades realizadas na *lan house* e a composição da sua rede. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM (Parecer nº1.470.573 / 2016).

**Palavras-chave:** Rede Social. Adolescentes. Promoção de Saúde. Enfermagem.

**Abstract:** Teenagers seek in *Lan Houses* and in the virtual environment ways of sociability; however, the indiscriminate use of the *internet* can minimize the links with their social network of personal contact. This includes links of relationships and acts as a protection factor, reducing vulnerabilities and enhancing teenagers' quality of life. This study aimed to know the composition of the social network of teenagers who attend the *Lan House War Games*, in Patos de Minas – MG. Twelve male teenagers selected at random, in the age group of 10 to 18 years old, participated of the research. For data collection, a questionnaire and a social network map were used, aiming to know their socioeconomic profile, activities performed at the *lan house* and the composition of their network. This research was approved by the Research Ethics Committee from Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM (Parecer nº1.470.573 / 2016)

**Keywords:** Social network. Teenagers. Health promotion. Nursing.

---

## 1. Introdução

Para Costa, Queiroz e Zeitune (2012) os adolescentes, incluindo os que frequentam *lan house*, encontram-se em situação de vulnerabilidade, visto que vivenciam um processo de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Estes adolescentes buscam, no meio virtual, formas de sociabilidade (MONTEIRO *et al.*, 2012). De acordo com Trigo *et al.* (2015) a internet é capaz de facilitar a sociabilidade dos adolescentes,

porém, o uso indiscriminado desta ocasiona fragilização dos laços familiares e sociais, minimizando os vínculos de contato pessoal.

Para Carlos e Ferriane (2015), a assistência integral aos adolescentes deve fundamentar-se nos recursos da rede social, o que favorece um desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e promover a saúde dos adolescentes.

Para Sluzki (2010), a rede social refere-se aos vínculos das relações humanas que incluem os vínculos com a família, a comunidade, os amigos, os colegas de trabalho e de estudo, entre outros. Esta atua como fator de proteção, sendo capaz de reduzir as vulnerabilidades e potencializar a qualidade de vida dos adolescentes (SILVA *et al.*, 2015). Os membros da rede social podem desempenhar função de companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação e controle social, ajuda material e de serviços possibilitando auxílio frente às adversidades e problemas do dia a dia (SLUZKI, 2010).

Silva *et al.* (2015) relatam que são fatores protetores significativos ao desenvolvimento do adolescente os vínculos familiares com ênfase no vínculo com a mãe, o apoio dos amigos, o êxito escolar, as rotinas organizadas, o compartilhamento dos sentimentos, a autoestima, a responsabilidade, a competência social e emocional, contribuindo para uma rede social fortemente estabelecida.

Neste sentido, os membros da Equipe de Saúde da Família (ESF) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) podem e devem estabelecer estratégias de assistência aos adolescentes que frequentam *lan house*, promovendo saúde e prevenindo doenças com vista a minimizar suas vulnerabilidades.

Os profissionais de saúde dispõem de estratégias ou ferramentas que auxiliam no cuidado com os adolescentes, como o Projeto de Saúde no Território (PST), o Projeto Terapêutico Singular (PTS) e o Programa de Saúde na Escola (PSE). Estes visam assistir integralmente os adolescentes prevenindo doenças e promovendo saúde, e para a sua construção, faz-se necessária a articulação com todos os membros da rede social.

Diante do exposto existem poucos estudos na área da enfermagem referentes ao mapeamento da rede social dos adolescentes frequentadores de *lan house*. Assim, mapear a rede social possibilita identificar situações de vulnerabilidade que possam comprometer os laços familiares e sociais.

O estudo objetivou conhecer a composição da rede social dos adolescentes que frequentam uma *lan house*, no município de Patos de Minas-MG.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa realizada na *Lan House War Games*, localizada em Patos de Minas-MG. A amostra constituiu-se de 12 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 10 a 18 anos, que frequentam a *lan house* supracitada. Estes foram selecionados de forma aleatória.

Utilizou-se um questionário para conhecer o perfil socioeconômico dos adolescentes, bem como atividades realizadas na *lan house*. Os dados do questionário foram agrupados e analisados pela estatística descritiva, utilizando a *Microsoft Excel 2010*, e apresentados na forma de tabelas, apresentando a frequência dos dados em números absolutos e relativos.

Também foi construído o mapa de rede social dos adolescentes, com vistas a conhecer sua composição. Para a construção dos mapas foram oferecidos aos adolescentes um lápis e uma cópia impressa do instrumento para o registro dos nomes de pessoas e instituições em cada quadrante. Esse procedimento teve duração média de 30 minutos. Os participantes foram descritos por nomes fictícios para manter o anonimato dos mesmos. Os resultados obtidos nos mapas foram analisados de acordo com os parâmetros propostos por Sluzki (2010), considerando a composição, o tamanho e os tipos de vínculos.

Na sequência, foi realizado um diálogo entre os dados descritos com o objetivo, o pressuposto da pesquisa e a literatura, buscando interpretar o significado, as lacunas e os recursos existentes na rede social, referenciado pelos adolescentes.

A coleta dos dados foi realizada no mês de abril de 2016, na própria *lan house*, em uma sala privativa, em data e horário estipulados pelos próprios adolescentes, após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido pelos pais e do Termo de Assentimento pelos adolescentes. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa do Centro Universitário de Patos de Minas conforme Parecer nº 1.470.573/2016.

### 3. Resultados e discussão

Constatou-se que a maioria dos adolescentes frequentam a *lan house*, em média, cinco dias por semana, permanecendo, em média, cinco horas por dia. Para Trigo *et al.* (2015), a permanência prolongada e contínua dos adolescentes em *lan house* ocasiona a fragilização e até o rompimento de vínculos com os membros da família.

A permanência dos adolescentes em *lan house* é considerada um fator de risco e de grande vulnerabilidade, pois expõe os adolescentes a situações diversas, principalmente porque estão sem a supervisão dos pais. Por outro lado, este ambiente é capaz de fornecer proteção e cuidado, visto que alguns adolescentes são levados pelos seus pais para este ambiente inibindo a permanência deles nas ruas, o que pode ser um fator de risco maior, pois estes não terão nenhum tipo de supervisão de um adulto. De acordo com Passos (2013) as *lan houses* são visitadas principalmente por adolescentes do sexo masculino, que buscam a prática de jogos online, o que corrobora com os dados deste estudo.

TABELA 1. Caracterização dos adolescentes que frequentam uma *lan house* em Patos de Minas, MG, Brasil, 2016

Nome fictício	Idade	Estuda	Escolaridade
Thiago	10	Sim	Fundamental
Futebol	10	Sim	Fundamental
Vingador	11	Sim	Fundamental
Luiz	13	Sim	Fundamental
Leandro	13	Sim	Fundamental
Katarina	15	Sim	Fundamental
Nando	16	Sim	Médio
Karlos	17	Sim	Médio
Marcos	18	Não	Fundamental

<i>Nunes</i>	18	Não	Médio
<i>Deful</i>	18	Sim	Médio
<i>Turbo Troll</i>	18	Não	Médio

**Fonte:** Questionário aplicado aos adolescentes que frequentam uma *lan house*, 2016.

Tomé *et al.* (2012) e Cardoso e Malbergier (2014) relatam que adolescentes que permanecem longos períodos na rua sem supervisão de um adulto ficam expostos a situações de risco, como a influência de amigos para o uso de drogas e atos de violência. Para os autores, os amigos são capazes de exercer uma pressão forte sobre estes adolescentes, que acabam por ceder e fazer o que lhes obrigam, seja para pertencer ao grupo, seja por medo.

Na análise dos questionários dos adolescentes percebeu-se que todos relataram que praticam jogos online na *lan house*. Segundo Carvalho (2014), a internet disponibiliza uma diversidade de ferramentas que permitem a interação de maneira rápida entre os indivíduos, porém sem contato pessoal. O autor associa os jogos online com a exposição dos adolescentes ao *cyberbullying*, tanto para a sua prática quanto para a posição de vítimas.

Diante do exposto, verifica-se que esses adolescentes necessitam de fatores de proteção, como, por exemplo, a rede social, que é capaz de mediar os riscos, moderar e afastar situações de vulnerabilidade (MORAIS, KOLLER e RAFFAELLI, 2012). Para Silva *et al.* (2015), um dos fatores de proteção significativo para os adolescentes são os membros da rede social, que são capazes de oferecer apoio emocional, informativo, material, conselhos e regulação e controle social.

Na análise do conjunto dos mapas de rede social dos 12 adolescentes, foi possível identificar o tamanho e o tipo de vínculo da rede social, conforme preconizado por Sluzki (2010). O tamanho da rede social compreende o número de pessoas que compõem a mesma, sendo classificada como pequena (1 a 7 pessoas), média (8 a 10 pessoas) e grande (mais de 11 pessoas).

Na análise da Tabela 2 observou-se que um adolescente apresentou uma rede social pequena, dois, uma rede média, e nove, uma rede grande.

**TABELA 2.** Tamanho da rede social dos adolescentes, Patos de Minas, MG, Brasil, 2016

Adolescente	Relações íntimas	Relações Sociais	Relações com conhecidos	Total de pessoas na rede	Tamanho da rede
<i>Leandro</i>	13	10	3	26	Grande
<i>Vingador</i>	10	12	3	25	Grande
<i>Luiz</i>	12	6	5	23	Grande
<i>Nando</i>	9	5	5	19	Grande
<i>Thiago</i>	11	6	1	18	Grande
<i>Katarina</i>	8	8	1	17	Grande
<i>Marcos</i>	7	6	3	16	Grande
<i>Deful</i>	6	7	2	15	Grande
<i>Nunes</i>	7	5	1	13	Grande
<i>Karlos</i>	4	3	1	8	Média

<i>Turbo Troll</i>	5	4	0	9	Média
<i>Futebol</i>	4	2	1	7	Pequena

**Fonte:** Mapa de rede social aplicado aos adolescentes que frequentam uma *lan house*.

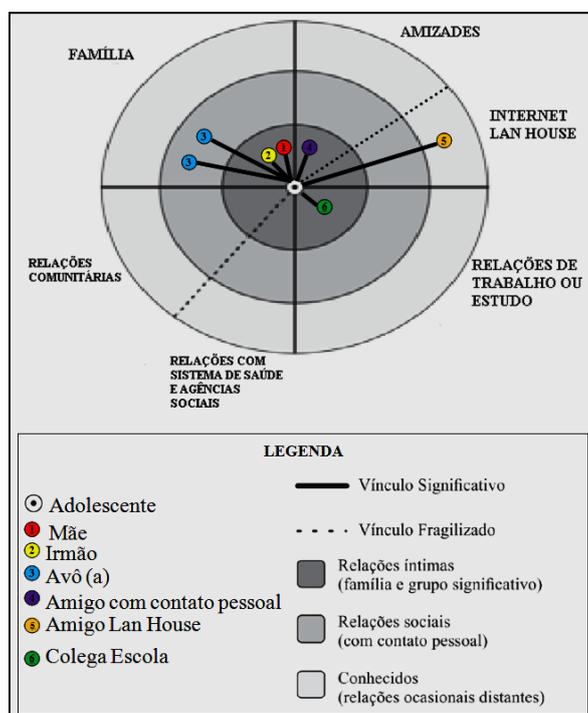
Sluzki (2010) assevera que a rede social pequena é menos efetiva em situações de sobrecarga ou tensão de longa duração, já que os membros começam a evitar o contato para evitar a sobrecarga, traduzindo-se em um esgotamento dos recursos frente às adversidades da vida.

Por sua vez, Nunes *et al.* (2016) asseveram que o problema de a rede ser pequena é que a falta de qualquer membro desta pode representar uma perda significativa de apoio. Os autores ainda relatam que independentemente da quantidade de pessoas, o que deve ser considerado é o tipo de vínculo e a percepção de que se pode contar, verdadeiramente, com alguma pessoa.

No Mapa 1 observa-se que o adolescente *Futebol* possui uma rede social pequena com vínculos significativos com os membros da família, os amigos, o colega de escola, um amigo da *lan house*, e ausência de vínculo com profissionais da área da saúde e a comunidade.

Observa-se presença de vínculo significativo com a mãe e o avô, sendo este referenciado como “o pai”, pois ele é quem ajuda no dia a dia. O adolescente *Futebol* frequenta a *lan house* e ali permanece todos os dias, por longos períodos, muitas vezes ausentando-se da escola. Percebe-se que este necessita de auxílio na regulação social de sua conduta para supervisionar ou/e direcionar a sua rotina diária.

**MAPA 1:** Mapa de rede social do adolescente *Futebol*, 10 anos



**Fonte:** Mapa de rede social de adolescentes que frequentam uma *lan house*.

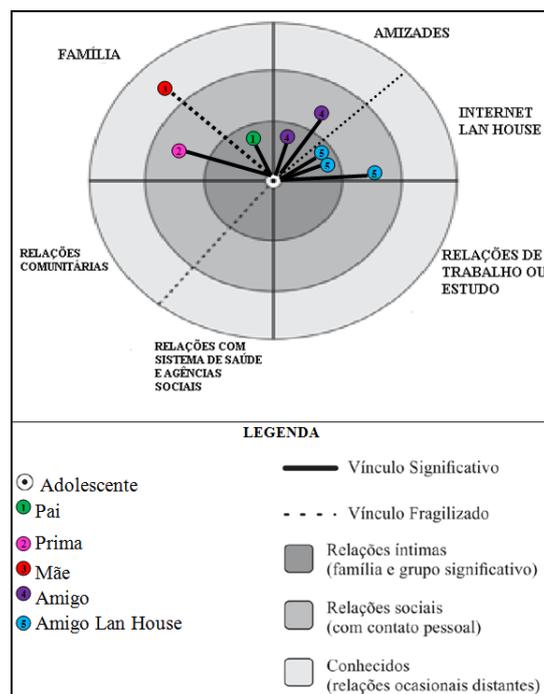
Carvalho (2014) relata que o uso indiscriminado da internet sem uma supervisão adequada pode causar problemas psicossociais levando ao declínio no aproveitamento escolar, ao estímulo a atos de violência e ao envolvimento com álcool, cigarro e outras drogas. Assim, faz-se necessário o suporte da família, da escola, da comunidade e dos serviços de saúde, pois uma rede social bem articulada, com presença de vínculos significativos e diversificados, contribui para melhores condições de enfrentar e superar seus problemas, evitando danos físicos e psicológicos (NUNES *et al.*, 2016).

Dois adolescentes citaram uma rede de tamanho médio. Esta é considerada ideal para os adolescentes, visto que eles são capazes de distribuição da sobrecarga do apoio entre seus membros, auxiliando de forma efetiva o enfrentamento das adversidades (MENDES, 2011).

No Mapa 2 observa-se o mapa de rede do adolescente *Karlos*, que possui uma rede social média com vínculos significativos com os membros da família, os amigos de contato pessoal, os amigos da *lan house*, e um vínculo fragilizado com a mãe.

Observa-se a presença significativa das amizades construídas na *lan house*, o que é preocupante, pois estas podem atuar tanto como fator de proteção como fator de risco, propiciando tanto experiências positivas quanto negativas.

MAPA 2. Mapa de rede Social do adolescente *Karlos*, 17 anos



Fonte: Mapa de rede social de adolescentes que frequentam uma lan house.

A mãe do adolescente *Karlos* foi referenciada com vínculo fragilizado, o que nos surpreendeu, visto que esta é considerada elemento principal da rede social. Nunes *et al.* (2016) relatam que esta situação ocasiona prejuízos no desenvolvimento do adolescente.

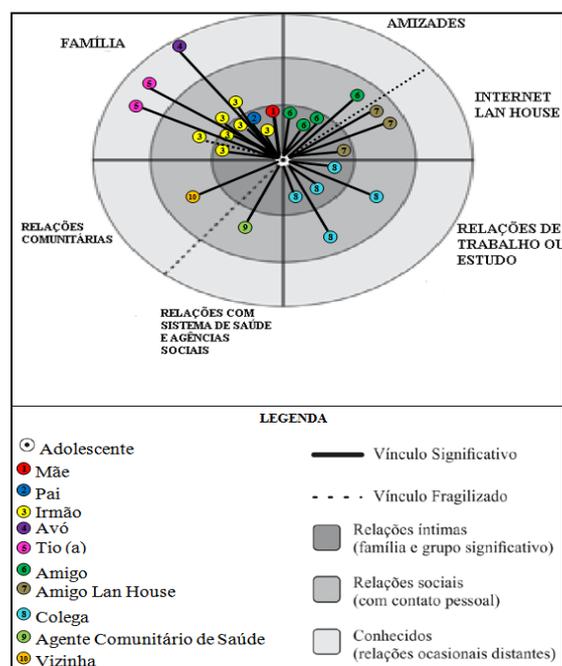
O adolescente *Karlos* não estuda e não desenvolve nenhuma atividade laboral.

Nesse contexto percebe-se a necessidade de elaboração de estratégias para enfrentar esta situação. Uma proposta interessante é a efetivação das ações do PSE e a criação do Projeto de Saúde no Território (PST) e do Projeto Terapêutico Singular (PTS), objetivando auxiliar no enfrentamento desta e de outras vulnerabilidades.

Nove adolescentes citaram uma rede social grande, o que indicia a possibilidade de essa rede não ser efetiva na execução de suas funções, já que os membros podem ter a suposição de que alguém já esteja “cuidando do problema” (SLUZKI, 2010). Nessa perspectiva, as redes muito numerosas podem conduzir a um maior descompromisso, e no fim, nenhum membro acaba por atuar de forma efetiva diante das adversidades ou problemas.

No Mapa 3 observa-se que o adolescente *Leandro* possui uma rede social grande com vínculos significativos com os membros da família, amigos com contato pessoal, colegas da escola, amigos da *lan house*, agente comunitário de saúde (ACS) e com uma vizinha, e um vínculo fragilizado com o irmão.

MAPA 3. Mapa de rede Social do adolescente *Leandro*, 13 anos



Fonte: Mapa de rede social de adolescentes que frequentam uma *lan house*.

A presença da ACS é um ponto positivo na vida deste adolescente, visto que este é o elo entre o adolescente e a ESF e o NASF, facilitando a atuação dos profissionais de saúde, incluindo o enfermeiro na prevenção de doenças e promoção de saúde.

Ao analisar a representação gráfica dos 12 mapas foi possível identificar a presença ou não de pessoas e instituições nas relações com os adolescentes. Verificou-se a presença significativa dos membros das famílias e dos amigos com ênfase nas amizades construídas na *lan house*, conforme a Tabela 3.

Os resultados acerca da distribuição dos elementos pelos quadrantes corroboraram a literatura, uma vez que há estudos apontando efetivamente que as famílias e

seus membros e os amigos são as figuras mais importantes nas redes sociais (SILVA *et al.*, 2014).

Entende-se como grave a ausência de membros da comunidade e dos serviços de saúde na rede social dos adolescentes. Para Nunes *et al.* (2016), tanto a comunidade quanto os serviços de saúde podem contribuir para que os adolescentes adotem comportamentos positivos a partir das experiências de pertencimento social.

**TABELA 3.** Número de adolescentes segundo membros referidos em cada quadrante nos mapas de redes sociais, Patos de Minas, MG, Brasil, 2016

Quadrantes/ membros	Nº de adolescentes
Família	12
Amizades com contato pessoal	12
Amizades feitas na <i>lan house</i>	12
Colegas de Escola	8
Amizades feitas no espaço virtual	6
Comunidade	3
Colegas de Trabalho	3
Serviços de Saúde	1
Agências sociais	0

**Fonte:** Mapa de rede social aplicado aos adolescentes que frequentam uma *lan house*.

Verifica-se a necessidade de inserir os profissionais dos serviços de saúde na rede social e no contexto de vida destes adolescentes. Nunes *et al.* (2016) asseveram que os profissionais de saúde, com destaque ao enfermeiro que atua no PSE, devem utilizar os recursos da rede social como uma estratégia para a assistência integral e efetiva aos adolescentes.

O PSE é uma política criada pelo Ministério da Saúde e da Educação, pela Lei nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007, com o objetivo de ampliar as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos no contexto escolar, com vistas a auxiliar a formação de crianças e adolescentes no enfrentamento das vulnerabilidades (BRASIL, 2009).

Este é desenvolvido pelos profissionais da ESF e do NASF e pela Equipe de Saúde Bucal (ESB), que realizam a avaliação das condições de saúde de crianças e adolescentes, visando à identificação precoce de sinais, tendências patológicas ou doenças instaladas, e o direcionamento de intervenções adequadas para minimizar danos à saúde e ao aproveitamento escolar (BRASIL, 2009).

Outra possibilidade de gestão do cuidado aos adolescentes é a elaboração de PST. Este é um projeto de saúde no território, envolvendo toda a comunidade, elaborado pelos membros da ESF e do NASF, em parceria com outros membros da rede, como os membros da comunidade escolar e até os profissionais de *lan house*, com o objetivo de desenvolver ações efetivas na produção de saúde, diminuir vulnerabilidades e promover saúde investindo na qualidade de vida e na autonomia dos adolescentes (VERDI, 2012).

O PST pode focar em ações de prevenção de uso de drogas, violência, *bullying*,

*cyberbullying*, entre outros. Sugere-se a elaboração de estratégias que transformem o uso da tecnologia em algo positivo, e para isto, é necessário o trabalho da ESF e do NASF juntamente com os membros da rede que tenham vínculo significativo com o adolescente.

Como se pode observar na Tabela 4, os vínculos significativos estão mais diretamente relacionados às mães, sendo os pais menos referenciados.

**TABELA 4.** Tipos de vínculos presentes na rede social dos adolescentes, Patos de Minas, MG, Brasil, 2016

<b>Membros</b>	<b>Vínculos significativos</b>	<b>Vínculos Fragilizados</b>	<b>Vínculos Ausentes</b>
Amizades feitas na lan house	12	00	00
Amigos com contato pessoal	12	00	00
Irmão (a)	11	01	01
Mãe	10	01	01
Tio (a)	09	00	03
Avó	08	00	04
Colegas de Escola	08	00	04
Amizades Virtuais	06	00	06
Pai	05	00	07
Primo (a)	03	00	09
Vizinha (o)	03	00	09
Colega de Trabalho	02	00	10
Serviços de Saúde	01	00	11
Agencias Sociais	00	00	12

**Fonte:** Mapa de rede social aplicado aos adolescentes que frequentam uma *lan house*.

A esse respeito, Nardi e Dell'Aglio (2012) mostram que, embora não haja consenso sobre o tema, a ausência ou a não participação do pai na vida do adolescente podem desencadear baixa estima e envolvimento deste com atos infracionais, uma vez que os pais têm papel relevante no comportamento do adolescente.

Conforme os autores acima, no contexto familiar, a figura do pai exerce uma função complexa, sendo essencial para a transposição das questões da dimensão individual para o espaço da coletividade, em que pesem o convívio social e as relações de autoridade.

Neste sentido verifica-se a necessidade de o enfermeiro atuar no fortalecimento do vínculo entre os adolescentes e seus pais, através de estratégias de assistências individuais, como a construção do PTS.

O PTS é um conjunto de propostas e condutas terapêuticas articuladas em discussão coletiva interdisciplinar, utilizado para planejamento das ações em saúde pelos

profissionais da ESF e do NASF, com o propósito de atender às necessidades singulares (VERDI, 2012).

O projeto supracitado visa ações a partir da perspectiva e das necessidades do adolescente, e pode favorecer a capacitação das famílias, para que auxiliem no processo de inserção social, oferecendo suporte comunitário e emocional, o que previne possíveis práticas de crime, bem como promove a saúde e o desenvolvimento dos adolescentes (NUNES *et al.*, 2016).

#### 4. Conclusão

Este estudo evidenciou a presença significativa de redes sociais de tamanho grande, com destaque para os vínculos significativos com os membros da família, os amigos com contato pessoal e amigos da *lan house*, bem como a ausência dos profissionais de saúde e da escola na rede social destes adolescentes.

Observaram-se as vulnerabilidades a que eles estão expostos (como a presença pouco significativa do pai), a ação dos serviços de saúde bem como das agências sociais, a permanência prolongada e contínua destes adolescentes na *lan house*, o acesso indiscriminado à internet e a necessidade da elaboração de estratégias efetivas para assistir integralmente esses adolescentes com o propósito de minimizar essas vulnerabilidades, bem como potencializar a qualidade de vida deles.

Uma possibilidade de gestão de cuidado com estes adolescentes é a elaboração do Projeto Saúde no Território, do Projeto Terapêutico Singular e das ações do Programa Saúde na Escola, envolvendo os profissionais da Equipe de Saúde da Família e da Equipe de Saúde Bucal, bem como os membros do NASF e outros atores como profissionais da *lan house* e da escola.

O enfermeiro apresenta uma formação holística o que possibilita uma prática assistencial integral e interdisciplinar, a fim propiciar uma assistência de qualidade à população atendida. Com isso percebe-se a necessidade de este ter participação ativa e com vínculo forte na rede social destes adolescentes.

Neste sentido verifica-se a necessidade de o enfermeiro, membro da ESF e gestor do PSE, atuar no fortalecimento da rede social dos adolescentes que frequentam *lan house*, através de estratégias que considerem as singularidades destes.

Podem ser criados projetos assistenciais com parcerias entre os profissionais da saúde e da *lan house*, a família e a comunidade, com foco em temas como promoção de saúde, prevenção de doenças, incentivo aos estudos e até mesmo orientação para a família.

#### Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. *Cadernos de Atenção Básica*. Ministério da Saúde, n° 24. Brasília, 2009. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcad24.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad24.pdf). Acesso em 02 jul 2015.

CARDOSO, Luciana Roberta Donola; MALBERGIER, André. A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 31(1):65-74,

mar. 2014. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2014000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000100007)>.

Acesso em: 07 ago. 2016.

CARLOS, Diene Monique; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. O uso de mapas da rede institucional: estratégia para um olhar sobre o cuidado em saúde, in: *Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, 4, 2015, Aracaju. *Atas*. [Aracaju]: CIAIQ, 2015. p. 497-500. Disponível em:

<<http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/14/110>>. Acesso em: 23 out. 2015.

CARVALHO, Evelise Galvão de. *Cyberbullying em jogos online: categorização dos conteúdos, levantamento nacional dos jogadores e perfil das vítimas*. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://tede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/962>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

COSTA, Rachel Franklin da; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. Cuidado aos adolescentes na atenção primária: perspectivas de integralidade. *Escola Anna Nery*. Rio de Janeiro, 16(3):466-472, set. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000300006&script=sci_arttext)>.

Acesso em: 18 set. 2015.

MENDES, Eloísa Alexandra Silva. *Redes sociais pessoais e percepção da qualidade de vida das crianças e jovens institucionalizados: o papel das famílias amigas*. 2011. 50 f. Tese (Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Especialização em Psicologia da Justiça Trabalho) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza *et al.* Adolescentes e o uso de drogas ilícitas: um estudo transversal. *Revista Enfermagem UERJ*. Rio de Janeiro, 20(3):344-348, jul. 2012.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4105>>.

Acesso em: 20 set. 2015.

MORAES, Mayra Lopes de; AGUADO, Alexandre Garcia. O uso da internet para aliciamiento sexual de crianças. *Fatec*, S.l, 2(1):137-159, mar. 2014. Disponível em:

<<http://www.fatec.edu.br/revista/wp-content/uploads/2013/06/Uso-da-Internet-para-aliciamiento-sexual-de-criancas.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

MORAIS, Normanda Araújo de; KOLLER, Sílvia; RAFFAELLI, Marcela. Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*. Bogotá, 11(3):779-791, jul. 2012. Disponível em:

<<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/779/2961>>. Acesso em: 25 out. 2015.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. *Psic. Teor.* Brasília, 28(2):181-191, abr. 2012. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n2/06.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

NUNES, Marilene Rivany *et al.*. Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 69(2):298-306, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672016000200298&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672016000200298&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

PASSOS, Pâmella Santos dos. *Lan house na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta*. 2013. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/224/1/Passos,Pamella-Tese-2013.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, Dalva Cezar da *et al.* Influence of social networks on the therapeutic itineraries of people with venous ulcer. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, 35(3):90-96, set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472014000300090&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472014000300090&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SILVA, Marta Angélica Iossiet *al.* Fatores de proteção para a redução da vulnerabilidade à saúde. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, [s.l.], 19(3):653-8, jul-set. 2015.

SLUZKI, C. E. Redes pessoais sociais e saúde: implicações conceituais e clínicas de seu impacto recíproco. *Famílias, Sistemas e Saúde*. São Paulo, 28(1):1-18, 2010.

SOARES, Tufi Machado *et al.* Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educ. Pesqui.* São Paulo, 41(3):757-772, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022015000300757&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000300757&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

TOMÉ, Gina *et al.* Influência do grupo de pares e monitorização parental: diferenças entre gêneros. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 2(3):237-259, dez. 2012. Disponível em: <[http://dspace.lis.ulsiada.pt/bitstream/11067/281/1/rpca\\_v3\\_n2\\_3\\_texto.pdf](http://dspace.lis.ulsiada.pt/bitstream/11067/281/1/rpca_v3_n2_3_texto.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2016.

TRIGO, Sofia *et al.* Representações sociais de adolescentes sobre o consumo de drogas. *Arquivos de Medicina*. Porto, 29(2):39-45, jan. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-34132015000200002&lang=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-34132015000200002&lang=pt)>. Acesso em: 18 set. 2015.

VERDI, Marta Inez Machado; FREITAS, Tanise Gonçalves de; souza, Thaís Titon de. *Projeto de saúde no território* [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

## Estudo de revisão das diretrizes para serviços de acolhimento familiar

*A study of the review of the guidelines for the familiar reception service*

**Thâmara dos Reis Borges**

Discente do Curso de Psicologia do UNIPAM. e-mail: thamaraborges22@gmail.com

**Gledson Régis Lobato**

Mestre em Psicologia, docente do Curso de Psicologia do UNIPAM. e-mail: gledson@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O acolhimento institucional é medida protetiva prevista no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) (BRASIL, 2016), como medida excepcional e transitória. A institucionalização prolongada de crianças e adolescentes é frequentemente associada, na literatura especializada, a problemas no desenvolvimento do público atendido. Também é informado que as instituições de acolhimento podem se constituir como contextos desenvolvimentais possíveis, mas que não oferecem uma substituição da função familiar. Com vistas à preservação da criança em contextos familiares, alguns países têm encontrado como alternativa, pensando em minimizar o impacto da institucionalização, a implantação do Serviço de Família Acolhedora. Esses serviços têm sido implantados no Brasil, sendo, inclusive, a partir de 2015, regulamentada e prevista a implantação nos municípios mineiros. O Serviço de Acolhimento Familiar visa à inserção de crianças e adolescentes numa família temporária, como medida protetiva alternativa ao acolhimento institucional. As famílias acolhedoras são iguais ao guardião, para efeitos legais, sendo também medida excepcional e transitória como forma de equacionar a situação de risco da criança para futura reinserção em sua família de origem ou em família substituta. A implantação desse serviço está ancorada em leis e normativas. Assim, o objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão da literatura especializada a fim de verificar diretrizes para implantação do Serviço de Família Acolhedora, as quais tenham fundamentação empírica. A busca será realizada em bases de dados nacionais e internacionais, bem como em livros, dissertações e teses, no período compreendido entre 2008 e 2017.

**Palavras-chave:** Medida protetiva. Acolhimento familiar. Serviço de Família Acolhedora.

**Abstract:** The institutional reception is a protective measure provided by the ECA (Statute of the Child and Adolescent) (BRASIL, 2016), as an exceptional and transitory measure. The prolonged institutionalization of children and adolescents is often associated, in the specialized literature, to problems in the development of the attended public. It is also informed that the host institutions can constitute themselves as possible developmental contexts, but do not offer a replacement of the family function. Aiming at preserving the child in family contexts, some countries have found, as an alternative to minimizing the impact of institutionalization, the implementation of the Welfare Family Service. These services have been implemented in Brazil, and from 2015 onwards, it is regulated and planned to be implemented in the cities of Minas Gerais. The Family Reception Service aims at the insertion of children and adolescents in a temporary family, as an

alternative protective measure to the institutional reception. The welcoming families are matched to the guardian for legal purposes, being also an exceptional and transient measure as a way of equating the risk situation of the child for future reintegration into his/her family of origin or substitute family. The implementation of this service is anchored in laws and regulations. This way, the objective of the present work is to carry out a review of the specialized literature in order to verify guidelines for the implementation of the Welfare Family Service that have an empirical foundation. The research will be carried out in national and international databases, as well as in books, dissertations and theses, between 2008 and 2017.

**Keywords:** Foster care. Protective measure. Welcoming Family.

---

## Introdução

A concepção de infância na história da família veio se modificando desde o final do século passado, proporcionando discussões na sociedade civil e no meio político. Os direitos de viver, pensar e agir como uma criança inserida na sociedade têm cada vez mais despertado estudos interdisciplinares, em que as áreas da saúde e do Direito buscam compreender os fatores que interferem no desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de vida (SANTOS; PACHECO, 2012).

Pesquisas realizadas no âmbito do desenvolvimento humano têm pontuado a importância do ambiente em que a criança e o adolescente se desenvolvem, e as relações que estabelecem com o meio, como incentivadores ou limitadores do seu desenvolvimento (SANTOS; PACHECO, 2012). De acordo com Maia e Williams (2005), os fatores de risco ao desenvolvimento infantil são condições associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis. Entendem-se como fatores de risco ao desenvolvimento infantil todas as modalidades de violência (física, psicológica e sexual). A negligência ocorre quando se priva a criança de algo de que ela necessite para o seu desenvolvimento saudável.

De acordo com Santos e Pacheco (2012), os maus tratos (abuso e negligência) apresentam forte associação com a psicopatologia do desenvolvimento, com um impacto na cognição, linguagem, desempenho escolar e desenvolvimento socioemocional. A *vulnerabilidade* pode ser conceituada como um conjunto de situações de precariedade, sendo relevante considerar os aspectos demográficos da família, as relações do dia a dia, as dificuldades de saúde, gravidez na adolescência, bem como a exposição a situações de violência (VALENTE, 2013).

Maia e Williams (2005) afirmam que a exposição de crianças e adolescentes a fatores de risco, como abuso e negligência, trazem impacto prejudicial e complexo para o desenvolvimento. Segundo as autoras especificam, a violência constitui fator de risco ao desenvolvimento infantil, podendo ser dividida em três tipos: física, psicológica e sexual. A violência física consiste naquela em que injúrias corporais são perpetradas contra a criança, distinguindo-se da punição corporal pelas repetições, gravidade e ausência de intenção de causar dano à criança. Essa modalidade de violência é marcada por uma característica intergeracional, ou seja, crianças e adolescentes vítimas de violência física têm uma probabilidade futura maior de cometerem atos violentos. Maia e Williams

(2005) esclarecem ainda que a violência física é a maior causa de fugas de crianças de suas residências e traz prejuízos emocionais, relacionais e comportamentais.

A violência psicológica compreende um conjunto de ações caracterizadas pela dificuldade de serem identificadas, por serem “invisíveis”. Trata-se das ameaças, privação emocional, humilhações, exposição à violência conjugal, alienação parental. A gravidade do impacto desse tipo de violência é mediada pela gravidade das alegações, intensidade, frequência, cronicidade, estágio do desenvolvimento e ausência de outros adultos que apaziguem as falas dirigidas à criança e/ou adolescente (MAIA; WILLIAMS, 2005).

A violência sexual, segundo Maia e Williams, pode ser dividida em três tipos: com contato físico, sem contato físico e a prostituição de crianças e adolescentes. A literatura especializada já descreveu vastamente o impacto do abuso sexual para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Habigzang e Koller (2011, p. 299) afirmam que há grande incidência dessa modalidade de violência, sendo estimado “que uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos é vítima de algum tipo de abuso antes de completar 18 anos”. Dentre as consequências do abuso sexual, incluem impactos a curto e a longo prazos. Um transtorno psiquiátrico com incidência descrita entre 20 a 70% dos casos é o Transtorno do Estresse Pós-Traumático. Esse transtorno é definido a partir de um conjunto de sintomas que compreende, a partir da exposição a um evento traumático, “recordações aflitivas, recorrentes e intrusivas do evento [...] sonhos aflitivos e recorrentes [...] agir ou sentir como se o evento traumático estivesse ocorrendo novamente [...] sofrimento psicológico intenso” (HABIGZANG; KOLLER, 2001, p. 301). Outros dois conjuntos de sintomas compreendem uma esquiva consistente e persistente de qualquer estímulo que possa evocar a experiência traumática e um conjunto de marcadores de hiperexcitação. Esse transtorno demanda tratamento clínico.

Maia e Williams (2005) também informam o papel da negligência como fator de risco ao desenvolvimento infantil, definindo-a como um contexto em que as necessidades básicas da criança não são atendidas. A ausência de atendimento às necessidades básicas de cuidado, afeto e estimulação trazem consequências danosas ao desenvolvimento infantil.

Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2016), quando verificada uma situação de risco em que crianças e adolescentes se encontrem com a exposição aos fatores de risco descritos acima, são aplicadas medidas protetivas. Essas medidas têm como objetivo garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes nas situações em que estes estejam ameaçados ou violados. Conforme apresentado no ECA (BRASIL, 2016), em seu artigo 101, há previsão de 9 medidas protetivas, incluindo o acolhimento institucional e familiar que somente se realizam a partir de determinação judicial.

O acolhimento institucional se caracteriza por um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de acolhimento (ECA, art. 101), em função de abandono, ou no caso em que famílias ou responsáveis se encontrem provisoriamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a família substituta. Mesmo em situações de risco em que a criança ou adolescente é encaminhado

para a instituição de acolhimento, deve-se manter todos os esforços para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários (CONANDA, 2009). Segundo estimativa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2004, cerca de 80.000 crianças e adolescentes estavam vivendo em instituições de abrigo no Brasil, sendo que a maioria das crianças e adolescentes tem famílias de origem e possui um perfil considerado distante do desejado para adoção (COSTA; FERREIRA, 2009).

A literatura especializada aponta a relevância do acolhimento institucional como medida protetiva; contudo, são discutidas as dificuldades advindas de longos períodos de institucionalização. Segundo Siqueira e Dell'Aglio (2006), a família é o primeiro contexto de relação infantil, tendo como características ser um sistema dinâmico, complexo, de relações interpessoais que definem papéis. Tendo em vista a história das crianças e dos adolescentes acolhidos, a instituição de acolhimento pode ou não constituir um risco para o desenvolvimento. Sendo assim, as condições oferecidas pelas instituições é que são fatores relevantes para possibilitar um contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes.

Apesar de a instituição ser um contexto possível de desenvolvimento, ela não fornece um equivalente funcional familiar para as crianças e adolescentes institucionalizados. Estudos de tempos mais remotos apontaram os prejuízos cognitivos que a vivência institucional favorecia para as crianças institucionalizadas, incluindo o déficit intelectual, com impacto significativo no desenvolvimento da linguagem. Essas crianças apresentavam dificuldades atencionais e no manejo da agressividade, estendendo-se para outros aspectos de dificuldades comportamentais e emocionais, assim como apresentavam problemas no estabelecimento de vínculos afetivos consistentes e estáveis (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2005).

Muitas dificuldades cognitivas verificadas nesses contextos de acolhimento acabam por se relacionar com um ambiente de estimulação sensorial pobre, independentemente do cuidado prévio oferecido pela genitora. Observou-se ainda que, mesmo em instituições que ofereciam cuidados de boa qualidade, as crianças e adolescentes apresentavam dificuldades maiores em aspectos como inteligência e autonomia, quando comparadas àquelas que foram cuidadas em seu contexto familiar de origem. Esses achados apontam que relações de apego estáveis, que possibilitam uma experiência afetiva de segurança emocional, podem ser essenciais para um desenvolvimento intelectual satisfatório (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2005).

Assim, quando se observam ambientes institucionais, dois aspectos demandam uma observação mais detida: o primeiro é que ambientes de pouca interação entre cuidador e criança contribuem para uma maior probabilidade de prejuízos; o segundo aspecto é que as separações que acontecem quando a criança tem entre 6 meses e um ano de vida tem uma maior probabilidade de impacto disruptivo. Dessa forma, conforme Siqueira e Dell'Aglio (2006), a entrada da criança no ambiente institucional, quando mais velha, diminui o impacto adverso de relações e aspectos físicos empobrecidos.

Ainda de acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2006), é essencial que sejam sinalizados os aspectos disfuncionais da institucionalização, uma vez que a experiência de socialização em contextos institucionais contribui para a construção de uma identidade ligada a esse ambiente. Assim, salienta-se que a capacidade de oferecer apoio e proteção consiste na variável crítica para que as instituições de acolhimento possam contribuir

para impactos benéficos na vida das crianças e adolescentes acolhidos. Ademais, os vínculos estabelecidos com os cuidadores na instituição são decisivos para as crianças e adolescentes nesse ambiente, visto que a orientação e proteção oferecidas também tornam esses cuidadores modelos de identificação.

Nesse sentido, outro aspecto essencial refere-se às contribuições da Teoria do Apego, que apresenta o papel das primeiras relações afetivas entre o bebê e seu cuidador, que contribuirá para a formação do psiquismo infantil e seu desenvolvimento normal. Salientam-se as contribuições de Bowlby para a Teoria do Apego (ABREU, 2005).

Os estudos de Bowlby iniciaram-se no final dos anos 1950, a partir das premissas psicanalíticas da importância das primeiras relações familiares para a constituição da personalidade. Contrariando os pressupostos de que o vínculo entre mãe e bebê se constituía como resultado da expectativa da criança de que suas necessidades serão atendidas, Bowlby teorizou que o vínculo é resultado de um conjunto de sistemas cuja meta precípua é a busca de proximidade, através de comportamentos de apego, em que a criança busca a “restituição de sua segurança pessoal” (ABREU, 2005, p. 52). Com as contribuições de Mary Ainsworth, Bowlby realizou pesquisas experimentais sobre o apego, observando as interações entre mãe e bebê em delineamentos nomeados como “Experimento da Situação Estranha” (ABREU, 2005, p. 49).

Os estudos de Bowlby e colaboradores demonstraram a importância das primeiras relações para a constituição do modelo de apego da criança, o qual tende a se perpetuar ao longo dos estágios desenvolvimentais, trazendo consequências para os padrões futuros de relacionamentos. Nesse sentido, a construção de modelos de apego seguros constitui-se como medida protetiva essencial, visto que vínculos instáveis contribuem para prejuízos relacionais futuros que se estendem para outras áreas da vida da criança. Esse autor também se debruçou sobre o impacto da institucionalização prolongada sobre o vínculo, enfatizando a necessidade de se observar as características humanas de formação do apego a fim de minimizar as consequências (ABREU, 2005).

No estudo realizado por Pereira *et al.* (2010) com 16 crianças acolhidas, com idades entre 3 e 6 anos, foram avaliadas medidas relativas ao desenvolvimento mental, a comportamentos das crianças, às medidas relativas aos cuidadores e à avaliação da interação entre o cuidador e a criança com foco na relação de apego. Os resultados obtidos apontaram que essa amostra de crianças apresentava desenvolvimento mental abaixo da média e marcadores de psicopatologia próximos de populações clínicas. Quanto ao comportamento de base segura em relação ao cuidador, esse estudo encontrou um resultado diferente de um conjunto de estudos prévios que demonstraram um padrão de apego inseguro. As crianças avaliadas demonstraram níveis mais baixos de dependência, interpretados pelos autores como relacionados com a menor disponibilidade oferecida às crianças por esses cuidadores. Os autores concluem que o caráter exploratório do estudo, somado a uma pequena amostra, limita os resultados, salientando a importância de novos estudos que esclareçam o impacto da institucionalização na formação do apego.

Dessa forma, o campo está repleto de estudos que apontam para dificuldades desenvolvimentais de crianças e adolescentes institucionalizados, salientando a importância das relações familiares para o desenvolvimento. Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento Familiar tem se mostrado uma alternativa como medida de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, pois o serviço oferece oportunidade das crianças

e adolescentes permanecerem no convívio familiar e comunitário (CONANDA, 2009).

O Acolhimento Familiar surgiu como um programa formal, sendo caracterizado por uma prática alternativa à institucionalização. Ele teve início em diferentes momentos em países como Estados Unidos em 1910, Inglaterra em 1940, Espanha em 1970, e na Itália em 1980. Nesses países, o acolhimento familiar tem como princípio a colocação de uma criança em uma família temporária, que, na maior parte das vezes, não tem relação de consanguinidade com a crianças, operando essas famílias com os deveres de um guarda legal (MARTINS; COSTA; FERREIRA, 2010).

No Brasil, o acolhimento familiar foi regulamentado como medida protetiva alternativa e preferencial ao acolhimento institucional na Lei 12.010/2009. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora compõe a política pública nacional de atendimento à criança e ao adolescente privado dos cuidados parentais, com suporte legal e acompanhamento técnico. Essa alternativa de proteção integral objetiva oferecer à criança e ao adolescente a proteção e a atenção individualizada em um ambiente familiar que lhe proporcione os cuidados básicos necessários, a construção de novos vínculos afetivos, o sentimento de pertencimento e convivência familiar e comunitária (CONANDA, 2009).

Quanto aos serviços de família acolhedora no Brasil, o levantamento realizado por Valente (2013) identificou: na região Centro-Oeste, seis serviços e 31 crianças e adolescentes; na região Nordeste, sete serviços e 29 crianças e adolescentes; na região Norte, cinco serviços e sete crianças e adolescentes; na região Sudeste, trinta e nove serviços e 373 crianças e adolescentes; e na região Sul, oitenta e sete serviços e 492 crianças e adolescentes, totalizando 932 atendimentos em 144 serviços. Nos 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, foi identificado que 79,2% já estavam implantados, 11,1% em processo de implantação, e 9,7% já implantados, mas não em funcionamento.

Na implantação desses serviços, conforme observa Delgado (2010), demanda-se um processo de seleção de famílias para participarem do programa, disponíveis para participar das etapas do processo seletivo em que os requisitos para inclusão são avaliados. Salienta-se a importância de demonstrarem uma estabilidade que permita uma vinculação segura com a criança e/ou adolescente, bem como o atendimento às necessidades de cuidados. As famílias demandam um apoio financeiro, bem como um acompanhamento consistente quando da chegada da criança e/ou adolescente, durante o acolhimento, e quando do desligamento em caso de reintegração à família de origem ou colocação em família substituta. Delgado (2010) salienta ainda a importância de uma permanência maior do acolhido em uma família acolhedora de forma a permitir a construção de um conceito de família, com impacto benéfico para as relações futuras.

O CONANDA (2009) prevê que o processo de seleção e capacitação das famílias acolhedoras deve ser criterioso, e descreve passos a serem observados, bem como ações para a preparação das crianças e adolescentes e das famílias acolhedoras. Há a delimitação de atribuições para a equipe técnica que acompanha o programa assim como para as famílias acolhedoras. Ademais, o CONANDA (2009) prevê ações para o desligamento da criança ou do adolescente do programa de família acolhedora.

Apesar da relevância do acolhimento familiar e do incentivo legal para sua aplicação, há ainda poucos serviços disponíveis no Brasil quando comparado à oferta do acolhimento institucional. A implantação dos serviços existentes de família acolhedora acaba por se basear em informações advindas de leis e normativas técnicas, sem que as

diretrizes estejam respaldadas em dados empíricos que forneceriam linhas-guia para o funcionamento satisfatório de Serviços de Família Acolhedora (Acolhimento Familiar). Essas normativas baseiam-se em conteúdos programáticos para os quais não se encontrou base empírica que sustente os referidos procedimentos. O serviço de Acolhimento Familiar se destina a crianças e adolescentes em situação de sérias violações de direitos, com repercussões desenvolvimentais que demandam um programa bem estruturado para o recebimento desse público. Ademais, por se tratar da construção de vínculos, várias intercorrências podem surgir na relação entre criança/adolescente, família de origem, família acolhedora, equipe técnica do serviço, Judiciário, Ministério Público e rede de serviços do município.

### **Objetivo da pesquisa**

Verificar as diretrizes definidas na literatura especializada para implantação e funcionamento de Programas de Acolhimento Familiar.

### **Metodologia**

#### **Levantamento bibliográfico**

Após a definição do tema a ser pesquisado, foram definidas as palavras-chave para a realização de levantamento bibliográfico, buscando-se delinear o conhecimento existente a respeito do assunto, nos artigos de pesquisa publicados em revistas nacionais, na literatura estrangeira, bem como em teses e dissertações sobre o assunto, considerando também indicações bibliográficas encontradas nas referências dessas obras. Foram utilizados artigos publicados entre 2008 e 2017. As palavras-chave adotadas são *foster care, criteria for implementation of Family Friendly Service*, acolhimento familiar, família acolhedora.

As bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram o SCIELO e o Domínio Público. Após o levantamento das obras existentes nessas bases a partir das palavras-chave, foram descartadas aquelas que fogem ao âmbito definido no projeto. Os materiais selecionados foram objeto de leitura e fichamento do pesquisador, que destaca as principais contribuições encontradas segundo o interesse desta pesquisa, articulando-as de modo a contextualizar e justificar sua realização, além de subsidiar a posterior análise de dados.

#### **Procedimentos de coleta de dados**

Após levantamento e revisão bibliográfica para base de um estudo empírico, pretende-se, dentre outras discussões, verificar as diretrizes para implantação e funcionamento dos Programas de Acolhimento Familiar.

#### **Procedimentos de análise de dados**

Os dados obtidos foram analisados através da discussão das contribuições do

material, a partir dos objetivos elencados nessa pesquisa.

## Resultados e discussão

A partir das buscas nas bases de dados nacionais, foram selecionados os artigos publicados no período de 2008 a 2017, em língua portuguesa, que apresentavam conteúdo referente ao funcionamento de serviços de acolhimento familiar. Na busca foi identificado um livro abordando especificamente o tema, bem como um documento elaborado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, descrevendo a proposta de funcionamento do Serviço de Família Acolhedora no Estado de Minas Gerais. Tanto esse documento quanto o livro foram incluídos no referencial bibliográfico, em razão das contribuições para o presente trabalho. Foram selecionados ainda seis artigos. A apresentação e a discussão dos resultados obedecerão aos aspectos mais salientes do funcionamento do serviço de família acolhedora, conforme apontados na literatura verificada.

Quanto à implantação do programa de família acolhedora, Valente (2013) enfatiza que a legislação atual prioriza o acolhimento familiar em relação ao acolhimento institucional, conforme previsto no ECA (BRASIL, 2016). A autora esclarece ainda sobre a necessidade da inscrição do programa no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com financiamento pelo poder executivo. Segundo a Sedese (2015), no Estado de Minas Gerais, a operacionalização do serviço de Acolhimento Familiar será responsabilidade do gestor estadual, que realizará as articulações para implementação de um serviço regionalizado. As áreas de abrangência dessas regiões são constituídas por no mínimo 2 e no máximo 8 municípios de pequeno porte, cuja população total não ultrapasse 160 mil habitantes. Esse conjunto de municípios deve pertencer a uma mesma comarca. O acolhimento das crianças e adolescentes será em âmbito local, visando que a criança e/ou adolescente permaneça em sua comunidade de origem, favorecendo o contato com sua família de origem e garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. A equipe técnica do serviço, que será de referência regional, será formada por um coordenador, um profissional de serviço social e outro de psicologia para o acompanhamento de até 15 crianças (SEDESE, 2015).

Valente (2013) salienta que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pode ser implantado em cidades de portes variados, sendo viável sua coexistência com serviços de acolhimento institucional como parte do Sistema de Garantia de Direitos. A pesquisa realizada em 2014 pelo Censo SUAS apontou que 67 municípios no estado de Minas Gerais possuem o serviço de Família Acolhedora (SEDESE, 2015).

A Sedese (2015) descreve princípios que devem nortear a implantação e funcionamento de um programa de família acolhedora. Considerando a prioridade do acolhimento familiar, conforme previsão legal (BRASIL, 2016), trata-se de medida alternativa ao acolhimento institucional e estratégia para garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Essa acolhida, em família previamente cadastrada, deve observar princípios de humanização, individualização, como medida excepcional e transitória observando os critérios legais definidos para o acolhimento institucional, como o tempo máximo de dois anos da criança/ adolescente no serviço para definição da situação jurídica

do acolhido. O serviço deverá ser ofertado nos municípios que compõem as áreas prioritárias definidas pelo Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, como estratégia para universalidade e integralidade da disponibilização do serviço de medida protetiva para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar (SEDESE, 2015).

A família acolhedora, conforme descrito pela Sedese (2015), consiste no grupo familiar que se dispõe a acolher e cuidar, de forma provisória e observando as demandas integrais, de crianças e/ou adolescentes afastados do convívio com sua família de origem por meio de medida protetiva aplicada judicialmente. Deve-se observar que essas famílias não possuam vínculos familiares ou afetivos prévios com a família de origem e com as crianças e/ou adolescentes que irão acolher. A família será cadastrada e passará por um processo de capacitação pela equipe técnica do serviço, antes de ser considerada apta.

Segundo a Sedese (2015), outro aspecto que impossibilita que a família seja cadastrada como família acolhedora é o interesse na adoção. Nesse sentido, Valente (2013) salienta a diferença entre família adotiva e família acolhedora, que deve ser observada quando na implantação do serviço de Família Acolhedora. A adoção é um instituto que permite a constituição jurídica de um vínculo de filiação, dando ao filho por adoção os mesmos direitos do filho biológico, sendo irrevogável (BRASIL, 2016). Antes da determinação da adoção, a criança ou adolescente é destituída do poder familiar, ou seja, as relações com a família de origem são interrompidas. No acolhimento familiar, não há a configuração de um vínculo parental, tampouco a interrupção da relação com a família de origem, sendo inclusive enfatizada uma relação baseada na colaboração (VALENTE, 2013).

De acordo com a Sedese (2015), alguns critérios demandam ser observados quando na seleção de famílias acolhedoras: características afetivas, incluindo evidências sugestivas de um padrão funcional de apego; capacidade para lidar com a separação; flexibilidade; ausência de membros familiares com dependência química; motivação para a função e compreensão do papel; manutenção de relações familiares e comunitárias; rotina familiar; aptidão para o cuidado com crianças/adolescentes e condições ambientais para acolher; marcadores sugestivos de capacidade de buscar suporte e estabelecer um vínculo colaborativo com a equipe do serviço, bem como boa capacidade de escuta.

Delgado (2010), apresentando a experiência do acolhimento familiar em Portugal, descreveu uma modalidade de acolhimento familiar específico para o atendimento de crianças/adolescentes com dificuldades específicas, o chamado acolhimento em lar profissional. Nessa modalidade, são incluídas no programa famílias que tenham habilitação técnica para acolher crianças/adolescentes com problemas específicos e cuja formação profissional favorecerá nos cuidados. O autor salienta como dificuldades as crenças na incompatibilidade entre cuidados profissionais e família, as dificuldades relacionadas com a divulgação do serviço e com a disponibilidade de equipamentos necessários para o atendimento da necessidade da criança/adolescente acolhido, bem como o baixo valor pago às famílias acolhedoras.

Um aspecto relevante a ser sinalizado consiste na discussão quanto à remuneração das famílias acolhedoras. No documento elaborado pela Sedese (2015), a prestação de serviço da família acolhedora é definida como de caráter voluntário sem gerar vínculo

empregatício com o órgão que executa o serviço. O aporte financeiro será realizado no formato de um subsídio para custear os gastos com a criança/adolescente, independentemente dos recursos financeiros da família acolhedora, que receberá 1 (um) salário mínimo de referência para cada criança/adolescente acolhido. Na situação de acolhimento de grupo de irmãos, está previsto um teto de 3 (três) salários mínimos independentemente do número de acolhidos. Quando a criança/adolescente apresentar necessidades adaptativas ou alguma demanda de cuidados de saúde específicos, poderá haver um incremento de até 1/3 do salário mínimo. Quando o acolhimento for por um período inferior a um mês, haverá cálculo proporcional, mas não inferior a 25% do valor mensal (SEDESE, 2015). Conforme descrito por Delgado (2010), em Portugal, a remuneração é dividida entre um subsídio para manutenção (145,86 euros por crianças, valor de 2008) e outro para retribuição pelos serviços oferecidos (168,20 euros também no ano de 2008). Segundo o autor, essa retribuição é dobrada quando se trata de criança/adolescente com necessidades especiais ou que apresentem dificuldades.

A Sedese (2015) define como etapas para operacionalização do trabalho com as famílias acolhedoras com vistas à seleção e formação a fim de favorecer um serviço qualificado os seguintes passos: a) Divulgação: contínua, ampla ou específica conforme a necessidade, apresentando claramente os objetivos do serviço, o público a que se destina e o perfil das famílias acolhedoras que se busca; b) Seleção: após a captação das famílias, apresentar os critérios mínimos exigidos, metodologia do trabalho e as demandas para a família incluída no serviço, que exigem motivação e disponibilidade. Os requisitos básicos incluem: pelo menos um membro maior de 21 anos, que resida há no mínimo dois anos no Município, sem restrição de gênero ou estado civil, com residência fixa que ofereça ambiente físico adequado; disponibilidade para participar e aceitar a metodologia do serviço; boas condições físicas e emocionais; consentimento dos membros da família quanto ao trabalho; ausência de dependentes químicos; não interesse em adoção e disponibilidade de tempo. Após a realização da avaliação inicial, as Famílias Acolhedoras selecionadas serão formalmente inscritas, apresentarão documentos pessoais e preencherão uma ficha cadastral que inclua, dentre outras informações, a delimitação do perfil de crianças/adolescentes que pretende acolher. Essas famílias passarão por estudo psicossocial realizado pela equipe técnica do serviço, que utilizará como procedimentos entrevistas, dinâmicas e atividades grupais, visitas domiciliares e outros conforme demanda (SEDESE, 2015). c) Formação: após a seleção e habilitação, as famílias acolhedoras serão continuamente formadas e acompanhadas pela equipe técnica do serviço. Esse processo deverá priorizar métodos participativos como oficinas, seminários, grupos para suporte e troca de experiências e seminários. d) Acompanhamento: Antes da inserção na família, a criança/adolescente é orientada e a aproximação com a família acolhedora é supervisionada a fim de favorecer a adaptação. Para a família acolhedora serão repassadas informações sobre a criança e sua situação atual, uma previsão do tempo de acolhimento e um planejamento prévio do acompanhamento. Após a chegada da criança, entrevistas e visitas domiciliares são realizadas conforme demanda, mas com uma periodicidade mínima quinzenal. A família acolhedora recebe a criança/adolescente mediante termo de guarda e responsabilidade, configurando-se como guardião.

Durante o acompanhamento da família acolhedora, o Conanda (2009) salienta que a equipe técnica deverá favorecer a obtenção de atendimentos dos acolhidos nos

serviços da rede pública. Quanto à família acolhedora, é enfatizada a necessidade de informar à equipe técnica sobre dificuldades observadas durante o acompanhamento, em relação à criança/adolescente acolhido, à família de origem ou acerca da própria família acolhedora. Salienta-se a importância da preservação da convivência entre irmãos e parentes quando o acolhimento for realizado por famílias diferentes.

Delgado (2010), quanto ao trabalho com as famílias acolhedoras, informa que são requisitos, no processo seletivo em Portugal, uma escolaridade mínima de 9 anos e a não intenção de adoção por parte dos candidatos a família acolhedora. O autor discute o impacto da exigência mínima de escolaridade, asseverando que exclui um grande número de famílias do processo seletivo. Salienta que a formação da família acolhedora, somada ao acompanhamento consistente pela equipe do serviço, é fator essencial. Nesse aspecto, afirma que esse acompanhamento não tem se dado de forma satisfatória, não sendo regular e periódico como a complexidade do serviço demanda.

Martins, Costa e Rosseti-Ferreira (2010), analisando os registros realizados por um programa de acolhimento entre os anos de 1998 a 2007, verificaram um nível heterogêneo de escolarização e de renda das famílias acolhedoras. Os dados de colocação em família substituta, na modalidade de adoção, indicaram que 34,2% das crianças foram encaminhadas para adoção e 9,6% adotadas pelas famílias acolhedoras. Esses autores ainda verificaram a inexistência do acompanhamento da família de origem, bem como a ausência de capacitação da família acolhedora para receber as crianças/adolescentes encaminhados.

Quanto à equipe técnica do serviço de Família Acolhedora (SEDESE, 2015), entende-se que há demanda para uma equipe exclusiva e que as intervenções se darão observando os três grupos envolvidos: família de origem, criança/adolescente acolhido e a família acolhedora. Além dos acompanhamentos, da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), pressupõe-se a capacidade de articulação e intervenção em rede com vistas à definição da situação jurídica da criança/adolescente acolhido. De acordo com a Sedese (2015), algumas atribuições da Equipe Técnica Regional, responsável pelo serviço de família acolhedora nos municípios de referência, compreendem: a) *em relação à família acolhedora*: avaliação, seleção e cadastramento; formação e treinamento; acompanhamento durante o período de acolhimento e supervisão, bem como acompanhamento do desligamento da criança/adolescente atendido; b) *em relação ao Sistema de Garantia de Direitos*: realizar articulação dos serviços disponíveis nos municípios abrangidos e, em nível regional, reunir-se com outros setores desse sistema para avaliação de resultados e planejamento de ações, com vistas à definição de fluxos, estabelecimento de rotinas e acompanhamento dos casos atendidos; encaminhamento para o Poder Judiciário e Ministério Público de relatórios semestrais descrevendo o resultado das intervenções, assim como a possibilidade de reintegração familiar. Ademais, informar também a demanda por outras medidas, bem como o esgotamento das intervenções junto à família de origem com indicação de encaminhamento para adoção c) *em relação às crianças/adolescentes acolhidos*: elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), que compreenderá um plano de ação para atendimento de suas necessidades, elaboração de prontuários individuais, acompanhamento durante o período de acolhimento com realização dos encaminhamentos pertinentes; d) *em relação à família de origem*: contemplar também no PIA a avaliação e intervenções necessárias para modificação do contexto que justificou

a medida de acolhimento

Em relação ao trabalho das equipes técnicas, Valente (2003) enfatiza a importância da participação da família de origem e dos serviços da rede de proteção na elaboração do plano de intervenção descrito no PIA. A autora salienta a importância da escuta individual dos envolvidos, a saber: família de origem, família acolhedora e criança/adolescente acolhido.

A Sedese (2015), no que se refere ao número de crianças/adolescentes acolhidos em cada família, informa que deverá ser acolhida uma criança/adolescente por vez. Contudo, sugere-se que seja observada, pela equipe técnica do serviço, a preservação do grupo de irmãos, podendo ser acolhida mais do que uma criança/adolescente por família como forma de manter o vínculo afetivo entre irmãos. A equipe técnica do Serviço, após contato anterior do judiciário com informações sobre o perfil da criança/adolescente a ser acolhido, fará contato com a família acolhedora previamente inscrita e apta para atender a esse perfil. Serão apresentadas informações sobre a demanda do acolhimento e uma previsão inicial de tempo, quando possível. Com o consentimento da família acolhedora, o Judiciário será informado, expedindo Guia de Acolhimento, sendo a criança/adolescente encaminhada para a referida família. Com a chegada da criança/adolescente, a equipe técnica inicia as intervenções psicossociais elencadas em suas atribuições, junto ao acolhido, à família acolhedora e à família de origem.

Segundo Delgado (2010), a preparação da família para o acolhimento de uma criança específica é parte essencial do processo. Nesse sentido, esclarece sobre a importância da “aceitação informada” (p. 341), que consiste na qualidade das informações repassadas à família acolhedora sobre determinada criança/adolescente, a fim de que possam decidir sobre o acolhimento dela.

Outro momento do acolhimento de crianças/adolescentes em família acolhedora, o qual demanda atenção especial, é o momento do desligamento. A revogação da medida protetiva de acolhimento familiar, assim como a sua determinação prévia, se dará por determinação judicial, conforme apresentado no ECA (BRASIL, 2016). Tanto a reintegração à família de origem ou extensa, quanto o encaminhamento para a adoção demandam avaliação consistente pela equipe técnica do serviço em conjunto com o Juizado da Infância e da Juventude, Ministério Público, Conselhos Tutelares e a rede socioassistencial (SEDESE, 2015).

Conforme enfatizado pela Sedese (2015), o desligamento da criança/adolescente deverá se realizar de forma cuidadosa, gradativa e sistemática, contando com a participação dos envolvidos. A equipe técnica terá uma função específica, que contemplará algumas ações: escuta individual e apoio à criança/adolescente no retorno para a família de origem, ampliando e intensificando progressivamente o contato entre eles, passando pela permanência aos finais de semana até o retorno definitivo, com atenção quanto à experiência de separação da criança/adolescente da família acolhedora. Após o retorno, acompanhar a família de origem por um período mínimo de seis meses, oferecendo suporte para a manutenção das conquistas obtidas para a função de cuidado e proteção, enfatizando a construção da autonomia e evitando reincidências na situação de risco que justificou a aplicação da medida de acolhimento.

No desligamento da família acolhedora, salienta-se a importância de a equipe técnica realizar encontros com foco na saída da criança/adolescente, com a consequente

experiência de separação, oferecendo apoio psicossocial e contato regular. Tornam-se relevantes atividades em grupo com outras famílias acolhedoras, e a orientação da família para intensificar a preparação da criança/adolescente para o retorno, bem como com relação à manutenção de vínculos após a reintegração familiar da criança/adolescente (SEDESE, 2015). Delgado (2010) aponta que um dos desafios do programa de Família Acolhedora é reconhecer as dificuldades existentes no retorno da criança/adolescente para sua família de origem, sendo por vezes prolongado o acolhimento familiar.

Nesse aspecto, quanto à possibilidade de manutenção de vínculos da Família Acolhedora com a criança/adolescente acolhido após a reintegração familiar, a Sedese (2015) salienta a importância de o trabalho com os envolvidos respeitar o desejo na permanência do contato, considerando as idiosincrasias de cada caso e o bem-estar dos que participam desse processo. Delgado (2010) enfatiza que o relacionamento entre a criança/adolescente e a família acolhedora deve continuar quando for desejo de ambos, como forma de respeitar laços afetivos estabelecidos e história construída. O autor assevera que a manutenção desse vínculo constitui base importante para a construção da resiliência do acolhido.

Costa e Rosseti-Ferreira (2009) enfatizam que a relação de apego entre a criança/adolescente e a família acolhedora consiste num dos temas de relevância para entendimento do acolhimento familiar. As autoras delineiam a fundamentação sobre vínculo encontrada nos argumentos a favor do acolhimento familiar. Segundo elas, o respaldo teórico essencial advém da teoria do apego, que descreve a importância das primeiras relações diádicas da criança com seu cuidador como precípuas na constituição de um modelo de apego que impactará em padrões relacionais futuros. Ademais, informam também que está presente uma noção de que a família nuclear “é a única e ideal, aquela que melhor oferece um ambiente pleno ao desenvolvimento de uma criança” (p. 116). Tendo em vista essas noções, o questionamento se direciona para como ficaria a construção de vínculos no acolhimento familiar em que há uma relação provisória entre criança e família acolhedora, e em que haverá o momento da separação.

As autoras informam que, para ultrapassar essa dificuldade do raciocínio sobre o vínculo, demanda-se uma mudança de paradigma que inclua noções contextuais e sistêmicas. Costa e Rosseti-Ferreira (2009) citam Lewis e seu questionamento sobre “ideias fixas” (p. 116) presentes nas visões sobre o desenvolvimento humano, salientando a necessidade de intervenções no momento em que a violação de direito aparece, mas sem se ocupar das repercussões futuras da ação, visto que a existência humana se caracterizará pela imprevisibilidade. As autoras convidam a sair da noção de relações diádicas para a compreensão de uma “rede de relações (e significações) em que a criança está imersa, a partir de uma perspectiva processual, relacional, situada e discursiva” (p. 116). Assim, o acolhimento familiar não se daria num contexto de relações diádicas, mas numa rede de relações, sendo a família acolhedora parte da rede, convidando a um raciocínio baseado no cuidar ao invés da cura. As autoras esclarecem ainda sobre a importância de as equipes técnicas do serviço de família acolhedora avaliarem os conceitos que possuem sobre vinculação.

Quanto ao intervalo entre um acolhimento e outro pela Família Acolhedora, deve-se avaliar, junto a cada família, e observando seus recursos subjetivos, o tempo para a elaboração da experiência de desapego.

Quando o desligamento da criança/adolescente se der em razão do encaminhamento para adoção, o Conanda (2009) enfatiza a importância da contribuição da família acolhedora nessa transição, principalmente no que se refere à preparação da criança.

A família acolhedora, a qualquer tempo e por iniciativa própria, também poderá solicitar seu desligamento do Serviço a qualquer tempo. Nessa situação, manterá sua responsabilidade legal pelos cuidados da criança/adolescente acolhido até novo encaminhamento sugerido pela equipe técnica do Serviço e emitido pelo Juizado da Infância e da Juventude. O desligamento também poderá se dar a partir de solicitação da equipe técnica, em razão de inadequação ou descumprimento de obrigações referentes ao cuidado e proteção da criança/adolescente acolhido (SEDESE, 2015).

De acordo com Delgado (2010), delineiam-se vários desafios para o acolhimento familiar. O autor descreve as dificuldades com a visibilidade do programa, demandando uma divulgação maior em órgãos de mídia, realização de encontros, palestras e conferências sobre o tema. Enfatiza também a pouca produção científica sobre acolhimento familiar e a inexistência de materiais informativos que possam ser divulgados na sociedade como um todo. Ainda segundo Delgado (2010), há uma generalidade na seleção das famílias acolhedoras, sendo os critérios amplos e flexíveis em vista da quantidade reduzida de pessoas disponíveis para entrarem no programa. Outro aspecto enfatizado reside na dificuldade de acompanhamento das famílias pela equipe técnica do programa, e o autor assevera que o “acompanhamento, por sua vez, não pode continuar a decorrer de forma tão descontínua e irregular” (p. 342). Por fim, Delgado (2010) informa que a transitoriedade da medida não acontece, visto que a maioria das crianças permanece em acolhimento familiar até a maioridade.

Costa e Rosseti-Ferreira (2009) salientam que a mudança histórica do foco na institucionalização como medida protetiva para o acolhimento familiar “exige tempo e mudanças” (p. 114). Enfatizam a necessidade de mudanças legais no conceito sobre família e vinculação, bem como na visão sobre crianças e adolescentes. Ademais, esclarecem sobre a demanda também por mudanças nas práticas institucionais, bem como das políticas sociais.

As mudanças legais, segundo as autoras, vêm ocorrendo, e a medida de acolhimento familiar começa a ser compreendida como medida protetiva relevante. Costa e Rosseti-Ferreira (2009), no entanto, enfatizam que o acolhimento familiar traz novas questões que demandam aprofundamento, como “a construção de vínculos e relações afetivas na família acolhedora” (p. 114); “novas significações de família, maternidade e paternidade” (p. 114); e “mais estudo e aprofundamento teórico-prático sobre o tema” (p. 114).

Ainda de acordo com Costa e Rosseti-Ferreira (2009), a família acolhedora deveria ser vista como “complementar” (p. 117) à família de origem. Salientam também que visões que criam antagonismo entre os acolhimentos familiar e institucional encontram-se equivocadas, visto que a complexidade da realidade demanda modalidades de acolhimento diversas. Também Martins, Costa e Rosseti-Ferreira (2010) concluem seu trabalho de avaliação de um programa de acolhimento familiar afirmando que “o acolhimento familiar é uma das alternativas de acolhimento e não uma medida substituta às instituições” (p. 367).

## Considerações finais

Quanto ao objetivo do estudo que se referia à busca de diretrizes para implantação de Serviços de Acolhimento Familiar, não se verificaram estudos empíricos que respaldassem as linhas-guia desse serviço, identificando-se escassa literatura sobre o acolhimento familiar. O material bibliográfico encontrado foi referente às normativas elaboradas pela SEDESE acerca do funcionamento e criação do serviço, bem como literatura escassa sobre o acolhimento familiar. Nesse sentido, o estudo revela uma prática constante na política pública brasileira, que consiste em fundamentar as intervenções não em dados empíricos produzidos, mas em conteúdos programáticos presentes em leis e normativas. Essa prática contribui para um distanciamento das contribuições científicas, bem como torna as ações mais direcionadas por demandas políticas do que verificadas empiricamente.

Nos textos encontrados fica saliente a necessidade de uma equipe técnica funcional, visto que a maioria das atribuições se referem a ela. Ademais, fica clara a importância do processo de preparação das famílias acolhedoras, desde a seleção até o acompanhamento do desligamento da criança/adolescente acolhido. Outro aspecto importante refere-se à necessidade de aprofundamento dos estudos que abordem as relações de apego entre família acolhedora e criança, visto que grandes barreiras à implementação do serviço de acolhimento familiar residem no medo dos envolvidos em relação aos apegos e desapegos entre criança/adolescente e família acolhedora e ao impacto no desenvolvimento futuro dos acolhidos. Ademais, os autores apontam que o serviço de família acolhedora deve ser compreendido como uma modalidade de acolhimento, mas não como medida substitutiva ao acolhimento institucional.

Por fim, considerando a tendência de “busca de atalhos” para contornar dificuldades legais, salienta-se a importância da estruturação do programa de forma a impedir que a inclusão como família acolhedora seja vista, por algumas pessoas, como estratégia para burlar o Cadastro Nacional de Adoção, uma vez que se pode, a partir da constituição de vínculo como família acolhedora, utilizá-lo como argumento para fundamentar um pedido de adoção.

Salienta-se como limitação deste estudo a busca em literatura nacional. Para pesquisas futuras, verifica-se a necessidade de incluir bases de dados internacionais, bem como realizar estudos empíricos que fundamentem linhas-guia para a criação de Programas e Serviços de Acolhimento Familiar.

## Referências

ABREU, C. N. *Teoria do Apego: Fundamentos, Pesquisas e Implicações Clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 01/03/2017.

CONANDA. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. 2009.

COSTA, Nina R. Amaral; FERREIRA, Maria Clotilde R. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 22(1):111-118, 2009.

HABIGZANG, L.F. KOLLER, S.H. Terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, in: PETERSEN, C. S. WAINER, R. *Terapias Cognitivo-Comportamentais para crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MAIA, Joviane M. D.; WILLIAMS, Lucia C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2):91-102, 2005.

MARTINS, L.B. COSTA, N.R.A. FERREIRA, M.C.R. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia*, 20(47):359-370, 2010.

PEREIRA, M. SOARES, I. DIAS, P. SILVA, J. MARQUES, S. BAPTISTA, J. Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2):222-231, 2010.

SANTOS, Heloisa V.; PACHECO, Marcia Maria D. R. Fatores de risco ao desenvolvimento da criança: da visão biomédica à visão psicossocial. *The 4th International Congress on University-Industry Cooperation*. Taubate-SP, dez. 2012..

SEDESE, Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e Subsecretaria de Assistência Social. *Programa Estadual do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – Governo de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2015.

SIQUEIRA, A.C.; DELL'AGLIO, D.D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicol. Soc.*, 18(1):71-80, 2006.

VALENTE, Jane. *Família Acolhedora: As relações de cuidado e de proteção no Serviço de Acolhimento*. São Paulo: Paulus, 2013.

## Depressão e *bullying* em adolescentes escolares: um estudo exploratório

*Depression and bullying in school adolescents: an exploratory study*

**Leidiane Vieira da Silva**

Graduanda do curso de Enfermagem (UNIPAM). e-mail: leidianerpa@hotmail.com

**Marilene Rivany Nunes**

Enfermeira; doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela EERP-USP; professora do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: maryrivany@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O *bullying* é uma violência velada, intencional e repetitiva dentro de uma relação desigual de poder, por um longo período de tempo, capaz de gerar consequências como a depressão. A depressão é um transtorno mental e caracteriza-se por tristeza, apatia, isolamento social, alteração do sono, alteração no apetite e dificuldade de concentração. O estudo objetivou identificar e correlacionar a presença de *bullying* e depressão em adolescentes matriculados em uma escola pública do município de Rio Paranaíba-MG. Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa. Utilizaram-se os instrumentos Inventário de Depressão Infantil e a Escala de Violência Escolar. Notou-se que tanto os adolescentes do sexo masculino (53%) quanto do feminino (40%) vivenciaram situações de menosprezo, característica do *bullying*. Identificou-se depressão em 14 (7%) adolescentes, sendo mais prevalente no sexo feminino, 11 (79%). Verificou-se que todos os adolescentes que tiveram depressão citaram vivências de situações de *bullying*. Ademais, constatou-se que esses adolescentes encontram-se em situações de vulnerabilidades e necessitam de uma assistência integral por parte dos profissionais de saúde e da educação. O enfermeiro é um profissional de saúde capaz de assistir os adolescentes que vivenciam o *bullying* e a depressão, desenvolvendo ações no Programa Saúde na Escola, elaborando Projeto Saúde no Território e Projeto Terapêutico Singular, juntamente com outros profissionais de saúde, da educação e famílias.

**Palavras-chave:** Depressão. *Bullying*. Adolescentes. Enfermagem. Promoção de Saúde.

**Abstract:** Bullying is a veiled, intentional and repetitive violence within an unequal power relationship, over a long period of time, capable of generating consequences such as depression. Depression is a mental disorder characterized by sadness, apathy, social isolation, sleep disturbance, change in appetite and difficulty concentrating. The study aimed to identify and correlate the presence of bullying and depression in adolescents enrolled in a public school in the city of Rio Paranaíba-MG. This is a descriptive and quantitative research. We used the Children Depression Inventory and the School Violence Scale instruments. It was noticed that both male (53%) and female (40%) adolescents experienced situations of scorn, a characteristic of bullying. Depression was identified in 14 (7%) adolescents, being more prevalent among females, 11 (79%). It was verified that all the adolescents who had depression cited experiences of bullying situations. In addition, it was found that these adolescents are in situations of vulnerability and need full assistance from health professionals and education. The nurse is a health professional able to assist

adolescents who experience bullying and depression, developing actions in the Health Program at School, elaborating Health Project in the Territory and Unique Therapeutic Project together with other professionals of health, education and family.

**Keywords:** Depression. Bullying. Adolescents. Nursing. Health Promotion.

---

## 1. Introdução

A adolescência é a transição entre a infância e a vida adulta, período compreendido entre a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, caracterizada por intensas transformações físicas, psicossociais e sexuais (BRASIL, 2010). Essas expõem os escolares a situações de vulnerabilidades como o *bullying* e a depressão (ALVARES; LOBATO, 2013, RESENDE *et al.*, 2013, CAMPOS; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2014).

O *bullying* é um fenômeno que ocorre de forma velada, intencional e repetitiva dentro de uma relação desigual de poder, por um longo período de tempo, contra um mesmo adolescente. Ocorre na maioria das vezes sem motivos evidentes, com atitudes cruéis, humilhantes e intimidadoras, gerando consequências físicas, psíquicas e emocionais (SILVA, 2015).

A depressão em adolescentes caracteriza-se por irritabilidade, instabilidade emocional, tristeza, apatia, isolamento social, alteração do sono, alteração no apetite, dificuldade de concentração, automutilação, comportamento de risco, pensamentos suicidas, entre outros (RESENDE *et al.*, 2013, CAMPOS; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2014, TUNES 2015). Segundo Alvares e Lobato (2013) situações de *bullying* são fatores que podem desencadear depressão em adolescentes.

A vivência de situações de *bullying* e a depressão expõem os adolescentes a consequências graves como baixo desempenho escolar, problemas como a anorexia e bulimia, medos e complicações mais graves como esquizofrenia e até o suicídio (SILVA, 2010). Assim, entende-se que os adolescentes que vivenciam situações de *bullying* e depressão encontram-se em situações de vulnerabilidades e necessitam de uma assistência integral por parte dos profissionais de saúde e da educação (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2014, TUNES 2015).

Desse modo, compreende-se que é fundamental o papel da escola e dos profissionais de saúde na busca da elaboração de um programa *antibullying* com o propósito de proporcionar boa convivência entre os escolares e prevenir o *bullying* e a depressão (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASIN; LEVANDOWSKI, 2013). Esse pode e deve ser desenvolvido pelo Programa Saúde na Escola (PSE).

O PSE tem como objetivo desenvolver ações de educação em saúde no contexto escolar com vista à prevenção de doenças e à promoção da saúde, objetivando o enfrentamento de vulnerabilidades que possam interferir no desenvolvimento dos adolescentes.

Para Santos, Pereira e Nunes (2016), o enfermeiro é considerado um profissional de destaque da Atenção Primária à Saúde (APS), dotado de habilidades e competências que auxiliam a desenvolver ações de forma interdisciplinar no sentido de assistir integralmente os adolescentes, neste estudo os que vivenciam *bullying* e depressão.

O enfermeiro, profissional que atua no PSE, pode e deve atuar em programas *antibullying*, oferecendo atendimento integral a adolescentes, além de realizar ações de intervenções *antibullying* como a avaliação dos sinais e sintomas de violência e práticas educativas sobre o *bullying* (SILVA, 2013).

Partindo dos pressupostos de que o *bullying* e a depressão são situações que vêm aumentando de forma significativa, e que essas geram consequências negativas para a saúde dos adolescentes, e entendendo que o enfermeiro, como membro atuante do PSE, pode e deve atuar na prevenção destas situações, esta pesquisa torna-se relevante.

Este estudo propôs identificar a presença de *bullying* e de depressão em adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos, matriculados em uma escola pública do município de Rio Paranaíba-MG, e na sequência correlacioná-los.

## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva e de abordagem quantitativa desenvolvida em uma Escola Estadual, localizada no município de Rio Paranaíba-MG. A amostra abrangeu os adolescentes escolares na faixa etária de 14 a 18 anos, matriculados na escola no ano de 2016.

Foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados. A Escala de Violência Escolar (EVE), elaborada por Manga, Abella, Barrio & Álvarez em 2007, sendo uma escala tipo Likert composta por 8 itens que avaliam a percepção dos adolescentes sobre a violência, o tipo e a frequência de *bullying* na escola. Esse instrumento possui como resposta as opções para serem marcadas: 1 (nunca), 2 (raras vezes), 3 (algumas vezes), 4 (frequentemente) e 5 (muito frequentemente), o que possibilita identificar, analisar e distinguir os adolescentes escolares que nunca, raras vezes, algumas vezes, frequentemente ou muito frequentemente sofreram situações de *bullying*. Também foi adotado o questionário Inventário de Depressão Infantil (CDI), elaborado por Kovacs, em 1977, com o objetivo de detectar a presença e a severidade do transtorno depressivo em crianças. Esse questionário consiste em 20 afirmações sobre situações que caracterizam a manifestação de depressão. O instrumento pontua as alternativas de resposta: a letra "a" vale zero pontos, a "b" vale 1 ponto e a "c" vale 2 pontos, tendo como nota de corte para delimitação da depressão a pontuação acima ou igual a 17 pontos.

Para a coleta de dados, foi solicitada a permissão dos pais e/ou responsáveis e dos próprios adolescentes escolares pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento e pelo Termo de Assentimento. A coleta de dados ocorreu no mês de maio de 2016 na própria escola, no horário da aula e dentro das salas. Os adolescentes escolares foram identificados por números para garantir o sigilo e o anonimato dos jovens.

Os dados coletados foram confrontados com os parâmetros de cada instrumento. E na sequência foi realizada a análise descritiva, através do agrupamento dos dados extraídos do Inventário de Depressão Infantil e da Escala de Violência Escolar, utilizando o *Microsoft Excel 2010*. Em seguida, os dados foram apresentados na forma de número absoluto e relativo em tabelas e gráficos, apresentando a frequência das variáveis.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPA), de acordo com o parecer n°. 1.526.061 de 03/05/2016.

### 3. Resultados e discussões

Fizeram parte da pesquisa 195 adolescentes escolares matriculados em uma escola pública do município de Rio Paranaíba-MG, no ano de 2016. Percebeu-se a prevalência de adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 15 anos, cursando o 1º ano do Ensino Médio, conforme a Tabela 1.

TABELA 1. Distribuição do número de adolescentes por sexo, idade e ano escolar

Sexo	Nº	%
Masculino	70	36%
Feminino	125	64%
Idade		
14 anos	29	15%
15 anos	66	34%
16 anos	56	29%
17 anos	30	15%
18 anos	14	7%
Ano escolar		
9ª ano	13	7%
1ª ano	74	38%
2ª ano	61	31%
3ª ano	47	24%
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100%</b>

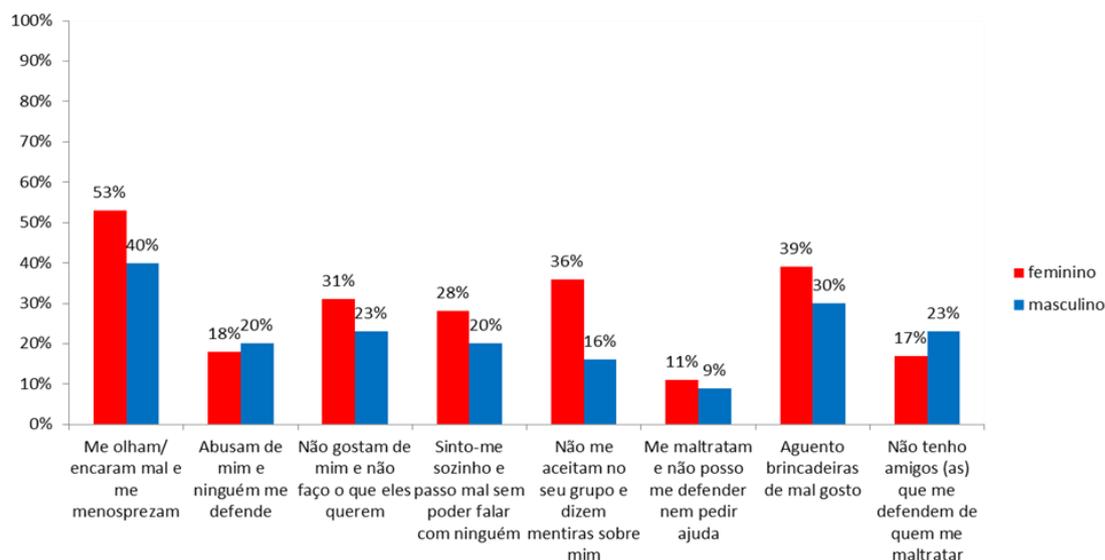
**Fonte:** Dados coletados em uma escola pública no município de Rio Paranaíba-MG (2016).

Estudiosos descrevem que adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos vivenciam situações de vulnerabilidade, ficando expostos ao *bullying* e conseqüentemente a transtornos de ansiedade, pânico, fobia social e escolar, anorexia, bulimia, dificuldade de concentração, tristeza, apatia, medo, sentimento de inferioridade, mágoa e possivelmente a depressão (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASIN; LEVANDOWSKI, 2013, FORLIM, STELKO-PEREIRA, WILLIAMS, 2014).

Segundo Silva (2015), o *bullying* difere-se por sua intencionalidade e persistência em relação com outros tipos de agressão, podendo causar nas vítimas muitos traumas devido ao medo adquirido por meio dos eventos repetitivos, prejudicando o raciocínio, a aprendizagem, a concentração e a autoestima, enfim, o desempenho escolar.

A partir da análise dos dados da Escala de Violência Escolar notou-se a vivência de situações de *bullying* como menosprezo, característica do *bullying*, tanto nos adolescentes do sexo masculino (53%) quanto do feminino (40%), conforme o Gráfico 1.

**GRÁFICO 1.** Distribuição da percepção dos adolescentes, sexo feminino e masculino, sobre vivências relacionadas ao *bullying* na escola



**Fonte:** Dados coletados em uma escola pública no município de Rio Paranaíba-MG (2016).

Notou-se que os adolescentes citaram vivenciar situações de menosprezo, ridicularização, humilhação, medo, isolamento social, exclusão, sofrimento, insegurança entre outros. Para Fritz (2012), todos os adolescentes que passam a ser vítimas de *bullying* sofrem com sentimentos de ansiedade e medo, além disso, esses passam a se isolar e sentem-se como as piores pessoas do mundo.

Oliveira (2012) afirma que sentimentos de medo de ir à escola, o sentir-se mal ao sair para escola, não querer ir sozinho para a escola, mudar o caminho entre a casa e a escola, ficar calado, angustiado, ansioso, deprimido e o baixo desempenho escolar são indicadores significativos de vivência com situações de *bullying* no ambiente escolar.

Para Santos e Ramos (2016), um dos efeitos do *bullying* é a dificuldade dos adolescentes em superar os traumas vivenciados na escola, o que pode torná-los adultos depressivos, agressivos, violentos e antissociais tanto no ambiente familiar como no local de trabalho ou em diferentes situações e contextos sociais.

A partir da análise dos dados coletados pelo Inventário de Depressão Infantil (CDI), verificou-se a presença de depressão em 14 (7%) dos adolescentes, sendo mais significativa no sexo feminino e na idade dos 15 anos, conforme a Tabela 2.

**TABELA 2:** Distribuição da ocorrência de depressão em adolescentes segundo sexo e idade

Sintomatologia de depressão	Nº	%
Presença	14	7
Ausência	181	93
Sexo		

Masculino	3	21
Feminino	11	79
<b>Idade</b>		
14 anos	2	14
15 anos	6	43
16 anos	4	29
17 anos	2	14

**Fonte:** Dados coletados em uma escola pública no município de Rio Paranaíba-MG (2016).

Notou-se uma maior presença de depressão em adolescentes do sexo feminino, (11) 79%, o que corrobora com o estudo de Braga e Agilo (2013). Estes autores descrevem que adolescentes do sexo feminino têm o dobro de chance de vir a desenvolver a depressão. Já Resende e colaboradores (2013) afirmam que adolescentes do sexo feminino são mais vulneráveis a desenvolver a depressão, uma vez que são vítimas frequentes de casos de estupro e abusos sexuais. Resende *et al.* (2013) declaram que as variações hormonais que as mulheres sofrem ao longo da vida, as situações de construção de uma nova identidade e as grandes transformações físicas e psicológicas contribuem para desencadear a depressão.

Resende e colaboradores (2013) ressaltam em seus estudos que os sintomas de depressão são mais predominantes no sexo feminino, na faixa etária de 14 a 15 anos, o que corrobora com este estudo.

A depressão em adolescentes é sinalizada por situações de baixo desempenho escolar, diminuição da atenção e da concentração e perda da confiança em si mesmo. Assim, os pais devem ficar atentos quanto à durabilidade desses sintomas: se eles persistirem por pelo menos duas semanas, deve-se suspeitar de depressão (CAMPOS; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2014).

Além disso, os sintomas depressivos podem fazer com que os adolescentes tenham menores condições de se defender. Ao mesmo tempo, a depressão na adolescência também se relaciona à baixa tolerância, à frustração e a comportamentos impulsivos e agressivos, o que o torna propenso a ser vítima e agressor de violência como o *bullying* (FORLIM *et al.*, 2014).

Alvares e Lobato (2013) relatam que a depressão traz grandes sofrimentos e prejuízos, causando grandes danos no desempenho escolar, familiar e social dos adolescentes.

Ao correlacionar os dados da EVE e do CDI, notou-se que todos os 14 adolescentes que manifestaram depressão vivenciaram situações de *bullying*, conforme Tabela 3. A nota de corte para o CDI adotado é de 17 pontos, assim, adolescentes com notas iguais e maiores que 17 referenciam a presença de depressão.

**Tabela 3:** Correlação dos dados do Inventário de Depressão Infantil (CDI) com a Escala de Violência Escolar (EVE)

Número do adolescente	Idade	Nota do CDI	EVE: Sentimentos de <i>Bullying</i>
1	14	33	Sentimentos de medo, isolamento social.
2	14	25	Sentimentos de ridicularização, humilhação, medo e isolamento social, exclusão, sofrimento.
3	14	28	Sentimentos de ridicularização, medo.
4	15	25	Sentimentos de ridicularização, humilhação, medo, exclusão, insegurança, desprezo.
5	15	25	Sentimentos de humilhação, medo, insegurança, sofrimento, desprezo.
6	15	22	Sentimentos de medo, isolamento social, ridicularização, insegurança, desprezo.
7	15	18	Sentimentos de medo, isolamento social.
8	16	25	Sentimentos de medo, isolamento social.
9	16	29	Sentimentos de ridicularização, medo e isolamento social, insegurança, desprezo.
10	16	18	Sentimentos de ridicularização, medo e isolamento social.
11	17	20	Sentimentos de ridicularização, desprezo.
12	15	21	Sentimentos de ridicularização, humilhação, medo e isolamento social, exclusão.
13	16	37	Sentimentos de ridicularização.
14	17	22	Sentimentos de ridicularização e desprezo.

**Fonte:** Dados coletados em uma escola pública no Município de Rio Paranaíba-MG (2016)

Assim, ao analisar os dados e correlacioná-los, foi possível afirmar que existe uma relação direta entre adolescentes com depressão e as vivências de *bullying*, o que nos mostra que o *bullying* pode ocasionar depressão. Resende *et al.* (2013) ressaltam que a vivência de *bullying* está fortemente associada a depressão no início da adolescência. Os estudiosos ainda mostram que jovens frequentemente assediados, de forma moral e fisicamente, têm duas vezes mais chances de ter a depressão em comparação com aqueles que nunca foram intimidados.

Segundo Forlim *et al.* (2014) e Valle *et al.* (2015), adolescentes vítimas de *bullying* na escola tendem a ter mais indícios de depressão, e tal fato envolve fatores afetivos, cognitivos, comportamentais, motivacionais e fisiológicos, podendo gerar prejuízo no processo de aprendizado e problemas no comportamento, ocasionando reprovação de ano escolar e até mesmo evasão escolar.

Santos, Perkoski, Kienen (2015) descrevem que as complicações do *bullying* associadas à depressão em escolares são diversas como efeitos da vitimização, solidão, maior evitação da escola, ideação suicida, baixa autoestima, ansiedade, problemas físicos de

saúde, baixo rendimento escolar, problemas de conduta, diminuição de vínculos, dificuldade em desenvolver trabalhos em equipe, comportamento violento com outros colegas, uso de drogas, envolvimento com o tráfico de drogas e até a participação em crimes. Diante do cenário de vulnerabilidade desses adolescentes escolares, vivenciando situações de *bullying* e depressão, pauta-se a necessidade primordial de elaboração de um programa antibullying no contexto escolar.

Yoshinaga (2015) descreve que um programa *antibullying* deve ser elaborado por diferentes atores, como os profissionais do contexto escolar, os profissionais de saúde e membros da família e da comunidade. Este programa deve fundamentar-se na premissa de identificar sinais e sintomas comportamentais relacionados a situações de *bullying*, bem como desenvolver ações de prevenção de *bullying* e promoção de ambiente saudável. A autora ainda pontua que o enfermeiro é um profissional capacitado com habilidades e competências específicas para atuar na assistência aos adolescentes escolares.

Silva *et al.* (2014) relatam que deveria haver a presença efetiva do enfermeiro em programas *antibullying*, sendo um profissional de saúde para cada escola. Assim poderia envolver os gestores da escola, os professores, os escolares expectadores, agressores e vítimas na elaboração de ações para prevenir o *bullying*.

O programa de combate ao *bullying* pode também focar em ações de educação em saúde, visando à capacitação da direção, dos coordenadores, dos professores e de outros funcionários da escola, bem como dos próprios adolescentes e seus familiares para atuarem no combate e prevenção do *bullying*. Yoshinaga (2015) afirma que ações desenvolvidas no ambiente escolar e em todas as suas dependências, seja no pátio, na quadra ou na sala de aula, envolvendo os escolares nas atividades de prevenção e controle do *bullying*, são bastante efetivas.

Outra estratégia possível para prevenção e combate ao *bullying* e a depressão é a atuação entre os profissionais da Equipe de Saúde da Família (ESF) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no desenvolvimento de ações no PSE, bem como na elaboração de Projetos de Saúde no Território (PST) e Projeto Terapêutico Singular (PTS), de acordo com as necessidades e singularidades dos adolescentes escolares.

Silva (2013) afirma que o enfermeiro desempenha papel fundamental na ESF e no PSE; assim ele pode e deve atuar no âmbito escolar em programas *antibullying*. O PSE tem como objetivo a integração da saúde e da educação, em busca da melhor qualidade de vida dos escolares, visando à prevenção e promoção da saúde, objetivando o enfrentamento de vulnerabilidades que possam interferir no desenvolvimento do adolescente (BRASIL, 2009).

Assim, cabe ressaltar que o enfermeiro é capaz de promover atividades multidisciplinares para combater e prevenir o *bullying* na escola e suas consequências, como a depressão. Além disso, o enfermeiro possui habilidades e competências capazes de auxiliar na elaboração de educação em saúde, promovendo ações interdisciplinares que integrem a família, a escola e a comunidade, com vistas a prevenir o *bullying* e a depressão. Esse profissional também pode realizar ações de intervenções específicas como a identificação de sinais e sintomas de vivência de *bullying* e de depressão, utilizando de instrumentos específicos de avaliação como o EVE e o CDI (SILVA, 2013).

O PST é uma estratégia para o desenvolvimento de ações compartilhadas entre os serviços de saúde do território e outros setores e políticas, como a área da educação,

visando o impacto na produção da saúde territorial com foco em investir na qualidade de vida e na autonomia de sujeitos e comunidades (VERDI *et al.*, 2012). Assim, os profissionais da ESF e do NASF podem elaborar ações de educação em saúde voltados para a temática *bullying* e depressão, direcionados aos escolares, aos familiares e à comunidade escolar, por meio de oficinas e palestras abordando a prevenção e o tratamento do *bullying* e da depressão (BRASIL, 2015).

Já o PTS tem como objetivo elaborar um conjunto de propostas e condutas terapêuticas articuladas, para sujeitos individuais ou coletivos, que vivenciam situações de vulnerabilidades, como os adolescentes vítimas de *bullying* e de depressão (VERDI *et al.*, 2012).

No PTS ocorre a discussão do caso, enfocando os determinantes do processo saúde-doença, elencando as situações-problemas e as possíveis ações de intervenções, bem como a determinação dos possíveis responsáveis por cada ação e os prazos para realizá-las. Entende-se essa como uma ferramenta útil para assistir integralmente os adolescentes que vivenciam situações de *bullying* e depressão concomitantemente (VERDI *et al.*, 2012).

#### 4. Conclusão

O estudo evidenciou a presença de vivências de *bullying* bem como de depressão em adolescentes escolares, na faixa etária de 14 a 18 anos, da escola pública pesquisada no município de Rio Paranaíba-MG. Ao analisar os dados coletados e correlacioná-los, foi possível afirmar que existe uma relação direta entre adolescentes que vivenciam situações de *bullying* e depressão nestes adolescentes escolares.

Foi possível perceber que o *bullying* é um problema social e de saúde pública de fato, pois sabe-se que um ato violento pode gerar mais violência e trazer consequências tanto para o indivíduo quanto para a família, sendo a depressão uma delas.

O enfermeiro atua em diversas áreas da saúde. Assim, o enfermeiro é o profissional de saúde que deve atuar no âmbito escolar, vindo a realizar e desenvolver programas e práticas educativas com os adolescentes, funcionários e familiares com o intuito de prevenir e tratar situações de *bullying*. O profissional enfermeiro detém habilidade interativa, associativa e a compreensão holística do ser humano por acolher e reconhecer as necessidades e anseios dos sujeitos.

Os membros da ESF e do NASF podem e devem elaborar, de forma intersetorial, em conjunto com os profissionais da escola o PST e o PTS, com vista a promover o cuidado integral, proporcionando-lhes assistência adequada, singular e única, bem como estabelecendo vínculos entre os adolescentes e os serviços de saúde.

Por fim, o profissional de enfermagem deve trabalhar em conjunto com os profissionais da educação e, juntos, poderão desenvolver programas com base nas políticas da saúde para solucionar problemas que possam surgir com os adolescentes que sofreram *bullying*.

## Referências

- ALVARES, Amanda de Melo; LOBATO, Gledson Regis. Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, Patos de Minas, 21(1):151-164, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Programa Saúde na Escola. Caderno do Gestor do PSE*. Brasília: 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. *Cadernos de Atenção Básica*. Ministério da Saúde, n.º 24. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/ab-cad24.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/ab-cad24.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- BRAGA, Luiza de Lima; DELL'AGLIO, Debora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. *Contextos Clínicos*, Porto Alegre, 6(1):2-14, jan./jun. 2013.
- CAMPOS, Josiane Rosa; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Depressão na adolescência: habilidades sociais e variáveis sociodemográficas como fatores de risco/proteção. *Psicologia do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 14(2):408-428, 2014.
- FORLIM, Bruna Garcia; PEREIRA, Ana Carina Stelko; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Relação entre *bullying* e sintomas depressivos em estudantes do ensino fundamental. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 31(3):367-375, 2014.
- FRITZ, Aline Benvenuti. *Associações entre características familiares, estilos parentais de educação e bullying no ambiente escolar*. Trabalho de Conclusão de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei nº 8069 de 13 julho de 1990*. Brasília: Ministério da Justiça, p. 80, 2010.
- OLIVEIRA, Lisiane Saavedra Argenti. *Uma Revisão de Literatura sobre o Bullying*. 2012. 33 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia, Porto Alegre, 2012.
- OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASIN, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O *bullying* escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Revista Psicologia*, São Paulo, 15(2):203-215, 2013.
- RESENDE, Catarina *et al.* Depressão nos adolescentes - mito ou realidade?, *Nascer e Crescer: Revista de Pediatria do Centro Hospitalar do Porto*, 22(3):145-150, 2013.
- SANTOS, Ana Karina Campos Moreira da Costa; RAMOS, Natália. Violência e *bullying* em contexto escolar: contributos da perspectiva intercultural. *Cad. Pesq.* São Luís,

23(2):16-30, 2016.

SANTOS, Laiane Cristina dos; PEREIRA, Marcos Leandro; NUNES, Marilene Rivany. Composição da rede social dos adolescentes com Diabetes Mellitus Tipo I. *Perquirere*, Patos de Minas, 13(2):189-202, dez. 2016.

SANTOS, Mariana Michelena; PERKOSKI, Izadora Ribeiro; KIENEN, Nádia. *Bullying*: Atitudes, consequências e medidas preventivas na percepção de professores e alunos do Ensino Fundamental. *Temas em Psicologia*, Londrina, 23(4):1017-1033, 2015.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa *Bullying*: projeto justiça nas escolas. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2010.

SILVA, Gilene Fernanda. O fenômeno *bullying* em escolares do ensino fundamental. 2015. 74 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015.

SILVA, Marta Angélica Iossi. *Bullying* entre pares na escola: desafio aos enfermeiros que atuam na atenção básica à saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 15(3):7-9, 2013.

SILVA, Maria Angélica Iossi *et al.* O olhar de professores sobre o *bullying* e implicações para a atuação da enfermagem, *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, 48(4):723-730, ago. 2014.

TUNES, Marina Oliveira e Suzel. Depressão na adolescência não é frescura: conheça 11 sinais. 2015. Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/gravidez-e-filhos/noticias/redacao/2015/04/12/depressao-na-adolescencia-nao-e-frescura-conheca-11sinais.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

VALLE, Jéssica Elena *et al.* *Bullying*, vitimização por funcionários e depressão: Relações com o engajamento emocional escolar. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, 19(3):463-473, dez. 2015.

VERDI, Marta Inez Machado; FREITAS, Tanise Gonçalves de Freitas; SOUZA, Thaís Titon de. *Projeto de Saúde no Território*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/3855-1169/Downloads/PDF%20-%20Livro%20do%20Curso.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

YOSHINAGA, A. C. M. *Bullying e o trabalho do enfermeiro no contexto escolar*: validação de um programa de intervenção através do método Delphi. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

## Atuação do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF)

*The performance of the psychologist in the Family Health Strategy*

**Karine Carvalho de Sá de Almeida Borges**

Pós-graduanda em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. e-mail: karinesaalmeida@hotmail.com

**Márcia Regina Amâncio**

Orientadora. Mestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. e-mail: marciamacio@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo descrever a atuação do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. Os dados teóricos apontam que a inserção da Psicologia na saúde pública contribui para abrir caminhos importantes que ampliam as práticas profissionais do psicólogo. Nesse contexto, uma estratégia relevante que pode ser utilizada pelo psicólogo é o trabalho com grupos terapêuticos, cujo processo é prático, eficaz, e propicia bons resultados na promoção, prevenção e educação em saúde. As atribuições do psicólogo vêm sendo aos poucos inseridas na prática da saúde pública, apesar das dificuldades encontradas no cotidiano, mas sabe-se da necessidade de (des)construção presente em todo começo de processo. Então, não seria diferente para o processo de inclusão do Psicólogo na ESF, que também requer um tempo para contornar os desafios e se consolidar neste importante campo de atuação.

**Palavras-chave:** Atuação. Estratégia de Saúde da Família (ESF). Grupos terapêuticos. Psicólogo.

**Abstract:** The present paper aims at describing the performance of the psychologist at the Program Estratégia de Saúde da Família (ESF). We fulfilled a bibliographic, qualitative and descriptive research. The theoretical data suggest that the insertion of Psychology in public health contributes to the opening of important ways that widen the professional practices of the psychologist. In this context, an important strategy that may be used by the psychologist is the work with therapeutic groups, whose process is practical and efficient and propitiates good results in the promotion, prevention and education in health. The attributions of the psychologist have slowly been inserted in the practice of public health, in spite of the difficulties found in everyday life, but we also know the need for construction and demolishing present in every beginning of process. Thus, it wouldn't be different for the process of insertion of the psychologist in the ESF, which also requires a time so as to turn around the challenges and become stable in this important field of work.

**Keywords:** Performance. *Estratégia de Saúde da Família (ESF)*. Therapeutic groups. Psychologist.

---

## 1. Introdução

O Programa Saúde da Família (PSF) surgiu há 16 anos e tem contribuído efetivamente para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) e para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em realidade, o PSF deixou de ser um programa e passou a ser uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, que desenvolve ações focalizadas na saúde, dirigidas às famílias e ao seu habitat, de forma contínua, personalizada e ativa, com ênfase relativa em ações promocionais e preventivas, mas sem descuidar do curativo-reabilitador. A expansão da APS transformou o Saúde da Família de um programa a uma estratégia. Assim, por deixar de ser apenas um programa, hoje é conhecido como Estratégia de Saúde da Família (ESF), adquirindo uma visibilidade importante por ter assumido uma responsabilidade fundamental no modelo de saúde brasileiro (MAGALHÃES, 2011).

Por meio da ESF surgiu mais um campo de atuação para o psicólogo. Isso se deve ainda à ampliação das discussões em torno do conceito de saúde que demonstraram a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde (EICHENBERG, BERNARDI, 2015).

Há de se lembrar, porém, que “a participação da psicologia no âmbito da saúde pública, até a década de 1970, era embrionária, caracterizada pela predominância do modelo clínico fortemente centrado em atividades individuais de cunho curativo” (CHAVES *et al.*, 2009, p.84).

A inserção do psicólogo na equipe da ESF busca, por meio da assistência clínica, melhorar a saúde da população atendida, mediante a atenção para com os aspectos psicológicos, no sentido da prevenção e do tratamento. O objetivo principal do trabalho deste profissional é promover a comunicação dos pacientes, expandir a sua conscientização e a sua responsabilidade a respeito da doença e de si mesmo (CARDOSO, 2002).

Torna-se necessário prestar uma escuta qualificada e uma atenção diferenciada ao público da ESF, de forma a instituir, expandir e praticar uma ação de saúde que, de fato, seja “fruto de um profundo conhecimento da realidade, das necessidades e potencialidades da comunidade e da população atendida” (CHAVES *et al.*, 2009, p. 87)

No contexto da atenção básica e da ESF, torna-se essencial atuar no sentido da promoção da saúde, de forma a reconhecer a relevância das mudanças de costumes e comportamentos e da busca pela melhora das condições materiais de vida, por meio do fortalecimento da autonomia dos indivíduos. Nessa perspectiva, a intervenção grupal pode contribuir para favorecer o desenvolvimento de potencialidades das pessoas, ampliar redes de apoio (in)formal e estimular efetivamente a participação comunitária (CHAVES *et al.*, 2009, p. 87).

Neste sentido, as questões norteadoras deste estudo foram: (a) quais são as contribuições e desafios atribuídos à atuação do psicólogo no cuidado à saúde na Atenção Primária na ESF? (b) qual estratégia de intervenção pode ser utilizada pelo psicólogo no cuidado à saúde na Atenção Primária na ESF?

Este estudo pode ser importante para os profissionais de Psicologia, por apresentar considerações sobre o trabalho do psicólogo com grupos terapêuticos, área esta relativamente nova na prática da ESF. Por isso, os psicólogos devem conhecer as contribuições e os desafios a eles impostos para atuar nesta seara, no Sistema Único de Saúde (SUS) e, mais especificamente, dentro da ESF, que por suas particularidades se distingue do

acompanhamento individual que normalmente é feito pelos psicólogos em âmbito particular. Dentro da ESF a presença de profissionais da Psicologia na equipe multidisciplinar é de fundamental importância, uma vez que o conceito de saúde não se resume à saúde física, devendo ser considerada também a saúde mental dos indivíduos.

O objetivo deste artigo é descrever sobre a atuação do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF).

## 2. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva. Levantaram-se dados teóricos associados à atuação do psicólogo dentro da ESF. Conforme Marconi (2002), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias envolve a bibliografia publicada referente ao tema de estudo, desde publicações avulsas, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e artigos científicos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com materiais teóricos sobre algum tema. A pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema estudado. Pesquisas descritivas têm o desígnio de fazer a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

O material utilizado procedeu de textos das bases de dados *on line*, e o método é o da seleção, análise e tratamento das informações. Para realizar as buscas de artigos, foi utilizada a combinação das seguintes palavras-chave: psicólogo – grupos terapêuticos contribuições – desafios – intervenções – Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Para o levantamento dos artigos, foram realizadas buscas eletrônicas no *Google* acadêmico. Primeiramente foram analisados os títulos dos artigos com a intenção de descartar referências repetidas. Em seguida, foram selecionados os conteúdos que interessaram ao estudo, e foi desempenhada uma leitura prévia para escolher a seleção do material necessário para a revisão teórica.

O período de publicação relevante dos artigos consultados para este estudo foi de 2006 a 2016. Os critérios de inclusão foram artigos publicados em periódicos indexados, estudos publicados em português, estudos empíricos e teóricos sobre o tema. E os critérios de exclusão consistiram em descartar trabalhos, como resumos e resenhas. Foram escolhidas excepcionalmente as referências pertinentes ao tema.

## 3. Atuação do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF)

### 3.1. Dos desafios

A entrada dos psicólogos na área da saúde ainda encontra barreiras, tanto no que se refere à própria postura do psicólogo que, por vezes, atua na saúde coletiva adotando as mesmas práticas que no setor privado, quanto pela inadequação da sua formação acadêmica, que o restringe ao modelo tradicional, gerando dificuldades para o profissional se adequar às condições exigidas pelo SUS.

O Conselho Federal de Psicologia (2010, p. 75) divulga que os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde envolvem dificuldades

na organização local da saúde nos municípios, carência de recursos e infraestrutura para exercer o trabalho, baixos salários, falta de um plano de carreira, diferenças salariais entre os profissionais atuantes na mesma unidade de saúde e, por fim, deficiências nos cursos de graduação em Psicologia, que nem sempre preparam os profissionais para atuar no contexto do SUS e das políticas públicas.

Meira e Silva (2011) ressaltam que as dificuldades encontradas pelo psicólogo nessa área relacionam-se às descontinuidades no acompanhamento de determinados casos e à sobrecarga e distância do serviço secundário de referência para psicoterapia. É necessário inserir a Psicologia na Saúde da Família para além das suas práticas tradicionalmente clínicas e individuais, bem como para a promoção de maneiras de sistematizar experiências que permitam a troca com outras experiências similares.

Leite, Andrade e Bosi (2013) enfatizam que a área da saúde coletiva representa perspectiva de atuação ajustada em uma nova percepção de saúde e de método de ação, apesar de essa inclusão ainda ser recente, pois sua prática psicológica ainda está sendo construída. Torna-se necessário realizar novos estudos para potencializar uma compreensão mais crítica dessa inserção no domínio nacional. Ainda existem muitas dificuldades para a atuação do psicólogo na Atenção Básica, já que o predomínio do modelo biomédico e a inconformidade dos serviços aos princípios do SUS são aspectos que ocasionam empecilhos para estabelecer uma atuação integrada no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

A inserção do psicólogo no ESF ainda ocorre timidamente, porém as *Diretrizes Curriculares Nacionais* para os cursos de Psicologia, ao atentar para a necessidade dessa inserção, passou a estabelecer a Atenção à Saúde como uma das habilidades a serem desenvolvidas no âmbito acadêmico, visando a que os psicólogos estejam aptos a atuar com prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica, nos níveis individual e coletivo, para que possam atuar em harmonia com as políticas públicas (FERMINO *et al.*, 2009).

### **3.2. Das atribuições**

Fermino *et al.* (2009) acreditam que a Atenção Básica, por se tratar do primeiro nível de atenção à saúde, seja individual, seja em âmbito coletivo, deve trabalhar com todos os níveis do sistema de saúde, uma vez que não se deve focar apenas na ausência de doença e sim atentar para as variáveis do meio físico e social no qual as pessoas vivem e trabalham. A Organização Mundial de Saúde define saúde como o completo bem-estar físico, mental e social. Essa definição considera a necessidade de ações interdisciplinares para uma vida saudável. O psicólogo torna-se responsável por diversas atividades que incluem desde o estudo e avaliação do desenvolvimento emocional e dos processos mentais e sociais dos indivíduos, grupos e instituições, até o diagnóstico e a avaliação de distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, e por fim, a coordenação de equipes e atividades, bem como o trabalho com questões relacionadas à prevenção e à promoção da saúde mental da população.

Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), os profissionais de saúde mental que atuam na ESF devem desenvolver ações, como realizar atividades clínicas relacionadas à sua profissão, dar prioridade a abordagens coletivas, subsidiar a ESF na abordagem

dos casos com ações em saúde mental, programar junto à ESF possibilidades de casos que careçam de intervenções conjuntas, evitar a medicalização de ocorrências comuns à vida diária, promover ações para difundir uma cultura de atenção antimanicomial, de forma a diminuir a exclusão referente à loucura, fomentar recursos comunitários para estabelecer ambientes de reabilitação psicossocial na sociedade, fomentar ações inter-setoriais e expandir o vínculo com as famílias, de maneira a adotá-las como parceiras no cuidado.

Algumas ações já são desenvolvidas na expectativa da clínica ampliada, entre elas “o trabalho de humanização com a equipe de referência, a facilitação de grupos de educação em saúde com profissionais da equipe multidisciplinar, a realização de visitas domiciliares e as reuniões com os agentes comunitários de saúde” (LEITE, ANDRADE, BOSI, 2013). Esses passos são imprescindíveis para que a atuação da Psicologia seja baseada na integralidade e na humanização do cuidado, consonante a proposta do Sistema Único de Saúde.

Em trabalho realizado junto a participantes do Programa de Saúde da Família, Bittencourti e Mateus (2006) entenderam que a atuação do psicólogo junto à equipe da ESF proporciona atendimento integral e resolutividade nos serviços ofertados, por meio de ações interdisciplinares, e contribui significativamente na promoção da saúde, no desenvolvimento de ações educativas e preventivas, bem como colabora com a humanização do atendimento, uma vez que se trata de um profissional que ouve e orienta os profissionais, os indivíduos e as famílias. De acordo com os autores, a inserção do profissional psicólogo na equipe multidisciplinar foi considerada positiva, tanto para os demais profissionais, quanto para os usuários, que manifestam a sua opinião sobre a necessidade do psicólogo, no atendimento em saúde mental.

Diógenes e Pontes (2016) acreditam que a inserção do psicólogo na saúde pública contribui para o desenvolvimento saudável, não só da equipe como também da comunidade, vez que é inerente à profissão escutar, observar o modo de funcionar e os movimentos de uma comunidade e compreender esses sujeitos como singulares e como grupo. O psicólogo deve estar atento às necessidades dos indivíduos e trabalhar com necessidades mais específicas de cada participante e do grupo como um todo, indo à busca do seu funcionamento saudável.

A atuação do psicólogo na ESF tem a perspectiva de trabalhar com o conceito de qualidade de vida, cuja metodologia de intervenção é a educação em saúde. “O psicólogo sendo inserido neste contexto tem muito a contribuir com práticas voltadas para a prevenção e promoção à saúde, já que traz à cena a ampliação da clínica” (SOARES, PINTO, 2008, p. 97).

Nepomuceno e Brandão (2011) destacam que as atividades do psicólogo na ESF envolvem territorialização e planejamento local de saúde, ações de acolhimento do Centro de Saúde da Família, visitas domiciliares, participação nos espaços de formação, ações de educação permanente junto à equipe de saúde da família e aos profissionais do território, facilitação de grupo nas reuniões de equipes multiprofissionais, ações comunitárias e de articulação de redes sociais, consultoria a projetos sociais, ações de suporte à saúde mental, de caráter de prevenção, de promoção da saúde, de tratamento e de reabilitação de indivíduos e grupos e ainda outras ações de fomento à participação e controle social.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2010), a atuação do psicólogo dentro da ESF deve compreender ações como receber usuários e familiares por solicitação da rede de serviços para prestar atendimento psicológico, orientação, avaliação e acompanhamento aos usuários e aos familiares, realizar ações de treinamento a profissionais da comunidade e da rede de serviços, como escolas, empresas, conselhos tutelares e equipes da ESF, prestar assessoria, orientação, acompanhamento, realizar visitas e reuniões técnicas com os setores que encaminham usuários para atendimento psicológico, supervisionar e capacitar as equipes da ESF no que se refere a questões psicológicas dos usuários e junto aos seus familiares.

### **3.3. Da estratégia de intervenção: grupos terapêuticos**

As modalidades grupais podem ser classificadas em duas amplas categorias: grupos terapêuticos e grupos operativos. Os grupos terapêuticos podem ser subdivididos em grupos terapêuticos de autoajuda e grupos terapêuticos propriamente ditos. Por sua vez, os grupos operativos podem ser subdivididos em grupos operativos de reflexão, grupos operativos de ensino-aprendizagem e grupos operativos institucionais (BORGES, BATISTA, DALLA VECCHIA, 2011).

Cardoso (2002) sugere que os atendimentos por meio da formação de grupos terapêuticos devem incluir pacientes com questões semelhantes, cujas atividades podem abordar temas que envolvam, por exemplo, grupos de diabéticos, hipertensos, obesos, depressivos, ou grupos de famílias para os quais podem ser abordados temas como gravidez na adolescência, paternidade na adolescência, mulheres na menopausa. Essas atividades podem ser realizadas assim:

*Grupos Informativos:* grupos abertos, homogêneos, com duração aproximada de 60 minutos que enfatizem a divulgação de informações.

*Grupos de Psicoterapia:* frequência semanal, duração de 90 minutos e dois estagiários, em sistema de coterapia. Por meio da *gestalt*-terapia como referencial teórico, por exemplo, pode-se promover a conscientização das vivências do grupo, de forma a desenvolver recursos para lidar com as experiências, reconhecer limites e fortalecer o autoapoio, aumentando, deste modo, a autoconfiança. O foco das intervenções ocorre na exploração das experiências e sentimentos apresentados pelos participantes.

*Dinâmica de Grupo:* configura-se por encontros temáticos de cerca de 60 minutos de duração, sem continuação entre eles, cuja composição é flutuante, com tema antecipadamente definido e esgotado a cada dia. O objetivo é investigar a experiência de seus componentes mediante material emergente, com enfoque no aspecto emocional, nas crenças e ações de cada indivíduo. Tem-se a expectativa de expandir o autoconhecimento, com os próprios sentimentos e comprometimento consigo mesmo. Caso surja uma questão capaz de mobilizar mais o grupo, opta-se por trabalhá-la. Mesmo sendo diferentes do tema proposto inicialmente, pode-se utilizar recursos para facilitar o contato e a expressão dos pacientes sobre sua experiência, como lápis coloridos, papel, revistas e colagens.

*Teatro Informativo:* o objetivo é ilustrar e informar sobre os temas a serem tratados.

*Visita Domiciliar:* busca divulgar o trabalho, conhecer parte da realidade dos su-

jeitos atendidos e, eventualmente, prestar assistência psicológica às famílias impossibilitadas de visitar o Centro de Saúde.

O Conselho Federal de Psicologia (2010) divulga que o grupo terapêutico vem sendo apontado como sendo uma estratégia muito útil na atenção básica de saúde, pois contribui para expandir ações e promover a integração entre os participantes. A realização de grupos por psicólogos não é uma novidade, porém, configura, sim, uma inovação em alguns serviços públicos de saúde mental que ainda enfrentam muita resistência para trabalhar com grupos. Esse Conselho cita algumas considerações de diferentes psicólogos que tiveram experiências com trabalhos em grupos na ESF:

Grupos fechados na atenção primária têm se mostrado interessantes, não como único dispositivo, mas como mais um dispositivo a ser oferecido – os pacientes aderem, os pacientes reclamam de grupos abertos, dizendo constantemente que “é muita gente” (RELATO PSICÓLOGO 1).

As práticas de grupos de convivência não são novas, mas mostram cada vez melhores resultados, através das intervenções com as integrantes do grupo, atingem-se as famílias, fortalecendo o vínculo. Acredito que a grupalização é uma boa prática, para se atender a esse tipo de demanda. Temos grupos de saúde mental e de crianças. Sai totalmente do modelo individual de profissional e paciente (RELATO PSICÓLOGO 2).

Uma prática adotada por mim nos últimos dois anos foi o atendimento grupal. Procuro organizar os grupos por faixa etária e também por diagnóstico. Atualmente realizo grupos de adolescentes, de gestantes, de pacientes psiquiátricos. Porém, é um trabalho isolado, que conta somente com a minha participação como psicoterapêutica (RELATO PSICÓLOGO 3).

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, p. 56).

No mesmo sentido, Chaves *et al.* (2009) comentam que as experiências por eles adquiridas na região da sede e distritos de Sobral/CE, mediante a Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), permitiram observar contribuições, fragilidades e diferentes possibilidades de atuação da Psicologia nos grupos terapêuticos na atenção básica:

*Contribuições para o psicólogo:* as experiências de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) contribuem para a formação genérica do psicólogo, na oportunidade de identificar demandas e favorecimentos da organização do processo de trabalho, no fortalecimento de uma atuação específica da Psicologia na saúde pública, especialmente por meio do exercício da interdisciplinaridade, e no aperfeiçoamento das técnicas de manejo de grupo, quer seja nos aspectos educativos ou nos aspectos terapêuticos.

*Contribuições para a consolidação da ESF:* o compartilhamento de saberes e práticas com os demais profissionais da ESF, de modo a sugerir a constituição de grupos específicos a partir da realidade da cada região, privilegiam a interdisciplinaridade, pois os grupos devem ser planejados, geridos e analisados por diversos profissionais, podendo favorecer cada categoria, e a formação de grupos democráticos, planejados com diferentes atores da região, valendo-se de metodologias ativas com a finalidade de desenvolvimento pessoal e comunitário.

*Fragilidades:* podem ser destacadas a necessidade de expandir o acesso à saúde, diante do aumento significativo no número de pessoas acompanhadas nos grupos; a efetuação dos registros de campo e sistematização das informações colhidas, fato que torna mais difícil um processo correto de avaliação; a ausência de participação efetiva de um número maior de profissionais da ESF, demonstrando fragilidade na integração de todas as áreas de atendimento; e a necessidade de desenvolver o processo grupal para o desenvolvimento comunitário, de modo a evidenciar um enfoque mais clínico-terapêutico dos grupos.

Menezes e Avelino (2016) lembram ser imprescindível que os psicólogos se cientifiquem dos fenômenos grupais, uma vez que a sua organização como modalidade de atenção coletiva é cada vez mais utilizada nos serviços de saúde. As terapias de grupos podem ser aplicadas em diferentes populações, e os grupos norteados para a educação em saúde na Atenção Primária funcionam como estratégia eficaz, em que se oportuniza a escuta das necessidades, gerando informações e podendo contribuir para que os indivíduos venham a melhorar em aspectos como autocuidado, estilo de vida, abandono de vícios e comportamentos de risco.

Grupos terapêuticos permitem ainda potencializar trocas dialógicas, compartilhar experiências e melhorar a adaptação à forma de vida individual e coletiva. O grupo é visto pelos usuários como um ambiente em que ocorrem debates respeitantes à necessidade de ajuda de todos que o compõem. Ao desenvolver as atividades, os participantes questionam sobre possibilidades de suporte e apoio emocional. Por vezes, alguns indivíduos têm dificuldade de interatuar no grupo, principalmente por estarem em presença de pessoas estranhas. Apesar dessa barreira, muitos entendem ser relevante ouvir as experiências de vida do próximo e aprender com os diferentes relatos que ali são expostos (BENEVIDES *et al.*, 2010).

Ao tomarem parte dos grupos terapêuticos, os participantes tendem a melhorar a sua atuação nas relações sociais, nos graus de conhecimento a respeito de questões debatidas no grupo, na habilidade para conviver com circunstâncias essenciais ao transtorno sofrido, na confiança e no alívio emocional. Quando o indivíduo adquire maior entendimento da própria subjetividade, torna-se possível remodelar a sua autoimagem, e ele passa a ter melhor relação consigo mesmo e, portanto, com a sociedade (BENEVIDES, *et al.*, 2010).

As pessoas necessitam de ambientes de convívio e criação em que possam expressar as suas ideias e preferências. No grupo terapêutico, são desenvolvidos vínculos de cuidado consigo mesmo, de forma a partilhar experiências com os demais. Ambientes propiciados por grupos terapêuticos trabalham as relações interpessoais das pessoas incorporadas à importância e ao respeito das heterogeneidades que existem nos grupos. Trata-se de ambientes de integração e comunicação (BENEVIDES *et al.*, 2010).

O trabalho com grupos terapêuticos deve estar inserido no cuidado à saúde na Atenção Primária no ESF. Embora possa haver dificuldades quando se trabalha com diversos indivíduos distinguidos por diferentes histórias, esse processo prático se revela eficaz e proporciona resultados positivos na promoção, prevenção e educação em saúde. Hoje em dia, esse recurso vem sendo muito utilizado na Atenção Primária, por meio de diversos profissionais, tendo em vista diversos objetivos envolvidos no cuidado à saúde

de cada sujeito que tem esse direito e, cada vez mais, essa necessidade (MENEZES, AVELINO, 2016).

Soares e Pinto (2008) descrevem uma experiência que tiveram por meio de um estudo com um grupo de adolescentes na ESF composto por 16 jovens da faixa etária de 10 a 13 anos, com frequência semanal e duração de 1 hora e meia por dia. Seu objetivo pautou-se por criar um espaço de expressão das questões emocionais que compõem a infância e a adolescência, de modo a contribuir para elaborar vivências e melhorar a qualidade de vida dos participantes, por meio de um espaço moderado visando a troca de experiências. O grupo apresentou demanda para atendimento psicológico, com queixas de baixa autoestima, sintomas de ansiedade e presença de conflitos familiares. O objetivo do grupo foi promover a identificação e troca de experiências, tornando-se um ambiente de expressão de sentimentos e fortalecimento egoico. Esse grupo foi criado a partir de demandas individuais, encaminhadas por outros profissionais da Unidade Básica de Saúde ou por busca espontânea.

Neste grupo a intervenção começou com a triagem dos participantes, mediante uma entrevista, com o objetivo de identificar a viabilidade da inclusão no grupo, segundo os critérios de seleção. A metodologia de intervenção foi de psicoterapia breve, desenvolvida por dois meses e meio. O método envolveu ainda visitas domiciliares, com o fim de conhecer a dinâmica familiar e os fatores psicossociais, e foram aplicadas dinâmicas de grupo, atividades lúdicas e discussões de temas eleitos pelos participantes. Esse tipo de suporte social opera de maneira a fortalecer o *self* e, assim, a pessoa sente-se melhor consigo mesma, reúne força para abrir mão da somatização como jeito de estabelecer comunicação e enfrentar os conflitos existentes (SOARES, PINTO, 2008).

Gama e Koda (2008) sugerem para a ESF diversos trabalhos com grupos que podem ser desenvolvidos por meio de oficinas psicossociais, grupos operativos e de meditação, além da participação em atividades comunitárias, eventos, comemorações e palestras. Conforme esses autores, nas atividades grupais tem-se a oportunidade de mobilizar determinados processos psíquicos a partir da construção dos laços intersubjetivos, fato que permite fazer uma ressignificação de papéis no grupo. Aborda-se ainda o desenvolvimento dos projetos que visam incentivar e aproximar outros ambientes com as unidades, como centros comunitários e instituições escolares. Dentre as possíveis atividades recomendam-se:

*Grupo de obesidade e grupo de hipertensos:* realizados em parceria com médicos, enfermeiros e estagiários, seu objetivo é trabalhar aspectos psicológicos inerentes a esse problema de saúde, de modo a contribuir com uma percepção integral do ser humano e de seu processo de adoecimento/sofrimento. Ressalta-se que, em determinados grupos mais antigos, os autores conseguiram aos poucos passar o foco do debate sobre a doença em si para uma reflexão voltada para a existência coloquial das pessoas do grupo.

*Grupo de gestantes:* é desenvolvido em parceria com médico, enfermeiros e estagiários, e ali se desenvolvem dinâmicas de grupo e debates de assuntos respectivos à área de Psicologia com as grávidas, sobre a relação mãe/bebê, visando abordar as ansiedades essenciais a esse período como os planejamentos referentes ao papel materno.

*Parceria com escola e centro comunitário:* são realizadas reuniões com docentes do município em que são debatidos assuntos sugestivos à saúde do escolar.

*Grupo de adolescentes:* podendo ser desenvolvido nas unidades, nas escolas e em

centros comunitários do município, esse grupo tem o objetivo de propor debates sobre assuntos como doenças sexualmente transmissíveis, sexualidade e drogas. Esses temas são debatidos com base na realidade diária dos adolescentes e visam promover uma reflexão acerca das suas vivências, seus projetos e suas perspectivas relacionadas à vida afetivo-sexual.

*Grupo de mulheres:* desenvolvido com mulheres que evidenciam quadro de depressão e ansiedade. O atendimento realizado com grupo de mulheres permitiu que os autores verificassem vivências muito comuns entre as mulheres, como dificuldade financeira, brigas de casal e problemas com a educação dos filhos. Observou-se que muitas das mulheres encontram-se fora do mercado de trabalho, dedicam-se exclusivamente ao ambiente doméstico e ainda enfrentam conflitos familiares. A finalidade desse grupo é gerar reflexões e partilhar experiências, visando enfatizar as relações pessoais, os projetos de vida, a sexualidade, a família. A identificação da mulher com o grupo torna mais fácil a construção de laços solidários que agem como um apoio às mulheres, que, tornando-se mais fortalecidas, vão paulatinamente buscando transformar os papéis em suas relações pessoais.

Gama e Koda (2008) enfatizam ainda que as discussões propostas nos grupos visam articular a história de vida do indivíduo a um contexto social mais abrangente. Busca-se problematizar o processo saúde/doença no dia a dia das pessoas, de forma a desconstruir representações referentes ao papel da mulher e da mãe, a culpabilidade do adolescente por seu fracasso escolar ou pelo uso de drogas como fatos desarticulados de uma circunstância social. O psicólogo deve trabalhar visando fortalecer diferentes redes de apoio, levando-se em conta que esses aspectos têm um grande impacto na saúde mental dos indivíduos.

## **Conclusão**

A inclusão da Psicologia na conjuntura da Estratégia Saúde da Família vem contribuindo para abrir um caminho importante para ampliar as práticas profissionais do psicólogo, motivando-o a refletir sobre métodos interventivos cada vez mais eficazes para o enfrentamento dos problemas relacionados à saúde da população na atenção básica.

Uma estratégia importante que pode ser utilizada pelo psicólogo junto aos demais profissionais no cuidado à saúde na Atenção Primária na Estratégia de Saúde da Família é o trabalho com grupos terapêuticos, que além de ser um processo prático e eficaz, pode propiciar bons resultados na promoção, prevenção e educação em saúde.

As principais dificuldades enfrentadas pelos psicólogos para atuar na saúde pública envolvem a organização local da saúde nos municípios, a falta de recursos e a infraestrutura para desempenhar o trabalho, os baixos salários, a falta de um plano de carreira, as diferenças salariais entre os profissionais atuantes na mesma unidade de saúde e as deficiências nos cursos de graduação em Psicologia, que nem sempre preparam os profissionais para atuar no contexto do SUS e das políticas públicas.

As atribuições do psicólogo vêm sendo aos poucos inseridas na prática, apesar do real enfrentamento das dificuldades encontradas por esses profissionais no cotidiano,

mas sabe-se da necessidade de (des)construção presente em todo começo de processo. Então, não seria diferente para o processo de inclusão do psicólogo na Estratégia Saúde da Família, que também requer um tempo para contornar os desafios e se estabilizar nesse importante campo de atuação.

## Referências

BENEVIDES, Daisyane Soares, *et al.* Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.* 14(32):127- 38, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v14n32/11.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BITTENCOURTI, Rosane Aparecida do Amaral; MATEUS, Marina Lopes Fontoura. Possibilidades de atuação do psicólogo no programa saúde da família: a experiência de Bonito-MS. *Psicol. Cienc. Prof.* Brasília, 26(2):328-343, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200014)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BORGES, Viviane Velozo; BATISTA, Heidi de Oliveira; DALLA VECCHIA, Marcelo. Os grupos na produção de conhecimento na psicologia: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 23(2): 379-390, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a19v23n2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. *Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 152p. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos\\_ab/abcdad27.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcdad27.pdf)> Acesso em: 23 nov. 2016.

CARDOSO, Claudia Lins. A inserção do psicólogo no Programa Saúde da Família. *Psicol. Cienc. Prof.* 22(1):2-9, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000100002>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde*. 2010. 76p. Disponível em: <[http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas\\_ABS.pdf](http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2016.

CHAVES, Flora Lima. Experiências com grupos na estratégia saúde da família: contribuições. *Sanare*. Sobral, 8(2):83-90, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/download/22/18>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DIÓGENES, Juliana; PONTES, Ricardo José Soares. A atuação do psicólogo na Estratégia Saúde da Família: Articulações Teóricas e Práticas do Olhar Gestáltico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1):158-170, jan./mar, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-36-1-0158.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

EICHENBERG, Juliana Fusinato; BERNARDI, Aline Batista. *A prática do psicólogo na atenção básica em saúde mental: uma proposta da clínica ampliada*. 2015. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Juliana-Fusinato.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

FERMINO, Juliana M.; PATRÍCIOL, Zuleica M.; KRAWULSKIII, Edite; SISSON, Maristela C. Atuação de psicólogos no Programa de Saúde da Família: o cotidiano de trabalho oportunizando repensar a formação e as práticas profissionais. *Aletheiano*. 30 Canoas dez. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141303942009000200010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942009000200010)>. Acesso em: 6 ago. 2016.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; KODA, Mirna Yamazato. Psicologia comunitária e programa de saúde da família: relato de uma experiência de estágio. *Psicol. Cienc. Prof. Brasília*, 28(2):418-429, jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932008000200015&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000200015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

LEITE, Débora Cabral, ANDRADE; Andréa Batista; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. *Physis*. 23(4):1167-1187, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000400008>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MAGALHÃES P. L. *Programa Saúde da Família: uma estratégia em construção*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso. Especialização em Atenção Básica de Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/image/m/3011.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Kênia Kiefer Parreiras de; AVELINO, Patrick Roberto. Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão. *Cad. Saúde Colet.* Rio de Janeiro. 24(1): 124-130, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v24n1/1414-462X-cadsc-24-1-124.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

MEIRA, Mateus do Amaral; SILVA, Marísia Oliveira da Silva. Atuação da Psicologia na Estratégia Saúde da Família: a experiência de um psicólogo em uma residência multiprofissional. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. 15(3):369-376, 2011.

NEPOMUCENO, Léo Barbosa; BRANDÃO, Israel Rocha. Psicólogos na Estratégia Saúde da Família: caminhos percorridos e desafios a superar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4):762-777, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/v31n4a08>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

SOARES, Natália Moreira, PINTO, Meyre Eiras de Barros. Interfaces da Psicologia aplicada à saúde: atuação da Psicologia na estratégia Saúde da Família em Londrina. *Rev.*

*SBPH*. Rio de Janeiro, 11(2):89-100, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582008000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582008000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

## **Programa de capacitação em gestão empresarial para empresários não portadores de diploma de nível superior**

*Training program in Business Management for businessmen without University degree*

**Danilo Moreira Soares**

Graduando do curso de Administração (UNIPAM). e-mail: daniloms@unipam.edu.br

**Adriene Sttéfane Silva**

Professora orientadora (UNIPAM). e-mail: sttefane@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Este trabalho teve como objetivo mensurar a capacidade de discernimento que o microempresário de Patos de Minas-MG possui para compreender a necessidade de potencializar a sua capacidade técnico-profissional a partir dos conteúdos de gestão sugeridos pelo curso de Administração. Para realização desta pesquisa, foram implementados e mensurados os resultados da criação de um curso para capacitação em gestão para microempresários. O trabalho teve como instrutores os discentes do 8º período do curso de Administração do UNIPAM e utilizou abordagem prática, dialógica e próxima do cotidiano dos empresários locais, contemplando as principais áreas da gestão administrativa: Finanças, Produção e Operações, Recursos Humanos e Marketing. Com isso, foi possível avaliar as lacunas de conhecimento que os microempresários alegam possuir e quais pontos precisam ser mais bem explorados através de treinamentos.

**Palavras-chave:** Microempresário. Capacitação. Administração.

**Abstract:** This study aimed at measuring the capacity of discernment that the micro entrepreneur of Patos de Minas-MG has in order to understand the necessity to enhance their technical and professional capacity, considering the management contents, suggested by the Business Administration course. For the accomplishment of this research, the results of the creation of a course for training in management for micro entrepreneurs were implemented and measured. The work had as instructors the students of the 8th period of the course of Business Administration at UNIPAM, and used a practical, dialogic and close approach to the daily life of local entrepreneurs, contemplating the main areas of administrative management: Finance, Production and Operations, Human Resources and Marketing. With this, it was possible to assess the knowledge gaps that micro entrepreneurs claim to possess and which points need to be better explored through the trainings.

**Keywords:** Micro entrepreneurs. Training. Management.

---

## 1. Introdução

As micro e pequenas empresas, chamadas MPE, segundo a metodologia proposta pelo SEBRAE, são estabelecimentos compostos por até 49 funcionários para o setor de comércio e serviço e por até 99 pessoas para a indústria e representam a grande maioria das empresas no país. No Brasil, os micro e pequenos empreendimentos são responsáveis por 17,1 milhões de postos de trabalhos sendo distribuídos em 6,6 milhões de estabelecimentos (SEBRAE, 2015).

As MPE representam importante forma de geração de emprego, de renda e de inovação no país. Apesar disso, elas são consideradas como um segmento vulnerável, necessitando de atenção especial para alcançar melhores resultados. São consideradas maioria das empresas, mas possuem baixa capacidade de influenciar o mercado, que somada à falta de capacitação dos empregadores, prejudica ainda mais seu crescimento econômico (SEBRAE, 2015).

Além disso, pesquisa feita pelo SEBRAE (2015) relata que alguns dos principais problemas enfrentados pelos microempresários é a limitação ou a inexistência de capital de giro e as falhas gerenciais e operacionais. Esses problemas poderiam ser minimizados com a capacitação de seus tomadores de decisão.

A partir destas premissas pretendeu-se mensurar os resultados da criação de um programa para capacitação de gestão para empresários que não possuíssem nível superior. Ele teve como instrutores os discentes do 8º período do Curso de Administração do UNIPAM e utilizou a abordagem prática e próxima do cotidiano dos empresários locais, contemplando as principais áreas da gestão administrativa, tais como, mas não se limitando a: Finanças, Produção e Operações, Recursos Humanos e Marketing.

Desta forma, a questão central que se coloca como premissa para a presente pesquisa é: em que medida o microempresário de Patos de Minas está sensibilizado e convencido para a necessidade de melhorar a sua capacidade técnico-profissional a partir dos conteúdos de gestão sugeridos pela Administração?

Partindo desse pressuposto, o presente estudo se tornou relevante, à medida que oferta formação profissional às organizações, e ao mesmo passo, possibilita aos graduandos a aplicação efetiva da interface teoria-prática. Consoante a isso, pretendeu-se favorecer a troca de informações entre os discentes do curso de Administração que compartilharam seus conhecimentos teóricos com os empresários da comunidade. Buscou-se aproximar os estudantes do conhecimento prático e dos problemas vivenciados pelos assistidos pelo programa.

## 2. Revisão da literatura

Nesta seção serão abordados tópicos sobre a contextualização das micro e pequenas empresas e o perfil dos empresários desta categoria. Depois, será contextualizada a capacitação gerencial e como esta é usada para agregar valor aos empreendimentos.

## 2.1. Micro e pequena empresa

No Brasil existem dois critérios para classificação dos portes empresariais: receita bruta e número de funcionários. O primeiro critério foi instituído em 2006 pela Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e possui como fundamento a receita bruta anual. Com a criação desta Lei tentou-se uniformizar o conceito de micro e pequena empresa no Brasil (SEBRAE NACIONAL, 2016).

Segundo a Lei Geral, a microempresa é o estabelecimento ou o empresário que tem a receita bruta anual igual ou inferior a R\$360.000,00. Já para receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$3.600.000,00, a sociedade é classificada como empresa de pequeno porte. A Lei Geral ainda definiu o microempreendedor individual como a pessoa que trabalha por conta própria, podendo ter somente um único empregado e com receita bruta anual de no máximo R\$ 60.000,00 (SEBRAE NACIONAL, 2016).

Outro critério para classificação dos portes de empresas no Brasil é pelo número de seus funcionários permanentes. As micro e pequenas empresas (MPE), segundo a metodologia proposta pelo SEBRAE (2015) e seguida por esse trabalho, são estabelecimentos compostos por até 49 funcionários para o setor de comércio e serviço ou por até 99 pessoas para a indústria.

Apesar da recente diminuição do ritmo de crescimento econômico nacional, as micro e pequenas e empresas conseguem ir contra a maré e crescer. Segundo o SEBRAE (2015), foi observado um aumento de 33,8% em números de estabelecimento de micro e pequeno porte entre os anos de 2012 e 2013, sendo justificado principalmente pelo crescimento da renda e do crédito.

As MPES, segundo o SEBRAE (2015), possuem grande representatividade na economia nacional. Em 2013 representavam em média 99% dos estabelecimentos, sendo responsável por 52% dos empregos formais de estabelecimentos privados não agrícolas do país. Setorialmente, o comércio representa a maioria de número de MPES, correspondendo mais da metade.

Apesar de um crescimento expressivo em comparação a seus pares, existe um grande desafio a ser enfrentado pelas micro e pequenas empresas: a crescente competitividade. Alvim (1998) afirma que a competitividade entre MPES brasileiras é um dos principais fatores de preocupação, estando cada vez mais presente no cotidiano dos empreendimentos.

Aliada ao aumento da competitividade, as micro e pequenas empresas possuem diversas dificuldades como, por exemplo: baixa qualificação da mão de obra e dos próprios empresários, baixo conhecimento para registros e gestão contábil e financeira, forte presença de familiares como sócios e mão de obra e baixo capital giro (SEBRAE, 2015). Tais dificuldades também são percebidas pelas micro e pequenas empresas de Patos de Minas.

### 2.1.1. Perfil do micro e pequeno empresário da cidade de Patos de Minas

Patos de Minas, cidade do interior de Minas Gerais, situada na região Alto Paranaíba, conta com uma área territorial de 3.189 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada de 148.762 habitantes. No censo demográfico de 2010 constatou-se que havia na cidade

um total de 11.694 pessoas que haviam completado o ensino superior. Deste montante encontra-se um total de 9.863 pessoas consideradas economicamente ativas (IBGE, 2015).

Ainda segundo dados estatísticos do IBGE (2015), a cidade de Patos de Minas possui 35.783 pessoas assalariadas, e a maior representatividade está nas faixas etárias de 25 a 29 anos. Em média, a população que exerce algum tipo de atividade remunerada no município recebe 2,1 salários mínimos.

A cidade é considerada polo regional, segundo o CNC (2015), e possui 12.877 empresas ativas, sendo 94,7% consideradas MPES. Deste total, 36% são empresas optantes pelo Simples Nacional, 35% pelo SIMEI (sistema de recolhimento abrangido pelo Simples Nacional devidos pelo Microempreendedor Individual).

Apesar de tamanha representatividade das micro e pequenas empresas na economia, o ambiente em que elas se encontram não é tão favorável. Um dos fatos mais agravantes é o perfil do empresário que não contribui para a administração de seus empreendimentos. Segundo o SEBRAE (2015), em Minas Gerais, 41% dos empregados e empregadores possuem somente o ensino médio completo e apenas 11% possuem educação superior.

O SEBRAE (2015) demonstra que a falta de conhecimento gerencial acarreta vários problemas que são enfrentados pelos empresários de microempresas, como a limitação ou inexistência de capital de giro, a falta de expertise gerencial e os conflitos advindos da gestão operacional. Tais inconformidades poderiam ser minimizadas com programas de capacitação dos empresários.

## **2.2. Capacitação profissional**

A capacitação é um processo de aprendizagem que engloba ação e reflexão de forma organizada e não fragmentada. Pode ser entendida como a preparação de um indivíduo para confrontar situações relativas à sua atividade, através da aplicação de conhecimentos, utilizando-se de ferramentas que propiciem resolver problemas, desenvolver alternativas e criar ambiente adequado (OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, Menezes, Zerbini e Abbad (2011) afirmam que capacitação é em suma uma ação educacional de curta e média duração, como por exemplo, cursos e oficinas.

Para Oliveira (2014), capacitação é o processo de aprendizagem gradativa que durante o decorrer do tempo é sustentada por um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes baseados em metodologias e técnicas administrativas que são aplicadas no desenvolvimento e consolidação para a realização de uma atividade. Resumidamente, é a capacidade de compreender a estrutura de um conceito e conseguir aplicá-lo em uma realidade específica.

Atualmente existe um crescente aumento da relevância da capacitação, justificado principalmente pelas constantes alterações econômicas, sociais e políticas. Essas mudanças influenciam o posicionamento das empresas, que se veem em meio a um ambiente extremamente competitivo.

Para uma obtenção de resultados satisfatórios, uma capacitação deve ser bem planejada e orientada para as necessidades atuais. Para isso é necessário realizar uma identificação minuciosa dos pontos principais que devem ser abordados. Frequentemente

mente essas necessidades são decorrentes da falta de condição adequada ou de baixos níveis de motivação, muito comuns em micro e pequenas (ALVIM, 1998).

O empresário atual deve possuir conhecimentos para que ele possa desempenhar suas atividades de forma mais satisfatória. Conforme Oliveira (2014) descreve, o empresário que pretende desempenhar de forma mais adequada suas atividades precisa ter conhecimentos básicos dos principais conceitos da Administração.

Segundo Kwasnicka (2012), os conhecimentos de Administração têm por finalidade fornecer a base necessária para que o indivíduo consiga realizar atividades como criar, dirigir, manter, operar e controlar uma organização. A Administração pode ser dividida em quatro áreas funcionais: finanças, marketing, produção e recursos humanos.

### **3. Metodologia**

A pesquisa assumiu o caráter exploratório, quali-quantitativo com formato de estudo de caso. O programa de capacitação foi aplicado para 40 inscritos durante o mês de julho de 2016, com carga horária total de 20 horas. O registro dos dados da pesquisa aconteceu através de questionário estruturado impresso aplicado ao final da capacitação. O instrumento contemplou os principais conceitos da Administração agrupados segundo as quatro grandes áreas funcionais: Marketing, Recursos Humanos, Finanças e Produção e Operações. A partir dessa distribuição, pediu-se para os entrevistados avaliarem os assuntos sob três perspectivas, conforme metodologia sugerida por Xavier, Martins e Lima (2011): importância do fundamento, presença do tema na capacitação gerencial oferecida e domínio do fundamento antes da aplicação do curso. Os dados obtidos foram tabulados, discutidos e apresentados sob a forma de gráficos por meio do programa Microsoft Office Excel 2010, com análise estatística descritiva que possibilitou a análise e a interpretação das variáveis.

Para a realização da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos: recrutamento dos alunos que estão cursando 8º período de Administração no UNIPAM; divulgação nos meios de comunicação utilizados pela instituição; planejamento dos conteúdos que serão abordados durante a capacitação; registro da evolução dos empresários atendidos pelo programa.

O programa de capacitação foi aplicado durante o mês de julho de 2016, no período noturno durante as terças e quintas, entre os dias 4 e 28. A carga horária total foi de 20 horas/aula. A pesquisa se limitou ao estudo de 40 empresários da cidade de Patos de Minas que não fossem portadores de ensino superior.

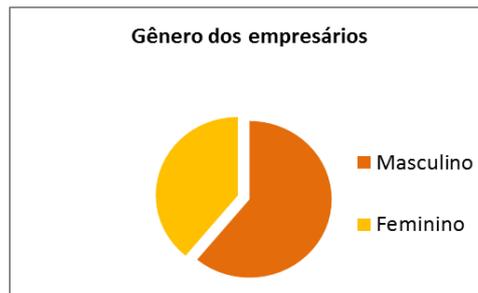
### **4. Resultados e discussões**

Nesta seção serão descritos e analisados os dados coletados através de questionário semiestruturado aplicado ao final do curso analisado. Para facilitar as demonstrações dos dados, esta seção foi dividida em três: a primeira descreve o perfil dos empregadores e empresas, a segunda faz uma análise do curso sob a perspectiva de produto e a última parte considera o conteúdo programático utilizado na capacitação.

#### 4.1. Perfil dos empregadores e empresas

Analisando os dados fornecidos durante a inscrição, pode-se levantar informações para identificar os perfis de empresários e das empresas que participaram do curso. A seguir foi demonstrada a divisão por gênero dos empresários que tiveram interesse em participar da capacitação.

FIGURA 1. Gênero dos empresários



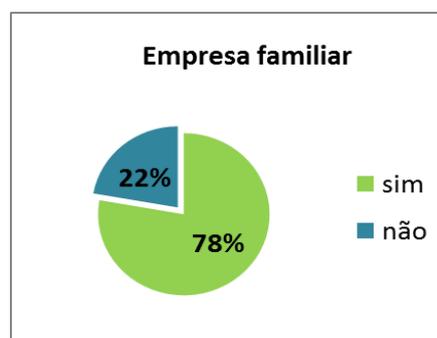
Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

Foi identificado que 24 inscritos eram do sexo masculino, perfazendo 60% do total. Já os demais, 16 inscritos, o equivalente a 40%, é do gênero feminino. Percebeu-se também que a faixa etária dos empresários que se dispuseram a participar do curso foi em média de 34 anos.

Além disso, os dados apresentados por esta pesquisa podem ser corroborados pelos percentuais em âmbito estadual. Em Minas Gerais, segundo dados colhidos pelo SEBRAE (2015) com micro e pequenas empresas, identificou-se que 68,7% dos empresários eram homens e 31,3% eram mulheres.

Outro fator analisado durante a inscrição foi a presença de familiares na gestão das empresas. Neste tipo de empresa, além de um vínculo empregatício entre parentes, existe também um laço emocional muito mais forte do que as demais. Essa característica é recorrente em empresas de micro e pequeno porte, apesar de não ser exclusiva.

FIGURA 2. Classificação quanto à estrutura de empresa familiar



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

A respeito do perfil dos empresários que participaram do curso, foi possível identificar uma forte presença de familiares na gestão das empresas. Conseguiu-se medir que 78% destas empresas abrigam familiares como gestores e mão de obra direta e indireta e apenas 22% das empresas não estavam vinculadas diretamente com familiares.

Nesse sentido, Oliveira (2010, p. 3) caracteriza as empresas familiares como aquelas em que ocorre a “sucessão do poder decisório de maneira hereditária a partir de uma ou mais famílias”. Esse tipo de empresa mostra-se mais frágil, registrando menos tempo de permanência de mercado quando comparada com as demais. No Brasil, a vida média das empresas familiares é de 9 anos, em contrapartida, de 12 anos para as empresas não-familiares.

#### **4.2. Análise do curso sob a perspectiva de produto**

Para analisar a efetividade do curso sob a perspectiva de produto, inicialmente os entrevistados foram questionados sobre a utilidade do curso para a sua vida profissional. Analisando esse conceito de benefício funcional em uma escala de 0 a 10, dividida em números inteiros, a pontuação média obtida foi de 9. O desvio padrão desse conceito foi inferior a 1 ponto, representando baixa variação.

Deste modo, é relevante a análise do conceito de benefícios percebidos pelo cliente. Para Churchill (2003), uma das características percebidas pelos clientes é o benefício funcional, que são os aspectos tangíveis e a utilidade percebida do produto ou serviço. Como exemplo, a realização de exercícios em uma academia para melhoria da saúde.

O segundo questionamento da pesquisa refere-se ao benefício social ou ao nível de aceitação e aclamação deste produto pela comunidade. Para isso, os entrevistados foram interpelados sobre o nível de confiança e credibilidade do serviço prestado. Em uma escala de 0 a 10, a média da avaliação foi de 9 pontos e um desvio padrão de 0,76. Com isso, pode-se concluir que o curso possui um bom nível de confiança e de credibilidade.

Referente ao benefício social, Churchill (2003) descreve como sendo respostas positivas pelo uso de determinado produto ou serviço, como elogios ou admiração. Ilustrando esse conceito, pode-se exemplificar os elogios recebidos se por usar uma determinada marca de roupa.

O terceiro questionamento proposto pelo instrumento de pesquisa buscava mensurar os benefícios experimentais. Com esse intuito, os entrevistados avaliaram se as aulas e o espaço em que elas foram conduzidas promoveram uma experiência diferenciada. A média das repostas atingiu uma pontuação de 9, em uma escala de 0 a 10 pontos. Dessa maneira, pode-se concluir que a escolha do espaço utilizado foi assertiva e as aulas promoveram uma experiência satisfatória.

Corroborando com esse pensamento, Churchill (2003) define os benefícios experimentais como as experiências providas pelo serviço ou produto, como, por exemplo, a escolha de um restaurante pela comodidade do ambiente.

O quarto questionamento da pesquisa refere-se aos benefícios denominados pessoais. Para isso, os entrevistados foram questionados sobre se as aulas conseguiram

suprir suas expectativas. Como resultado, em uma escala de 0 a 10, a média da avaliação foi de 9 pontos e um desvio padrão inferior a 1 ponto. Com isso, pode-se concluir que o curso conseguiu suprir as expectativas de todos os participantes.

Os benefícios pessoais, segundo Churchill (2003), são aqueles percebidos pela propriedade e uso de um produto. Assim sendo, esse tipo de benefício é identificado em um processo de compra, por exemplo, de um colecionador adquirindo mais um item para a sua coleção.

O quinto questionamento proposto pela pesquisa refere-se a valores monetários. Nessa pergunta, os entrevistados informaram o valor que estariam dispostos a investir por um curso similar ao que foi realizado. Tabulados os dados, conseguiu-se perceber que o valor médio que os participantes pagariam por esse tipo de serviço seria de R\$ 230,00. O desvio padrão deste questionamento ficou em R\$ 110,00. Apesar de um valor de desvio padrão alto, percebeu-se que o valor médio corresponde ao praticado pelo mercado.

Além dos benefícios elencados nas perguntas anteriores, o cliente leva em consideração alguns custos para concretizar a sua compra, entre eles o monetário. Para Churchill (2003), os custos monetários são a quantidade de dinheiro pago pelo cliente durante a compra de um produto ou serviço. Exemplificando, seria o pagamento de um ingresso de cinema.

Já a sexta pergunta do instrumento de pesquisa refere-se ao tempo e à carga horária empregados na realização do curso. Assim sendo, os entrevistados foram questionados se o tempo (mês e dias em que foi aplicado e carga-horária) foi suficiente ou satisfatório. Como resposta obtiveram-se 80% das respostas afirmativas. Além disso, pediu-se para justificar o seu posicionamento, obtendo os seguintes comentários: “poderia ser realizado 3x por semana”; “poderia aumentar a carga-horária”; “os dias e horários são bons, pois existem outros compromissos...”; “o dia que não tinha sentia falta”; “acho que foi bom, porque não ficou cansativo”. Pode-se concluir que a escolha das datas e tempo foram assertivos.

Justificando esse pensamento, Churchill (2003) define os custos temporais como o tempo gasto por um cliente para compra ou realização de um serviço. Pode-se exemplificar esse tipo de custo, como a duração de tempo para execução da prestação de serviço de uma oficina de automóveis para realizar a troca de uma peça específica.

O último questionamento desta etapa do instrumento de pesquisa refere-se à identificação do motivo de escolha desta modalidade de curso. Com esse objetivo, os entrevistados foram questionados sobre o que os fez escolher esse curso e não outra modalidade, por exemplo, graduação presencial ou à distância. Algumas das respostas foram: “Possibilidade de questionar”; “conveniência; praticidade”; “interatividade proporcionando suprir as dúvidas”; “bom para aderir exemplos e experiências de colegas e professores”; “disponibilidade”; “incentivo para cursar um curso de graduação”; “busco cursos de forma prática e objetiva”. A principal característica identificada foi a necessidade de cursos rápidos e pontuais.

Torna-se relevante identificar as necessidades e o comportamento do seu cliente. Para isso, Churchill (2003) afirma que se devem identificar as necessidades do público-alvo para que o produto ou serviço seja projetado e ofertado de forma a maximizar o valor agregado do produto.

### 4.3. Análise do conteúdo programático utilizado na capacitação

Nesta seção serão abordadas as análises referentes ao conteúdo programático ofertado pelo curso. Para facilitar a interpretação dos dados, os assuntos foram agrupados em quatro grandes áreas, conforme proposta de Kwasnicka (2012): finanças, marketing, produção e operação e recursos humanos. O objetivo é identificar se as temáticas abordadas foram relevantes e se atenderam às expectativas dos participantes.

#### 4.3.1. Fundamentos de Marketing

Para facilitar a análise dos fundamentos de Marketing por parte dos entrevistados, os conceitos foram divididos em três assuntos primários: “publicidade e divulgação”, “posicionamento estratégico” e “gestão de marca”. Os empresários avaliaram cada assunto sob a perspectiva de conhecimento prévio, da importância deste assunto para gestão da empresa e sob a perspectiva do nível de satisfação da abordagem do assunto pelo curso. Os dados foram tabulados e comparados conforme figuras a seguir.

FIGURA 3. Análise de conhecimento *versus* importância dos fundamentos de Marketing



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

FIGURA 4. Análise do conteúdo atendido pelo curso *versus* importância dos fundamentos de Marketing



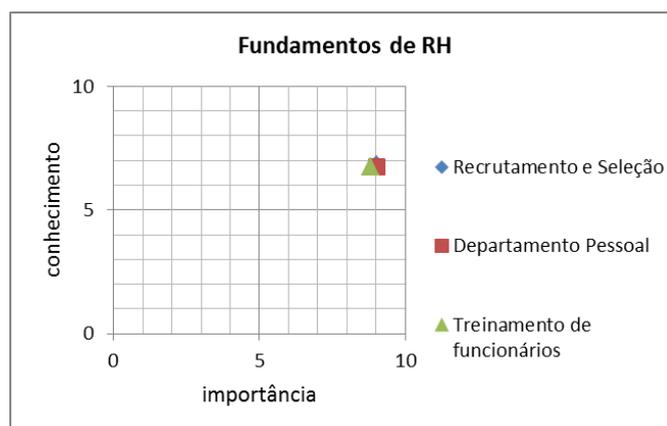
Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

No que tange ao conhecimento prévio dos Fundamentos de Marketing, apenas o conceito gestão de marca foi avaliado com menos relevância dos demais. O baixo conhecimento atribuído a esse conceito pode ser explicado pelo perfil dos contemplados pelo curso: microempresários com forte participação da família na gerência da empresa. Em contrapartida, os entrevistados reconheceram a importância de dominar esse conceito para melhorar a sua capacidade de gerenciamento da empresa.

#### 4.3.2. Fundamentos de Recursos Humanos

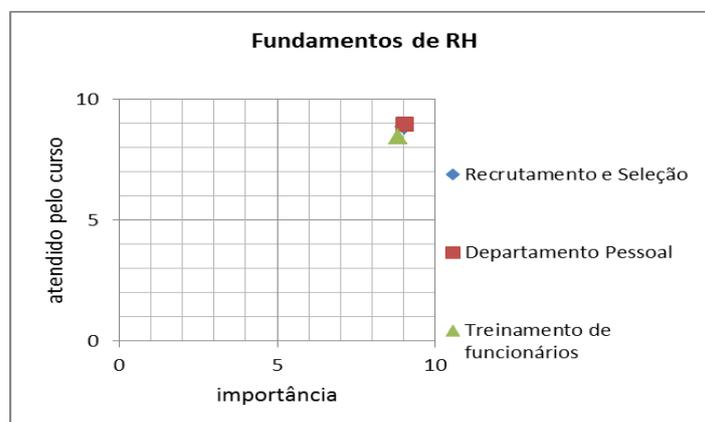
Para análise dos fundamentos de Recursos Humanos (RH), estes foram divididos em três assuntos principais: “recrutamento e seleção”, “departamento de pessoal” e “treinamento de funcionários”. Os empresários avaliaram cada assunto sob a perspectiva de conhecimento prévio, da importância deste assunto para gestão da empresa e sob a perspectiva do nível de satisfação da abordagem do assunto pelo curso. Os dados foram tabulados e comparados conforme figuras a seguir.

FIGURA 5. Análise de conhecimento *versus* importância dos fundamentos de RH



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

FIGURA 6. Análise do conteúdo atendido pelo curso *versus* importância dos fundamentos de RH



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

A avaliação dos entrevistados a respeito dos fundamentos de Recursos Humanos (RH) indica uma paridade de todos os conceitos, mostrando uma relativa carência de treinamentos com enfoque nessa temática. Observou-se ainda que os conceitos foram julgados como de alta relevância para a vivência prática e que o curso conseguiu suprir esta demanda.

#### 4.3.3. Fundamentos de Finanças

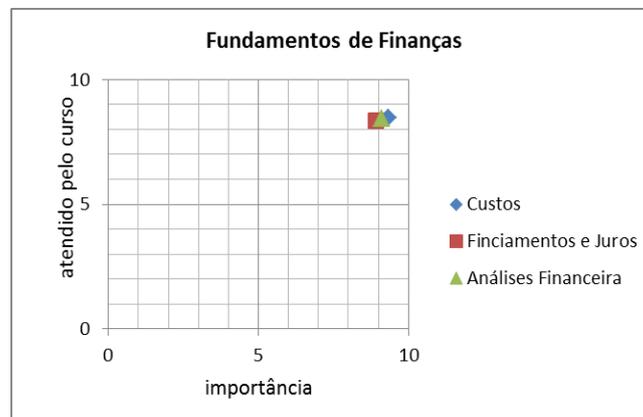
Já para a análise dos fundamentos de Finanças, eles foram divididos em três assuntos principais: “custos”, “financiamento e juros” e “análise financeira”. Os empresários avaliaram cada assunto sobre a perspectiva de conhecimento prévio, da importância deste assunto para gestão da empresa e sob a perspectiva do nível de satisfação da abordagem do assunto pelo curso. Os dados foram tabulados e comparados conforme figuras a seguir.

FIGURA 7. Análise de conhecimento *versus* importância dos fundamentos de Finanças



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

FIGURA 8. Análise do conteúdo atendido pelo curso *versus* importância dos fundamentos de Finanças



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

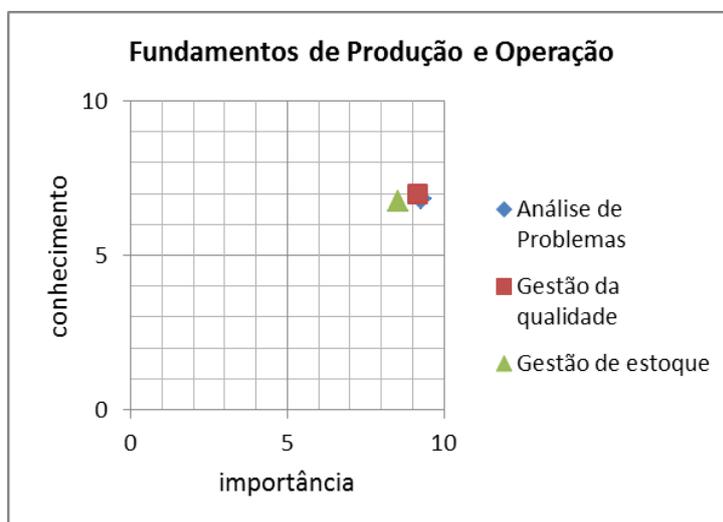
Tratando-se dos fundamentos de finanças, o resultado da pesquisa mostrou maior carência em comparação aos demais temas contemplados. A importância deste grupo equiparou-se à dos demais, mas em contrapartida, o conhecimento anterior e o atendimento pelo curso ficaram abaixo dos demais. Conforme foi observado, a maior necessidade de capacitação dos microempresários da região de Patos de Minas é a respeito dos temas de finanças.

Isso se deve pela forte presença de familiares na gerência destes empreendimentos, e segundo Oliveira (2010), esse tipo de empresa tem por característica a ausência do hábito de utilizar ferramentas financeiras para tomadas de decisão, usando principalmente o conhecimento empírico. Observou-se também que o tempo destinado para abordar este tema no curso, aproximadamente cinco horas, foi insuficiente.

#### 4.3.4. Fundamentos de Produção e Operação

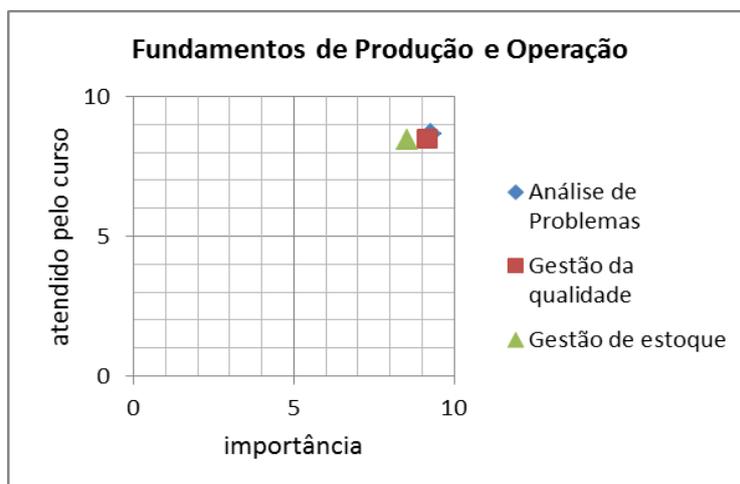
Por último para a análise dos fundamentos de Produção e Operação, eles foram divididos em três assuntos principais: “análise de problemas”, “gestão de qualidade” e “gestão de estoque”. Os empresários avaliaram cada assunto sobre a perspectiva de conhecimento prévio, importância deste assunto para gestão da empresa e se o assunto foi abordado de forma satisfatória pelo curso. Os dados foram tabulados e comparados conforme figuras a seguir.

FIGURA 9. Análise de conhecimento *versus* importância dos fundamentos de Finanças



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

FIGURA 10. Análise do conteúdo atendido pelo curso *versus* importância dos fundamentos de Finanças



Fonte: Instrumento de pesquisa, 2016.

A avaliação dos entrevistados a respeito dos fundamentos de Produção e Operação indicou uma equidade a respeito da importância e do atendimento pelo curso de todos os conceitos. Conseguiu-se perceber também que os entrevistados se julgaram com bom conhecimento prévio destes fundamentos.

## 5. Conclusão

Conforme demonstrado pela pesquisa, os temas correlacionados ao Fundamento de Finanças representam maior dificuldade e menor índice de aproveitamento, requerendo assim uma maior atenção. Esse resultado vem reforçar os dados obtidos pela pesquisa feita pelo SEBRAE (2015), que relata que os principais problemas enfrentados pelos microempresários são a limitação ou inexistência de capital de giro e as falhas gerenciais e operacionais. Portanto, percebeu-se que o microempresário de Patos de Minas julga que a capacitação gerencial é importante diferencial para a sobrevivência no mercado.

Desta forma, torna-se relevante também identificar os lapsos existentes entre a importância do fundamento de gestão administrativa e o domínio prévio por parte do microempreendedor, assim como a presença desse conceito em cursos de capacitação. Através destas informações é possível maximizar o treinamento, aproximando-o das necessidades e da realidade vivenciada pelos empresários.

## Referências

ALVIM, P. C. R. D. C. O papel da informação no processo de capacitação tecnológica das micro e pequenas empresas. *Ciência da Informação*, 27(1):28-35, 1998.

CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. *Marketing, criando valor para os clientes*. São Paulo: Saraiva, 2003.

CNC. EmpresômetroMPE. CNC - *Confederação Nacional do Comércio*, 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/estatisticas>>. Acesso em: 19 janeiro 2016.

IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314800&search=minas-gerais|patos-de-minas>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

KWASNICKA, E. L. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 2012.

MENESES, P.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. *Manual de Treinamento Organizacional*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

OLIVEIRA, D. D. P. D. *Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório*. São Paulo: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, D. D. P. R. D. *Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios*. São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE. *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa*. São Paulo. 2015.

SEBRAE NACIONAL. Entenda as distinções entre microempresa, pequena empresa e MEI. *SEBRAE*, 12 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

XAVIER, Wesley Silva; MARTINS, Guilherme Silveira; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho. Capacitação Gerencial nas Incubadoras de Base Tecnológica: proposição de um modelo matricial de avaliação, *Revista de Ciências da Administração*, 13(29):88-111, 2011.

## ***Lean manufacturing* como alicerce para a competitividade: estudo de caso**

*Lean Manufacturing as a basis for competitiveness: a case study*

**Fernando Dias da Silva**

Doutor em Físico-química. Professor do UNIPAM. e-mail: fernando.silva@unipam.edu.br

**Kassiana Luiza Pedralli Dallariva**

Aluna do curso de Engenharia de Produção do UNIPAM. e-mail: kassianalp@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Um dos fatores que contribuem para que uma empresa obtenha sucesso seria a busca constante por novos conhecimentos, competências e habilidades que atendam de forma satisfatória os consumidores e as exigências mercadológicas. Neste contexto, o *Lean Manufacturing* (Produção Enxuta) é uma metodologia que combina várias ferramentas que, quando aplicadas, resultam na melhoria dos processos produtivos, administrativos e econômicos. O objetivo deste trabalho foi a implantação do *Lean Manufacturing* em uma empresa no município de Patos de Minas, voltada para a produção no setor metal-mecânico. Para tal, foram utilizadas as ferramentas VSM (mapeamento do fluxo de valor) e 5S (cinco sentidos) que permitiram observar um salto de qualidade, a eliminação de desperdícios, a padronização e otimização de processos e principalmente de competitividade para a empresa dentro do seu segmento de mercado.

**Palavras-chave:** *Lean Manufacturing*. VSM. 5S.

**Abstract:** One of the factors that contribute to the success of a company would be the constant search for new knowledge, skills and abilities that satisfy consumers and the market demands. In this context, *Lean Manufacturing* is a methodology that combines several tools that, when applied, result in the improvement of productive, administrative and economic processes. The objective of this work was the implementation of *Lean Manufacturing* in a company in the municipality of Patos de Minas, focused on the production in the metal-mechanic sector. To this end, VSM (Value Stream Mapping) and 5S (five senses) tools were used to observe a quality leap, the waste elimination, the standardization and optimization of processes and especially competitiveness for the company within its segment Marketplace.

**Keywords:** *Lean Manufacturing*. VSM. 5S.

---

### **1. Introdução**

A competitividade no mercado atual estimula a busca constante por melhorias organizacionais nas empresas. Essas melhorias têm a função de garantir o sucesso e o crescimento das empresas no mercado, fato este que só se torna possível a partir da aprovação dos produtos e serviços pelo cliente. Sendo assim, pode-se dizer que um dos fatores que contribuem para que uma empresa obtenha sucesso seria a busca constante por

novos conhecimentos, competências e habilidades que atendam de forma satisfatória os consumidores e as exigências mercadológicas.

Os consumidores, a cada dia, exigem mais qualidade dos produtos e serviços, que em alguns casos podem ser alcançados com inovações tecnológicas focadas na padronização dos processos produtivos, resultando em produtos de excelência no mercado. Contrapondo-se a isso, o consumidor possui amplas formas de adquirir os produtos, possibilitando, assim, seu crescente poder de negociação por menores preços e prazos de entrega.

Deste modo, para que as organizações consigam fidelizar clientes, bem como conquistar novos, é necessário que interfiram no sistema produtivo, buscando a redução de custos, desperdícios e tempo, sem que haja alteração no padrão de qualidade. Neste contexto, surge o *Lean Manufacturing* (Produção Enxuta) como uma metodologia adequada para se atingir um elevado nível de competitividade (MARDEGAN et al, 2005).

O *Lean Manufacturing*, também conhecido como Sistema Toyota de Produção (STP), teve início na década de 1950 no Japão, mais especificamente na Toyota. É o modelo de gestão focado na criação de fluxo de produção limpa, sem desperdícios, reduzindo o *Lead Time* (tempo entre o pedido e a entrega do produto ao cliente), bem como os custos de operação pertinentes ao processo produtivo.

A filosofia Lean assume-se como uma revolução que tem o potencial de melhorar, efetivamente, a capacidade produtiva de qualquer empresa. Este conceito nasceu do resultado de uma aprendizagem prática e dinâmica dos processos produtivos originários dos setores têxteis e automobilísticos, que surgiu cimentado na ambição e nas contingências do mercado Japonês. [...] (BASTOS, 2012, p. 3).

De acordo com Womack e Jones (1998), a procura sistemática de oportunidades para eliminar desperdícios e para a criação de valor define bem o *Lean Manufacturing*. Dentre outras características, busca a perfeição com custos sempre declinantes, ausência de produtos defeituosos, nenhum estoque e uma gama variável de novos produtos (MAIA; BARBOSA, 2006). Sendo assim, requer menores recursos, maximiza a eficiência e a produtividade e, principalmente, maximiza a flexibilidade, sendo mais ágil, inovadora e capaz de enfrentar melhor as mudanças conjunturais e de mercado (KRAFCIK, 1988).

As empresas, a fim de garantir competitividade e conquistar posição sólida no mercado, “atiram-se de cabeça em atividades massivas de eliminação de desperdício” (ROTHER; SHOOK, 1998). Porém, quando o corte desses desperdícios não é orientado por uma ferramenta que mostra o fluxo completo de valores da empresa, como é o caso do VSM, o resultado torna-se insatisfatório.

Segundo Bastos (2012), a filosofia que se pretende implantar contribui com um conjunto de medidas e ferramentas adotadas como resposta à enorme crise atual e à necessidade das empresas de todo e qualquer ramo de especificação de se tornar competitivas ao mercado.

Uma vez que a filosofia *Lean* pode ser adotada por quaisquer seguimentos, neste trabalho estuda-se sua implantação em uma empresa do setor metal-mecânico de Patos

de Minas. Por se tratar de uma filosofia nova na região de Patos de Minas, o desenvolvimento deste trabalho piloto e sua posterior replicação poderão alavancar o crescimento do setor metal mecânico de Patos de Minas e a possível criação de um Arranjo Produtivo Local (APL).

O objetivo deste trabalho foi implantar o *Lean Manufacturing* e analisar os resultados obtidos em uma empresa no município de Patos de Minas, voltada para a produção no setor metal-mecânico. A implantação é baseada na utilização de ferramentas, métodos e conceitos da produção enxuta. Este estudo busca ainda mapear o fluxo atual de valores da empresa e, a partir daí, propor um novo fluxo, estudando o seu impacto sobre o processo. Para isso, foram seguidos os seguintes passos:

- Estudar os conceitos de *Lean Manufacturing*;
- Implantar a filosofia “5S” na empresa;
- Mapear o Fluxo de Valor (*Value Stream Mapping* - VSM) atual e futuro;
- Prognosticar um novo *Lead Time* para a empresa.

## 2. Revisão da literatura

O *Lean Manufacturing* é uma forma de produção que integra a produção artesanal, caracterizada pela unicidade dos produtos e prazos de entrega não muito curtos, e a produção em massa, que visa produzir rapidamente grande volume de produtos padronizados. Essa integração, segundo Womack, Jones e Roos (1992), resulta na produção enxuta (*Lean*) que visa produzir pequenos lotes de peças, buscando a perfeição com custos sempre declinantes, ausência de produtos defeituosos, nenhum estoque e uma gama variável de novos produtos.

A produção enxuta pode ser definida de forma simplificada por fazer mais com menos – menos tempo, menos espaço, menos esforço humano, menos máquinas, menos material, fornecendo aos clientes o que eles desejam (DENNIS, 2008). Significa, segundo Slack, Chambers e Johnston (2009), mover-se na direção de eliminar todos os desperdícios de modo a desenvolver uma operação que seja mais rápida, mais confiável, que produza produtos e serviços de mais alta qualidade e, acima de tudo, que opere com custo baixo.

Considera-se também a citação de Esteves (2014, s/p) quanto ao *Lean Manufacturing*:

O *Lean Manufacturing* é um sistema que permite a otimização da empresa como todo, tendo como consequência o atendimento a contento das necessidades do cliente no menor prazo possível. Esta otimização empresarial tem como principais características o menor custo possível dentro de um patamar de qualidade superior em todos os aspectos sempre com foco na eliminação da perda.

Taiichi Ohno (1997), criador do Sistema Toyota de Produção (STP), classificou as perdas como desperdícios e identificou sete categorias: superprodução, espera, transporte, processamento, movimentação, estoques e produção de itens/produtos defeituosos. Cada um desses desperdícios tem um impacto diferente sobre a produção, porém,

estão diretamente ligados entre si, de forma que um acarreta o desenvolvimento do outro.

A implantação do *Lean*, portanto, gira em torno da eliminação dos desperdícios. Estes podem ser interpretados como quaisquer atividades que não agregam valor; logo, torna-se interessante eliminá-la para que a produtividade seja elevada, trazendo bons resultados à organização e aos consumidores finais (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2009)

*Lean* não deve ser considerado uma única ferramenta, mas sim a junção de várias que, quando aplicadas, resultam na melhoria dos processos produtivos, administrativos e econômicos. Configura-se então o *Lean Manufacturing* como sendo uma filosofia que deve ser aplicada através de ferramentas, seguida e difundida por todos na empresa.

A adoção do *Lean Manufacturing* não é fácil de ser alcançada, pois representa uma mudança na cultura da organização (WERKEMA, 2006). Para que esta mudança seja direcionada e bem-sucedida, faz-se necessária a aplicação de algumas ferramentas, como: VSM; 5S; SMED; *Poka-Yoke*; 6 *Sigma*; *Kanban*; *Kaisen*; Gestão Visual e TPM. Para o desenvolvimento deste trabalho, as principais ferramentas utilizadas foram o 5S (cinco sentidos) e o VSM (mapeamento do fluxo de valor).

É importante ponderar que o 5S não é apenas uma ferramenta para auxiliar na aplicação do *Lean* nas empresas. Essa filosofia se consolidou no Japão a partir da década de 50 e se tornou muito conhecida por ser um excelente meio de conseguir resultado de mudança comportamental, tanto pela revolução que faz nos ambientes de trabalho, quanto pelo envolvimento e comprometimento que pode gerar nas pessoas (CALLIARI; FABRIS, 2011).

O termo “5S” vem das 5 palavras japonesas *Seiri*, *Seiton*, *Seiso*, *Seiketsu* e *Shitsuke* que significam adaptadas para o português: descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida, sendo também conhecido no Brasil como programa D’OLHO (SEBRAE, 2000).

Implantar o 5S é uma boa maneira de iniciar o gerenciamento da rotina da empresa, promovendo o crescimento e aculturação das pessoas a um ambiente de economia (descarte), organização, limpeza, higiene e ordem mantida, fatores estes fundamentais à elevada produtividade (CAMPOS, 1998).

O Mapeamento do Fluxo de Valor (*Value Stream Mapping* – VSM) tem a função de evidenciar todas as ações necessárias para que um produto chegue ao consumidor, desde a obtenção da matéria-prima. O objetivo é ajudar as empresas a promover melhorias sistemáticas e permanentes que eliminarão não só o desperdício, mas também as fontes dos mesmos (SHOOK; ROTHER, 1998). Estas melhorias só são possíveis porque o VSM torna visível o fluxo de informações e de materiais em uma linguagem comum para tratar os processos de manufatura. Esta visualização também permite que seja traçado um mapa do estado futuro da empresa, ou seja, um panorama de como a empresa pretende estar daqui a um tempo. Isso garante também que as medidas que devem ser tomadas, para que haja melhoria, não se percam ou não se omitam (SHOOK; ROTHER, 1998).

A escolha do setor metal-mecânico para o desenvolvimento deste trabalho deve-se a sua diversidade. De acordo com Macedo e Campos (2001), o setor engloba tanto as empresas que se destinam à produção e às transformações de metais, incluindo as empresas de bens e serviços intermediários, como fundições, forjarias, oficinas de corte, soldagem, estampo, tratamento térmico, etc., quanto os estabelecimentos destinados aos

produtos finais tais como bens de consumo, equipamentos, maquinaria, veículos e material de transporte.

Segundo Laplane (*apud* Macedo e Campos, 2001), existem “encadeamentos” econômicos de suma importância entre as atividades metal-mecânicas, como exemplo: o fornecimento de equipamentos, componentes e acessórios de uma atividade para outra. No entanto, é importante destacar que o setor mostra uma grande heterogeneidade, não só em relação aos produtos e às firmas, mas principalmente em relação à tecnologia utilizada nas diversas atividades.

Esse setor no município de Patos de Minas é heterogêneo, sendo constituído por empresas de diferentes portes. Contudo, as empresas que o constituem apresentam dificuldades comuns que servem como norteadoras para um processo de implantação de um projeto de desenvolvimento do setor na cidade. A importância de projetos nesse setor se dá por produzir bens de capital, isto é, os fabricantes de máquinas e equipamentos estão diretamente ligados à produção de outros setores, além de serem consumidores dos bens que o próprio setor produz (AVELLAR, 2004).

### 3. Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas em fontes bibliográficas de textos e artigos, bem como em livros e periódicos de circulação nacional, que abordam os conceitos de *Lean Manufacturing* (Produção Enxuta), Mapeamento de Fluxo de Valor (VSM) e “5S”. Além disso, há mais considerações de interesse pesquisadas do que dados coletados, caracterizando-o desta maneira como um estudo de caso (YIN, 2010; MIGUEL, 2011).

O estudo de caso proposto foi realizado em uma empresa do setor metal mecânico do município de Patos de Minas. Para levantar as necessidades da empresa, foram realizados uma visita técnica e um diagnóstico inicial, que avalia as habilidades e conhecimentos da empresa em relação a três grandes fatores, a saber:

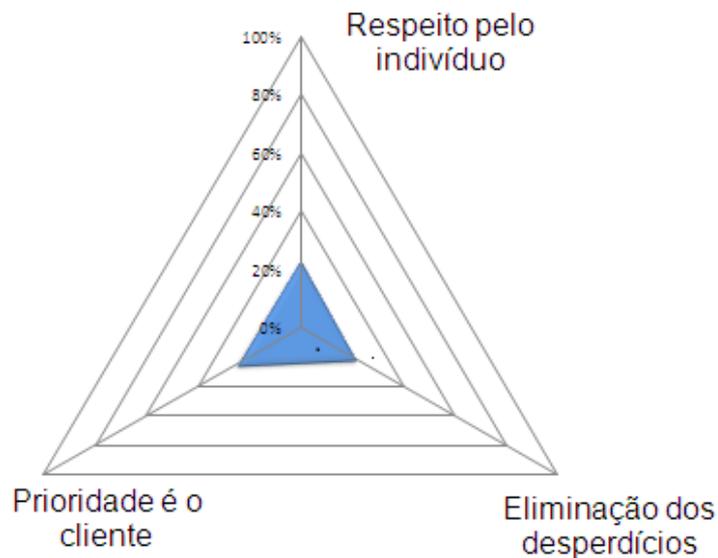
- a) respeito pelo indivíduo: melhoria contínua, 5S, padronização, visual e *takt time*.
- b) eliminação de desperdícios: manutenção produtiva total, planejamento dos processos, consumo de produção controlada, fluxo nivelado e melhorias contínuas.
- c) prioridade é o cliente: informações, processo, qualidade assegurada e desenvolvimento do processo/produto.

A implantação do *Lean* se deu em quatro etapas: a primeira, com a visita e levantamento de informações para realização do diagnóstico; a segunda, com a implantação do 5S; a terceira, pelo mapeamento do estado atual da empresa com o VSM; e por último, foi o desenvolvimento do VSM do estado futuro para posterior implantação da empresa.

### 4. Resultados e discussão

Os resultados do diagnóstico realizado (Figura 1) demonstram que a empresa exibia falta de padronização em seus produtos e serviços, como pode ser observado pelo baixo índice alcançado no quesito “Eliminação dos desperdícios”.

FIGURA 1. Diagnóstico Inicial



Fonte: Os autores

Conforme observado na figura, o pequeno valor alcançado no item “Respeito pelo Indivíduo” é o reflexo da pouca ou nenhuma forma de gestão visual, o que causa a ausência de alinhamento estratégico com colaboradores. O fator “Prioridade é o cliente” está ligado à forma com que a empresa enfrenta e controla as demandas dos clientes e notadamente é um ponto a ser melhorado, visto que este é fundamental para o planejamento em longo prazo da empresa.

Para a implantação do 5S, foram realizadas palestras de conscientização, orientação para os colaboradores e distribuição de uma cartilha sobre explicações sucintas e claras dos objetivos do programa e sobre como contribuir para seu desenvolvimento. A implantação do 5S ocorreu em cinco passos:

- I. Descarte - por meio de classificação das peças (chapas) e materiais que havia espalhados pela fábrica, o que permitiu de imediato a liberação de espaços e conseqüentemente uma reestruturação no layout da empresa e uma melhor utilização do espaço disponível;
- II. Organização - foram elaboradas etiquetas de identificação para peças, insumos e produtos e demarcação das áreas de circulação e de produção, o que mitiga os acidentes de trabalho e melhora a imagem da empresa e dos colaboradores perante os clientes;
- III. Limpeza – eliminou-se todo e qualquer traço de sujeira buscando difundir o conceito de “é melhor não sujar, para depois não limpar”, garantindo dentre outros pontos a conservação de equipamentos e bem-estar pessoal;
- IV. Higiene – através da conscientização para estimular o cuidado com a higiene e a aparência pessoal, bem como identificação e tratamento adequado das fontes de risco e de insalubridade, foi possível evitar danos à

saúde do trabalhador e elevar os níveis de satisfação, motivação, segurança e produtividade;

- V. Ordem Mantida – partindo-se da prerrogativa de que “o trabalho não encerra quando termina”, conscientizaram-se os colaboradores a respeito do compromisso de cada um com o cumprimento dos padrões estabelecidos, a fim de melhorar continuamente e sem necessidade de cobrança.

A Figura 2 permite observar as várias modificações ocorridas com a implementação do programa.

FIGURA 2. Antes e depois da implantação do 5S



Fonte: Os autores

O mapeamento do estado atual da empresa, através do VSM, foi realizado e validado junto à diretoria da empresa. Para sua elaboração, foram coletados dados como entradas, saídas, insumos, materiais e os tempos padrões de cada processo, obtendo-se um tempo médio gasto para processar uma peça, desde a ordem de serviço até a sua expedição, e obtendo-se um *lead time* médio de 8,7 dias. A partir destes dados, foi proposto e implantado um novo estado futuro, através das seguintes ações:

- criação e implementação dos planos *Kaizen*: estabelecendo os processos e prazos para implementação das melhorias e das propostas obtidas no mapa futuro;
- melhoria no fluxo de informações da empresa: controlando as informações por meio do *Kanban* (implantação de quadros ou cartões para priorização de serviços e facilitação do fluxo de informação/produção);
- definição do processo puxador (montagem/solda), ou seja, que define o ritmo para todo o fluxo. Esse processo recebe a demanda da programação semanal, sendo o responsável por puxar todos os processos anteriores a ele, por meio do *Kanban*;
- criação de um supermercado (depósito de materiais acabados ou semiacabados) aplicado ao setor de projetos, que indica a necessidade da produção, com prioridades, em tempo determinado pela empresa (diário, semanal, mensal, etc.). Com isso, foi

possível melhorar o tempo de produção em 10%. Embora numericamente seja um valor pouco expressivo, o impacto no custo é relevante.

## 5. Considerações finais

No contexto geral, o trabalho realizado permitiu um salto de qualidade, a eliminação de desperdícios, a padronização e otimização de processos e principalmente de competitividade para a empresa dentro do seu segmento de mercado.

A partir do VSM foi possível fazer a leitura do “estado atual” e propor melhorias em um “estado futuro”, que em média permitiram uma redução de até 30% (trinta por cento) no *lead time* da empresa, saindo de 8,7 dias para 6 dias. Tal resultado só foi possível a partir da adoção de um conjunto de ações desenvolvidas para aprimorar as atividades executadas, identificando possíveis desvios, corrigindo erros, transformando insumos em produtos com alto valor agregado. Outro fator de extrema relevância para o saldo positivo alcançado neste trabalho foi o comprometimento de todos os envolvidos na aplicação dos conceitos enxutos e das ferramentas adotadas.

## Referências

- AVELLAR, A. P. *Inovação no setor de bens de capital: relatório final do Projeto Diretório da Pesquisa Privada*. Araraquara: Convênio FUNDUNESP-FINEP, 2003.
- BASTOS, Bernardo Campbell; CHAVES, Carlos. Aplicação de Lean Manufacturing em uma Linha de Produção de uma Empresa do Setor Automotivo. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2012.
- CALLIARI, Ediany Patrícia. FABRIS, Ildo. *A importância dos 5 S's na Organização*. 2011. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Ediany-Patricia-Calliari.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2016.
- CAMPOS, V. F. *Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. 7. ed. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 1998.
- DENNIS, Pascal. *Produção Lean Simplificada*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- ESTEVES, W. L. S. A Aplicação do Lean Manufacturing nas Indústrias, in: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10., 2014, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2014.
- KRAFCIK, J. F. Triumph of the lean production system. *Sloan Management Review*, Autumn, p. 41-52, 1988.

MACEDO, A. L. O.; CAMPOS, R. R. Diagnóstico do complexo metal-mecânico: Brasil e Santa Catarina. *Revista de Tecnologia e Ambiente*, Criciúma, v. 7, p. 9-37, jul./dez./2001.

MAIA, Marcel Fischer; BARBOSA, Wanderson Marota. *Estudo da Utilização da Ferramenta Mapeamento do Fluxo de Valor (VSM) para Eliminação dos Desperdícios da Produção*. 2006. 9f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

MARDEGAN, R. et al. Aplicação de ferramentas do Sistema de Produção Enxuta: Um estudo de caso em uma empresa de Fundição, in: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre, 2005.

MIGUEL, P. A. C. *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

OHNO, T. *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

SEBRAE. *D-Olho na qualidade*. São Paulo, 2000.

SHOOK, John; ROTHER, Mike. *Aprendendo a enxergar: mapeando o fluxo de valor para agregar valor e eliminar o desperdício*. São Paulo: Lean Institute Brasil, 1999.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. *Administração da produção*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009. 703p.

WERKEMA, Cristina. *Lean Seis Sigma: introdução às ferramentas do Lean Manufacturing*. Belo Horizonte: Werkema Editora, 2006. 120p. (Seis Sigma; v.4).

WOMACK, J. P.; JONES, D. T. *A mentalidade enxuta nas empresas: elimine o desperdício e crie riqueza*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **“Raio-X” do Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), nos últimos 10 anos**

*An X-ray of the Supervised Internship of the Accounting Course at the Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) in the last 10 years*

**Andressa Martins de Lima**

Aluna do 7º Período do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. e-mail: ml.andressa@hotmail.com

**Marcílio Geraldo Mendes**

Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). Professor do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.  
e-mail: marcilio@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O Estágio é uma disciplina muito importante para os alunos do Curso de Ciências Contábeis, pois possibilita a convivência com a prática contábil. Utilizando dados da disciplina como base da pesquisa, verificou-se: se houve crescimento do gênero feminino, e se este supera em notas o masculino; se o público mais experiente foi superado pelos jovens; se houve evolução das notas dos alunos devido à implantação da nova metodologia de ensino; se o deslocamento dos alunos para Patos de Minas interfere em seu aproveitamento. Em relação à abordagem do problema, a pesquisa foi quantitativa, o objetivo geral foi abordado de forma descritiva e a pesquisa foi bibliográfica. Entende-se que: houve crescimento do gênero feminino e que este supera em notas o masculino; houve crescimento do público jovem, superando os mais experientes; as notas dos alunos aumentaram após a implantação da nova metodologia; e a interferência do deslocamento nas notas dos alunos é mínima.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Gênero. Aproveitamento.

**Abstract:** The internship is a very important class for Accounting Sciences students since it allows a real contact with the accounting practice. Using theoretical concepts of the course as the basis for the research, the following aspects were analyzed: if there is growth of the feminine gender, and if it overpasses the masculine gender; if the aged public was overpassed by the young public; if there was evolution in the students grades due to the implementation of the teaching methodology; if the commuting of the students to Patos de Minas prevent its learning. Regarding the approach of the problem, the research was quantitative, the general object was observed in a descriptive way and the research was bibliographic. With all that, we understood that: there was a growth of the feminine gender and it overpasses men when it comes to grades; there was a growth of young public, overpassing the aged public; students grades has improved since the new methodology was implemented; The commuting of the students has a minimum interference in its grades.

**Keywords:** Internship. Gender. Learning

## 1. Introdução

O Estudo propôs a realização de uma pesquisa na disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM (Centro Universitário de Patos de Minas) nos últimos dez anos, ou seja, do ano de 2006 até o ano de 2015. Com a pesquisa vislumbrou-se a oportunidade de responder vários questionamentos, quais sejam:

- É sabido, através de achados existentes na Academia, o crescimento do gênero feminino no curso de Ciências Contábeis. Será que isso se confirma no Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM? E este público feminino apresenta aproveitamento superior ao masculino?

- Nas primeiras turmas do UNIPAM presenciou-se um público com maior experiência, devido à demanda reprimida em Patos de Minas e região. Será que a reversão deste cenário aconteceu?

- O UNIPAM em 2011 mudou a sua metodologia de ensino, e pesquisas realizadas comprovam o sucesso desta nova metodologia. Será que as notas nos nossos alunos na disciplina de Estágio Supervisionado ratificam esta evolução?

- O Corpo discente do UNIPAM é formado pela maioria de jovens que se deslocam de outros municípios para Patos de Minas-MG. Temos alunos que chegam a deslocar distâncias superiores a 200 quilômetros para estudar. Será que o aproveitamento deste aluno é inferior ao aluno de Patos de Minas, devido principalmente a este deslocamento?

Como descrito, esta pesquisa reveste-se de importância, pois permitiu o levantamento histórico de dados de uma disciplina de grande relevância no curso de Ciências Contábeis. Com os achados da pesquisa temos indicadores que nos permitem traçar metas e estratégias no sentido de caminharmos fortes rumo ao crescimento do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM.

O objetivo geral da pesquisa foi, através do levantamento de dados no período de 2006 a 2015 da disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, responder a vários questionamentos, como: se o crescimento do gênero feminino no UNIPAM ratifica a tendência de outros centros; se o aproveitamento deste gênero em termos de notas supera o gênero masculino; se o público que anteriormente era formado por pessoas mais experientes foi superado pelo público mais jovem; se o sucesso da nova metodologia de ensino do UNIPAM, traduzida em notas na disciplina de Estágio Supervisionado, confirma os indicadores já existentes; se o deslocamento dos alunos de outros municípios para Patos de Minas interfere no seu aproveitamento.

Com a elaboração do estudo, o UNIPAM, a coordenação e o corpo docente do curso de Ciências Contábeis têm em mãos informações para que possam traçar objetivos, metas e estratégias de melhorias.

O desenvolvimento da pesquisa visou principalmente a geração de informações que possam contribuir com a melhoria contínua do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM através da disciplina de Estágio Supervisionado.

Esta disciplina é oferecida nos dois últimos semestres do curso e se reveste de grande importância, pois permite ao nosso discente conviver com a prática contábil. Vá-

rias barreiras serão vencidas durante a confecção deste trabalho final que na Contabilidade chamamos de “Relatório de Estágio Supervisionado”. Exemplificamos a defesa de relatório que acontece perante uma banca formada por três professores, o que contribuirá para o crescimento do aluno, como pessoa e também como profissional. Afinal de contas, a nossa missão é transformar através da Educação.

Somos levados a acreditar que, após o desenvolvimento de todo este ritual vivenciado no Estágio Supervisionado, o nosso aluno não será o mesmo, e o crescimento é nítido nas suas ações.

## 2. Referencial teórico

Neste tópico, para Martins (2000, p. 23), devemos “proceder o levantamento bibliográfico que dê suporte e fundamentação teórico/metodológica ao estudo”. Mafuani (2011) afirma que a experiência do estágio é essencial para a formação integral do aluno, considerando que cada vez mais são requisitados profissionais com habilidades e bem preparados. Ao chegar à universidade o aluno se depara com o conhecimento teórico, porém, muitas vezes é difícil relacionar teoria e prática se o estudante não vivenciar momentos reais em que será preciso analisar o cotidiano.

Santos Filho (2010) avança um pouco mais e afirma que o estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade.

A FUCAPE (2016) aplicou uma pesquisa em 24 instituições de ensino superior no Estado do Espírito Santo, sendo que 14 instituições, que equivalem a 58,3% dentre as 24, responderam. Ficou constatado que a maior parte das instituições (64%) não possui laboratórios de prática contábil para atender à obrigatoriedade do Estágio Supervisionado, diferentemente do cenário encontrado no UNIPAM onde os alunos possuem à sua disposição laboratório de prática contábil.

O Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), é uma instituição privada de ensino superior, mantida pela FEPAM (Fundação Educacional de Patos de Minas). Conta com cursos de graduação e pós-graduação, nos períodos diurno, noturno e integral.

Desde 1992, a instituição oferece o curso de Ciências Contábeis, que tem como objetivo geral formar profissionais dotados de conhecimentos práticos e teóricos, que busquem sempre a excelência e a ética no exercício da profissão, a valorização do ser humano, a responsabilidade ambiental e social, tanto local, quanto regional e nacional (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS, 2010).

São disponibilizadas, em média, 120 vagas anuais para novos estudantes para o curso de Ciências Contábeis, sendo que o tempo mínimo para integralização do curso é de 8 semestres, podendo chegar em até, no máximo, 12 semestres.

Na grade curricular do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, há uma matéria de suma importância. Tal matéria foi estudada por esta pesquisa, e é denominada Estágio Supervisionado. A Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, define estágio como sendo um

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

De acordo com as informações oferecidas pela FUCAPE (2016, p. 3), “o estágio supervisionado é uma estratégia de profissionalização que complementa o processo ensino-aprendizagem”. No estágio, os alunos têm contato com as dificuldades da profissão contábil, em que testam seus conhecimentos em situações reais (FREY; FREY, 2002).

Alvarenga, Bianchi e Bianchi (1998 *apud* FREY; FREY, 2002, p. 2) definem estágio como “um período de estudos práticos para a aprendizagem e a experiência, envolvendo supervisão, revisão, correção, e exame cuidadoso, trazendo resultados surpreendentes, quando visto e desenvolvido de forma adequada”.

Existem dois tipos de Estágio, o obrigatório e o não-obrigatório. O Estágio obrigatório tem carga-horária como requisito para a aprovação e obtenção do diploma, já no não-obrigatório a carga horária é somada à obrigatória (BRASIL, 2008).

O Estágio Supervisionado é obrigatório no Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. A carga-horária a ser cumprida é de 160 horas, divididas entre duas disciplinas: Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, em que são avaliados o Projeto de Trabalho e o Relatório de Estágio, respectivamente.

São objetivos do Estágio Supervisionado no UNIPAM: mostrar ao aluno a realidade administrativa, desenvolver habilidades na sua área de formação, dar oportunidade para que o aluno se prepare para o mercado de trabalho, incentivar o desenvolvimento individual, propiciando o surgimento de profissionais empreendedores (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS, 2010).

### **2.1. A evolução da mulher na contabilidade**

Apresenta-se um panorama do que acontece na academia acerca dos objetivos propostos para a pesquisa sobre o gênero feminino na Contabilidade. Para Mota e Souza (2013), a mulher contabilista, como parte integrante de um contexto globalizado, deve estar atenta às mudanças e exigências que vêm ocorrendo a sua volta. Sua representatividade no mercado de trabalho aumenta consideravelmente a cada dia, revelando, pois, um papel de grande importância. Scavone (1999) também contribui com a discussão e afirma que a mulher experimentou o gosto pela independência financeira, e o mercado de trabalho nunca mais foi o mesmo.

A abertura do mercado de trabalho para as mulheres começou a partir dos anos 90, e as mulheres tendem a ingressar no mercado com um grau de escolaridade maior, ao contrário dos homens, que, muitas vezes, não concluem seus estudos devido ao ingresso no mercado de trabalho (MOTA; SOUZA, 2013 *apud* DINIZ, 2014).

Segundo Monteiro (2003 *apud* MOTA; SOUZA, 2013, p. 8), “as barreiras existentes para que a mulher possa atingir o sucesso são mais fáceis de transpor em qualquer profissão, desde que ela possua as qualificações necessárias e se disponha a entregar-se com

responsabilidade e dedicação a sua escolha”. Por mais que tenham enfrentado vários obstáculos, as mulheres sempre mostraram interesse e dedicação na compreensão da Contabilidade (VILELA, 2015). Bordin e Londero (2006 *apud* TONETTO 2012, p. 53) esclarecem que

a presença da mulher, no mercado de trabalho, mostra-se expressiva e, a cada dia, elas têm adotado uma postura atuante devido às exigências do mundo. Devido a isso, os homens tiveram que aceitar a participação feminina nas atividades contábeis e abrir mão de suas atitudes rudes para dar espaço à facilidade com que as mulheres têm com os detalhes da profissão.

Mota e Souza (2013) pesquisaram a evolução da mulher como profissional da área contábil e sua contribuição como agente de transformação da sociedade. O universo estudado foram mulheres contabilistas com registro no CRC-MG. Os questionários foram enviados por e-mail ou entregues pessoalmente. Encaminharam-se 500 (quinhentos) questionários, sendo que apenas 172 retornaram. Isso representa 34,4% do total da amostra proposta. Os achados da pesquisa mostram que a mulher tem se destacado como agente de transformação da sociedade, quebrando paradigmas, vencendo preconceitos e superando limites, ocupando seu lugar na sociedade e fazendo a diferença no mercado de trabalho. Através da luta da mulher pela conquista do seu espaço, novos caminhos se abrem no mercado de trabalho e as contabilistas têm acompanhado essa tendência.

Ruas (2014) também contribui com a discussão e ratifica que “hoje, a presença do sexo feminino no mercado de trabalho, de modo geral, tem se solidificado, graças a uma série de fatores, entre eles o progresso tecnológico, a evolução da medicina e, principalmente, a luta das mulheres por autonomia e igualdade”.

A mesma autora também se mostra preocupada, uma vez que a mulher está avançando cada vez mais em relação à sua autonomia, mas os ganhos não acompanham os do sexo masculino, conforme o seu relato, amparado pelas informações divulgadas no Fórum Econômico Mundial, que colocou o Brasil na 117ª posição, entre 136 países avaliados. Isso quer dizer que muito foi conquistado, mas muito ainda precisa ser feito e modificado nessa história.

Coser (2005) também acredita que as mulheres vêm superando diversos obstáculos para serem reconhecidas nas profissões, porém ainda terão muitos desafios pela frente. Diniz (2014) diz que, apesar disso, com inteligência e persistência, as mulheres serão capazes de ocupar o mercado de trabalho em todos os setores.

Este trabalho se dispôs a verificar se no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM existe tal crescimento do gênero feminino, e se este supera, em aproveitamento, o gênero masculino.

## **2.2. Experiência**

É notável o crescimento do Ensino Superior no Brasil, nesses últimos anos. Segundo Silva (2008), “o Ensino de Graduação, em todas as áreas, teve um crescimento de quase 55% nesta década”. Porém, aborda ainda, dos jovens entre 18 e 24 anos apenas

10,8% estão presentes nas universidades.

Já o Portal Brasil (2016) relata, a partir de dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o aumento do número de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior foi significativo. Em 2004, era de 32,9%, já em 2014, cresceu para 58,5%.

Em relação aos jovens na Contabilidade, Rocha (*apud* SAÚDE, 2014) opina que o motivo do interesse dos jovens na Contabilidade é sua importância para a população em geral. Ainda diz que

o contador é um profissional cada vez mais requisitado, em diversas áreas de negócios. E os jovens estão vendo mais atrativos do que o contador mais antigo. Esses estavam mais acostumados com aquela contabilidade manual, mas hoje está tudo voltado para o sistema. Diversos contadores estão deixando a profissão justamente por não acompanhar a evolução da informática dentro da contabilidade. Sem internet hoje você não consegue trabalhar.

As turmas iniciais do UNIPAM eram formadas por alunos mais experientes, e nesse sentido, a pesquisa teve o intuito de verificar se no curso de Ciências Contábeis ocorreu a reversão deste cenário.

### 2.3. Nova metodologia de ensino

Metodologia pode ser definida como “o ramo da lógica que se ocupa dos métodos utilizados nas diferentes ciências. Pode-se conceituá-la ainda como parte de uma ciência que estuda os métodos aos quais ela própria recorre” (MICHALISZYN; TOMASINI, 2007, p. 47 *apud* SOUZA, 2013, p. 7).

Silva (2006, p. 29) define ensino como “uma atividade educacional mais específica voltada para apropriação de conhecimentos e saberes vinculados a uma escola, faculdade ou universidade”. Nesse contexto, segundo o Projeto Pedagógico de Ciências Contábeis, as políticas de ensino do UNIPAM buscam incentivar

a produção do conhecimento com qualidade, mantendo a instituição em sintonia com o seu contexto regional, tendo em vista a formação ética e humanizadora. Nesse sentido, há uma ênfase, na maior parte dos cursos, na formação generalista, com caráter problematizador e continuado, que tem por objetivo o desenvolvimento de seus discentes de modo criativo, multidirecional e socialmente engajado (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS, 2010, p. 36).

Em 2011, a Metodologia de Ensino do UNIPAM teve algumas mudanças, sendo implementados:

- a) As disciplinas Linguagem e Comunicação e Cultura e Sociedade, que têm por objetivo tanto o desenvolvimento da capacidade de leitura e de produção de textos do aluno, quanto o aprendizado sobre antropologia, sociologia e filosofia;
- b) O curso de Nivelamento em Matemática, que é disponibilizado principalmente para os alunos cujos cursos demandam maior habilidade e conhecimentos matemáticos;

- c) Duas disciplinas denominadas Tópicos Integradores que, por meio dos resultados das Avaliações Integradoras, têm seus conteúdos estabelecidos, para que as deficiências de aprendizagem ocorridas ao longo do curso sejam reparadas;
- d) A disciplina Projeto Integrador, para a qual existe um professor orientador que, além de auxiliar e avaliar os alunos em atividades de outros professores, ainda os orienta na elaboração do Trabalho Integrador, trabalho cujos temas devem integrar as disciplinas trabalhadas durante o período (MIRANDA NETO, 2016).

O trabalho se propôs a verificar se com as mudanças na metodologia de ensino do UNIPAM houve evolução, em notas, na matéria Estágio Supervisionado.

#### **2.4. Deslocamento**

Nos dias atuais, o tempo se tornou algo precioso para o ser humano. Existem diversas atividades para desenvolver, em um curto período de tempo, como trabalhar, estudar, cuidar da família, das tarefas de casa, dentre outros. Alguns estudantes de graduação ainda têm que conviver com outro fator que interfere diretamente em seu tempo: o deslocamento.

Já foram realizadas algumas pesquisas que comprovam que existe um número significativo de alunos que não moram na mesma cidade onde fazem faculdade. Muitos desses alunos, além de estudar, trabalham durante o dia, depois vão direto para a faculdade, o que acaba prejudicando-os, pois além de estarem cansados, se encontram em um nível de estresse elevado e também não conseguem se concentrar (FILHO, 2007 *apud* MOREIRA; LIMA; SILVA, 2011).

Moreira, Lima e Silva (2011) realizaram uma pesquisa em uma faculdade particular do Mato Grosso, onde puderam perceber que 46,92%, quase metade dos alunos da amostra utilizada, não moravam na cidade onde se localizava a faculdade.

Além do tempo a ser disponibilizado para o deslocamento do aluno de sua cidade até a faculdade, existe ainda a possibilidade de que tal deslocamento interfira em seu desempenho acadêmico.

Brandli, Pozzobon e Heineck (p. 4-5, 2003) abordam que “as consequências de não morar na cidade onde a universidade está localizada são traduzidas em dificuldade de acesso à instituição, em qualquer horário; pouca disponibilidade do aluno e, consequentemente, menor dedicação à vida acadêmica”. Relatam ainda que a rotina pode ser cansativa e desgastante, e que mais da metade dos alunos entrevistados se consideram prejudicados em função do deslocamento, principalmente porque o cansaço da viagem dificulta o aprendizado e o tempo para estudo é gasto no deslocamento.

No UNIPAM, existem alunos que chegam a se deslocar uma distância superior a 200 quilômetros. Procurou-se saber se o desempenho desses alunos, traduzido em notas, é inferior ao dos alunos que moram em Patos de Minas.

#### **3. Metodologia**

Nesta seção foi desenvolvido o método em que se pauta o desenvolvimento da pesquisa. A fonte de dados utilizada na pesquisa compreendeu os arquivos pessoais dos

pesquisadores e uma base de dados disponibilizada pelo Centro Universitário de Patos de Minas.

A metodologia de um trabalho científico pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica (DIEHL; TATIM, 2004).

Em relação à abordagem ao problema, esta pesquisa foi quantitativa. De acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 51), ela caracteriza-se

pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc, com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências.

Em relação ao objetivo geral, a pesquisa foi descritiva. Martins (2000) a conceitua como sendo a pesquisa que tem como objetivo a descrição das características determinantes de uma população. A pesquisa foi bibliográfica, pois foram utilizados materiais já elaborados e validados pelos pesquisadores, principalmente em livros e artigos científicos. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 54), “a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas [...]”.

#### 4. Resultados e discussão

A pesquisa proposta contou com uma população de 610 alunos, compreendidos entre as turmas de Ciências Contábeis na Disciplina de Estágio Supervisionado, compreendendo o período de 2007 até 2015. Destaca-se que alguns alunos da população estudada vieram do Banco de Dados do UNIPAM, sem a identificação do ano letivo da conclusão, portanto foram desconsiderados. Além disso, o ano letivo de 2006 não foi disponibilizado pelo UNIPAM, a plataforma utilizada era outra e os dados não foram migrados.

Questionamento 1: o público feminino seria maioria no Curso de Ciências Contábeis? Se sim, o aproveitamento em termos de notas do gênero feminino seria superior?

Em relação ao primeiro questionamento vejamos os dados tabulados apresentados no Quadro 1:

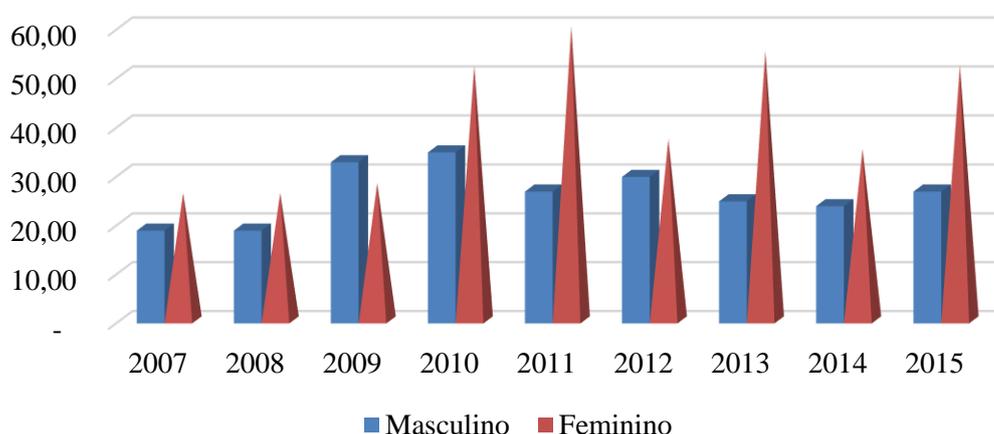
QUADRO 1. Número de alunos, por ano letivo, na disciplina Estágio Supervisionado

Gênero	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Percentual
Masculino	19	19	33	35	27	30	25	24	27	239	39,18%
Feminino	26	26	28	52	60	37	55	35	52	371	60,82%
Total	45	45	61	87	87	67	80	59	79	610	100,00%

Fonte: Base de Dados do UNIPAM (2016)

O Quadro 1 demonstra que o gênero feminino supera o gênero masculino especificamente no curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, sendo 60,82% de mulheres, e 39,18% de homens. Somente no ano letivo de 2009 no intervalo pesquisado, o número de homens superou o número de mulheres, como consta no Gráfico 1.

GRÁFICO 1. Número de alunos, por ano letivo, na disciplina Estágio Supervisionado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O ano de 2011 foi o que apresentou a maior diferença entre o número de homens e mulheres. Representando 68,97% do total de alunos, o gênero feminino superou o masculino por 37,93 pontos percentuais.

Andrade (2016), como professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, afirma que o gênero predominante anteriormente era o masculino, portanto, pode-se dizer que o gênero feminino não só aumentou consideravelmente ao longo dos anos, como também superou o gênero masculino.

Já em relação ao aproveitamento, em termos de notas, a pesquisa confirma que no UNIPAM, no curso de Ciências Contábeis, na disciplina de Estágio Supervisionado, o aproveitamento do gênero feminino também é superior ao gênero masculino, como consta no Quadro 2.

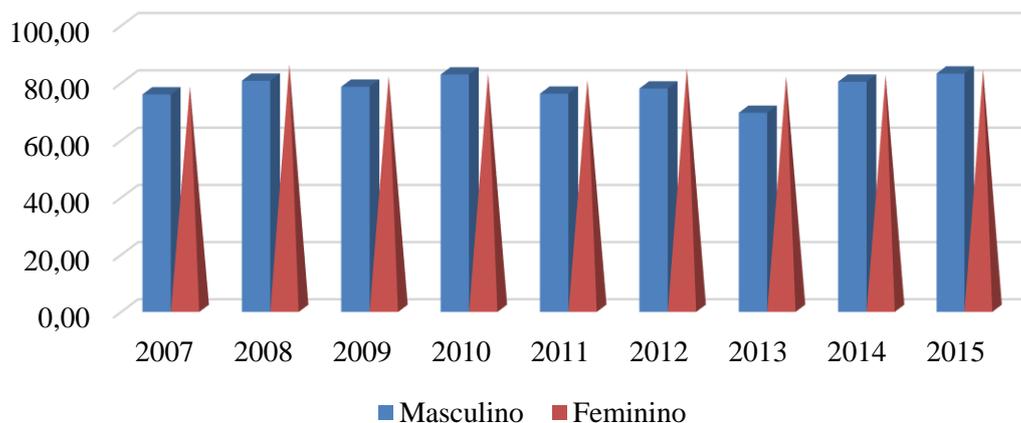
QUADRO 2: Notas médias dos alunos na disciplina Estágio Supervisionado por ano letivo

Gênero	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Masculino	76,05	80,84	78,73	83,00	76,33	78,10	69,64	80,50	83,33	78,50
Feminino	77,62	85,35	81,21	82,00	79,95	83,97	81,07	81,51	83,40	81,79

Fonte: Base de Dados UNIPAM (2016)

Vale destacar que, em termos percentuais, a diferença é de 4,02%, ou seja, as notas do gênero feminino em média são superiores ao gênero masculino neste percentual. Veja no Gráfico 2.

**GRÁFICO 2.** Notas médias dos alunos na disciplina Estágio Supervisionado por ano letivo



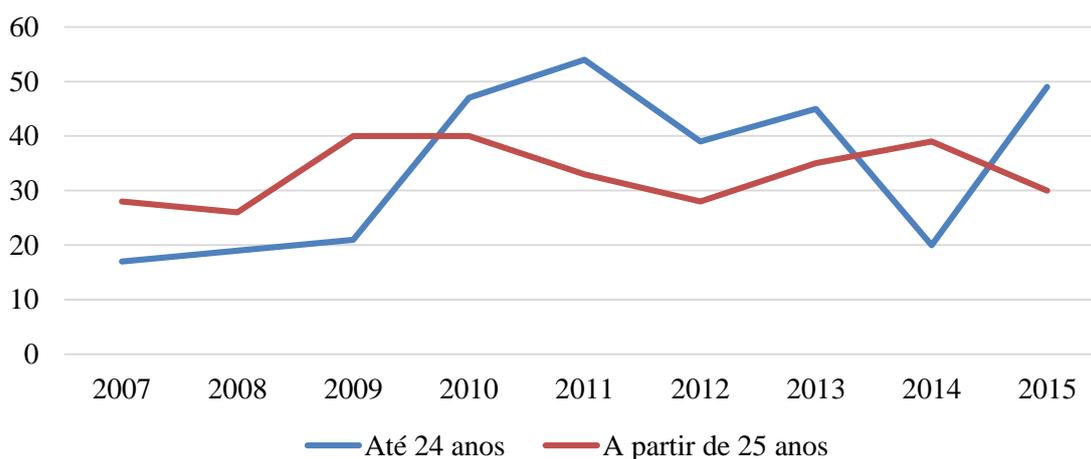
Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O único ano em que o gênero masculino superou, em notas, o feminino, foi em 2010, com média 83 e 82 respectivamente.

Questionamento 2: nas primeiras turmas do UNIPAM o público era, em sua maioria, com maior experiência. Será que aconteceu a reversão deste cenário?

Para responder ao segundo questionamento foram considerados como jovens os alunos com até 24 anos, e a partir de 25 anos, o público mais experiente. Durante o período estudado houve uma grande oscilação do número de jovens na disciplina Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis do UNIPAM, como mostra o gráfico 3.

**GRÁFICO 3.** Número de alunos do Estágio Supervisionado conforme idade

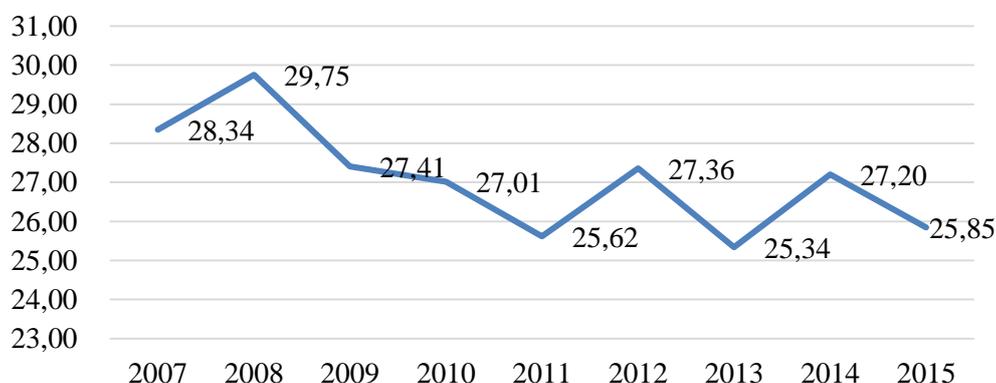


Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Nos 3 primeiros anos, o público mais experiente era maior, mas a partir do ano de 2010, o número de jovens cresceu consideravelmente, sendo superado apenas no ano de 2014.

Portanto, é possível afirmar que existe uma tendência à reversão do cenário em relação à idade. Em 2007, a idade média dos estudantes era 28,34 anos, já em 2015, a média passou para 25,85, ou seja, houve uma diminuição de 8,79%, conforme Gráfico 4.

**GRÁFICO 4.** Idade média dos alunos de Estágio Supervisionado



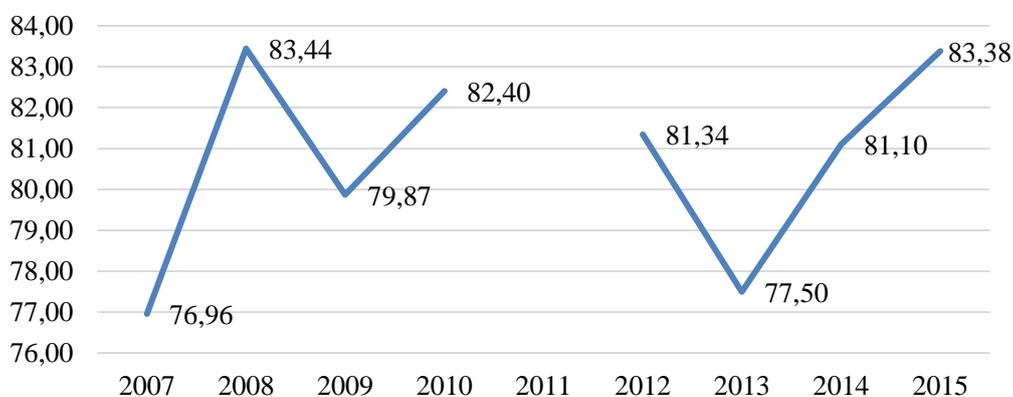
Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Questionamento 3: as notas de Estágio Supervisionado mostram evolução a partir da mudança da Metodologia de Ensino ocorrida no UNIPAM em 2011?

Primeiramente, deve-se ressaltar que a nova metodologia implantada não só possibilita o aumento das notas dos alunos, como também busca modificar sua forma de agir, para que seja mais esforçado, tenha mais empenho nos estudos e seja mais comunicativo (ANDRADE, 2016), porém neste trabalho, a análise realizada é apenas em termos de nota na disciplina Estágio Supervisionado. Apesar de a nova metodologia ter sido implantada em 2011, foi apenas em 2014 que as primeiras turmas de Ciências Contábeis integrantes desse modelo concluíram o curso.

O gráfico 5 mostra a evolução das médias das notas dos alunos em Estágio Supervisionado. A nota de 2011 foi desprezada por ser considerada como o período de transição entre a metodologia anterior e a nova metodologia.

**GRÁFICO 5.** Médias na disciplina Estágio Supervisionado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Houve um aumento notável das médias durante o período estudado: de 2007 para 2015 houve um crescimento de 8,34%. Como a disciplina estudada está presente no último ano do curso, apenas os alunos formados em 2014 e 2015, do período estudado, estavam incluídos na nova metodologia.

Portanto, o crescimento das notas, tanto comparando 2007 com 2015, quanto 2013 com 2014 e 2015, mostram que existe uma tendência à evolução das notas que pode estar relacionada às mudanças que foram implementadas a partir da nova metodologia.

Questionamento 4: os alunos que residem em outras cidades têm aproveitamento inferior aos alunos de Patos de Minas devido ao deslocamento necessário para chegar no UNIPAM?

Foram analisadas as cidades que apareceram 10 vezes, ou mais, em nossa população, sendo: Patos de Minas; Lagoa Formosa; Presidente Olegário; Carmo do Paranaíba; São Gotardo; João Pinheiro e Vazante. A pesquisa mostrou que Patos de Minas contribui com 64,43% da população estudada, seguida por Presidente Olegário e Lagoa Formosa com 3,61%. Identificamos, através do estudo demonstrado no Quadro 3, que a maior média em relação a notas é a média dos alunos da cidade de Carmo do Paranaíba, que deslocam 127 quilômetros ida e volta para chegar ao Campus do UNIPAM, como mostra o sítio Distância entre Cidades e possui um tempo de aproximadamente 2 horas e 2 minutos de deslocamento. Na sequência temos o município de João Pinheiro, que se distancia de Patos de Minas em 304 quilômetros ida e volta, com tempo previsto de deslocamento de 3 horas e 44 minutos.

QUADRO 3. Demonstrativos de alunos por cidade e notas médias

Cidade	Quantidade	Percentual	Média
Patos de Minas	393	64,43%	80,61
Lagoa Formosa	22	3,61%	81,91
Presidente Olegário	22	3,61%	78,50
Carmo do Paranaíba	19	3,11%	83,37
São Gotardo	16	2,62%	77,25
João Pinheiro	12	1,97%	82,17
Vazante	10	1,64%	75,10
Demais Localidades	116	19,02%	80,82
Total Geral	610	100%	80,56

Fonte: Base de Dados UNIPAM (2016)

A pesquisa apresenta indícios de que, mesmo com o deslocamento de alunos das cidades da região, as notas destes alunos em média são alinhadas com os alunos de Patos de Minas, e desta forma, o deslocamento no cenário pesquisado não possui interferência na variável “notas”.

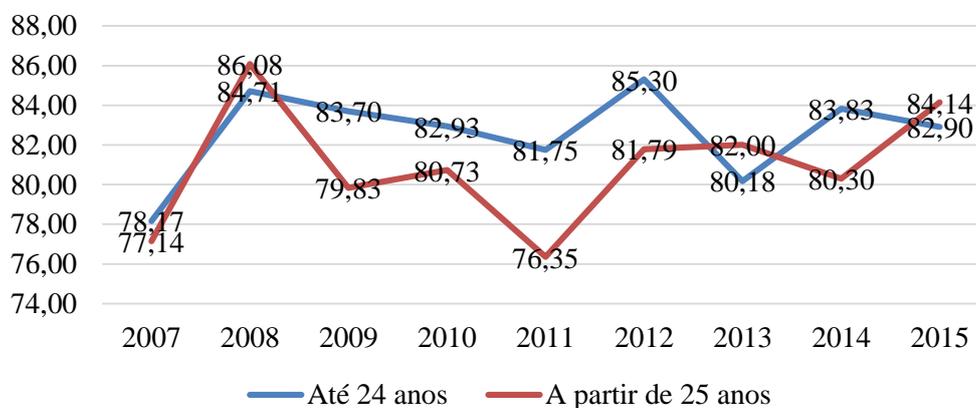
Ao analisar de forma mais detalhada o Quadro 3, identifica-se que as notas médias das cidades da região em comparação a cidade de Patos de Minas, local do campus do UNIPAM, estão alinhadas com pequenas diferenças. Deve-se levar em consideração que como a nota é média, uma nota ruim no caso de Vazante, por exemplo, o impacto

será maior do que a cidade de Patos de Minas, devido à quantidade de alunos para cada cidade.

Outra observação é que na base de dados estudada não há confirmação se o aluno ainda mora no município de origem. A análise foi realizada como se o aluno ainda morasse no município onde foi cadastrado quando da efetivação de sua matrícula. Como os dados já estavam tabulados, houve a curiosidade de se avançar um pouco mais na tentativa de que novas informações fossem obtidas. Portanto, foram testadas as variáveis notas e idade, primeiramente no gênero feminino (Gráfico 6) e na sequência o masculino (Gráfico 7).

Entre as alunas do Curso de Ciências Contábeis, existe uma diferença considerável se relacionarmos notas versus idade, conforme aponta o gráfico 6.

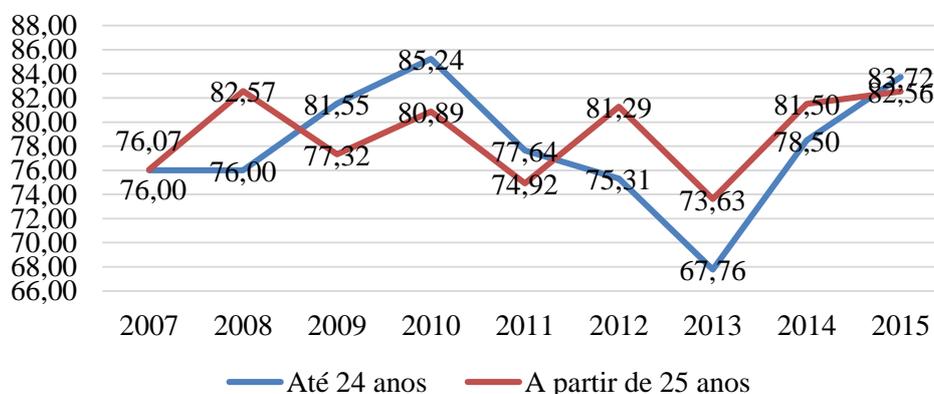
GRÁFICO 6. Notas médias do gênero feminino



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Durante 6, dos 9 anos analisados, o público jovem, até 24 anos, se sobressaiu sobre o mais experiente, destacando-se o ano de 2011, onde houve uma diferença de 5,40 pontos. Porém, quando se compara notas versus idade dos alunos, ocorre o contrário. Veja no gráfico 7.

GRÁFICO 7. Notas médias do gênero masculino



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

O público mais experiente supera o mais jovem durante 5 dos 9 anos estudados. No ano de 2007, a diferença é ínfima, com apenas 0,07 pontos, no entanto, no ano seguinte, a diferença é a maior do período, com 6,57 pontos.

## 5. Considerações finais

Os achados da pesquisa ratificam a tendência de outras pesquisas, que confirmam que a evolução do gênero feminino especificamente no UNIPAM, na disciplina de Estágio Supervisionado. Ressalta-se que o cenário estudado foi de alunos do curso de Ciências Contábeis e que os achados não são válidos para os demais cursos.

Já em relação à segunda proposta, em que se pesquisou se os alunos dos anos mais recentes confirmavam a presença da maioria de discentes com idades superiores aos 25 anos, que nós chamamos de experientes, ou se existia a reversão do quadro, os resultados demonstram que a tendência de reversão do quadro se confirmou e na atual conjuntura o número de jovens é superior aos experientes.

A respeito da metodologia de ensino implementada em 2011, os números mostram uma nítida evolução em termos de “notas”, ou seja, a nova metodologia contribuiu para o crescimento do nosso discente e consequentemente para a evolução do corpo docente.

Em relação a última proposição relacionada ao deslocamento do aluno, se isso teria interferência em suas notas, tendo como base os alunos de Patos de Minas-MG, cidade sede da Instituição de Ensino, os achados demonstram que os alunos que não viajam para estudar em média possuem notas superiores, mas com variações poucas significativas.

Como sugestão de novas pesquisas, sugere-se que:

- 1) os testes sejam aplicados a outras disciplinas ou cursos do UNIPAM, ou até mesmo em outras instituições de ensino superior; e
- 2) se observe se notas obtidas e remuneração têm algum tipo de relação, ou seja, se alunos com as melhores notas possuem remuneração compatível com o seu nível de conhecimento e envolvimento.

## Referências

ANDRADE, Sandro Ângelo de. *Entrevista PIBIC 2016*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <ml.andressa@hotmail.com>. em: 14 dez. 2016.

BRANDLI, Luciana L.; POZZOBON, Cristina E.; HEINECK, Luiz F. M. *A influência da localização residencial no desempenho dos estudantes universitários da UNIJUÍ*. 2003. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2003/artigos/CNE203.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

BRASIL, Portal. *Em 2014, 58,5% dos estudantes de 18 e 24 anos estavam na faculdade*. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/12/numero-de-estudantes->

universitarios-cresce-25-em-10-anos>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso: 23 mar. 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis*. Patos de Minas, 2010. 242 p.

COSER, Clair. *A atuação da mulher contabilista nas Organizações Contábeis de Florianópolis*. 2005. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294519.PDF>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DINIZ, Flávia. *Os desafios da mulher contabilista*. Disponível em: <<http://www.ciencias-contabeis.com.br/desafios-mulher-contabilista/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FREY, Márcia Rosane; FREY, Irineu Afonso. A contribuição do Estágio Supervisionado na formação do bacharel em Ciências Contábeis. *Contabilidade: vista & revista*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 93-104, abr. 2002. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/190/184>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

FUCAPE. *A Importância do Estágio Supervisionado no Processo de Ensino Aprendizado dos Cursos de Ciências Contábeis do Estado do Espírito Santo*. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/2/448%20IDALIA.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/448%20IDALIA.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2016.

MAFUANI, F. *Estágio e sua importância para a formação do universitário*. Instituto de Ensino superior de Bauru. 2011. Disponível em: <<http://www.iesb-preve.com.br/base.asp?pag=noticiaintegra.asp&IDNoticia=1259>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA NETO, Henrique Carivaldo de. *Modelo Pedagógico do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM*. Mensagem recebida por: <marcilio@unipam.edu.br>. em: 10 ago. 2016.

MOREIRA, Cristina Alves; LIMA, Fernanda Moreira; SILVA, Priscilla Nicácio da. A difícil tarefa de acadêmicos de curso noturno em conciliar trabalho e estudo. *Revista Eletrônica da Univar*, 2(6):51-56, 2011. Disponível em: <<http://www.univar.edu.br/revista/index.php/interdisciplinar/article/view/121>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. *A evolução da mulher na Contabilidade: os desafios da profissão*. 2013. Disponível em: <[https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo\\_mulher\\_contabilista\\_completo.pdf](https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo_mulher_contabilista_completo.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2016.

RUAS, Danielle. *Quase metade da força de trabalho em contabilidade é feminina*. 2014. Disponível em: <<http://www.deducao.com.br/noticia/345-quase-metade-da-forca-de-trabalho-em-contabilidade-e-feminina>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

SANTOS FILHO, Agnaldo Pedro. O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. *Partes*, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SAÚDE, Mania de. *Contabilidade atrai os jovens*. 2014. Disponível em: <<http://maniade-saude.com.br/materias/contabilidade-atrai-os-jovens>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SCAVONE, Mirian. As Vitoriosas. *Veja*, n. 1629, p. 224, dez. 1999.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Ensino da Contabilidade: alguns aspectos sugestivos e críticos da graduação após resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2006. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 4(3):82-94, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/982>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SILVA, Denise Mendes da. *O Impacto nos Estilos de Aprendizagem no Ensino de Contabilidade na FEA-RP/USP*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Contabilidade e Controladoria, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-24012007-152550/pt-br.php>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

SOUZA, Carla Neres de. *A importância da ética empresarial para o profissional de Secretariado*. 2013. Disponível em: <[http://www.fenassec.com.br/xii\\_semissec2013\\_artigos/a-importancia-da-etica-empresarial-para-o-profissional-de-secretariado.pdf](http://www.fenassec.com.br/xii_semissec2013_artigos/a-importancia-da-etica-empresarial-para-o-profissional-de-secretariado.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

TONETTO, Patrícia Tramontin. *A Mulher Contadora: O perfil das profissionais e as perspectivas para o futuro das formadas entre 2007 a 2011 do curso de Ciências Contábeis*

da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. 2012. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC, Criciúma, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1326/1/Patricia%20Tramontin%20Tonetto%20.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

VILELA, Carina Valéria Ferreira. *O acesso das mulheres ao estudo da Contabilidade: comparação entre o caso britânico e o caso português*. 2015. 70 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7871/1/carina\\_vilela\\_mcf\\_2015.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7871/1/carina_vilela_mcf_2015.pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2016.

## Terceirização penitenciária como forma de adequação da aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana e da função social na ponderação da execução penal brasileira

*Penitentiary outsourcing as a way of adapting the application of the principle of the dignity of the human person and of the social function in the consideration of the Brazilian penal execution*

**Phelipe Júnior Silva Ferreira**

Graduando do curso de Direito (UNIPAM). e-mail: jusphelipe@gmail.com

**Denilson José Martins**

Professor orientador (UNIPAM). e-mail: denilson@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O presente artigo busca elucidar a crescente importância da terceirização, principalmente no âmbito penitenciário. É fato que, em pleno século XXI, ocorre o apogeu da crise penitenciária, para a qual o Estado Democrático de Direito Brasileiro aplica, de maneira imperita e imprudente, o *ius puniendi*, bem como as garantias fundamentais essenciais. Além disso, a atual situação precária das penitenciárias está cominada à omissão e à má gestão pública, as quais ferem diretamente os preceitos fundamentais. Diante disso, surge como opção apaziguadora o instituto da terceirização, que consiste em um processo moderno de prestação de serviço por particular, marcado pelas características do neoliberalismo e do transconstitucionalismo, que vêm contribuindo em êxito por todo o globo, de forma a respeitar os princípios da legalidade, da razoabilidade, da dignidade humana e da função social. Logo, a terceirização penitenciária busca solucionar as mazelas político-sociais da burocrática máquina estatal que assolam o Brasil.

**Palavras-chave:** Sistema penitenciário terceirizado. *Ius puniendi*. Execução penal. Falência da pena. Dignidade da pessoa humana.

**Abstract:** The present article seeks to elucidate the growing importance of outsourcing, especially in the penitentiary area. It is a fact that, at the height of the twenty-first century, the apogee of the penitentiary crisis occurs, to which the Brazilian Democratic State of Law applies in an imperious and reckless way the *ius puniendi*, as well as the essential fundamental guarantees. In addition, the current precarious situation of the penitentiaries, combined with the omission and public mismanagement, directly hurt the fundamental precepts. In the face of this, there appears as an appeasement option the institute of outsourcing, which consists of a modern process of service delivery by private individual, that is marked by the characteristics of Neoliberalism and Transconstitutionalism. They have been contributing successfully to the whole world, in order to respect the principles of legality, reasonableness, human dignity and social function. Therefore, penitentiary outsourcing seeks to solve the political-social problems of the bureaucratic state machine that plagues Brazil.

**Keywords:** Outsourced penitentiary system. *Ius puniendi*. Penal execution. Failure of penalty. Human dignity.

## 1. Considerações iniciais

Atualmente, no Brasil, são fortes a corrente e os movimentos que sustentam a falência da função da pena restritiva de liberdade em presídios públicos. É possível tal constatação a partir do fracasso demonstrado pelos efeitos deletérios produzidos no ambiente carcerário, além de tantos outros fatores negativos gerados.

As políticas carcerárias são caracterizadas como sendo uma política moderna, adotada a partir da segunda metade do século XVIII, como uma forma de manter a disciplina, o controle e a punição. Reputa como a resposta do Estado a uma conduta, que se centra na repressão, tendo um conjunto de ações voltadas para a assistência social e jurídica do apenado, as quais, atualmente, se resumem em ações paliativas. As políticas carcerárias são, atualmente, regulamentadas pela Lei de Execuções Penais (LEP), Lei nº 7.210/84.

A partir de uma análise criteriosa dos presídios brasileiros, é possível perceber que há uma acintosa queda do modelo estatal, cuja falência já vem sendo admitida há tempo, em virtude de inúmeras mazelas e barbáries que ainda se fazem presentes. Percebe-se que há uma série de fatores que desencadeiam efeitos negativos, desde a omissão estatal à falta de tolerância da sociedade quanto à dignidade e ao respeito para com o preso.

Quanto às tentativas de melhorias na atual situação, estão sendo desenvolvidos apenas contornos temporários para as problemáticas. Verifica-se que há a infiel e incorreta execução da pena que culmina inegavelmente na visão pessimista sobre a eficácia das prisões estatais. Não há uma política prisional considerada séria, engajada com melhorias nas condições deficientes dos estabelecimentos prisionais brasileiros. A constante proposta de reformas de presídios, sem a racionalização dos custos e da arquitetura penitenciária e sem a tomada de consciência pela sociedade e concretização por parte do Governo das disposições expressas na lei, de nada adiantará.

Em pleno século XXI, a ressocialização cominada com a humanização da pena ainda é um ideal a ser alcançado. Torna-se nítida a expressa falência do sistema penitenciário brasileiro, que pela falta de vontade política aliada à enorme máquina burocrática do Estado, contribui em êxito e decisivamente para a construção da teoria de defesa da terceirização do sistema penitenciário, observado o respeito à aplicação das imposições no ordenamento jurídico pátrio.

Este artigo aborda a terceirização penitenciária, tendo por problemática a crise que assola o sistema penitenciário brasileiro, e por solução, o processo de terceirização. Demonstrará que há a possibilidade, a necessidade e a legalidade da implantação do processo de terceirização, levando à adequação na execução penal.

A metodologia usada consiste em uma pesquisa acadêmica qualitativa, com caráter descritivo e explicativo. Para a produção deste artigo, foram realizadas revisões bibliográficas e levantamentos de dados.

O trabalho será dividido em quatro itens: o primeiro “Considerações iniciais”; o segundo “*Ius Puniendi*, função da pena e retribuição da pena”, no qual se abordarão pontos basilares que serão norteadores, como o direito de punir, os princípios fundamentais e a função da pena; o terceiro, de intitulação “Terceirização Penitenciária”, o apogeu da redação, trata do processo de terceirização, de sua legalidade, de seus res-

paldos, conjuntamente com uma análise da realidade carcerária brasileira; e, por fim, as “Considerações finais”.

## **2. *Ius puniendi*, estado de direito e direitos humanos**

O direito/dever de punir pertence ao Estado, porém ele também deve velar para a efetivação dos direitos humanos. Atualmente, é alarmante o desrespeito sistemático a vários preceitos relativos aos direitos humanos e suas garantias expressos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Execução Penal (LEP). De fato, é notório que há o descumprimento da LEP, o que acarreta grandes discussões entre os operadores do Direito, os dirigentes do Estado e toda sociedade civil.

Dessa forma, é inquestionável a ingerência estatal, uma vez que é necessário analisar o apenado como um ser humano, dotado de dignidade e merecedor da tutela estatal. Surge, nessa linha de raciocínio, a compreensão de que a pena não é um limitador incondicional dos direitos, sendo necessário ao Estado e seus agentes respeitar e observar determinados limites quanto ao poder de punir (*ius puniendi*).

Assim, o Estado e seus agentes devem pautar suas condutas e ações por meio da Lei de Execução Penal e legislação correlata, estabelecendo com o preso uma relação de direitos e deveres mútuos, buscando alcançar um fim específico, a reintegração social do apenado. Contudo, infelizmente, essa prática não corresponde à realidade fática, que se mostra, em muitas situações, como injusta e indiferente, pois a pena, muitas vezes, ultrapassa todos os limites, sejam legais ou humanos.

### **2.1. Estado democrático de direito**

O Estado de Direito está ligado ao respeito das hierarquias das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais. Nas palavras de Greco (2015, p. 26):

assim, nesse Estado Constitucional e democrático de direito é que encontramos o fundamento de validade do *ius puniendi*, bem como suas limitações. É um Estado em que os direitos humanos deverão ser preservados a qualquer custo. Como diz precisamente Norberto Bobbio, o reconhecimento e a projeção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas.

De fato, atualmente, o sujeito, seja autor ou réu, e até quem o preside (juízes ou desembargadores), de um processo criminal conta com diversas garantias e direitos que lhes podem favorecer. E, por mais significativo que um segmento doutrinário e jurisprudencial pareça ter dificuldade em compreender, esses direitos e garantias não são frutos de casuísmo e tampouco foram alçados a essas categorias por mera formalidade do legislador. São conquistas históricas de todos os cidadãos, estejam sendo processados ou não.

Segundo os ensinamentos de Bonavides (2013), o Estado, em seus primórdios, conforme a doutrina liberal, era visto como oponente da liberdade. A partir do fim do

século XVIII, momento primordial para o Estado Liberal, surge a primeira dimensão de direito, em que o Estado, de oponível e absoluto (Estado Absolutista), passa a adotar uma ação negativa, não interferindo na privacidade e liberdade do indivíduo.

Assim, Bonavides arremata que o liberalismo dos dias atuais tornou-se um liberalismo não apenas jurídico, na forma, mas também econômico e social, para que seja efetivamente um liberalismo que contenha a identidade do Direito com a Justiça. Enfim, um liberalismo que se aproprie das conquistas humanistas e dos ideais de justiça social. Assim, a terceira dimensão de direito traz a concepção de que o ser humano não é visualizado somente como ser singular, mas como membro da coletividade, passando a ser cidadão do mundo, por meio dos princípios da fraternidade e da solidariedade.

É importante destacar que esse período, do Estado Liberal ao Estado Social, corresponde à fase inaugural do constitucionalismo no Ocidente. Bonavides (2013, p. 30) observa que “o homem-cidadão sucedia ao homem-súdito”.

A Constituição da República de 1988, em seu preâmbulo, proclama que a Assembleia Nacional Constitucional buscou instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, como a liberdade e a segurança. Conforme leciona Bulos (2012, p. 522), em sua obra *Curso de Direito Constitucional*, os direitos e garantias têm “seu fundamento [que] reside na proteção da dignidade da pessoa humana, sendo a constituição a sua fonte de validade”. Bulos também traz o entendimento de que a teoria geral dos direitos e garantias fundamentais é o conjunto de ideias, noções, classificações e distinções relativas à matéria constitucional das liberdades públicas.

Logo, o Estado Constitucional e Democrático de Direito não somente garante a proteção aos direitos de propriedade, mas defende também, por meio de leis, normas e princípios, todo um rol de garantias fundamentais, que estão enraizadas e baseadas no Princípio da Dignidade Humana, as quais trazem a dignidade e a humanidade.

## **2.2. *ius puniendi*, função da pena e retribuição penal**

O *ius puniendi*, ou direito de punir, refere-se ao poder e à prerrogativa sancionadora do Estado. Essa expressão é usada sempre em referência ao Estado frente aos cidadãos.

Historicamente, o Estado passou a monopolizar o poder de punir. O *ius puniendi* estatal opera como instância de poder público capaz de resolver o conflito criminal de forma institucional, racional, previsível, formalizada, eficaz e igualitária, com criterioso respeito às garantias individuais e fundamentais (art. 59 do Código Penal c/c art. 5º da LEP).

Todavia, vale lembrar que o sistema punitivo da Inquisição e das Monarquias Absolutas, que foi denunciado e criticado por Cesare Beccaria em 1764, também vigorou no Brasil, pelo Livro V das *Ordenações Filipinas*. Essas Ordenações tiveram valor aqui do ano de 1603 ao ano 1830. Tratava-se de um poder punitivo cruelmente repressivo e, ao mesmo tempo, intimidativo. Nesse período, não se respeitava a legalidade estrita.

Predominava a ideia, quanto à pena, da prevenção geral negativa (ou intimidação), que encontrou apoio na Teoria da Coação Psicológica, que consiste no enten-

dimento de que o desprazer da pena tem que ser maior que o prazer do crime, incluindo a execução exemplar das penas corporais, cruéis e públicas e, sobretudo, a pena de morte.

Em períodos de impérios e reinados, controlava-se a população pelo poder de perdão. O governante contava com um ilimitado *ius puniendi*, assim como com o direito de perdoar. Conjuntamente, nessa época, foi enorme a influência da Igreja, não distinguindo o pecado do delito, valendo-se do Direito Penal para preservar o seu poder. Os crimes mais hediondos naquela época eram “lesa-majestade humana”, crime contra o rei, e “lesa-majestade divina”, que consistia em heresia, blasfêmia, entre outras afrontas à Igreja.

Nos últimos tempos, o debate a respeito da função conferido à pena tem aumentado. A pena é a resultante natural instituída pelo Estado sempre que alguém cometer uma infração penal. Quando um indivíduo pratica um fato típico, ilícito e culpável, o Estado deve mostrar o valor do seu direito de punir (*ius puniendi*). Atualmente, cabe ao *ius puniendi* estatal assegurar as condições da justa e proporcional tutela dos bens jurídicos fundamentais, vedando a justiça privada (art. 5º, inc. LIV e LV, da Constituição Federal).

De acordo com o ordenamento penal brasileiro, as penas são essenciais e devem ser satisfatórias para condenar e evitar o crime. Em outras palavras, a pena desaprova toda conduta perversa praticada pelo indivíduo, bem como toma precauções expressas para que os crimes não se repitam. Assim, a finalidade da pena consiste na conjunção da retribuição com a prevenção, conforme a Teoria Mista (Unificadora da Pena) adotada pelo Brasil.

É quase unânime, nas Ciências Penais, a afirmação de que a pena justifica-se por sua necessidade, e sem ela não seria possível a convivência em sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o *ius puniendi*, juntamente com o Estado de Direito e Direitos Humanos, são expressões interligadas, cada uma delas considerada elo de uma mesma corrente.

É importante estabelecer que há limites para o *ius puniendi*, ou seja, a responsabilidade penal não pode acontecer de forma aleatória e arbitrária. Na atualidade, tornou-se doutrina corrente a de que tais limites devem ser observados, sobretudo, por meio dos princípios. Assim, cada princípio limitador do *ius puniendi* corresponde a um filtro da responsabilidade penal. Entre esses princípios, há dignidade da pessoa humana, devido processo legal, legalidade, individualização, razoabilidade, contraditório, inocência, juiz natural, instrumentalidade, *non reformatio in pejus*, *in dubio pro reo*, entre tantos outros.

Alexandre Morais da Rosa (2014, p. 16) preleciona que,

no jogo processual as regras são impostas pelo Estado e sustentadas pelo magistrado. Limita o tempo, desde a denúncia até o trânsito em julgado, bem assim o espaço (Tribunal) em que será jogado. É dinâmico e com a possibilidade de mudança, alternância, vitória, empate ou derrota. E pode se renovar (jogos repetitivos ou noutras instâncias recursais). De alguma maneira o jogo processual penal dá ordem parcial ao caos, estipulando o local do jogo, seus limites, regras, jogadores e julgadores. Daí seu efeito cativante. Para ser bom jogador não basta somente conhecer as regras processuais. É preciso ter

habilidades, inteligência, ritmo, harmonia, capacidade de improviso e *fair play*. Ao se assumir a função de jogador ou julgador, no jogo processual penal, acontece a criação de ambiente apartado das preferências pessoais. Utilizam-se máscaras e lugares diferenciados, para os quais a estética, a performance, roubam a cena. O espetáculo do jogo processual lança luzes narcísicas, promove o aparecimento de traços não existentes e/ou obliterados na vida privada. Pulsa. Agita. Explode. É o rito coletivo pelo qual a punição se legitima.

Percebe-se que o *ius puniendi* estatal somente pode ser efetivado por meio de um processo, que se dará por um caminho, no qual deve percorrer a acusação até alcançar, ao final, um eventual juízo de certeza sobre o fato imputado, ocasião em que será imposta a condenação. Esse caminho nem sempre é tranquilo e, muitas vezes, apresenta obstáculos antes, durante e após a condenação.

Andreucci (2016, p. 303) foi preciso quanto ao direito de punir, *in verbis*:

o direito de punir é monopólio do Estado e quando este o exerce, tem por objetivo castigar o agente criminoso, inibir o surgimento de outros crimes, demonstrando a certeza de punição, oferecer certeza à coletividade da busca por justiça e reeducar, readaptar o condenado, socialmente.

Conclui-se que a pena constitui em um recurso elementar com que conta o Estado e à qual recorre, quando necessário, para tornar possível a convivência entre os indivíduos. Nesse sentido, é possível deduzir que as modernas concepções do direito penal estão vinculadas às ideias de finalidade e função, o que explica sua estrita relação com as teorias da pena, meio mais característico de intervenção do Direito Penal.

### 2.3. Direitos humanos

Os Direitos Humanos são os direitos básicos de todos os seres humanos, independente de sua personalidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas afirma, em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

A visão ocidental-capitalista dos direitos humanos é centrada nos direitos civis e políticos, com direitos que privilegiavam a satisfação das necessidades elementares, direitos que não sejam suprimidos apenas pela propriedade privada, direitos de ter livres e múltiplas escolhas e a possibilidade de discordar. Ressalva, todo direito gera um dever correlato.

Portanto, conforme os direitos humanos foram obtendo êxito e passando a ser reconhecidos como direitos fundamentais, passaram a ser literalmente fundamentais nos textos constitucionais. E sua defesa como garantia fundamental passou a ser uma “bandeira” defendida pelos aplicadores e operadores do Direito.

## **2.4. A dignidade da pessoa humana e a função social como princípios fundamentais de direito penal**

A dignidade da pessoa humana consiste em um princípio republicano, conforme art. 1º, inc. III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Logo, a dignidade da pessoa humana ostenta *status* de princípio fundamental, de modo a constituir as diretrizes obrigatórias do Estado e de todos operadores do Direito, pois embasa os demais princípios.

Os princípios da dignidade da pessoa humana e da função social possuem força expansiva, agregando, em torno de si, direitos básicos, fundamentais, inalienáveis e imprescritíveis. Assim, são princípios e valores que preservam o Estado Democrático de Direito. Segundo Bulos (2012, p. 503), os “princípios fundamentais são diretrizes imprescindíveis à configuração do Estado, determinam-lhe modo e a forma de ser”.

Os referidos supra-princípios estão entre os direitos fundamentais essenciais que impõem limites à atuação do Estado, de modo que não podem ser tocados, em regra. O processo penal, no Estado Democrático de Direito, é um instrumento de direitos e garantias destinado ao cidadão sobre o qual recai a persecução penal. O acusado deve receber tratamento digno e humano por parte do Estado (art. 5º, inc. III, VI, VIII, X, XLVII, XLIX e LIV, da Constituição Federal de 1988). Dessa forma, a sanção penal somente poderá ser aplicada após o esgotamento de todas as fases previstas na legislação processual (*ultima ratio*), com observância estrita de todo seu conteúdo, sobre pena de nulidade.

## **3. Terceirização penitenciária**

Percebe-se que o Estado, ou a gestão estatal, não está sendo mais capaz e suficiente para gerir corretamente o sistema prisional, implicando, conseqüentemente, na subtração de direitos fundamentais amplamente previstos em leis, sem as possibilidades práticas da pena de prisão alcançar os seus objetivos de retribuição, prevenção e, principalmente, ressocialização. Em meio a esse campo que se buscam alternativas para o gerenciamento prisional, surge, como alternativa mais viável, a terceirização.

### **3.1. O que é terceirização, sua aplicação e suas peculiaridades**

Nas palavras de Russo (2007, p. 11), extrai-se a ideia basilar da terceirização, que consiste em “um processo de administração moderno, no qual se transfere para terceiros as atividades que não estão essencialmente ligadas à atividade principal da organização contratante”.

A origem mais remota encontrada em meio às literaturas sobre a terceirização se dá com o surgimento da indústria automobilística. E sua eclosão se dá após e durante a Segunda Guerra Mundial, marcando a produção bélica, a níveis globais.

Em primeiro momento, o processo de terceirização é visto como um fenômeno contemporâneo de origem administrativa. Consiste na contratação, por determinada organização, privada ou pública, de serviços de terceiros para suas atividades meio.

Sua tendência é um processo irreversível, que foi adotado em países de Primeiro Mundo, como Estados Unidos, França e Alemanha, e também em países em desenvolvimentos, como os membros do BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

É fundamental delimitar adequadamente o objeto da terceirização. Ao se identificar as atividades ou serviços que se propõe terceirizar, é importante analisar se elas são atividades meio, atividades meio estratégicas ou atividades fim. A terceirização pode ser dividida em duas categorias: total e parcial. A primeira, segundo a doutrina, compreende a terceirização de cerca de 80% ou mais da atividade. A segunda já compreende a terceirização de pequenas partes de diversas atividades.

Faz-se necessário ressaltar que *downsizing* (reestruturação da empresa com consequente redução dos níveis hierárquicos), *joint venture* (empreendimento comum ou fusão de capital) ou uma aliança estratégica não são efetivamente a realização de uma terceirização. Em contrapartida, podem ser considerados como tipos de terceirização: o concessionário, o representante e a franquia.

O concessionário consiste em uma organização que atua em nome da outra. Já no representante, as empresas contratam profissionais especializados para atuarem como seus prepostos no mercado. E na franquia, uma organização concede a terceiro o uso de sua marca, produto ou serviço, em condições preestabelecidas.

Terceirizar pode ser definido, de maneira simples, como um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades ou funções para terceiro. Observa-se que esse ato de terceirizar tem, em suas características e condições, o reflexo do período neoliberal, com desenrolar da nova globalização econômica e dos mercados financeiros. Ressalva-se, também, que esse processo se estabelece por uma relação de parceria.

### **3.2. Legalidade do processo de terceirização**

A Terceirização se tornou um vocábulo frequentemente utilizado, no âmbito do Direito, seja Administrativo, Empresarial, Trabalhista ou Penal. Foi referido no art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00). Também foi tratado na Súmula 331 do TST, na Lei nº 13.019/14, na Lei nº 11.079/04, e em outros diversos dispositivos normativos.

O instituto aqui tratado se investe de uma ação mais caracterizada como sendo uma técnica moderna de administração, a qual se baseia em um processo de gestão que leva a mudanças estruturais, podendo ser físicas, organizacionais, procedimentais, sistemáticas, culturais e de controle. Assim, capilariza toda a malha organizacional, visando o objetivo único quando adotado: melhorar resultados, concentrando os esforços e minimizando gastos, para melhor desenvolvimento da atividade principal.

Vários são os motivos que favorecem a adoção pelo sistema de produção terceirizado, entre eles, os principais são elencados por Cavalcante e Jorge Neto (2013, p. 434): “a modernização da administração empresarial com a redução de custos, aumento da produtividade com a criação de novos métodos de gerenciamento da atividade produtiva”.

Diante o exposto, são perceptíveis as novas necessidades econômicas que reclamam por uma flexibilização na contratação, tornando-se viável a delegação de atividades especializadas a terceiros. Faz-se necessário, também, na atual falha imperita da

gestão pública, a tendência de transferir para terceiros, ou em parceria com estes, as atividades que não fazem parte do negócio principal da organização pública.

Sobre a implantação e consequências da terceirização, sejam positivas ou negativas, devem-se observar três áreas: a prestação do serviço, os empregados e os aspectos legais. À prestação de serviço, como exemplo, pode haver o incremento ou a queda da qualidade; maior ou menor repasse de *know-how*; redução ou aumento de custos; maior ou menor dificuldade de reversão da terceirização; entre outros. Em relação aos empregados, também a título de exemplo, pode haver resistência dos empregados remanescentes; maior ou menor conflito ou apoio do sindicato; melhor ou piores benefícios; entre outros. Por fim, sobre os aspectos legais, o exemplo mais contundente é a responsabilidade decorrente dos débitos trabalhistas, que é da organização terceirizada e do contratante, logo, solidária. Assim, o sucesso de sua aplicação está na visão estratégica que os dirigentes, gestores, projetistas e diretores deverão ter na sua implantação, na organização, de modo que tal processo se consolide com uma metodologia e prática.

No entanto, cabe ressaltar que o presente trabalho não tem o teor de ingressar na seara trabalhista, uma vez que ainda há divergências e múltiplos posicionamentos quanto ao processo de terceirização. Porém, faz-se necessário observar sua essencial exceção jurisprudencial, firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), na Súmula nº 331, que delimita a terceirização. É possível verificar pela referida súmula que a terceirização somente se fará para atividades meio. Prevê a redação da Súmula nº 331 do TST:

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

É importante destacar que a terceirização deve ser de contratação de serviços ou atividades, nunca de mão de obra. Porém, vem-se adotando gradualmente a terceirização em atividades de caráter temporário, como mão de obra avulsa, mão de obra temporária e mão de obra autônoma. Essa aplicação da terceirização é aceita pela doutrina, como por Giuseppe Maria Russo, Sergio Pinto Martins, Wilson Alves Polonio e Helder Santos Amorim.

Nesses termos, o Instituto Normativo 03/97 do Ministério do Trabalho considera empresa de prestação de serviços ou atividades a terceiros aquelas destinadas a “realizar determinado e específico serviço a outra empresa fora do âmbito das atividades fim e normais para que se constitui esta última” (art. 2º, Instituto Normativo 03/97).

É importante destacar que há uma linha tênue entre a terceirização e as parcerias público privado (PPP). A terceirização vem de terceiros, portanto, faz referência à execução de atividades e serviços prestados por algumas pessoas ou organizações para outras instituições. Já a parceria é um termo que faz referência a algum tipo de relação entre “iguais”, pautada em contratos com prazos (de curta e média duração) determinados, de responsabilidades mútuas, que, portanto, devem ser respeitados por ambos. Percebe-se que em ambos, terceirização e parcerias, não há a transferência completa de patrimônios e responsabilidades, como no caso da privatização. São possíveis as aplicações das leis e regras contratuais das parcerias à terceirização, uma vez que não há vedações nem posicionamento jurisprudencial ou doutrinário consolidado que vete.

Percebe-se que a terceirização é uma logística, com alcance de metas, de eficácia e eficiência, em termos de gestão. Portanto, cabem às administrações, à diretoria e aos gestores dos presídios adotarem o sistema da terceirização ou das parcerias, uma vez que demonstra ser viável, funcional, legal e condizente com os atuais fatos.

### **3.3. Colapso, falência na gestão pública penitenciária estatal**

No Brasil, a discussão acerca da terceirização dos presídios é motivada pela visível ausência de condições dignas de manutenção de presos na grande parte dos estabelecimentos penitenciários administrados exclusivamente pelo Estado.

Entre os autores especializados no assunto, Tara Herivel, Rogério Greco, André Luiz Augusto da Silva e Luiz Flávio Borges D’Urso, constatarem as seguintes deficiências e problemas mais marcantes do sistema penitenciário brasileiro: superlotação carcerária; elevado índice de reincidência; condições de vida e de higiene precárias; negação de acesso à assistência jurídica e de atendimento médico, dentário e psicológico aos reclusos; ambiente propício à violência sexual e física, sendo esta ocorrida tanto entre os próprios detentos quanto entre estes e os agentes carcerários; ociosidade ou inatividade forçada; grande consumo de drogas; efeitos sociológicos e psicológicos negativos produzidos pela prisão.

Vale referir-se ao documento E/CN 4/20001/66/Add-2, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que se relataram visitas aos presídios e prisões brasileiras nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Pará e Distrito Federal. No relatório, constaram os mais diversos problemas relacionados a edificações e estrutura inadequadas, má higienização, ausência de assistência médica aceitável, carência de recursos humanos adequados, utilização de métodos de tortura, entre tantos ou-

tros que retratam o estado da precariedade que marca o sistema penitenciário nacional. Bonavides (2013, p. 203) sintetiza a contradição vivida pelo país, em sua função:

na democracia moderna oferece problemas capitais, ligados às contradições internas do elemento político sobre que se apoia (as massas) e a hipótese de um desvirtuamento do poder, por parte dos governantes, pelo fato de possuírem estes o controle da função social e ficarem sujeitos à tentação, daí decorrente, de o utilizarem a favor próprio (caminho da corrupção e da plutocracia) ou no interesse do avassalamento do indivíduo (estrada do totalitarismo).

Conclui-se que a problemática quanto à crise penitenciária brasileira está enraizada em questões que ultrapassam a má gestão e os gestores e se propaga por todo o sistema público. É pertinente dizer que um dos principais males se encontra impregnado na mentalidade e ganha forças com as massas. Logo, o colapso prisional é parte do processo de falência de cooperação, ordem e humanidade.

### 3.3.1. Vigiar e Punir, breve análise sobre a realidade carcerária brasileira

Em muitos casos, os melhores diagnósticos talvez sejam as críticas mais contundentes sobre o que se passa no universo jurídico, que não são oriundas de juristas, de acadêmicos do Direito, ou Tribunais. O melhor exemplo para citar é o filósofo Paul-Michael Foucault.

Foucault não era jurista, mas um filósofo, psicólogo, político e investigador social, cuja obra *Vigiar e Punir* tornou-se conhecida mundialmente. Essa obra descreve as atrocidades e barbáries que foram praticadas a partir do sistema penal, basicamente em todos os lugares, até o século XVIII. Nas palavras de Greco (2015, p. 129),

o maior mérito de Foucault, entre tantos, foi trazer ao conhecimento público os horrores praticados por um sistema penal desproporcional, descompromissado com a dignidade da pessoa humana que, até o século XVIII, basicamente não se importava com o sofrimento que, oficialmente, infligia àqueles que haviam praticado um delito qualquer.

Em resenha, Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, mostra a evolução de um sistema penitenciário cuja finalidade era a aplicação de penas aflitivas, desumanas, sobre o corpo, passando para outra forma de sistema, cuja finalidade precípua seria a aplicação de pena privativa de liberdade. Assim, conforme entendimento extraído de Michel Foucault, agora o sofrimento não é mais do corpo, mas da alma.

Passando para a análise da situação penitenciária brasileira, percebe-se, em primeiro momento, a desestruturação do sistema prisional. O atual abandono dos presídios traz o descrédito da prevenção e da reabilitação dos condenados.

Vários são os fatores que culminaram para um precário sistema prisional. Entretanto, o abandono, a falta de investimentos e o descaso do poder público ao longo do tempo vieram por agravar. Sendo assim, a prisão que outrora surgiu como um instrumento substitutivo da pena de morte, das torturas públicas e cruéis, atualmente não

consegue efetivar o fim correccional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente extremamente degradante, desumano e pernicioso, acometido dos mais degenerados vícios e falhas, sendo impossível realizar a ressocialização de qualquer ser humano. Salienta Silva (2014, p. 36):

dessa forma, o modelo que se apresenta no cotidiano do cárcere proporciona um crescente repúdio social à população carcerária, proveniente da sociedade extramuros e repúdio pelos servidores penitenciários, através de uma brutal desinformação do papel social do cárcere.

Portanto, muitas mediações existentes determinam o insucesso das políticas ressocializadoras pelo Estado e seus presídios estatais. Logo, a solução que demonstra ser a mais viável é a terceirização, para que, dessa maneira, possa atingir a finalidade de ressocializar. Há um lastro de fundamentos jurídicos e ideológicos que sustentam tal tese, como os Direitos Humanos, o próprio fim a que se destina a pena (ressocializar, prevenir e punir), os mais diversos princípios, em especial a dignidade da pessoa humana.

#### **3.4. Quem lucra com as prisões terceirizadas**

Apesar de existirem posicionamentos contrários, há quem defenda a terceirização do sistema penitenciário como solução para as problemáticas existentes. O certo é que uma gestão pública modernizada e plenamente articulada com os demais segmentos da organização pública e privada é o caminho mais coerente a ser traçado.

Como qualquer modelo de gestão, a terceirização apresenta vantagens para melhorar a qualidade. Entre as principais vantagens trazidas pela terceirização, em nível administrativo e econômico, podem ser citadas: aumentar a qualidade; otimizar os serviços e incrementar a produtividade, pois passa a ser executada por pessoas especializadas; otimizar o uso de espaços colocados em disponibilidade; agilizar decisões; minimizar os desperdícios, as perdas, os controles, os custos administrativos e de pessoal; minimizar a burocracia, pois os equipamentos e a mão de obra são do prestador de serviços que é especializado; evitar o sucateamento dos equipamentos; racionalizar as estruturas organizacionais; renovar a cultura por meio da parceria; reverter o processo de verticalização; evitar a dispersão da organização daquilo que é considerado seu foco, sua atividade-fim; focalizar a organização em suas atividades-fim e estratégicas, proporcionando dos recursos e investimentos melhoramento da qualidade e da competitividade do negócio, além de gerar efetividade e eficiência. Vale ressaltar que a terceirização focada simplesmente na redução de custos está na contramão da proposta do presente artigo.

O processo de terceirização requer prévio e constante planejamento, com definições claras do escopo e da seleção criteriosa de potenciais parceiros. No momento de escolha pela terceirização, a Administração Pública deverá traçar projetos, avaliar e identificar as consequências das mais tangíveis às menos prováveis. Os defensores ar-

gumentam que, pela terceirização do estabelecimento penitenciário, não há transferência da função jurisdicional do Estado para o privado, uma vez que a este compete somente exercer a função material da execução penal e que, por um custo reduzido, a iniciativa particular permite maior eficácia no cumprimento da execução da pena, proporcionando um ambiente mais seguro e salubre.

É possível afirmar que é viável a transferência de serviços administrativos, antes prestados pelo Estado, aos privados. Os programas de terceirização são variados, alcançando-se formatações que vão desde a atribuição de serviços exclusivamente acessórios, como o fornecimento de alimentação e limpeza, até a gestão propriamente de arranjos, como *desing*, construção, financiamento, administração e gestão.

No que se refere à complexidade quanto à estrutura física, objeto da concessão administrativa prisional, há a possibilidade de abarcar a construção do presídio, envolvendo seu aparelhamento e o subsequente desempenho de um conjunto de serviços inerentes ao seu funcionamento. A terceirização poderá, em alguns casos, abranger apenas a recuperação de uma instalação prisional já existente, com o seu aparelhamento e com a decorrente prestação de serviços prisionais, ou poderá apenas haver a prestação de serviços.

É importante destacar que, conforme previsão no art. 5º, inc. X, c/c o art. 7º da Lei nº 11.079/2004, nas hipóteses em que houver a construção ou a recuperação de presídios, a remuneração repassada ao parceiro privado só será efetuada após a finalização da infraestrutura necessária, quando os serviços ou a parcela destes estiverem em plena condição de fruição pela Administração.

Para Polonio, o objetivo do processo moderno de terceirização não é apenas a redução de custos, mas permitir que a administração alcance uma maior eficiência e qualidade pelo processo de terceirizar. Polonio (2000, p. 98) preceitua:

importante que se tenha em mente é que a terceirização não deve ter por objeto, única e exclusivamente, a redução de custos. Esta pode ser verificada como consequência do processo e não como seu foco principal. Há situações em que se observa um aumento dos custos operacionais e administrativos em processos de terceirização em vez da sua redução. O importante a ser avaliado, neste caso, é a relação “custo x benefício” da eficiência, qualidade e produtividade que se observa como decorrência da concentração da atenção nas atividades essenciais (atividades fins).

Quanto à remuneração do parceiro privado, esta deve ser provida integralmente pela Administração Pública (art. 6º da Lei nº 11.079/2004), com a possibilidade da integração de receitas alternativas e acessórias. Em uma PPP Prisional, poderia se configurar, por exemplo, pela comercialização de produtos do trabalho do preso. Além disso, a remuneração poderá orientar-se por parâmetros de desempenho do prestador, como é próprio da concessão administrativa (art. 175 da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 5º, 6º e 7º, da Lei nº 11.079/2004, c/c arts. 7º e 25, da Lei nº 8.987/1995).

O desempenho do parceiro privado serve para fins de controle da remuneração correspondente, pautando-se em critérios objetivos estipulados no edital, nas leis

vigentes e no contrato, tal como prescrito pelo inc. VII do art. 5º da Lei nº 11.079/2004. A avaliação será feita, a princípio, por uma entidade independente e admitida como tal pelas partes.

Apesar de a terceirização ser uma modalidade de contrato e de esse parceiro privado visar o lucro, uma vez que há o recebimento de uma contraprestação pecuniária, é inegável que a iniciativa privada, pela sua natureza, excluindo as pessoas ou entidades assistenciais, vise obtenção de lucro. Quanto a isso, não há prejuízo algum, nem ilegalidade ou inconstitucionalidade. O ente privado, o terceiro, para ser atraído para lidar com o sistema prisional, tem que visualizar algum tipo de lucro, seja ele financeiro ou a sua imagem.

Outro ponto a ser analisado é que deve haver o interesse na reinserção social pelo terceiro, fazendo tudo dentro das possibilidades para diminuir a reincidência criminal e, por consequência, a reinserção social do preso, demonstrando o zelo e a eficiência. Se isso não ocorrer, o Estado não terá motivo algum para permitir sua entrada e sua postergação.

As terceirizações e as parcerias público privado, dentro do âmbito penitenciário, não são formas desacerbadas de um mercantil humano, tampouco “coisificação” do apenado, mas um novo e moderno processo que busca a aplicação dos ideais contidos na Constituição Federal (art. 1º, inc. IV e art. 5º, inc. II, VIII, XLIX e XLVII) e na Lei de Execuções Penais.

Assim, “coisificar” o apenado é tratá-lo como indigente, como se vê em muitos presídios estatais, como nos complexos penitenciários de Campinas-Hortolândia (SP), de Pedrinhas (MA), de Aníbal Bruno (PE), de Urso Branco (RO), de Alcaçuz (RN), da Central de Porto Alegre (RS), entre muito outros. Vale citar as palavras do doutrinador Greco (2015, p. 38):

em países da América Latina, a exemplo o Brasil, o desrespeito ao princípio da legalidade no âmbito penitenciário é gritante. Presos cumprem suas penas além do tempo que lhes fora imposto pelos decretos condenatórios; benefícios legais são postergados, sob o falso argumento do acúmulo de processos pela Justiça Penal; condenados são jogados em celas com outras pessoas sem que, para tanto, tenha sido levado a efeito o necessário processo de classificação, a fim de os separar de acordo com as infrações penais cometidas; os condenados às penas privativas de liberdade são colocados em celas superlotadas, enfim, o descaso com o princípio da legalidade, na fase de execução da pena, é evidente.

Esquece-se que o apenado foi privado tão somente do seu direito de liberdade ambulatorial e que os demais permanecem intactos e, devido a isso, de nada adianta o Estado obedecer ao princípio da legalidade desde o momento da apuração do fato criminoso, com respeito ao início do devido processo legal, observando o contraditório. E, ao final, já condenado o autor do fato criminoso, seus direitos e suas garantias são desrespeitados em fase de execução penal.

Mas, apesar das mazelas de alguns estados brasileiros em relação aos seus presídios e à população carcerária, há exceções. Algumas experiências com a gestão privada na

execução de serviços prisionais têm demonstrado a superação do modelo exclusivamente estatal. No Paraná, por exemplo, a população tem acesso a um *site* que permite verificar todas as informações diariamente, monitorando a situação do sistema quase que em tempo real. Nesse presídio, é possível consultar, além dos dados básicos de capacidade e ocupação, um perfil completo dos detentos, como o gênero, a nacionalidade, o tipo de crime e até o número de presos que trabalham e estudam. Como exemplo, tem-se a Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG), que é privatizada.

D'Urso (1999, p. 72) faz uma síntese da necessidade da parceria com a iniciativa privada:

facilmente compreende-se que o Estado não poderá, sozinho, resolver esse problema que na verdade é de toda sociedade. Nesse contexto é que surge a proposta da chamada privatização dos presídios, denominação inadequada, pois não se trata de vender ações do Carandiru, em Bolsa, mas tão somente chamar e admitir a participação da sociedade, da iniciativa privada, que viria colaborar com o Estado nessa importante e arriscada função, a de gerir nossas unidades prisionais.

Nessa linha, conforme disposto na Constituição Federal, em seus art. 22, inc. XXVII e art. 175, à Administração Pública é plenamente assegurado e possível o direito de contratar com a iniciativa privada a prestação de determinados serviços públicos necessários à população que não podem ser prestados com eficiência pelo próprio Estado. Assim, em primeiro momento, o ato de terceirizar os presídios pode aparentar a ideia de transferência do poder do Estado para a iniciativa privada, mas, na realidade, o propósito é somente a transferência da administração, sem que isso provoque na retirada da função do Estado, que é indelegável.

É possível observar que, atualmente, há a existência de dois modelos de privatização de presídios no mundo: o americano e o europeu. No americano, o Estado se retira da atividade penitenciária, permanecendo como um fiscal da lei e dos termos do contrato firmado com a empresa. Por sua vez, no modelo europeu, que é adotado no Brasil, a empresa fica encarregada de serviços estabelecidos no edital da licitação, tais como: construção de unidades prisionais; fornecimento de alimentação; prestação de assistência social, jurídica, médica, odontológica, psicológica e psiquiátrica; educação profissionalizante, diretamente ou por meio de convênio com outras entidades; recreação; entre outros serviços.

Percebe-se que, por meio dos contratos de Terceirização, não se quer retirar do Estado suas funções jurisdicionais, e sim permitir ao particular, que possui maiores condições econômico-financeiras, apenas o gerenciamento dos recursos materiais dos presídios, havendo, de qualquer forma, uma fiscalização por parte do Estado. Logo, mantêm-se a conservação e a preservação do poder império do Estado, que é o único titular legitimado para o uso da força, da tutela jurisdicional, dentro das observâncias do ordenamento pátrio.

Cumprir lembrar que, em junho de 2009, o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, assinou contrato para início das obras da primeira penitenciária do país construída por meio de Parceria Público Privada, em Ribeirão das Neves, na Região

Metropolitana de Belo Horizonte, numa área cedida pela CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais). O modelo mineiro de PPP para o sistema prisional adotado em Minas foi inspirado no modelo inglês, que já é desenvolvido há uma década na Inglaterra, baseado no conceito de DBOT (*Design-Build-Operate-Transfer*), por meio do qual a empresa vencedora do processo licitatório cria o projeto arquitetônico, constrói o edifício e cuida da operacionalização do complexo prisional. E até o presente ano de 2016, vem apresentando bons resultados, destacando-se pela prestação do serviço e pela qualidade da gestão administrativa.

Portanto, ao particular cabe o gerenciamento de atividades meramente materiais, tais como saúde, educação, alimentação e vestuário. Portanto, não há o que se falar em qualquer inconstitucionalidade, pois as atividades administrativas em sentido amplo continuarão sendo exercidas pelo Estado e seus diversos órgãos. E o Estado ainda será o responsável pela escolta dos sentenciados e pela segurança externa e interna das muralhas. O certo é que uma gestão pública modernizada e plenamente articulada com os demais segmentos da organização pública e privada é o caminho mais coerente a ser traçado. Logo, a terceirização penitenciária beneficia a Administração Pública, o condenado e a sociedade.

#### **4. Considerações finais**

Conclui-se inicialmente que a crise penitenciária só poderá ser resolvida quando a sociedade e os políticos tiverem vontade e iniciativa. Para tanto, em primeiro momento, é preciso a erradicação dos preconceitos em relação aos presos e aos ex-presidiários.

O atual sistema prisional brasileiro não possui mecanismos que asseguram o objetivo primordial da pena, qual seja a ressocialização. A realidade consiste no sucateamento da máquina penitenciária, no despreparo e na corrupção de agentes públicos ociosos que lidam com o universo penitenciário, na ausência de serviços de qualidade, na superpopulação, na convivência promíscua entre os reclusos, no crescimento das facções criminosas dentro e fora das unidades prisionais, entre outros efeitos criminosos ocasionados pelo cárcere, bem como a omissão do Estado e a intolerância da sociedade.

Será preciso criar políticas público-sociais sérias para erradicar a pobreza, gerar empregos, reestruturar a educação fundamental, investir em estudos atinentes à prevenção da criminalidade; avaliando, dessa forma, os fatores que condicionam o indivíduo a praticar crimes e, posteriormente, garantir a possibilidade de ressocialização. Não é suficiente o tratamento das patologias criminais após o cometimento do delito, é necessário um comprometimento antes mesmo de o delito acontecer, ou seja, faz-se necessária a prevenção.

Entende-se que as terceirizações são formas de subsidiar certos serviços públicos ao setor privado, aliviando parte do trabalho estatal, em especial a condução dos presídios. Ressalva-se que, na terceirização, é permitida a atuação da iniciativa particular com determinadas restrições legais. Assim, percebe-se que a terceirização é uma interação ou parceria entre o Estado provedor de serviço público e o terceiro, que aspi-

ra, por sua vez, às vantagens próprias de um negócio ou gestão adequadamente conduzida, proporcionando adequação e qualidade à prestação de determinado serviço.

Logo, a terceirização é uma medida sensata que permitirá ao Brasil ter mais prisões decentes, alcançando um sistema carcerário digno e gerando a segurança da população fora e dentro das muralhas dos presídios. Se o modelo penitenciário atual não funciona nos seus aspectos basilares, desrespeitando a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal, percebe-se o quão vulnerável estão a população e o atual modelo penitenciário. Assim, surge como proposta de medida de melhoria e de adequação da situação penitenciária do país, a terceirização. Embora haja inúmeras críticas, devemos ser plausíveis em admitir que a situação estarrecedora das prisões já passou do tempo de ser mudada. Porém, representa parte da solução dessa problemática intrínseca no país.

*Ex positis*, conclui-se que todos os esforços da terceirização penitenciária visam à minimização da crise penitenciária, bem como das causas intrínsecas ao cometimento dos delitos, passando pelos âmbitos sociais, políticos, jurídicos e econômico-financeiros. É válido o ideal de tornar a execução penal mais humana e digna, em condições propícias de reaproximar o condenado à futura vida livre na sociedade, logo, é o sentimento moderno e garantista que deve pautar as políticas criminais brasileiras. Além disso, a finalidade ressocializadora deve ser ressuscitada como meta a ser atingida na execução da pena.

## Referências

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. *Legislação Penal Especial*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BULOS, Vadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa, JORGE NETO, Francisco Ferreira. *Direito do Trabalho*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. *Direito Criminal na Atualidade*. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: [www.direitoshumanos.usp.br](http://www.direitoshumanos.usp.br).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GRECO, Rogério. *Sistema Prisional, Colapso Atual e Soluções Alternativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

POLONIO, Wilson Alves. *Terceirização: aspectos legais, trabalhistas e tributários*. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSA, Alexandre Morais. *Guia Compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

RUSSO, Giuseppe Maria. *Guia Prático de Terceirização: como elaborar um projeto de terceirização eficaz*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SILVA, André Luiz Augusto da. *Retribuição e História: para uma crítica ao sistema penitenciário brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

## O princípio da presunção de inocência na ótica do Habeas Corpus 126.292/STF: uma análise do direito comparado

*The presumption of innocence principle according to the habeas corpus 126.292/STF:  
an analysis of the comparative law*

**Helen Correa Solis Neves**

Mestre em Direito; Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: helensolis@gmail.com

**Carla Cristina de Sousa**

Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: carlacsousa@outlook.com

---

**Resumo:** O princípio da presunção de inocência no Brasil durante muitos anos foi materializado no entendimento jurisprudencial de que somente após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória poderia ser aplicada a sanção cominada ao acusado. Esse entendimento, até então consolidado, era sustentado pelo Supremo Tribunal Federal que, entretanto, veio a alterá-lo nos autos do HC 126.292, ao argumento de que nos demais países do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, já era executada a condenação. O fundamento apresentado instigou o desenvolvimento do presente artigo que, nesse sentido, objetivou analisar o modo com que o referido princípio seria tratado em países como a Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Argentina, Paraguai e Uruguai, perscrutando-se ainda quais seriam os limites da atuação do STF. No artigo, um material teórico em geral foi sopesado, concluindo-se, ao final, pela improcedência do argumento apresentado.

**Palavras-chave:** Princípio da Presunção de Inocência. Estudo Comparado. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 126.292.

**Abstract:** The principle of the presumption of innocence in Brazil for many years was materialized in the jurisprudential understanding that only after the final *res judicata* sentence could be applied to the sanction committed with the accused. This understanding, until then consolidated, was supported by the Federal Supreme Court, which, however, changed it in the proceedings of HC 126.292 to the argument that in other countries of the world, after observing the double degree of jurisdiction, the conviction was executed. The dichotomy presented instigated the development of the present article which, in this sense, aimed to analyze how the aforementioned principle would be treated in countries such as Germany, Italy, Portugal, Spain, France, the United States, Canada, Costa Rica, Argentina, Paraguay and Uruguay, also looking at the limits of the STF's performance. In the article, a theoretical material in general was weighed, concluding, in the end, by the unfoundedness of the argument presented.

**Keywords:** The presumption of innocence principle. Comparative Study. Federal Court of Justice. Habeas Corpus 126.292.

---

## 1. Introdução

A proteção dispensada pelo princípio da presunção de inocência (ou não culpabilidade) em favor de um dos direitos mais fundamentais do homem, qual seja, a liberdade, justifica a sua importância universal e demonstra a necessidade de sua observação pela sociedade e entes judicantes. Garantia processual conferida ao acusado de uma infração penal, o citado princípio retira do indivíduo investigado o rótulo de culpado e confere a este os direitos necessários ao desenvolvimento de um justo e imparcial processo.

Reconhecendo a relevância de tal instituto para a consolidação da ordem democrática, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, durante tempos, firmou o entendimento de que a decisão penal condenatória só poderia ser executada após o trânsito em julgado. Nesse sentido, enquanto houvesse a possibilidade da interposição de recurso, a aplicação da pena era suspensa no caso concreto, e o acusado era tido por inocente até que se concluísse o contrário.

Embora este fosse o entendimento adotado, fato é que, em recente julgado proferido nos autos da ordem de Habeas Corpus n. 126.292, inovou a Suprema Corte brasileira ao concluir que o início da execução da pena poderia ocorrer após o segundo grau, independentemente do trânsito em julgado da decisão que a culminou.

Segundo o aludido ente, referido entendimento não ofenderia a presunção de inocência constitucionalmente garantida ao acusado e se justificaria pelo fato de que em todos os outros países do mundo essa ideia já estaria consolidada.

A mudança fundada na afirmação de que todos os países do mundo autorizariam o cumprimento da sentença penal condenatória antes do trânsito em julgado inculcou a dúvida quanto à forma com que o princípio da presunção de inocência seria tratado nos ordenamentos jurídicos internacionais. Afinal, o Direito estrangeiro teria o entendimento alegado? A surpresa causada nos brasileiros com a inovação vislumbrada no julgamento citado pôs em questão, ademais, a atuação do Supremo Tribunal Federal no feito e os limites a que este estaria vinculado quando da materialização do Direito no caso concreto.

Assim, considerando tal cenário, propôs-se a responder aos seguintes questionamentos: como é tratado o princípio da presunção de inocência em países como a Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Argentina, Paraguai e Uruguai? E quais os limites da atuação do Supremo Tribunal Federal?

A análise desse tema se justifica na medida em que é importante para a sociedade brasileira a colheita da informação de que mudanças na forma de trato dos seus direitos podem estar acontecendo.

Sobretudo no caso em que se está a discorrer sobre princípio de insofismável relevância não só para os jurisdicionados, mas também para o próprio Estado Democrático de Direito, a análise desta problemática se mostra inarredável.

O estudo da positivação e aplicação do princípio da presunção de inocência no Direito comparado, noutro norte, se justifica pela indicação deste como fundamento da inovação jurisprudencial vislumbrada no Brasil, bem como pela necessidade de se averiguar o grau de influência deste sobre o ordenamento nacional.

Sabe-se que o Direito é uma ciência em constante transformação e, nesse sentido,

se releva também a imperiosidade do desenvolvimento do presente artigo, já que os resultados nele apresentados poderão contribuir para a evolução e estudo da ciência jurídica.

## 2. Princípio da presunção de inocência: evolução histórica

No sistema repressivo medieval, com o desenvolvimento do procedimento inquisitório (FERRAJOLI, 2002, p. 441), a pessoa imputada do cometimento de um ilícito tinha o dever de provar sua inocência, sendo considerada culpada desde a acusação. Tal sistemática permitia a restrição das liberdades pessoais do acusado que, mesmo durante o processo investigatório, sofria torturas e outras desmazelas, até que lograva demonstrar sua não culpabilidade na infração (GOMES FILHO, 1991, p. 10).

Ou seja, até que se comprovasse o contrário, o cidadão era um transgressor e, como tal, deveria sofrer as sanções penais cabíveis, sendo este o cenário vivenciado ao longo de anos, até que, no final do século XVIII, sob os ditames dos pensamentos iluministas, o princípio da presunção de inocência foi consagrado.

Erigido como reação aos abusos cometidos em desfavor daqueles que eram acusados de um delito e decorrente do princípio do devido processo legal, a presunção de inocência teve sua origem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1791. Em seu art. 9º, primeira parte, o referido diploma já proclamava que “todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado”.

A essência deste enunciado ganhou repercussão e importância universal, vindo em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, a ser também positivado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), em seu art. 11, primeira parte:

Art. XI. 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. (*tradução nossa*)

No mesmo sentido dispõe o Pacto de São José da Costa Rica (1969), no seu art. 8º, I, que “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa”.

No Brasil, lado outro, os primeiros indícios do referido princípio decorreram da vigência da Constituição de 1946, com a adesão do país à supracitada Declaração dos Direitos Humanos, sendo posteriormente incorporado na Constituição de 1967/69, no art. 153, §36. Atualmente o princípio da presunção de inocência se vê inserido no ordenamento jurídico brasileiro na Carta Maior de 1988, no artigo 5º, LVII, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Tido como meio de promoção e garantia dos direitos fundamentais do acusado,

acerca da importância do supracitado princípio para o ordenamento jurídico e sobre os seus desdobramentos, dispôs o ex-Ministro Teori Zavascki que

o reconhecimento desse verdadeiro postulado civilizatório teve reflexos importantes na formulação das supervenientes normas processuais, especialmente das que vieram a tratar da produção das provas, da distribuição do ônus probatório, da legitimidade dos meios empregados para comprovar a materialidade e a autoria dos delitos. A implementação da nova ideologia no âmbito nacional, agregou ao processo penal brasileiro parâmetros para a efetivação de um modelo de justiça criminal racional, democrático e de cunho garantista [...]. (ZAVASCKI, 2016, p. 5)

De fato, o princípio da presunção de inocência foi introduzido nos mais diversos ordenamentos jurídicos visando à garantia da convivência harmônica e respeitosa entre a liberdade pessoal do acusado e o poder-dever de punir do Estado, afastando, com isso, investidas arbitrárias e ilegais deste naquele, durante o processo investigatório.

Desde então, “diante do cometimento de um ilícito [...] é necessário que ocorra um processo, e enquanto não houver sentença transitada em julgado, em que o Estado prove a culpabilidade, o suposto autor será presumido inocente” (SOUZA, 2011, p. 1).

Em sua acepção prática, o princípio da presunção de inocência no Brasil outrora exigiu a atuação do Supremo Tribunal Federal a indicá-lo como impeditivo da execução da pena cuja sentença ainda não tenha transitado em julgado.

O mencionado entendimento foi firmado pela referida Corte em 05/02/2009, quando do julgamento do HC 84.078 e, malgrado fosse este o posicionamento adotado, em recente julgado veio o STF a inovar seu entendimento, dando ensejo a uma nova discussão sobre o assunto.

### **3. Habeas Corpus 126.292**

No sentido contrário daquilo que outrora era aplicado, decidiu o Supremo Tribunal Federal, em 17/02/2016, nos autos do Habeas Corpus 126.292, que, após a segunda instância, poderia a decisão condenatória ter sua pena executada, ainda que antes do seu trânsito em julgado.

Ao negar o Habeas Corpus (HC) 126.292 [...], por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a possibilidade de início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção da inocência. [...] A decisão indica mudança no entendimento da Corte, que desde 2009, no julgamento da HC 84.078, condicionava a execução da pena ao trânsito em julgado da condenação. (STF, 2016, p. 1)

O referido julgado causou surpresa na sociedade, notadamente, na comunidade jurídica que, em manifesta insatisfação, promoveu uma série de críticas e questionamentos em torno da decisão prolatada.

[...] o STF não é o dono da Constituição e tampouco tem o direito de reescrevê-la a seu bel prazer como vem fazendo nos últimos anos, com suas interpretações contraditórias, equivocadas e, especialmente, contrária ao que vinha afirmando nos últimos 25 anos [...], como ocorreu no julgamento do HC 126.292. Ontem o STF rasgou a Constituição Federal e jogou no lixo os direitos assegurados de todo cidadão brasileiro que responde a um processo criminal, determinando que aproximadamente um terço dos condenados, provavelmente inocentes, cumpram pena indevidamente, segundo as estatísticas relativas a reformas pelos Tribunais Superiores (BITENCOURT; BITENCOURT, 2016, p. 1)

A inovação jurisprudencial apresentada foi justificada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal a partir do fato de que em outros países, tais como Alemanha, França e Estados Unidos, este já seria o entendimento adotado.

Parafraseando a ex-Ministra Ellen Gracie quando do julgamento do HC 85.886, o Ministro então relator do processo, Teori Zavascki, citou em seu voto que “em país nenhum do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa aguardando referendo da Suprema Corte” (2016, p. 9).

A afirmativa de que a inovação vislumbrada teria sido inspirada no Direito estrangeiro deu azo ao questionamento sobre como o princípio da presunção de inocência seria tratado em outros ordenamentos jurídicos, notadamente naqueles com potencial influência sobre a ordem jurídica brasileira.

Sabe-se que a invocação do Direito comparado deve ser feita com cautela pelos entes jurisdicionais, afinal, as peculiaridades culturais, políticas, econômicas e sociais que determinam a forma de aplicação do Direito em cada país deve ser observada, sob pena de se querer implantar no Brasil uma jurisprudência incompatível.

Assim, ante tal contexto, questiona-se: como seria tratado o princípio da presunção de inocência em países como a Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Argentina, Paraguai e Uruguai? E quais seriam os limites da atuação do Supremo Tribunal Federal na construção do direito brasileiro?

É o que se passa a discorrer.

#### **4. Princípio da presunção de inocência: contexto internacional**

##### **4.1. Europa**

Na Alemanha, o princípio da presunção de inocência é assaz respeitado. Em decorrência da Segunda Guerra Mundial e de todos os efeitos negativos que esta causara, os alemães prezam muito pelas liberdades civis e pelos direitos do cidadão perante o Estado (FRISCHEISEN; GARCIA; GUSMAN, 2008, p. 20)

Segundo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, no Brasil, o princípio da presunção de inocência é, em suma, “um direito fundamental que impõe o ônus da prova à acusação e impede o tratamento do réu como culpado até o trânsito em julgado da sentença” (MENDES, 2016, p. 10).

Pois bem, malgrado esta seja (ou fosse) a realidade brasileira, no direito alemão diverso se mostra o entendimento adotado. Com efeito, neste país, embora também se

entenda que as decisões penais condenatórias sejam exequíveis somente após o trânsito em julgado, permite-se a mitigação dessa regra frente a evidência da culpa do acusado no ato investigado.

No plano legal, o Código de Processo Penal (Strafprozeßordnung) afirma que as “sentenças condenatórias não são exequíveis enquanto não passarem em julgado” (§449: “Strafurteilesindnichtvollstreckbar, bevor sie rechtskräftiggewordensind”). A despeito disso, se o acusado é fortemente suspeito (“dringenverdächtig”) do cometimento de um crime grave, a regra é que responda preso (MENDES, 2016, p. 9).

A Lei Fundamental Alemã (DeutscherBundestag) não prevê expressamente o princípio da presunção de inocência, contudo, o mesmo é inserido em tal ordenamento pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 4 de novembro de 1950, bem como pela interpretação global e coesa que se faz do sistema normativo vigente.

O artigo 6º, número 2, da Convenção aludida dispõe que “qualquer pessoa acusada de uma infração presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada” (CEDH, 1950, p. 7).

O Código de Processo Penal alemão, no mesmo sentido, prevê a inexecução da sentença penal condenatória antes do trânsito em julgado, salvo se forte for a prova de existência do crime e de sua materialidade pelo acusado (§449). A esta exceção o Tribunal Constitucional Federal alemão confere o nome de prisão automática, dispondo ainda que para sua execução necessária se mostra a comprovação de pelo menos um dos requisitos da prisão preventiva.

Vale registrar, no caso, que, diferentemente do Brasil, o direito alemão utiliza como parâmetro para a aplicação da pena a culpabilidade do acusado, justificando assim a sua execução antes do trânsito em julgado da decisão condenatória. Afinal, a culpabilidade é condição extraída de situação fática e, a última possibilidade de análise desta matéria, se dá em segunda instância, não havendo que se discutir culpa em momento posterior a esta.

Em estudo realizado por Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Mônica Nicida Garcia e Fábio Gusman, chegou-se a seguinte conclusão acerca do princípio da presunção de inocência na Alemanha:

Não obstante a relevância da presunção da inocência, diante de uma sentença penal condenatória, o Código de Processo Alemão (Strafprozessordnung) prevê efeito suspensivo apenas para alguns recursos. Assim, têm efeito suspensivo a apelação (§316 StPO) e a revisão (§343 StPO). Todavia não obstat a execução imediata a interposição do pedido de restauração da situação anterior (§47 StPO), da reclamação (§307 StPO), e da revisão criminal (§360 StPO). Não há dúvida, porém, e o Tribunal Constitucional assim tem decidido, que nenhum recurso aos Tribunais Superiores tem efeito suspensivo (FRISCHEISEN; GARCIA; GUSMAN, 2008, p. 20).

Nota-se, portanto, um entendimento bipartido no ordenamento jurídico alemão, em que, a depender da situação concreta, se permite (ou não) a execução da pena antes

do trânsito em julgado da sentença. Certo é que, nos dois casos, para os alemães, há o respeito ao princípio em questão.

O princípio da presunção de inocência, que surgiu na França em decorrência da revolução ocorrida em 1789, encontrou na Itália um entrave para a sua aplicação. Com efeito, os ideais positivistas vigentes à época naquele país impossibilitaram a efetivação da ideia de que um indivíduo acusado deveria ser considerado inocente até a prova em contrário.

Havia uma necessidade premente de justificar e preservar o poder autoritário e repressivo do Estado, de sorte que a aplicação do princípio da presunção de inocência ia de encontro a base ideológica do final do século XIX até início do século XX, quando o poder autoritário do Estado reclamava à aplicação do princípio da presunção da culpabilidade, adotado nos códigos de processo penal italianos de 1913 e 1930. (BANDEIRA, 2014, p. 1).

Na Itália, portanto, *a priori*, deixou-se de positivizar o princípio da presunção de inocência para ter no Direito um meio de afetar e alcançar os inimigos do Estado autoritário, ao passo que, desde a imputação da infração, o acusado era considerado culpado.

Com os ideais iluministas e a democratização, entretanto, esse cenário foi sendo alterado e, atualmente, o princípio da presunção de não culpabilidade na Itália é previsto no artigo 27 da Constituição de 1947.

Em linhas gerais, o dispositivo que rege o princípio em comento dispõe que o acusado somente poderá sofrer as sanções que lhe forem cominadas em sentença quando esta for definitiva. Ou seja, enquanto não houver o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, tem-se que a mesma não poderá ser executada.

No referido país, em verdade, enquanto há a possibilidade de reversão do quadro penal sentenciado, o acusado sequer é considerado réu.

Art. 27. A responsabilidade penal é pessoal. O imputado não é considerado réu até condenação definitiva. As penas não podem comportar tratamentos contrários ao senso de humanidade e devem visar à reeducação do condenado. Não é admitida a pena de morte (*tradução nossa*).

Vê-se que diferentemente do texto expresso no art. 5º, LVII, da Constituição brasileira, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, na Itália utiliza-se a expressão “condenação definitiva”.

Em que pese esta diferença gramatical, ambos os textos se aproximam no significado do princípio em questão. Ou seja, tanto no Brasil quanto na Itália os textos constitucionais preveem que a sanção penal somente poderá ser executada após a sua estabilidade (trânsito em julgado da decisão que a cominou).

Em Portugal, a Constituição da República de 1976 dispõe em seu artigo 32, n. 2, que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa”.

Embora o dispositivo constitucional supracitado preveja que a pena imposta a um indivíduo só possa ser executada após a inexistência de possibilidade da sua revisão, tem o Tribunal Constitucional Português entendido de forma diferente, como afirma Luiza Frischeisen, Mônica Garcia e Fábio Gusman:

O Tribunal Constitucional Português interpreta o princípio da presunção de inocência com restrições. [...] As decisões dessa mais alta corte portuguesa dispõem que tratar a presunção de inocência de forma absoluta corresponderia a impedir a execução de qualquer medida privativa de liberdade, mesmo as cautelares (FRISCHEISEN; GARCIA; GUSMAN, 2008, p. 22)

É o que se extrai do julgado proferido pelo Tribunal da Relação de Lisboa que, em interpretação do artigo 408 do Código de Processo Penal português, dispôs que o efeito suspensivo nele previsto, não se aplica aos recursos endereçados à Suprema Corte.

I – O art. 408 do CPP refere-se a recursos ordinários da ordem jurídica comum com o regime previsto no mesmo diploma, não se aplicando o respectivo efeito suspensivo aos recursos para o Tribunal Constitucional. II – Assim, após a prolação pelo STJ [Supremo Tribunal de Justiça] de acórdão condenatório em pena de prisão, o arguido preso preventivamente passará à situação de cumprimento de pena, ainda que haja sido interposto recurso para o Tribunal Constitucional (TRL, 1999, p. 160) (*tradução nossa*).

Segundo Maia Gonçalves, esse caráter imediatista do ordenamento português – princípio da execução imediata – se basearia na necessidade de se “assegurar a exemplaridade da condenação, satisfazendo-se, assim, os fins de prevenção especial e geral das penas e porque seria desumano retardar o cumprimento, pois isso poderia até, em alguns casos, implicar uma penalização suplementar” (2001, p. 867).

O cenário vivenciado em Portugal, como se nota, muito se assemelha ao hoje presenciado no Brasil, vez que, embora a Constituição preveja dado princípio e dada condição para sua efetivação, este tem tido seus efeitos reformulados pela Suprema Corte.

Em que pese o entendimento jurisprudencial em Portugal permitir a execução da sentença penal condenatória antes de seu trânsito em julgado, vale registrar que o princípio da presunção de inocência obriga o julgador a inocentar o acusado sempre que insuficientes ou duvidosas forem as provas de autoria e materialidade da infração.

O direito a um processo legal devido, ao contraditório e a ampla defesa também são assegurados ao acusado em Portugal, existindo neste país, portanto, um princípio da presunção de inocência com viés democrático e mitigado.

Noutro norte, a Constituição espanhola, de 27 de dezembro de 1978, prevê em seu artigo 24, número 2, que:

Art. 27. 2. [...] todos têm direito a um juiz ordinário pré-determinado por lei, a defesa e ser assistido por um defensor, a ser informado de quaisquer acusações formulado contra ele, a um processo público sem delações indevidas e com todas as garantias, a utilizar os

meios de prova relevantes para sua defesa, a não se incriminar, a não confessar culpa e à presunção de inocência (*tradução nossa*).

Na Espanha, como se nota, não se exige o trânsito em julgado da sentença penal condenatória para execução da sanção. Para o direito espanhol, em verdade, no momento em que as provas demonstram com evidência a culpabilidade do acusado, é superada a presunção de qualquer inocência do réu.

O dispositivo constante na Carta Magna supracitada é a primeira incorporação do princípio da presunção de inocência no ordenamento jurídico referido e, do que se depreende, a busca da concretude da decisão condenatória possibilita a relativização deste.

A Espanha é outro dos países em que, muito embora seja a presunção de inocência um direito constitucionalmente garantido, vigora o princípio da efetividade das decisões condenatórias. Seguindo este princípio, se o acusado foi condenado em processo em que lhe foi oferecido contraditório e ampla defesa, em que foram cotejadas todas as provas, observado está o princípio da presunção da inocência. A sentença condenatória é, deste modo, plenamente executável, mesmo que outros recursos estejam em trâmite (FRISCHEISEN; GARCIA; GUSMAN, 2008, p. 23).

Senão é o que se extrai do julgado pelo Tribunal Constitucional Espanhol nos autos do Recurso de Amparo 66/1984:

Sem perda do equivocado enfoque que move o recorrente – confronto ao princípio da presunção de inocência, a efetividade das sanções não entra em colisão com a presunção de inocência; a própria legitimidade do poder sancionatório e a sujeição a um procedimento com contraditório e aberto a produção de provas segundo as pertinentes regras a respeito, exclui toda ideia de confrontação com a presunção de inocência. (TCE, 1984, p. 01) (*tradução nossa*)

Ressalte-se, ainda, que “o art. 983 do Código de Processo Penal espanhol admite até mesmo a possibilidade da continuação da prisão daquele que foi absolvido em instância inferior e contra o qual tramita recurso com efeito suspensivo em instância superior” (ZAVASCKI, 2016, p.11)

Nota-se, portanto, uma forma diferente de concepção e de aplicação do princípio constitucional da presunção de inocência também na Espanha, posto que, diferentemente do que até então vinha sendo adotado no Brasil, é possível a execução da sentença penal condenatória, antes de seu trânsito em julgado.

Como dito linhas volvidas, o princípio da presunção de inocência surgiu na França ao final do século XVIII. Em plena Revolução Francesa, o princípio da presunção de inocência foi criado como meio de impedir os arbítrios do Estado absolutista.

Positivado inicialmente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a partir de tal princípio se entendeu que “todo acusado é considerado inocente até

ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei” (artigo 9º da DDHC).

Veja que a referida declaração contém sentido semelhante ao direito alemão, vez que apresenta a culpa como parâmetro, não prevendo também a necessidade de se aguardar o trânsito em julgado de sentença penal condenatória para início da execução da sanção e, nesse mesmo sentido, prescreve o artigo 465 do Código de Processo Penal francês.

Art. 465. No caso referido no artigo 464, primeiro parágrafo, se é um delito de direito comum ou um crime militar [...] e se a sentença é, pelo menos, um ano de prisão sem liberdade condicional, o tribunal pode, por decisão especial, quando as circunstâncias do caso justifiquem uma medida especial de segurança, emitir mandado de prisão contra o acusado. O mandado de detenção continua a produzir o seu efeito, mesmo que o tribunal, após oposição, ou recurso, reduza a pena para menos de um ano de prisão. O mandado emitido pelo tribunal também produz efeito quando, em sede de recurso, o tribunal reduzir a pena de prisão inferior a um ano. [...] Em todas as circunstâncias, os mandados emitidos nos casos acima continuarão a produzir efeitos não obstante o apelo (*tradução nossa*)

Fernando B. Meneguín, Maurício S. Bugarin e Tomás T. S. Bugarin, ao disporem sobre a questão, concluem que “a Constituição Francesa, a exemplo da maior parte dos países, também garante a presunção de inocência”, podendo ser expedido, nos termos do Código de Processo Penal, ainda que pendente de recurso, mandado de prisão ao acusado (2011, p. 17).

O princípio da presunção de inocência, portanto, embora não esteja expressamente previsto na Constituição, tem seu conceito e ideia imbricados neste ordenamento jurídico, sendo possível vislumbrar diversos dispositivos com essa inspiração a demonstrar que, no Direito francês, a sentença penal condenatória pode ser cumprida, independentemente de seu trânsito em julgado.

#### 4.2. América do Norte

Nos Estados Unidos da América, embora o princípio da presunção de inocência não esteja expressamente previsto na Constituição de 1787, possui insofismável influência junto às emendas 5ª, 6ª e 14ª, que o tiveram como dispositivo fundador.

A observância de tal princípio no ordenamento norte-americano é vislumbrada ainda no célebre caso “*Coffin versus Estados Unidos*”, de 1895, no qual a Suprema Corte deste país asseverou que “o princípio segundo o qual existe uma presunção de inocência em favor do acusado é, sem dúvida, legal, axiomático e elementar e seu reforço provém da fundação da administração de nossa lei criminal” (1895 *apud* FRISCHEISEN; GARCIA; GUSMAN, 2008, p. 18).

De fato, em que pese a omissão constitucional, a legislação penal norte-americana prescreve que “se deve presumir inocente o acusado até que o oposto seja estabelecido em um veredicto efetivo” (art. 16, *Us Code*), e, no caso em questão, não há que se falar

em suspensão da execução da pena até o trânsito em julgado da decisão punitiva.

Com efeito, de acordo com a Lei Penal dos Estados Unidos, a sentença condenatória constitui julgamento final para todos os propósitos, existindo raras exceções em que não se permite a execução imediata desta.

Segundo o Relatório Oficial da Embaixada dos Estados Unidos da América, citado por Frischeisen, Garcia e Gusman, “nos Estados Unidos há um grande respeito pelo que se poderia comparar no sistema brasileiro com o ‘juízo de primeiro grau’” (2008, p. 17), motivo pelo qual não haveria razões para postergar o cumprimento da sentença proferida. Tanto assim o é que os institutos que possibilitam a suspensão da pena imposta são limitados e condicionados a inúmeros requisitos de difícil cumprimento. Tudo para forçar a efetividade rápida e eficaz da manifestação jurisdicional emanada.

Em outras palavras tem-se que o sistema norte-americano permite o imediato cumprimento da pena atribuída, ainda que pendente sua revisão, mostrando ser mais um dos países que sustentam o entendimento inovador emanado pelo STF no direito brasileiro.

O Canadá, por sua vez, a exemplo da Inglaterra, não possui Constituição escrita. Seu ordenamento, nesse sentido, é construído a partir de decisões prolatadas no caso concreto e documentos normativos diversos, tal como a Carta de Direitos e Liberdades. Referido dispositivo, por sinal, na seção 11, “d”, dispõe que “qualquer pessoa acusada de uma ofensa tem o direito de ser presumida inocente até a prova da culpa” (CDL, 1982).

Em que pese a importância e a relevância do princípio da presunção de inocência como direito fundamental no Canadá, nada impede que a execução da pena ocorra antes da estabilidade da sentença condenatória. Em verdade, neste o país, o Código Criminal incentiva tal situação, podendo extrair de seu teor que a Suprema Corte deve agir para que a sanção determinada seja, o mais rápido possível, cumprida pelo culpado.

No Canadá, portanto, a sentença de primeiro grau é instantaneamente executada, inexistindo a possibilidade de se aguardar qualquer trânsito em julgado, salvo nos casos de preenchimento dos requisitos para pagamento de fiança.

#### **4.3. América Latina**

O princípio da presunção de inocência na Costa Rica, lado outro, é previsto na Constituição Política de 1949, no seu artigo 39, o qual estabelece, no mesmo sentido dos ordenamentos alemão e francês, que ninguém será privado de sua liberdade sem prova de sua culpabilidade.

O Código Processual Penal de 1996, no mesmo sentido, prevê em seu artigo 9º que “o acusado deverá ser considerado inocente em todas as etapas do procedimento, até que se declare a sua culpabilidade em sentença firme”.

Neste país, diferentemente de outros, o cumprimento da sentença está condicionado ao seu trânsito em julgado, devendo o acusado, até a definitividade da decisão, ser considerado e tratado como um não culpado. A expressão “sentença firme”, há de se destacar, equivale à sentença transitada em julgado. Ademais, em caso de dúvida, prevalecerá a inocência do réu (*in dubio pro reo*).

Em suma, na Costa Rica, a rigor do que prescreve a legislação, tem-se que a sentença penal condenatória só poderá ser executada após a estabilidade, considerando-se

o acusado inocente até que não haja possibilidade de revisão da manifestação judicial.

Já na Argentina, o princípio da presunção de inocência é previsto no artigo 18 da Constituição Nacional de 1853, o qual estabelece que nenhum cidadão poderá ser apenado sem a realização de um juízo prévio fundado em lei. Em que pese o dispositivo supracitado, o fato é que na Argentina o cumprimento da pena pode ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo, nesse sentido, o teor do artigo 494 do Código de Processo Penal:

Art. 494. Quando o condenado a pena privativa de liberdade não estiver preso, se ordenará a sua captura, salvo se aquela não exceder a seis meses e não exista suspeita de fuga. Neste caso, será este notificado da prisão dentro de cinco dias. Se o condenado estiver preso, ou detido, se ordenará seu alojamento na penitenciária correspondente [...] (*tradução nossa*).

Segundo o artigo 495 do supracitado Código, a execução imediata da sentença condenatória só poderá ser suspensa ou postergada quando o culpado se tratar de mulher grávida ou que tenha filho menor de seis meses no momento da sentença, ou de infrator com grave enfermidade, cujo cumprimento da pena possa causar perigo a sua vida. Nesses casos, uma vez cessadas tais condições, deverá a sentença condenatória ser instantaneamente executada, como já ocorre com as demais situações.

Lado outro, no ordenamento jurídico paraguaio, o princípio da presunção de inocência é consagrado no artigo 17, 1, da Constituição de 1992, o qual estabelece que “no processo penal, ou em qualquer outro do qual possa advir pena ou sanção, toda pessoa tem direito a que seja presumida a sua inocência”.

O artigo 4º do Código de Processo Penal, no mesmo sentido, dispõe que “se presumirá a inocência do acusado, que como tal será considerado durante o processo, até que uma sentença firme declare sua punibilidade”.

Em respeito ao princípio em comento, no Paraguai, não se pode sequer passar a ideia ou a impressão de que o investigado seria culpado, devendo tal cuidado ser observado notadamente no repasse de informações aos meios de comunicação. Afinal, até que se prove o contrário, o acusado é inocente e como tal deve ser tratado, sob pena de se estar sustentando uma presunção de inocência meramente formal.

Nota-se, deste modo, que embora haja uma diferença de nomenclatura entre sentença firme e sentença transitada em julgado, as duas expressões possuem o mesmo sentido, qual seja, a estabilidade da decisão.

Assim, em análise da legislação paraguaia, é possível concluir que o princípio da presunção de inocência neste país impede que haja uma execução imediata da sentença penal condenatória, só podendo esta ocorrer após o trânsito em julgado da *decisum* punitiva.

No Uruguai, por fim, tem-se que a Constituição da República Oriental de 1967 e o Código de Processo Penal de 1980 não preveem, de forma expressa, o princípio da presunção de inocência, podendo se notar a observância de tal instituto, entretanto, em diversos dispositivos do ordenamento em questão. O art. 12 da referida Carta Magna é um exemplo.

Art.12. Ninguém poderá ser apenado ou preso sem um processo devido e uma sentença legal. (*tradução nossa*).

Muito embora no plano teórico seja este o cenário vislumbrado, na prática outra se mostra a realidade do princípio da presunção de inocência no Uruguai. Com efeito, neste país, a prisão preventiva, que teria caráter excepcional, tem sido utilizada como meio para antecipar a aplicação da pena determinada, o que, por óbvio, fere o princípio em questão. Afinal, a investigação ainda nem acabara e o acusado já se encontra cumprindo a penalidade inexistente. Ou seja, transformou-se o princípio da presunção de inocência em princípio da presunção de culpabilidade (CULPABLES, 2014, p. 01).

Deste modo, seguindo o espírito inquisitorial de outrora, neste país a execução da sentença antes de seu trânsito em julgado é possibilitada, o que, assim como no Brasil, ocorre ao argumento de que em outros ordenamentos jurídicos do mundo isso já seria adotado.

## **5. Supremo Tribunal Federal: limites de atuação**

Após a inovação jurisprudencial trazida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ordem de Habeas Corpus n. 126.292, muito se questionou a atuação desta Corte e, sobretudo, se haveria ou não limites no uso das atribuições conferidas a esta. O fato é que, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal diuturnamente tem sido palco das mais variadas decisões de cunho discricionário, cujo resultado, não raras vezes, provoca diversas críticas e discussões na sociedade e no meio jurídico.

A instabilidade jurídica instaurada pela volatilidade das decisões do STF, que até então era tido como exemplo, constantemente é atribuída ao uso imoderado de princípios e às constantes alterações da interpretação feita através destes.

Mas, afinal, enquanto guardião da Constituição, o Supremo poderia, a seu bel prazer, interpretar e reinterpretar uma mesma norma? O que lhe permitiria tal ação? Nesse contexto, surgem as teorias pós-positivistas, notadamente aquela defendida por Robert Alexy.

Com efeito, a teoria deste filósofo confere maior liberdade de decisão àquele ente que, num conflito de princípios, ao adotar a ponderação como solução, pode utilizar o princípio da efetividade da sentença penal em detrimento do da presunção de inocência, como ocorreu no caso.

A realidade supracitada é criticada por renomados juristas, como Lênio Streck, (2013, p. 11), posto que, além de causar enorme insegurança jurídica, incute dúvida quanto à existência de critérios sólidos e objetivos que vinculariam o julgador na prolação de uma decisão.

Sabe-se que a postura adotada por um Tribunal em sua grande parte espelha a teoria por ele adotada e, nesse sentido, o cenário hoje vislumbrado junto à Suprema Corte brasileira muito se deve às teorias pós-positivistas, sobretudo, àquela de Robert Alexy.

## 6. Conclusão

O artigo desenvolvido objetivou analisar a aplicação do princípio da presunção de inocência na Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Argentina, Paraguai e Uruguai, visando a averiguar a legitimidade e a veracidade da afirmação contida no HC 126.292 de que em todos os outros ordenamentos do mundo a execução imediata da sentença já seria o entendimento adotado.

Do estudo realizado pôde-se perceber que tanto Alemanha quanto Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Canadá e Argentina permitem o cumprimento da sanção cominada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, e que, ao contrário, Itália, Costa Rica, Paraguai e Uruguai exigem tal estabilidade.

Em que pese esta realidade, tem-se que apenas Portugal possui ordenamento jurídico semelhante ao que prevê a Constituição da República Federativa do Brasil, no que tange ao princípio da presunção de inocência e à impossibilidade de se considerar alguém culpado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Isso porque, nos demais países, a presunção de inocência é vinculada à prova da culpabilidade do agente e não ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, como é no Brasil, o que permite o cumprimento imediato da pena, vez que aquela condição é alcançada em segunda instância.

Em outras palavras tem-se que há uma nítida diferença entre a maioria dos ordenamentos jurídicos estrangeiros e o brasileiro quanto à matéria ora analisada, vez que enquanto em outros países a Constituição possibilita o cumprimento da sentença penal condenatória antes de seu trânsito em julgado, no Brasil a Carta Magna possui expressa previsão no sentido contrário, revelando que a utilização do direito alienígena no caso não legitima a afronta ao texto constituição perpetrado no julgamento apreciado.

Conclui-se, portanto, que equivocada se encontra a afirmação contida no HC 126.292 de que em todos os outros ordenamentos do mundo a execução imediata da sentença penal condenatória já seria o entendimento adotado.

Por fim, no que tange aos limites da atuação do Supremo Tribunal Federal, acredita-se que um poder deveras ilimitado tem sido concedido a tal ente mediante as teorias pós-positivistas, notadamente aquela criada pelo filósofo alemão Robert Alexy, o que muito tem sido criticado, dada a instabilidade e insegurança que esta causa, exigindo-se, para tanto, a busca de uma solução para o caso.

## Referências

ALEMANHA. *Lei Fundamental da República Federal da Alemanha*, 1949. Disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*, 1994. Disponível em: <http://www.senado.gov.ar/deInteres>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BANDEIRA, Marcos Antonio Santos. *O princípio da presunção da inocência como norma de tratamento no processo penal brasileiro*. 2014. Disponível em: <http://marcosbandeira-blog.blogspot.com.br/2014/05/o-principio-da-presuncao-da-inocencia.html>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BATISTI, Leonir. *Presunção de inocência: apreciação dogmática e nos instrumentos internacionais e constituições do Brasil e Portugal*. Curitiba: Juruá, 2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto; BITENCOURT, Vania Barbosa Adorno. Em dia de terror, Supremo rasga a Constituição no julgamento de um HC. *Revista Eletrônica Consultor Jurídico*, 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-fev-18/cezar-bittencourt-dia-terror-stf-rasga-constituicao>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 02 jan. 2017.

CANADÁ. *Constituição do Canadá*, 1989. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21363-21364-1-PB.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3. ed. (reimpressão). Coimbra: Almedina, 2012.

COSTA RICA. *Constitución Política de la República de Costa Rica*, 1949. Disponível em: [http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file\\_id=219833](http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=219833). Acesso em: 10 fev. 2017.

CULPABLES POR PRESUNCIÓN, 2014. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/culpables-presuncion-n270020>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ESPAÑA. *Constitución Española*, 1978. Disponível em: <http://www.boe.es/boe/dias/1978/12/29/pdfs/A29313-29424.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ESTADOS UNIDOS. *Constituição dos Estados Unidos da América*, 1787. Disponível em: <http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/constituicoes/CUSAT.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Princípios fundamentais do direito constitucional: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FRANÇA. *Constituição*, 1958. Disponível em: [http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank\\_mm/portugais/constitution\\_portugais.pdf](http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank_mm/portugais/constitution_portugais.pdf). Acesso em: 10 fev. 2017.

FRANÇA. *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1791*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FRISCHEISEN, L. C. F.; GARCIA, M. N.; GUSMAN, F. Execução Provisória da Pena – Panorama nos ordenamentos nacional e estrangeiro. *Revista ANPR Online*, nº 7, jul-dez/2008. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, 2008.

GOMES, Luis Flávio. *Sobre o conteúdo processual tridimensional da presunção de inocência*, in: Estudos de direito penal e processual penal. São Paulo: RT, 1999.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). *Revista do Advogado*. AASP, n. 42, p. 30, 1994.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. *Presunção da inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.

HENRION, Hervé. *La présomption d'innocence, un droit à comparaison franco-allemande*. *Revue internationale de droit compare*, 57(4) :1031-1054, oct./déc, 2005.

ITÁLIA. *Costituzione della Repubblica Italiana, 1947*. Disponível em: <https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de la Constitución*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1970.

MENDES, Gilmar. A presunção de não culpabilidade e a orientação do Ministro Marco Aurélio. *Revista Migalhas*. Publicado em 17 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2016/2/art20160217-09.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MESSITTE, Peter J. Um resumo do processo penal americano, in: *A justiça nos dois lados do atlântico: Teoria e prática do processo criminal em Portugal e nos Estados Unidos da América*. Comunicações apresentadas num Seminário na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 1997.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Presunção de culpa, pena antecipada e paradigma da ilegalidade: as antíteses do Estado Democrático de direito*. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 100(906):287-316, abril, 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Convenção Americana de Direitos Humanos - "Pacto de San José de Costa Rica"*, 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos Direitos Humanos, 1948*.

PARAGUAI. *Constitución de la República del Paraguay*, 1992. Disponível em: [http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/texte/py\\_const.htm](http://www.staff.uni-mainz.de/lustig/texte/py_const.htm). Acesso em: 15 jan. 2017.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*, 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RAMOS, Gisela Gondin. O princípio da presunção de inocência. *Interesse Público*, Belo Horizonte, 15(77):173-181, jan./fev, 2013.

SILVA, Uélton Santos. Presunção de inocência: um direito universal. *Informativo jurídico Consulex*, 21(18):7-9, 7 de maio, 2007.

SOUZA, Renata Silva e. *O Princípio da Presunção de Inocência e sua aplicabilidade conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal*. 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-princ%C3%ADpio-da-presun%C3%A7ao-de-inoc%C3%Aancia-e-sua-aplicabilidade-conforme-entendimento-do-supremo>. Acesso em: 30 jan. 2017.

STRECK, Lenio Luiz. Why judicial discretion is a problem to Dworkin but not to Alexy/Porque a discricionariedade é um grave problema para Dworkin e não o é para Alexy. *Direito e Práxis*, 4(2):343-368, 2013.

SUPREMA CORTE AMERICANA. Coffin v. United States, 156 U.S. 432, 1895, in: FRISCHEISEN, L. C. F.; GARCIA, M. N.; GUSMAN, F. Execução Provisória da Pena: Panorama nos ordenamentos nacional e estrangeiro. *Revista ANPR Online*, nº 7, jul-dez/2008. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, 2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância, decide STF. *Informativo do Supremo Tribunal Federal*, 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=310153>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ESPANHA. Sentença em Recurso de Amparo 66/1984. Data de aprovação 6/6/84, in: FRISCHEISEN, L. C. F.; GARCIA, M. N.; GUSMAN, F. Execução Provisória da Pena: Panorama nos ordenamentos nacional e estrangeiro. *Revista ANPR Online*, nº 7, jul-dez/2008. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, 2008.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA. *Acórdão da Relação de Lisboa de 26 de outubro de 1999*. Coletânea de Jurisprudência XXIV, tomo 4, p. 160.

URUGUAI. *Constitución de la República*, 1967. Disponível em: [http://www.oas.org/juridico/mla/sp/ury/sp\\_ury-int-text-const.html](http://www.oas.org/juridico/mla/sp/ury/sp_ury-int-text-const.html). Acesso em: 17 jan. 2017.

VALE, Ionilton Pereira do. *Princípios Constitucionais do Processo Penal, na visão do Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Método, 2009.

ZAVASCKI, Teori. *Habeas Corpus 126.292 São Paulo*, 2016. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/stf-decide-reu-presos-depois-decisao.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

# Alteração da incapacidade civil pela Lei 13.146/2015

*Alteration of the Civil inability by Law 13.146/2015*

**Isabella Silva Oliveira**

Discente do 5º período do curso de Direito do UNIPAM. e-mail: isasilv97@yahoo.com.br

**Samir Vaz Vieira Rocha**

Mestre em Direito. Docente do curso de Direito do UNIPAM. e-mail: samirvrocha@hotmail.com

---

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir se a novel lei, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante a proteção da dignidade e o tratamento isonômico das pessoas com deficiência ou se, ao regularizar a Teoria das Incapacidades de forma a não mais haver uma relação direta entre a deficiência com a ideia de capacidade para o exercício dos atos da vida civil, retrocedeu na tutela destes sujeitos, deixando-os vulneráveis. Destarte, serão analisados os efeitos que este novo estatuto gerou em diversos segmentos da atividade jurídica, institutos como o casamento, a interdição e a curatela, bem como as relações patrimoniais, prazos prescricionais e decadenciais. **Palavras-chave:** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Incapacidade. Inclusão social. Igualdade. Inovações legislativas. Abalos sistêmicos.

**Abstract:** This article aims to reflect if the novel law, known as the Disabled Persons Statute, guarantees the protection of the dignity and the isonomic treatment of persons with disabilities or if, by regularizing the Disability Theory in order to no longer have a direct relationship between the deficiency with the idea of capacity for the exercise of the acts of the civil life, returned in the guardianship of these subjects, leaving them vulnerable. This will analyze the effects that this new status has generated in several segments of legal activity, such as marriage, interdiction and custody, as well as patrimonial relations, prescriptive and decadal deadlines.

**Keywords:** Statute of the Person with Disabilities. Inability. Social inclusion. Equality. Legislative innovations. Systemic shocks.

---

## 1. Introdução

Fundamentada no protocolo da Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, a Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, também intitulada Estatuto da Pessoa com Deficiência, tem como propósito primeiro promover e assegurar o pleno exercício de direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, bem como a sua inclusão social e cidadania.

Este novo mecanismo de emancipação social, no intuito de promover a não discriminação, trouxe para o mundo jurídico novos conceitos sobre deficiência, capacidade legal, acessibilidade e avaliação psicossocial, ressaltando como é imprescindível que o

Brasil estabeleça estratégias jurídicas, sociais e políticas que eliminem barreiras que dificultem o direito das pessoas com deficiência de usufruir de sua autonomia e independência.

Não obstante, sua redação trouxe para a legislação brasileira importantes mudanças no sistema de identificação de pessoas incapazes. Modificar drasticamente os artigos 3º e 4º do Código Civil, que tratam de forma precisa das hipóteses para declaração de incapacidade relativa e incapacidade absoluta, desencadeou efeitos materiais e processuais em diversas áreas da ciência jurídica. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as consequências jurídicas do novo estatuto.

Especificamente, a pesquisa não só tem o intuito de estudar a origem e a evolução do sistema das incapacidades, a fim de compreender melhor o objetivo das alterações promovidas pela Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mas também tem o escopo de apontar as suas principais repercussões, como a possibilidade de as pessoas com deficiência exercerem seus direitos familiares, sexuais e reprodutivos.

Visa-se expor os efeitos práticos da nova lei no que tange ao negócio jurídico e situações negociais em geral, em que a fluência dos prazos da prescrição e a decadência correm em desfavor da pessoa com deficiência, assim como os atos destas, que não são mais, de imediato, considerados nulos.

Ao tempo que a lei 13.146/2015 não faz menção ao sistema da interdição, declarando a curatela e o novo instituto denominado Tomada de Decisão Apoiada, como os mecanismos mais eficazes para garantir a isonomia das pessoas com deficiência com relação aos demais, também se questiona o que vai acontecer com as pessoas com deficiência com sentenças em andamento ou já concluídas.

Vale ressaltar que alguns aspectos envolvendo a aplicação do EPD e sua relação com o atual Código de Processo Civil causará uma grande colisão doutrinária e legislativa. Entretanto, esta temática foi suprimida do presente artigo por uma questão de recorte bibliográfico, e não por se considerá-la menos importante.

A análise utilizou o método dedutivo-bibliográfico, tomando por base textos referentes ao tema exposto, sejam eles da doutrina, da legislação, jurisprudência, rede mundial de computadores e outros mais, desde que contribuam com uma coleta de informações consistente para tornar possível a elaboração de um texto final esclarecedor acerca do sistema das incapacidades perante o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

## 2. Evolução conceitual da deficiência

O amadurecimento dos valores sociais, morais, éticos e religiosos da sociedade e o avanço de temas ligados à cidadania e aos direitos humanos, provocaram um novo olhar sobre as pessoas com deficiência. Ao longo dos anos, foram usadas várias expressões nacionais e estrangeiras, além de *deficiente*, para tratar as pessoas com deficiência, como “indivíduos de capacidade limitada”, “minorados”, “impedidos”, “descapacitados”, “excepcionais”, *minusválidos*, *disable person*, *handicapped person*, *unusual person*, *special person*, “inválido” (GONÇALVES, 1962).

Dessas expressões, “excepcional” foi a adotada na Emenda Constitucional de 1969, usada até 1978, trazendo uma ideia mais ligada à deficiência mental; e “deficiente”,

utilizada de 1978 até antes da Constituição Federal de 1988, sendo mais incisiva, pois se referia diretamente à deficiência do indivíduo (ARAÚJO, 1997).

Em prol da dignidade humana, com influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, incorporou-se na legislação a expressão “pessoa portadora de deficiência”. Entretanto, conforme foram sendo aprofundados os estudos na área, entendeu-se que este termo deveria ser abandonado e que o mais adequado seria “pessoa com deficiência”, por não ser possível um indivíduo “portar” a deficiência, quando na realidade ela está com ou na pessoa.

Vale mencionar o Decreto 3.298/1999, que regulamentou a Lei 7.853/1989. Ele traz em seus artigos 3º e 4º, disposições plenamente compatíveis com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º - É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;

- e) saúde e segurança;
  - f) habilidades acadêmicas;
  - g) lazer; e
  - h) trabalho;
- V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Já o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 considera a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É possível perceber a diferença que este dispositivo traça entre a limitação funcional de uma pessoa com deficiência e a deficiência em si. “A ausência de visão ou a condição física de um cadeirante, por exemplo, são limitações funcionais, reconhecidas como atributos da pessoa e inerentes à diversidade humana” (FERRAZ; LEITE, 2015). Já a deficiência, deve ser vista como a interação desses atributos com as barreiras que a sociedade constrói, como, por exemplo, rampas de acesso para cadeirantes e recusa de matrícula em escolas públicas e particulares para crianças e jovens com síndrome de Down ou autistas.

A Lei nº 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dentre outras providências. Seu inciso II esclarece que essas barreiras referem-se a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em, *in verbis*:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Geraldo Nogueira também frisa o entendimento de que a deficiência, seja física, mental, intelectual ou sensorial, envolve todos os obstáculos gerados pela sociedade, e a necessidade da criação de estratégias jurídicas, políticas e sociais que os eliminem.

[...] Muito mais atual e dinâmica é a compreensão da deficiência como parte da área de desenvolvimento social e direitos humanos, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social. Esta concepção traduz a noção de que a pessoa, antes de sua deficiência, é o principal foco a ser observado e valorizado, assim como sua real capacidade de ser o

agente ativo de suas escolhas, decisões e determinações sobre sua própria vida. Portanto, a pessoa com deficiência é, antes de mais nada, uma pessoa com uma história de vida que lhe confere a realidade de possuir uma deficiência, além de outras experiências de vida, como estrutura familiar, contexto sócio-cultural e nível econômico (NOGUEIRA, 2008, p. 28).

Por conseguinte, a nova lei, para conferir às pessoas com deficiência autonomia e independência para uma real inclusão social, enfatizou o objetivo da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Incluiu-se também, na legislação brasileira, um modelo social de abordagem da deficiência, que envolve toda a coletividade, coadunado com seus atributos culturais, econômicos, arquitetônicos e tecnológicos.

### **3. Aspectos Constitucionais da pessoa com deficiência**

A Constituição Federal de 1988 tem como fim estabelecer uma sociedade justa, livre e solidária, além de fixar como fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Paulo Gustavo Gonet Branco e Gilmar Mendes, na doutrina Curso de Direito Constitucional (2015, p. 37), traduzem a Constituição como “o lugar em que se expressam as reivindicações últimas da vida em coletividade e se retratam os princípios que devem servir de guia normativo para a descoberta e a construção do bem comum”.

O artigo 5º da lei maior, ao expressar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, consagra o princípio da isonomia. Sua forma formal e material não é apenas a base de todo o estatuto, mas complementa o seu primeiro artigo, cujo objetivo é “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Por conseguinte, torna-se indispensável relacionar a efetivação da novel lei com os direitos sociais, também protegidos pela Constituição Federal, direitos que pressupõem uma série de ideias, relacionadas à diminuição de desigualdades sociais e uma exigência de ações positivas vindas do Estado. Como exemplo disto, é possível citar o artigo 7º, XXXI da Constituição da República, referente à “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

O inciso II do artigo 23 da Carga Magna também diz ser uma das competências da União “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. Já no artigo 24, inciso XIV do supramencionado dispositivo manifesta ser competência da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”. Ambos os artigos expressam competências que requerem esforços conjuntos de todas as esferas de poder, para que sejam concretizadas de forma eficiente.

Com relação à família, criança, adolescente e idoso, o artigo 227 da lei maior salienta ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade,

todos os seus direitos. E que o Estado, admitindo a participação de entidades não governamentais, promoverá programas de prevenção e atendimento especializado para os “portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos” (§1º II).

Os artigos 14 a 17 do Estatuto da Pessoa com Deficiência tratam do direito à habitação e reabilitação das pessoas com deficiência, assim como o artigo 203, IV da Constituição da República. Este enfatiza que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

O Capítulo IV do Estatuto da Pessoa com Deficiência é claro ao dizer:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Também está expresso na CF/88, artigo 208, III e IV, o dever de garantir aos portadores de deficiência atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino e acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um.

É inegável que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe progressos, ocupando-se repetidas vezes em tutelar aqueles constitucionalmente entendidos como pessoas com deficiência. Entretanto, também é certo que ainda há muito a se trilhar para a efetivação da igualdade material das pessoas com deficiência, para que integrem à sociedade e vivam dignamente.

#### **4. Repercussões da Lei 13.146/2015 no Sistema das Incapacidades**

Entende-se como pessoa natural, todo ser humano vivo com capacidade de exercer direitos e contrair obrigações. Este possui personalidade, uma aptidão genérica para ter direitos e deveres. Porém, nem toda pessoa adquire a medida da personalidade, chamada capacidade, que pode ser plena (de direito e de fato) ou limitada (apenas de direito).

Para os atos da vida civil, é indispensável que o sujeito possua a capacidade de fato, que classifica a pessoa de acordo com sua condição biológica e legal como capaz, absolutamente incapaz e relativamente incapaz. Os dois últimos possuem a capacidade de direito, mas por razão de sua condição física, intelectual/mental ou saúde, não têm a capacidade de fato, ou a possuem de forma limitada, necessitando de assistência ou representação para praticarem atos com efeitos jurídicos.

De início, quando se fala em atos da vida civil, o sistema das incapacidades foi influenciado e pensado sobre a ótica do patrimônio, não havendo preocupação com as

questões existenciais relativas ao ser humano. A tônica da norma insculpida no Código Civil de 1916 era de preservar a segurança jurídica, assegurando valores patrimoniais e evitando que a pessoa declarada incapaz pudesse praticar atos que gerassem efeitos no seu patrimônio e de terceiros (PEREIRA, 2007, p. 272).

A Constituição Federal de 1988, ao indicar a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, preocupou-se com esta influência individualista. Porém, o Código Civil de 2002 perdeu a oportunidade de abandonar a característica materialista ao tratar do sistema brasileiro de incapacidade. Antes da inserção do Estatuto da Pessoa com Deficiência no ordenamento jurídico, os artigos 3º e 4º do Código Civil de 2002 possuíam a seguinte redação:

Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I- os menores de 16 anos;

II- os que, por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática de certos atos;

III- os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade.

Art. 4º. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I- os maiores de 16 e menores de 18 anos;

II- os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III- os excepcionais sem desenvolvimento mental completo;

IV- os pródigos.

Quanto a esta passagem, Cristiano Chaves de Faria e Nelson Rosenvald defendem a ideia de haver uma incongruência com relação ao foco do sistema das incapacidades.

É que se detecta uma disparidade injustificável, um verdadeiro despautério jurídico. Afastar um sujeito da titularidade de seus direitos, obstando-lhe a prática de quaisquer atos da vida civil e dos próprios direitos fundamentais reconhecidos constitucionalmente, concedendo-lhe tutela tão somente aos interesses patrimoniais, a ser efetivada por intermédio de terceiros (o representante legal), relegando a um segundo plano os seus interesses existenciais (FARIA e ROSENVALD, 2014, p. 330).

Além da clara influência patrimonial já mencionada, o Código Civil de 2002 ainda se limitou a reduzir o ser humano com incapacidade a um termo médico, quando merecia um termo ético e jurídico. No caso da pessoa com deficiência, foi surgindo a ideia de que é necessária uma avaliação, não apenas de laudos médicos, mas uma observação de cada circunstância fática para o estabelecimento do que é permitido e do que não é para ela.

Em 2009, a visão humanista da Constituição Federal de 1988 foi salientada pelo Decreto nº 6.949. O Congresso Nacional aprovou, com *status* de Emenda Constitucional,

a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Como fruto desta convenção, no intuito de melhor assegurar os direitos pertencentes aos deficientes, foi instaurado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que através do seu artigo 114, modificou o sistema das incapacidades ao derogar os artigos 3º e 4º do Código Civil. No primeiro, restam como absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, e no artigo 4º, são relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir a sua vontade.

Desta nova previsão, é possível identificar dois critérios para a determinação da incapacidade. O primeiro, denominado critério objetivo, é baseado em uma análise etária, em que se considera a idade da pessoa. Por conseguinte, quando se trata dos absolutamente incapazes, o sistema das incapacidades observa somente este critério, nas situações em que a pessoa é menor de 16 anos.

O segundo critério é o subjetivo, método em que se faz uma avaliação psicológica. Nessa situação excepcionalíssima, não há mais uma relação direta entre a deficiência e a ideia de capacidade para o exercício dos atos da vida civil. Para se declarar um sujeito relativamente incapaz, é essencial não apenas a existência da deficiência, mas a impossibilidade de manifestação de vontade.

Doravante, na direção dos princípios da isonomia e da não discriminação, o sistema jurídico ainda considera que o indivíduo com deficiência de ordem física e/ou psíquica é vulnerável, mas não incapaz. Que ele merece um tratamento diferenciado, mas não a aplicação imediata das regras da incapacidade civil, quando é pleno detentor de direitos civis, patrimoniais e existenciais.

Essa lei inclusiva mostrou a necessidade de se harmonizar a ótica civil-constitucional com o sistema das incapacidades, que carecia de mudanças para que deixasse de limitar a sua preocupação ao âmbito patrimonial e a expandisse para o mais importante, os direitos, vontades e preferências da pessoa com deficiência.

## **5. Inovações legislativas provocadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência provocou uma verdadeira evolução na relação da teoria das incapacidades com as pessoas que possuem deficiência, bem como a sua liberdade para praticar determinados atos da vida civil. Essas mudanças legislativas provocaram o surgimento de duas correntes distintas, em que colidem as opiniões de alguns doutrinadores.

Ao primeiro entendimento, estão filiados José Fernando Simão e Vitor Kümpel, que condenam as alterações do estatuto, tomando como critério o binômio dignidade-vulnerabilidade. A segunda corrente tem como defensores Nelson Rosenvald, Paulo Lôbo e Pablo Stolze, que acreditam na inovação do sistema das incapacidades, tomando como preceito a dignidade-liberdade da pessoa com deficiência.

O presente trabalho se filiará à segunda corrente. Afinal, já se discutiu que o sis-

tema das incapacidades carecia de mudanças em sua redação, por ser primordial harmonizar a legislação brasileira com a Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, afastar a discriminação e garantir uma política pública inclusiva às pessoas com deficiência, para que seus direitos e necessidades sejam respeitados.

### 5.1 EPD, Artigo 6º: uma conquista social

O artigo 6º da Lei Brasileira de Inclusão trata de uma das maiores evoluções do direito nos últimos tempos, sendo não somente uma clara consagração do princípio constitucional da isonomia, mas também uma afirmação de individualidade. De acordo com este artigo, em seu inciso I, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável.

O artigo 1.548 do Código Civil, dentre as hipóteses de nulidade absoluta do casamento, insere no inciso I, o matrimônio de enfermos mentais sem o necessário discernimento para os atos da vida civil. Esta parte não mais se sustentava jurídica e socialmente, sendo revogada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, restando apenas o inciso II, referente à infringência de impedimento.

Destarte, acrescentou-se um parágrafo ao artigo 1.550 do Código Civil. Ele diz que as pessoas com deficiência com idade núbil podem se casar, expressando sua vontade de forma direta ou por meio de seu curador ou responsável. Esta mudança faz parte do abandono do paradigma de exclusão, e esclarece que negar às pessoas o status familiar e o direito de manifestar afeto e amor ofende de forma direta a Dignidade da Pessoa Humana, fundamento do Estado Democrático de Direito e vértice do sistema dos direitos fundamentais.

Houve outras mudanças legislativas sobre o matrimônio. No texto do artigo 1.557 do Código Civil, que trata das possibilidades de anulação do casamento por erro essencial em relação à pessoa, incluiu-se no inciso III, a expressão "não caracterize deficiência". E a redação do inciso IV do artigo 1.557, que tratava da anulação do casamento em situações de ignorância quanto a doença mental grave, foi revogada pelo novel estatuto.

O artigo 6º dispõe que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, como decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; ter uma família, convivência familiar e comunitária; e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A perspectiva do que é uma sexualidade "normal" é transmitida a todo tempo pela literatura, pela música, pela internet e pela televisão, envolvendo conceitos como beleza, estética, desempenho físico e saúde. Esses conceitos, ao padronizar o que é desejável e o que não é, incitam não apenas a sociedade, mas o sujeito com deficiência, a rotulá-lo como um ser frágil, imperfeito, dependente e assexuado, incapaz de reproduzir ou ter certos sentimentos, desejos e necessidades.

A sexualidade humana refere-se aos sentimentos, atitudes e percepções relacionadas à vida sexual e afetiva das pessoas; implica a expressão de valores, emoções, afeto, gênero

e também práticas sexuais e é essencialmente histórica e social. Como um conjunto de concepções culturais, a sexualidade extrapola o conceito de genitalidade, pois abrange também as práticas sociais, os costumes diversos e as ideologias relacionadas a essas práticas (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 161).

Sobre alguns sujeitos com deficiência, suas famílias e cuidadores ainda entendem que não é necessário ter acesso a esse tipo de informação, ou que ter acesso a elas seria ruim. Logo, estimular programas de orientação e educação sexual é necessário, por se tratar de uma oportunidade de evitar situações de violência, e de se fazer perceber que as pessoas com deficiência são capazes de ter uma vida sexual e de desfrutar da sua sexualidade com responsabilidade.

Infelizmente, é comum a ideia de impor às pessoas com deficiência uma vida de abstinência, ou de submetê-las a procedimentos invasivos, como a esterilização compulsória. Hoje, a laqueadura ou vasectomia forçada se tornou sinônimo de violação da integridade física, do exercício da sexualidade, um descompromisso familiar em garantir a dignidade. Prova disto, são os artigos 9º, 12 e 17 da Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, que veio regular o § 7º do artigo 226 da Constituição Federal.

A preocupação contra abuso e o medo da sexualidade das pessoas com deficiência se cruza no controle da reprodução. A fertilidade dessas pessoas é frequentemente e terrivelmente banida pela esterilização ou aborto forçado ou coagido. Essa prática de longa data e ampla disseminação é frequentemente feita para supostamente (e erroneamente) ‘proteger’ mulheres contra a gravidez que pode seguir o abuso sexual ou do crime de honra que poderia seguir a gravidez. Em muitos países, a legislação permite que pais obriguem menores de idade a se submeterem a esses procedimentos sem o seu consentimento (SCHAAF, 2011, p. 117).

A realidade é que não há relação alguma entre a deficiência, seja ela qual for, e a fertilidade; a não ser que a infertilidade seja ocasionada por fator externo à deficiência, bem como ocorre com mulheres que não têm deficiência. O homem ou a mulher com deficiência visual podem exercer sua sexualidade usando ou não o tato, assim como escolher se querem ou não ter filhos.

Ser pai ou mãe vai além de uma deficiência quando o que se está disposto a fazer é sempre procurar dar o melhor de si, para que os filhos cresçam da maneira mais saudável e feliz possível. Isto também se aplica a situações em que a pessoa com deficiência opta por exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

## **5.2. O novo ângulo da curatela e o instituto da Tomada de Decisão Apoiada**

O EPD se mostrou mais impactante no sentido da palavra “interditado”, que era associada à ideia de exclusão, ausência de autonomia ou “neutralização” da capacidade. Seu artigo 84, deixa clara a nova regra: “A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais

pessoas”. Isto é, não há que se falar mais de “interdição”, que, em nosso direito, sempre teve por finalidade vedar o exercício, pela pessoa com deficiência mental ou intelectual, de todos os atos da vida civil, impondo-se a mediação de seu curador. Cuidar-se-á, apenas, de curatela específica, para determinados atos (LÔBO, 2016).

A lei afastou a condição “incapaz” e trouxe para a curatela uma evolução do pensamento psiquiátrico, inserindo ao sistema das capacidades ideias de cidadania e inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, dando a elas a chance de controlar alguns aspectos existenciais da vida, como o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

No artigo 1.787 do Código Civil, os incisos I, II e IV foram revogados, mostrando que a curatela agora adquiriu o caráter de medida excepcional, “proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível” (Lei 13.146/2015, artigo 84, §3º). O fragmento “circunstâncias de cada caso” do artigo supramencionado salienta a atual inexistência da curatela parcial ou total.

Agora, de acordo com o artigo 755 do novo Código de Processo Civil, será incumbido ao juiz, além de exercer controle periódico da curatela, escolher um curador e estabelecer os limites deste instituto jurídico, levar em conta o contexto de cada caso concreto, incitando o magistrado a justificar os motivos pelos quais limita a capacidade de uma pessoa para praticar determinados atos civis.

Com as novas regras, é de se reconhecer que a sentença de curatela apresentará, necessariamente, uma forte carga argumentativa para justificar o projeto terapêutico individualizado, além de regulamentar a extensão da intervenção sobre a autonomia privada daquela pessoa humana. Cada curatelado tem o direito (de envergadura constitucional) de ter parametrizada a sua curatela de acordo com as suas particularidades, sem fórmulas genéricas e neutras (FARIAS; CUNHA; PINTO, 2016, p. 241).

Novamente, para garantir o direito de escolha e resgatar a autonomia das pessoas com deficiência, por intermédio do artigo 116 da Lei 13.146/2015, foi inserido no sistema do Código Civil um modelo alternativo ao da curatela, chamado de Tomada de Decisão Apoiada, inédito no ordenamento jurídico brasileiro. Este novo instituto jurídico, incluído no artigo 1.783-A do Código Civil, refere-se a situações em que qualquer pessoa possuidora de alguma deficiência opta por nomear no mínimo dois sujeitos idôneos, com os quais conserve vínculos e que gozem de sua confiança, para que lhe proporcionem os elementos e informações necessários a fim de possibilitar o exercício da sua capacidade.

Estimula a capacidade de agir e a autodeterminação da pessoa beneficiária do apoio, sem que sofra o estigma social da curatela, medida nitidamente invasiva à liberdade da pessoa. Não se trata de um modelo limitador da capacidade de agir, mas de um remédio personalizado para as necessidades existenciais da pessoa, no qual as medidas de cunho patrimonial surgem em caráter acessório, prevalecendo o cuidado assistencial e vital ao ser humano (ROSENVALD, 2015).

Esta situação inédita no ordenamento jurídico faz surgir alguns questionamentos, como, por exemplo, no que tange o negócio jurídico e situações negociais em geral.

Aparentemente, sobre o aspecto da tomada de decisão apoiada, que oferece reforços à validade de negócios jurídicos realizados pelas pessoas com deficiência, o novo estatuto não admite invalidação baseada na capacidade do sujeito apoiado.

A fim de promover maior segurança, o artigo 1783-A §5º do Código Civil expressa que o terceiro, com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial, pode solicitar que os apoiadores contra assinem o acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado. E caso esse negócio jurídico possa trazer risco ou prejuízo relevante, e existindo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, é dever do juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre esta questão.

É preciso atenuar que o papel do apoiador deve ser positivo ao sujeito que ele apoia, pois há a possibilidade de circunstâncias em que o sujeito apoiador atue com negligência, exerça pressão indevida ou não adimpla com as obrigações assumidas. Caso isso aconteça, poderá qualquer pessoa, ou o sujeito apoiado, apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz, que deverá atender à escolha da pessoa com deficiência em nomear ou não um novo apoiador.

Embora a lei não especifique, acredita-se que, como há determinação legal da existência de dois apoiadores, se um deles for destituído e o apoiado não quiser a nomeação de novo apoiador, se dará a extinção da situação de tomada de decisão apoiada. Extinção esta que, aliás, pode se dar também a qualquer tempo a partir de pedido do apoiado (artigo 1783-A, §9). Trata-se de direito potestativo do apoiado, de modo que não cabe ao juiz denegar tal pedido (REQUIÃO, 2015).

Maurício Requião também acentua que é possível um apoiador não querer mais fazer parte do processo de tomada de decisão apoiada, o que será deferido também a partir de autorização judicial. A saída do apoiador, mesmo que não haja determinação legal expressa, não implicará automaticamente o fim do processo de tomada de decisão apoiada. O beneficiário deve indicar um novo apoiador, e caso não o queira, o processo será extinto.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também trouxe dúvidas sobre os procedimentos de interdição completos ou que estavam em curso antes de sua vigência. O fato de as normas terem eficácia e aplicabilidade imediatas, não significa que o Estatuto vai, de forma automática, invalidar todos os termos de curatela preexistentes no Brasil. Considerar esta hipótese seria agravante à segurança social e jurídica, visto que os artigos 5º, XXXVI da Constituição Federal, e o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, estabelecem que a lei nova não pode prejudicar a coisa julgada.

Não sendo o caso de se intentar o levantamento da interdição ou se ingressar com novo pedido de tomada de decisão apoiada, os termos de curatela já lavrados e expedidos continuam válidos. No entanto, para justificar a legitimidade do curador, os limites impostos pela Lei 13.146 /2015 devem ser observados (STOLZE, 2016).

Quanto à curatela compartilhada, o artigo 1.775-A do Código Civil, modificado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, expressou que na nomeação de curador para a

pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa. Esta previsão tornou oficial uma prática comum, consistente, por exemplo, nas situações em que a pessoa curatelada era conduzida por mais de uma pessoa além do curador, como um parente. Nelson Rosenvald também se manifestou sobre a curatela compartilhada ao dizer que ela concretiza o direito fundamental à convivência da pessoa interdita com ambos os pais.

O requerimento de curatela compartilhada pelos pais não significa apenas mais uma opção que adere ao rol perfilhado no art. 1.775, do Código Civil, senão o desfecho prioritário que melhor dignifica a pessoa do interdito, sendo o processo um instrumento de efetivação das aspirações do direito material. A guarda compartilhada poderá alcançar outros sujeitos conforme aponte a concretude do caso. Ilustrativamente, a responsabilização conjunta de um genitor e um irmão, ou mesmo um filho da pessoa interdita; os dois avós do curatelado; um padrasto e um tio... enfim, no contexto ampliado das famílias a noção de afetividade assume um caráter objetivo, para se aproximar de um *ethos* de solidariedade entre pessoas que partilham a sua existência (ROSENVALD, 2015).

Ao reformular a concepção de curatela e instaurar a Tomada de Decisão Apoiada, o estatuto quis proteger e assegurar os direitos pertencentes às pessoas com deficiência e evitar a efetivação de situações extremas, como a declaração de incapacidade dos sujeitos que, mesmo que possuam alguma deficiência física, mental ou sensorial, conseguem manifestar a sua vontade.

### **5.3. Abalos sistêmicos no plano das nulidades, prescrição e decadência**

Todas as providências do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para reforçar a autonomia das pessoas com deficiência, refletiram no sistema das nulidades e no plano da prescrição e decadência, o que causou um grande tumulto no ordenamento jurídico. No que tange aos prazos prescricionais e decadenciais, antes da inserção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, aplicava-se aos sujeitos com alguma deficiência o artigo 198, inciso I do Código Civil, que estabelece que também não corre a prescrição “contra os incapazes de que trata o art. 3º”.

Agora, o referido artigo faz alusão somente aos menores de 16 anos, únicos considerados absolutamente incapazes. Com a vigência do novo estatuto, entendeu-se que os prazos de prescrição e decadência passam a fluir normalmente, independentemente da deficiência que uma pessoa possui, por ter sido extinta a presunção de sua incapacidade absoluta. A preocupação dos juristas diz respeito aos prazos que correrão desfavoravelmente para pessoas com deficiência que não conseguem manifestar a sua vontade, por agora serem consideradas relativamente incapazes.

Isso significa que quando o absolutamente incapaz é credor não terá a desvantagem de ver suas pretensões prescritas. Assim, se um menor com 10 anos de idade é credor de aluguel, a prescrição fica impedida de correr até que ele complete 16 anos. O tempo decorrido não prejudica o absolutamente incapaz, mas apenas o favorece. Assim, se o

mesmo menor for devedor, o prazo prescricional transcorre normalmente, pois isso o beneficia. Como, com o Estatuto, os deficientes e excepcionais são capazes, a prescrição correrá contra eles, prejudicando-os, portanto (SIMÃO, 2015).

Rosenvald e Faria indicam a teoria da *contra non valentem* como uma solução para este importante efeito prático da lei 13.146/2015. A proposta é de que a teoria, tendo como pilares a ética e o princípio da dignidade da pessoa humana, seja adotada como uma medida excepcional, estendida às pessoas com deficiência que não podem exprimir sua própria vontade, declarando que os prazos prescricionais e decadenciais não podem correr em desfavor de quem não pode agir. Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Faria salientam:

Propomos como critério para a solução do problema o uso da teoria *contra non valentem*. Louvando-nos, declaradamente, da teoria aludida, pensamos que em casos especiais, com fundamento em algum fortuito, não imaginado pelo legislador, mas que retirou, por completo, do titular da pretensão a possibilidade de agir, exercendo-a, poder-se-ia admitir a suspensão ou interrupção do prazo prescricional contra o relativamente incapaz. Tratar-se-ia de situação nitidamente casuística e episódica. E a boa-fé objetiva (comportamento ético do titular) deve ser o referencial a ser utilizado para a admissão de outras hipóteses suspensivas ou interruptivas não contempladas em lei. Se o seu comportamento revela, de fato, uma absoluta impossibilidade de exercício da pretensão, deve se admitir uma ampliação do rol previsto em lei. Seria exatamente a hipótese do relativamente incapaz que não pode exprimir vontade, consoante as novas regras de incapacidade emanadas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (FARIA e ROSENVALD, 2016, p. 344).

No que tange o sistema das nulidades, os atos dos sujeitos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência visa proteger não serão considerados nulos de imediato, mas anuláveis. Mais uma vez, os operadores do Direito demonstraram grande preocupação, por esta mudança fazer com que as consequências dos atos dos que não consigam externar a sua vontade produzam plenos efeitos até que sobrevenha uma decisão anulatória.

Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Farias também trataram dessa incongruência legislativa ao entenderem que é salutar o uso da boa-fé objetiva e da confiança para que o magistrado impeça que sejam prejudicadas as pessoas que por motivos físicos, mentais ou sensoriais não podem exprimir a sua vontade. Rosenvald já elucidada:

Se a arte de bem viver é o que se chama ética, a boa-fé objetiva (que é a diretriz projetada pelo Código Civil de 2002 recomendando uma compreensão ética de todos os seus institutos) tenciona uma utilização do sistema jurídico de Direito Civil para uma boa vida em comunidade, resguardando e protegendo os direitos de quem precisa. Uma pessoa com deficiência, que não pode exprimir vontade, malgrado seja enquadrada como relativamente incapaz, merece uma proteção diferenciada, com vistas a resguardar a boa-fé objetiva (eticidade nas relações). Assim, o juiz deve reconhecer as invalidades para protegê-las e, contra elas, não há de fluir qualquer prazo extintivo, com supedâneo na teoria *contra non valentem* (ROSENVALD, 2013, p. 175).

Mesmo que sob uma primeira análise, a pessoa com deficiência tenha ficado exposta aos efeitos corrosivos da prescrição e decadência, conclui-se que a atuação jurisdicional no caso concreto, fundamentada nos ideais de justiça e equidade, seja uma alternativa para retificar essa “falha legislativa”.

## 6. Conclusão

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência mostrou que o Brasil carecia de uma readequação estrutural no que se refere ao sistema das incapacidades, até então baseado em uma visão patrimonialista, em que o valor preponderante da vida do incapaz era o aspecto econômico.

Tendo como pilares os princípios constitucionais da igualdade e dignidade da pessoa humana, a referida convenção provocou a instauração da Lei 13.146/2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que revolucionou os critérios determinantes de capacidade e incapacidade civil, aderindo a eles características mais humanas e inclusivas.

Importantes institutos jurídicos foram revistos, para que se harmonizassem com a abordagem social da novel lei. Com uma manifesta distinção entre a interdição e a curatela, o estatuto expressou que esta passou a ter caráter auxiliador e excepcional, enfatizando a liberdade das pessoas com deficiência de exercerem seus direitos de constituir família, direitos sexuais e reprodutivos.

A implementação da curatela compartilhada no Código Civil e da inédita Tomada de Decisão Apoiada é considerado um grande avanço legislativo, por se caracterizar como um modelo mais flexível, que nas palavras de Nelson Rosendal, é um remédio personalizado para as necessidades existenciais da pessoa.

Mesmo que o legislador do estatuto, na intenção de preservar o espírito da dignidade e autonomia da vontade, tenha provocado alguns abalos sistêmicos em outros institutos jurídicos, como ampliar a vulnerabilidade das pessoas com deficiência no que tange o sistema das nulidades, prescrição e decadência, e provocar um choque entre normas materiais e processuais, o presente trabalho mostrou que estes efeitos negativos são passíveis de retificação.

Percebe-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência não é perfeito, que o intérprete e aplicador da lei certamente enfrentará situações conflitantes, mas é salutar que a legislação não retroceda limitando as liberalidades das pessoas com deficiência, anulando os efeitos positivos já gerados. Afinal o propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência deve se concretizar, que é reduzir a desigualdade e fazer com que a sociedade respeite os direitos do próximo, independentemente de qualquer limitação física, mental ou sensorial.

## Referências

ARAGÃO, Alexsandro Rahbani; PINHEIRO, Tayssa Simone de Paiva Mohana. *A Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e seus efeitos no Direito Internacional e no Brasileiro*.

Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=044a23cadb567653>>. Acesso em: 27 fev. de 2017.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003.

AZEVEDO, Júlio. *Diálogo entre a Lei Brasileira de Inclusão e o novo CPC: pelo fim da interdição judicial*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-30/julio-azevedo-preciso-acabar-interdicoes-judiciais>> Acesso em: 30 abr. 2016.

BORTOLOZZI MAIA, Ana Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Desfazendo mitos sobre a sexualidade e deficiências*. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/desfazendo-mitos>> Acesso em: 09 mai. 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CROSARA, Ana Paula de Resende; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.). *A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Estatuto da pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo*. Salvador: Juspodivm, 2016.

\_\_\_\_\_; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB*, volume 1. 12 ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. *Lei Brasileira de Inclusão e o “novo” conceito de deficiência: será que agora vai “pegar”?*, in: DIREITO, Justificando, mentes inquietas pensam. Disponível em <<http://justificando.com/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/>> Acesso em: 20 ago. 2015.

GONÇALVES, Nair Lemos. As condições de sanidade nas relações entre o funcionário e o Estado. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. LVII, p. 219-229, 1962.

LÔBO, Paulo. *Com avanço legal pessoas com deficiência mental não são mais incapazes*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-16/processo-familiar-avancos-pessoas-deficiencia-mental-nao-sao-incapazes>> Acesso em: 29 set. 2015.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v. 16, n. 2, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382010000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382010000200002)>.

Acesso em: 31/10/2017

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUNES, Rizzatto. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2014.

PASQUAL, Cristina Stringari; PASQUAL, Marco Antonio. O Estatuto da Pessoa com Deficiência como instrumento de tutela da vulnerabilidade e o novo regramento da incapacidade civil. *Revista do Direito Imobiliário*, v. 80, p. 273-291, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, vol. 1.

PRADO, Sergio Malta. *Da teoria do diálogo das fontes*. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI171735,101048-Da+teoria+do+dialogo+das+fontes>> 31 de janeiro de 2013.> Acesso em 27 fev. 2017.

REQUIÃO, Maurício. *Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela>> Acesso em: 14 set. 2015.

ROSENVALD, Nelson. A necessária revisão da teoria das incapacidades, in: NEVES, Thiago Ferreira Cardoso Neves (coord.). *Direito e justiça social: por uma sociedade mais justa, livre e solidária*. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. *A tomada da decisão apoiada*.

Disponível em <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>> Acesso em: 03 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *Há fungibilidade entre a tomada de decisão apoiada e as diretivas antecipadas de vontade?* Disponível em <<http://www.nelsonrosenvald.info/#!H%C3%A1-fungibilidade-entre-a-tomada-de-decis%C3%A3o-apoiada-e-as-diretivas-antecipadas-de-vontade/c21xn/574e00820cf25085214d4764>> Acesso em: 27 fev. 2017.

ROSSI, Fernanda. *Esquizofrenia: uma pequena reflexão*. Disponível em <<http://blogs.odiariorio.com/fernandarossi/2012/09/24/esquizofrenia-uma-pequena-reflexao/>> Acesso em: 27 fev. 2017.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOREIRA, Diogo Luna. *A Capacidade dos Incapazes: Saúde Mental e um Novo Paradigma da Teoria das Incapacidades no Direito Privado*. Disponível em <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/a-capacidade-dos-incapazes->

saude-mental-e-um-novo-paradigma-da-teoria-das-incapacidades-no-direito-privado> Acesso em 13 mar. 2016.

SCHAAF, Marta. Negociando Sexualidade na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Revista SUR da Conectas - Direitos Humanos*. São Paulo, 8(14):115-135, jun. 2011.

SENADO, Agência. *Lei Brasileira de Inclusão completa um ano com avanços na educação*. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano-com-avancos-na-educacao>> Acesso em: 01 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Novo CPC ameaça dispositivos do Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Disponível em <<http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=novo-cpc-ameaca-dispositivos-do-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia&id=30886>> Acesso em: 16 fev. 2016.

SIMÃO, José Fernando. *Estatuto da Pessoa com Deficiência causa perplexidade (Parte I)*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-06/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-causa-perplexidade>> Acesso em: 06 ago. 2015.

STOLZE, Pablo. *É o fim da interdição?*, *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 21, n. 4605, 9 fev. 2016. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/46409>> Acesso em: 27 fev. 2017.

TRINDADE, Ivan Gustavo Junio Santos. *Os Reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei N. 13.146/15) no Sistema Brasileiro de Incapacidade Civil*. Disponível em <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2757/1/IVAN%20GUSTAVO%20JUNIO%20SANTOS%20TRINDADE.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2016.

## Aplicabilidade da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa como instrumento eficaz de combate à corrupção

*Applicability of the Award Winning Collaboration in the action of administrative improbity as an efficient instrument to combat corruption*

**Antônio Elmar Reis Queiroz**

Acadêmico do 9º período do curso de Direito do UNIPAM. e-mail: antonioelmarq@gmail.com

**Érico Henrique Resende Rodvalho**

Professor do UNIPAM. e-mail: ericohr@unipam.edu.br

---

**Resumo:** A presente pesquisa de iniciação científica discorre sobre o maior alcance do combate à macrocriminalidade, em paralelo com a celebração de acordos de leniência e colaborações premiadas nas ações civis públicas de improbidade administrativa, prevista na lei nº 8.429/92. Nesse contexto, este estudo buscou analisar se os acordos de colaboração premiada aplicáveis no bojo das ações de improbidade administrativa são meios idôneos para combater o crime organizado, notadamente as organizações criminosas de alto escalão na busca da preservação do patrimônio público. Para tanto, foi também objeto de estudo a Medida Provisória 703/2015, de constitucionalidade duvidosa, que revogou a impossibilidade de realizar acordos na lei de improbidade administrativa e que, no entanto, por não ter sido convertida em lei, veio a perder a eficácia.

**Palavras-chave:** Colaboração Premiada. Ação de Improbidade Administrativa. Organizações Criminosas. Acordo de Leniência. Analogia.

**Abstract:** The present scientific initiation research deals with the greater scope of the fight against macrocriminality, in parallel with the conclusion of leniency agreements and award-winning collaborations in public civil actions of administrative impropriety, provided for in Law 8.429/92. In this context, this study aimed to analyze whether the award-winning collaboration agreements applicable in the field of administrative misconduct are suitable means to combat organized crime, especially high ranking criminal organizations in the quest for the preservation of public patrimony. To that end, Provisional Measure 703/2015, of dubious constitutionality, which revoked the impossibility of making agreements in the law of administrative improbity, was also object of study. However, because it was not converted into law, it became ineffective.

**Keywords:** Award Winning Collaboration. Action of Administrative Improbity. Criminal organizations. Leniency Agreement. Analogy.

---

## 1. Considerações iniciais

Em tempos de Lava Jato e de pós-Mensalão, é nítido que um dos maiores problemas que a comunidade jurídica brasileira enfrenta é a macrocriminalidade, em especial o crime organizado. Neste cenário, vislumbra-se que em cada operação deflagrada pela polícia judiciária – Polícia Civil e Polícia Federal –, o ordenamento jurídico nacional revela-se insuficiente para coibir e para penalizar tal prática.

Desse modo, o desafio do direito contemporâneo torna-se descobrir quais meios são aptos para reprimir as crescentes associações criminosas em prol da proteção da Administração Pública. Nesse aspecto, este trabalho de conclusão de curso analisará a eficácia da aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) juntamente com o instituto da delação premiada, previsto em diversos dispositivos normativos.

Por conseguinte, diante das divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca da temática, o projeto se pautará pela pesquisa, em um viés administrativista-constitucional, analisando em qual proporção o aludido instituto de Direito Penal seria meio idôneo para o combate do institucionalizado crime organizado na Administração Pública, por meio da Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa.

Para tanto, como premissa primordial acerca dos questionamentos e das posições a serem tomadas no desenvolver do projeto, será também objeto de estudo e de esclarecimentos a polêmica Medida Provisória nº 703/2015, que entrou em vigor na “calada da noite”, em 18 de dezembro de 2015, dois dias antes do recesso forense. Verifica-se que a referida MP revogou expressamente o §1º do artigo 17 da lei 8.429/92, que previa a vedação de transação e de acordos nas ações de improbidade administrativa, os quais passaram a ser permitidos, por meio dos chamados “acordos de leniência”.

Embora a Medida Provisória nº 703/2015 não tenha sido convertida em lei, em razão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e de demais medidas de caráter de urgência que ocorreram no Congresso Nacional nesse ano de 2015, ela chegou a criar impactos importantes que vão ser analisados no decorrer deste trabalho.

Nesse contexto, considerando que a ciência do Direito possui os princípios como alicerces e diretrizes normativas, serão apresentados alguns vetores axiológicos concernentes ao Direito Administrativo, especialmente o princípio da indisponibilidade do interesse público que rege o regime jurídico administrativo, e os elencados no caput do artigo 37 da CF/88, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além disso, far-se-á uma análise minuciosa no que diz respeito às repercussões gerais do tema, sendo apresentadas as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre a aplicação da colaboração premiada no âmbito do processo de improbidade administrativa por meio da aplicação da analogia, a qual funciona como fonte integrativa do direito.

O método a ser utilizado será o dedutivo, a partir de material já publicado, constituído de obras jurídicas, de periódicos e materiais disponibilizados na internet que versam sobre a temática delineada, com ênfase na legalidade da coexistência e aplicação simultânea da colaboração premiada e ação de improbidade administrativa.

Concomitantemente, adotou-se a pesquisa documental, que será levada a efeito

mediante a análise de julgados atinentes ao assunto, sobretudo os provenientes dos Tribunais Superiores. É certo que este trabalho subsistirá em um plano geral e abstrato, almejando que os resultados alcançados sejam tomados de acordo com situações particulares.

Nas referências webliográficas e bibliográficas encontram-se elencadas as obras citadas no texto e as diretamente consultadas, além de outras que concorreram para a elaboração do presente trabalho, ainda que de forma indireta. Consistem de obras literárias, jurisprudenciais, doutrinárias e da análise da legislação positivada.

## 2. Revisão teórica

### 2.1. Ação civil pública por ato de improbidade administrativa

A Ação Civil Pública recebeu esse nome porque seu objetivo é tutelar o interesse comum, ou o interesse do grupo (*common interest ou group interest*) e não porque cria a figura de um legitimado público ou faz parte de uma pessoa jurídica de direito público. Ela foi incorporada no ordenamento jurídico vigente na Lei nº 7.347/1985, e no seu dispositivo preambular, trouxe o seu conceito:

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

A sua existência decorre da necessidade de, em determinados casos concretos, tutelar direitos transindividuais, coletivos e difusos. O seu rol, taxativo, de legitimados para propositura está disposto no art. 5º, da lei 7.347/85. Feitas essas considerações, passa-se à análise dessa modalidade de ação na tutela dos atos de improbidade administrativa.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo o fundamento da improbidade administrativa e respectivas sanções. O rol constitucional é meramente exaustivo, não sendo capaz de esgotar todas as sanções. Veja-se:

Art. 37, § 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Na lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa (LIA), estão previstas as demais sanções de improbidade administrativa aplicáveis aos agentes públicos. Essa lei amolda-se a uma espécie de ação civil pública, na medida em que a sua utilização é devida ao combate de interesses transindividuais e difusos. Prova disso, é o estabelecido no art. 129, III, CF/88:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Em que pese às coincidências entre as ações, trata-se de ações autônomas, com objeto, causa de pedir e sanções distintas. Entretanto, a partir da conjugação desses dispositivos constitucionais, fora consagrado majoritariamente por uma praxe forense a denominação de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.

José dos Santos Carvalho Filho (2015, p. 1111) conceitua a ação de improbidade como sendo “aquela em que se pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade na Administração, perpetradas por administradores públicos e terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa”.

No que tange a natureza jurídica, é pacífico que a ação de improbidade possui natureza civil, mas não impede a apuração de responsabilidades na esfera administrativa e penal. Por se tratar de lei que define sanções administrativas que causem danos diretos ou indiretos ao erário, sua competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, CF/1988. Desse modo, a lei de improbidade possui abrangência nacional e não somente federal.

A própria LIA, no seu art. 2º, conceitua os sujeitos ativos dos atos de improbidade. Estabelece que quem atua em nome da Administração Pública, ainda que temporariamente e sem remuneração, ou que se beneficia ou concorre para a prática do ato, está sujeito a atos de improbidade. Nesse sentido, é o entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça<sup>1</sup>. A título elucidativo, recentemente, o STJ, no seu informativo 568<sup>2</sup>, reiterou seu posicionamento ao estabelecer que “o estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa”.

Os sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa são as pessoas jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta e ainda as entidades privadas que recebem custeio para sua formação de capital. No caso das entidades privadas que recebem menos de 50% de custeio, a LIA se aplica só até o montante das verbas públicas recebidas. Assim, a lei de improbidade administrativa protege amplamente os entes da administração pública e entidades privadas que receberam capital para sua formação ou custeio.

Os atos de improbidade administrativa estão previstos nos artigos 9º (atos de improbidade que ensejam o enriquecimento ilícito), 10º (atos de improbidade que causam dano ao erário) e 11º (atos de improbidade que atentam contra princípios da administração). Para a configuração desses atos é necessário comprovar a má-fé do agente, ou seja, a conduta dolosa<sup>3</sup>. Somente no caso dos atos de improbidade que causem dano ao erário é que é necessário a comprovação de culpa, mesmo que seja em grau mínimo.

As respectivas sanções estão estabelecidas no art. 12º, da LIA, sendo as mesmas para todos os atos de improbidade administrativa – perda da função pública, indisponibilidade e perda dos bens adquiridos ilicitamente, multa, suspensão dos direitos políticos e impossibilidade de contratar com o Poder Público nem de receber benefícios fiscais –, mudando apenas a gradação da penalidade de acordo com o ato praticado. Para uma

---

<sup>1</sup> STJ, REsp. 1.138.523-DF, DJe 04/03/2010.

<sup>2</sup> STJ, REsp.1.352.035-RS, DJe 18/8/2015.

<sup>3</sup> STJ, REsp. 98.706/RS, DJe 23/02/2011; REsp 842.428/ES, DJe 21/5/2007.

mesma situação fática pode coexistir a cumulação dos atos de improbidade administrativa, bem como a cumulação das respectivas sanções.

O procedimento para esta ação está previsto no art. 17º, da Lei 8.429/92. O dispositivo legal se refere ao antigo procedimento ordinário da Lei 5.869/73, que agora com a vigência da Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil – é denominado de Procedimento Comum, conforme o disposto a partir do seu artigo 318º, ante a inexistência daquele.

Aspecto de importância relevância é o de que a ação deve ser proposta no juízo singular, na justiça comum estadual ou federal, ainda que proposta contra agente político que tenha prerrogativa de foro no âmbito penal e nos crimes de responsabilidade<sup>4</sup>. Hipótese diferente é a propositura da ação em face de membros da magistratura. O STJ, “alterando seu entendimento jurisprudencial, tem entendido que o foro privilegiado dos magistrados deve ser observado nas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa, cujo resultado possa levar à pena de demissão do réu<sup>5</sup>”.

No que concerne aos pedidos da ação, devem ser requeridas as sanções do artigo 12 da lei, isoladas ou cumulativamente. Matheus Carvalho (2016, p. 946) defende que não é *extra petita* a sentença que julga os demais pedidos do mesmo artigo 12, por serem pedidos implícitos. A justificativa é a de que nas ações de improbidade se julgam os fatos e não os pedidos. É válido ressaltar, nos termos do artigo 8º, da LIA, no caso de morte do agente, as sanções pecuniárias se transferem aos herdeiros e sucessores do réu até o limite da herança transferida. Na ação de improbidade há quatro medidas cautelares, a saber: afastamento preventivo do servidor público, bloqueio de contas, indisponibilidade dos bens e sequestro de bens, todas elencadas no seu artigo 16, LIA.

Novidade legislativa na lei 8.429/92 foi a revogação do art. 17, §1º, pela Medida Provisória 703/2015, que será objeto de amplo debate neste trabalho em ponto específico. Essa Medida Provisória possibilitou que haja transações nas ações de improbidade, desde que tenha regulamentação por meio de lei ou decreto que estabeleça os seus termos.

## 2.2. Colaboração premiada

Renato Brasileiro de Lima (2016) elenca em seu *Manual de Processo Penal* o conceito mais moderno de colaboração premiada disseminado na doutrina:

Colaboração premiada é uma técnica especial de investigação por meio da qual o coautor e/ou partícipe da infração penal, além de confessar seu envolvimento no fato delituoso, fornece aos órgãos responsáveis pela persecução penal informações objetivamente eficazes para a consecução de um dos objetivos previstos em lei, recebendo, em contrapartida, determinado prêmio legal.

Por sua vez, os tribunais superiores também se incumbiram de conceituá-la. O STJ assentou que “o instituto da delação premiada consiste em ato do acusado que, admitindo a participação no delito, fornece às autoridades informações eficazes, capazes

<sup>4</sup> STJ. Corte Especial. AgRg na Rcl 12.514-MT, DJe 16/9/2013 (Info 527).

<sup>5</sup> STJ, EDcl no AgRg no Ag 1338058/MG, DJe 18/11/2011.

de contribuir para a resolução do crime<sup>6</sup>”.

Já o STF, mais recentemente, avançou em definir a colaboração premiada como um *negócio jurídico processual*<sup>7</sup>. Vejamos:

A colaboração premiada é um negócio jurídico processual personalíssimo, uma vez que, além de ser qualificada expressamente pela lei como ‘meio de obtenção de prova’, seu objeto é a cooperação do imputado para a investigação e para o processo criminal, atividade de natureza processual, ainda que se agregue a esse negócio jurídico o efeito substancial (de direito material) concernente à sanção premial a ser atribuída a essa colaboração.

Em breve esboço histórico, faz-se alusão à evolução desse instituto analisado. A colaboração premiada não é uma técnica nova, sua origem remonta os tempos da Inquisição, quando, para que se obtivesse uma confissão “idônea”, o indivíduo deveria ser submetido à tortura. A mera confissão espontânea não era meio para desvendar um crime. No contexto norte-americano o instituto ganhou força, de modo que os colaboradores eram impunes por ajudar a combater a máfia (MALATESTA, 2003, p. 532). Na ordem jurídica brasileira o instituto surgiu nas Ordenações Filipinas (1603 a 1830), que foi revogada pelo Código Criminal de 1830, que premiava com o perdão os criminosos que delatassem outros à prisão.

Mas foi só com a Ação Penal 470 – Mensalão – que o instituto ganhou força no direito brasileiro. Em linhas gerais, o esquema do mensalão referia-se à compra de apoio parlamentar através de um repasse de dinheiro ao Partido dos Trabalhadores (PT) em forma de um pagamento mensal aos parlamentares da base aliada e a empresas participantes do esquema para investimento em publicidade. Aquela ação foi o marco da veracidade das falácias sobre corrupção no Brasil que envolviam associações criminosas de colarinho branco, como ficou conhecida, por envolver parlamentares, agentes públicos e empresas de representatividade nacional.

Posteriormente ao julgamento da AP 470, em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato, foi deflagrada pela Polícia Federal (PF), visando desvendar um esquema de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas que movimentou centenas de milhões de reais. A PF apontou o pagamento de propina envolvendo executivos de empresas, especialmente empreiteiras, que assinaram contratos com a companhia de petróleo e políticos. Entre os crimes cometidos, aponta a investigação, estão a sonegação fiscal, a movimentação ilegal de dinheiro, a evasão de divisas, o desvio de recursos públicos e, por fim, a corrupção de agentes públicos<sup>8</sup>.

O desfecho da Lava jato gerou enormes prejuízos aos cofres públicos, sendo impossível mensurá-los, quando se compara com os prejuízos da AP 470. Essa afirmação encontra-se capitaneada no seguinte trecho do julgado que se colaciona abaixo<sup>9</sup>:

---

<sup>6</sup> STJ, HC 90.962, DJe 22/06/2011.

<sup>7</sup> STF, HC 127.483/PR, DJe 27/8/15 (Informativo STF nº 796).

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/operacao-lava-jato/>> Acesso em 18 de agosto de 2016.

<sup>9</sup> TRF4, HC 5023494-29.2015.404.0000, DJe 07/08/2015.

Por tudo que se viu até o momento, é de se supor que a "Operação Lava-Jato" desbaratou um esquema de corrupção e saque aos cofres da Petrobrás, maior estatal nacional, de proporções amazônicas. E isto não é mera ilação, conjectura ou hipérbole feita por este Relator ou pelo juízo de origem, mas apenas a expressão daquilo que Ministros de Tribunais Superiores externaram recentemente. O Ministro Gilmar Mendes chegou a afirmar que estaríamos a julgar o maior caso, pelo menos de corrupção, já investigado. Ao comparar com o julgamento do mensalão, até então referência em face da repercussão, destacou que o julgamento da Ação Penal nº 470 pelo Supremo Tribunal Federal tratou de cifras na ordem de R\$ 170 milhões. Na Lava-Jato, apenas um dos investigados se propõe a devolver US\$ 100 milhões. E foi taxativo ao dizer que "agora, a ação penal 470 (mensalão) teria de ser julgada em juizado de pequenas causas, pelo volume que está sendo revelado".

Foi na Operação Lava Jato, diante da sua proporção, hoje com 33 operações já deflagradas, que se consagrou a utilização do instituto da delação premiada na ordem jurídica pátria. Assim, a partir do efetivo combate ao crime organizado com uso da colaboração premiada, serão analisados os seus requisitos, efeitos, consequências e aplicabilidade.

O instituto da colaboração premiada no direito brasileiro está previsto nas seguintes espécies normativas: Código Penal (art. 159, § 4º); Lei 7.492/86 (art. 25, § 2º), – Crimes contra o Sistema Financeiro; Lei 8.137/90, (art. 16, parágrafo único) – Crimes contra a Ordem Tributária; Lei 8.072/90, (art. 8º, parágrafo único) – Lei dos Crimes Hediondos; Decreto 5.015/2004, (art. 26) – Convenção de Palermo; Lei 9.613/98, (art. 1º, § 5º) – Lei de Lavagem de Dinheiro; Lei nº 9.807/99, (art. 13º e 14º) – Lei de Proteção à vítima e testemunhas; Lei 11.343/2006, (art. 41) – Lei de Drogas; Lei 12.529/2011 (art. 87, parágrafo único) – Lei Antitruste, Lei 12.850/2013 (art. 4º a 7º) – Organizações Criminosas.

A presente pesquisa tem como foco a Lei das Organizações Criminosas que traz maior aplicabilidade e repercussão com o objeto deste estudo. Para melhor compreensão do instituto, será feita uma análise dos pontos de destaque constantes na Lei das Organizações Criminosas, conforme já afirmado, bem como da jurisprudência dos Tribunais Superiores e, quando pertinente, da abordagem do instituto nas demais legislações esparsas existentes.

A Lei nº 12.850/2013, que constitui o eixo da Nova Justiça Criminal Negociada no Brasil, define as organizações criminosas e dispõe sobre a investigação criminal. Os meios de obtenção da prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado é que materializaram efetivamente a colaboração premiada no direito brasileiro. Seu artigo 3º, I, estabelece que a colaboração premiada é um meio de obtenção de prova na fase da *persecutio criminis*, sem prejuízo dos demais já existentes. A referida lei acabou com as distorções doutrinárias entre delação premiada e colaboração premiada, haja vista que aquela é espécie desta e as duas não são sinônimas, como alguns operadores do direito e a mídia informas.

Essa distinção fica demonstrada por artigo do Professor Luiz Flávio Gomes<sup>10</sup>, ao

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://luizflaviogomes.com/delacao-premiada-consolida-se-no-stj/>>. Acesso em 20/08/2016.

comentar trecho do julgamento do HC 90.962, defrontado pelo Superior Tribunal de Justiça:

O instituto da delação premiada consiste em ato do acusado que, admitindo a participação no delito, fornece às autoridades informações eficazes, capazes de contribuir para a resolução do crime. Como se vê, não basta a confissão para se conquistar a premiação da colaboração premiada. Suas informações úteis devem ser comprovadas (devem ser eficazes). Sem comprovação judicial do que se delata nenhum prêmio é concedido. Aqui entra a “regra de corroboração” (delação sem comprovação é inócua). Quando a delação (colaboração) resulta ineficaz, cabe reconhecer apenas a circunstância atenuante da confissão.

Pelo exposto, somente as informações necessárias e comprovadas são capazes de conceder o acordo premial, e assim, fazer com que o réu se torne possuidor de um direito subjetivo a ser reconhecido pelo direito<sup>11</sup>. No acordo de colaboração premiada, o “prêmio” consiste na concessão do perdão judicial, na redução da pena ou na substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (art. 4º, caput, lei 12.850/2013). É válido enfatizar que a sentença que concede o perdão judicial tem natureza de sentença declaratória de extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório (Súmula 18, STJ).

O beneficiário do acordo deve ser membro integrante da organização criminosa, não pode ser estranho àquela organização, mesmo que seja de grupo rival e conheça a identificação dos demais integrantes e a estrutura da organização criminosa. O acordo de colaboração premiada não pode ser declarado de ofício pelo juiz, e só é homologado mediante requerimento das partes – colaborador, Ministério Público e/ou Delegado de Polícia.

Para a realização de uma colaboração premiada idônea, ela deve ser efetiva e voluntária. A colaboração efetiva é aquela que abarca todos os incisos do art. 4º, da Lei 12.850/2013. O STJ<sup>12</sup> já chegou a se manifestar nesse sentido:

A colaboração efetiva é imprescindível para a concessão do perdão judicial, ainda que sob o jugo da legislação apontada pelo recorrente como de aplicação analógica na espécie (art. 35-B da Lei n. 8.884/94), vigente à época dos fatos.

Entende-se que colaboração voluntária é diferente de colaboração efetiva. Assim, é voluntária a colaboração que o agente realiza por vontade própria, sem que ninguém o tenha constrangido. Observe-se que o legislador não exigiu que a colaboração fosse espontânea, bastando que seja voluntária. Luiz Flávio Gomes, em obra conjunta com Raúl Cervini e William Terra de Oliveira, diferencia “voluntário” de “espontâneo”. Segundo os autores, “colaboração espontânea é a que parte da iniciativa do próprio infrator. Ao exigir a lei que seja ‘espontânea’, faz depender que a ideia de colaborar provenha dele mesmo” (GOMES, 1998, p. 344). Sob essa perspectiva, há algo a mais, exigido pela lei,

<sup>11</sup> STJ, HC 84.609, DJe 01/03/2010; STJ, HC 26.325, DJe 25/08/2003.

<sup>12</sup> STJ, REsp 1477982/DF, DJe 23/04/2015.

porquanto “não basta que a colaboração seja ‘voluntária’ (ato livre) – requer-se um plus, que é a espontaneidade” (idem, p. 34).

No que tange ao momento para ser celebrado o acordo de colaboração premiada, há duas hipóteses. Ela pode ser feita na fase de investigação (Inquérito Policial) e na persecução penal, ou somente em uma das fases. A lei não coloca nenhuma objeção ao fato de o acordo ser realizado nas duas fases. O acordo de colaboração é um ato pessoal do colaborador, ou seja, não se comunica aos coautores e partícipes da organização criminosa.

Entretanto, o acordo de colaboração premiada perde seu caráter sigiloso assim que oferecida a denúncia, quando o acordo premial é realizado na fase investigativa. Na segunda fase, ação penal, os sujeitos processuais daquela ação só poderão ter acesso a todos os elementos de prova, desde que documentados nos autos dos acordos de colaboração, consoante a Súmula Vinculante nº 14, para confrontá-los, mas não para impugnar os termos do acordo propriamente ditos<sup>13</sup>. O legislador ainda permitiu que a colaboração fosse posterior à sentença, caso em que poderá haver a redução de metade da pena imposta ou a progressão de regime, ainda que ausentes os requisitos objetivos previstos no art. 112 da LEP e no art. 2º, §2º da lei de crimes hediondos (lei 8.072/90).

Caminhando para o fim, não se pode deixar de analisar o disposto no art. 4º, § 14º, da lei 12.850/2013: “Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade”.

Essa disposição normativa gera bastante polêmica em toda a doutrina, por criticar a violação do direito à não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), prevista no art. 5º, LXIII, CF. César Roberto Bitencourt<sup>14</sup> esclarece que a exigência da renúncia do direito ao silêncio dos depoimentos que o colaborador prestar é uma inversão da ordem natural da hierarquia de nosso ordenamento jurídico, de modo que, com um simples acordo, a o art. 4º, § 14º, da lei 12.850/2013, há uma “revogação” da Constituição Federal. Por outro lado, a jurisprudência segue uma linha uniforme no sentido de que só há violação ao direito ao silêncio, se for imprescindível, para o reconhecimento da nulidade, a demonstração do prejuízo sofrido pelo réu<sup>15</sup>.

Por fim, sobre a natureza jurídica da colaboração premiada, ela não se refere ao meio de prova, mas sim ao meio de obtenção de prova, tendo em vista que não há a possibilidade de haver condenação com fundamento apenas no acordo de colaboração premiada (art. 4º, § 16º, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, também já se decidiu o STF, ao dispor que “não é demais recordar que o conteúdo dos depoimentos colhidos em colaboração premiada não é por si só meio de prova, até porque descabe condenação lastreada exclusivamente na delação de corréu”<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> STF, Rcl 21258 AgR, DJe 20/04/2016.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-dez-04/cezar-bitencourt-nulidades-delacao-premiada-lava-jato>> Acesso em 25 de agosto de 2016.

<sup>15</sup> STJ, RHC 67.493 / PR, DJe 02/05/2016.

<sup>16</sup> STF, HC 94.034, DJe de 05/09/2008.

### 2.3. Medida provisória 703/2015

Em 18 de dezembro de 2015, nas vésperas do recesso forense, foi publicada a Medida Provisória nº 703. Essa MP inseriu a celebração de acordos de leniência e de colaboração premiada na Lei de Anticorrupção (Lei 12.846/2013) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei, nº 8.429/92). O presente trabalho tem como enfoque a alteração realizada na Lei de Improbidade Administrativa, que revogou a vedação de celebrar acordo nas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa (art. 17, §1º, LIA).

A pertinência da análise da revogação desse dispositivo se dá na medida em que é gerada a possibilidade de celebrar acordos premiais nas ações de improbidade, estas que versam sobre o patrimônio público, direito indisponível amparado por um dos princípios que regem o regime jurídico administrativo<sup>17</sup>, a saber: o princípio da indisponibilidade do interesse público.

A partir da revogação desse dispositivo depreende-se que houve uma mitigação de um princípio de natureza cogente, que como foi dito, refere-se a um pilar das ciências administrativas. Mas isso pode prosperar diante da iminente insegurança jurídica em ser permitido fazer acordos para atenuar a penalização de uma conduta ilícita sobre o patrimônio público adquirido indevidamente? Essa pergunta gerou polêmica entre os doutrinadores. Em que pese à embrionária e eficiente mudança de entendimento, ainda é resistente e bastante criticada sua legitimidade.

Os principais argumentos desfavoráveis à consolidação dos acordos de leniência são: o Ministério Público não possui discricionariedade para dispor do patrimônio público, mesmo que para restituir parcela do dano causado; e a Lei 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas) não trata de acordo de leniência, tampouco permite a realização de acordos de colaboração com benefícios para pessoas jurídicas.

Em 3 de fevereiro de 2016, o Partido Popular Socialista (PPS) ajuizou uma ADI, que recebeu o nº 5.466, para suspender os efeitos da MP 703/2015, alegando que a Medida Provisória não atendia aos requisitos de urgência e relevância, por violar os requisitos do art. 62, § 1º, "a", "b", da CF/1988. Todavia, fora julgada improcedente a medida de liminar dessa ADI, por entender o STF "que a MP 703/2015 atende, sim, os requisitos de relevância e urgência; que não trata de matéria vedada ao instituto pela CF; que não fragiliza a atuação do Ministério Público; que mantém ileso o exercício do poder de polícia da Administração, por atender aos interesses nacionais"<sup>18</sup>.

Por outro lado, com parecer favorável em relação à MP 703, em coluna no jornal *Carta Capital*, com o título "MP 703, a medida necessária"<sup>19</sup>, é válido fazer um recorte do seguinte trecho quando a discussão se relaciona à corrupção no Brasil:

---

<sup>17</sup> Conjunto harmônico de princípios que definem a lógica da atuação do ente público, a qual se baseia na existência de limitações e prerrogativas em face do interesse público. Esses princípios devem guardar entre si essa lógica, havendo, entre eles, um ponto de coincidência: CARVALHO, 2016, p. 60.

<sup>18</sup> STF, ADI 5.466, DJe 25/02/2016.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/883/a-medida-necessaria>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

Adams enfatizou a centralidade do combate à corrupção, que “continua a ser uma linha mestra da atuação do governo”, mas não deve se resumir a uma escalada punitiva. “A luta contra a corrupção, também em matéria contratual, não é um fim em si mesma. É um meio para que os cidadãos possam desfrutar de obras públicas e de serviços públicos que lhes permitam viver em melhores condições”, enfatiza Jaime Rodríguez-Arana, presidente do Foro Ibero-Americano de Direito Administrativo e integrante da Academia Internacional de Direito Comparado de Haia.

Assim, em que pese às críticas doutrinárias amparadas na legalidade e instabilidade jurídica, a MP 703 é na sua essência de um instrumento viável de combate à corrupção generalizada, quando se vive em períodos de Operação Lava Jato e semelhantes operações que envolvam associações criminosas. E assim deve ser o direito criado e transformado diariamente de acordo com as necessidades sociais que carecem da tutela estatal.

Por fim, é válido ainda ressaltar que a Medida Provisória 703/2015 perdeu a eficácia por decurso do prazo para sua conversão em lei, consoante estabelece a Constituição Federal, o que será analisado no próximo tópico.

### 2.3.1. Perda da eficácia da MP 703/2015

Nesse ponto, o artigo se pautará pela análise dos aspectos procedimentais da Medida Provisória, espécie legislativa primária que regulamenta a Constituição Federal nos artigos 59, V; e 62.

Consoante explicitado alhures, foi publicada em 18/02/2015 a MP 703/2015, só que não houve sua conversão em lei. Medida Provisória é um tipo normativo primário com força de lei, editada pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, e submetida ao Congresso Nacional para deliberação.

Para serem aprovadas, há uma série de vedações relativas à matéria, todas previstas no art. 62, I, CF/1988. Sendo editada a MP pelo Presidente da República, será ela submetida ao Congresso Nacional, onde terá o prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta, para ser apreciada, não correndo esses prazos no período de recesso forense. Em regra, a votação começa na Câmara dos Deputados e segue para o Senado Federal; no caso de emendas, volta para a casa iniciadora; se não, já segue para o Presidente da República para sua conversão imediata em lei.

Caso a MP não seja apreciada nos 45 dias após sua edição, ela entrará em regime de urgência, hipótese em que serão sobrestadas todas as deliberações no Congresso Nacional, até que se ultime a votação. Nesse caso, a apreciação das emendas será no prazo máximo de dez dias. Se a MP for integralmente rejeitada ou perder sua eficácia por decurso do prazo, será baixado pelo Congresso Nacional um Decreto Legislativo para regulamentar os direitos adquiridos que regeram a medida provisória no curso do lapso temporal previsto pela Constituição.

Por fim, a Constituição Federal ainda estabelece que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso do prazo.

Feitas as análises que regulamentam as medidas provisórias, é imperativo fazer

a adequação do que ocorreu com a MP 703/2015, objeto de estudo do presente trabalho. O ano de 2016 foi conturbado por crises políticas e institucionais, que eclodiram com a instauração do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O Congresso Nacional teve que socorrer outras prioridades diante daquele cenário fragilizado que se passava depois de 21 anos de ditadura militar. Por conta disso, a Medida Provisória 703/2015 não foi votada e perdeu sua eficácia em 30/06/2016<sup>20</sup>, e assim, ficou prejudicada a ADI 5.466 que tramitava no STF sobre a constitucionalidade da MP 703/2015<sup>21</sup>.

De toda forma, diante dos benefícios que a inovação da medida provisória em análise trouxe para a comunidade judiciária, há uma nova proposta de lei sobre acordos de leniência que foi apresentada no início de maio por parlamentares do DEM e PPS (PL 5208/2016, do Senado<sup>22</sup>), que conta com o apoio de vários juristas e foi subscrita por deputados dos dois partidos, bem como há o PL 3636/2015<sup>23</sup>, do Senado, que está em análise em uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

Por fim, neste trabalho não se descarta que haja, na próxima sessão legislativa ou futuramente, a edição de outra medida provisória para versar sobre a celebração de acordos de leniência e de colaboração premiada na lei anticorrupção, na lei de improbidade administrativa e na lei das organizações criminosas aperfeiçoando as hipóteses criadas pela Medida Provisória 703/2015. Pois, consoante será demonstrado no próximo tópico, os acordos realizados no bojo das ações de improbidade administrativa obtiveram significados relevantes no combate ao crime organizado, como já mencionado, nas 33 fases da Operação Lava Jato.

### 3. Metodologia de pesquisa

Para alcançar as finalidades colimadas na investigação científica proposta, optou-se pela pesquisa teórica, que será desenvolvida por meio da utilização do método dedutivo, a partir de material já publicado, constituído principalmente de obras que discutem o assunto, periódicos e materiais disponibilizados na internet que versam sobre a temática delineada, com ênfase na legalidade da coexistência e aplicação simultânea da colaboração premiada e ação de improbidade administrativa. Nesse sentido, é certo que a investigação subsistirá em um plano geral e abstrato, almejando-se que os resultados alcançados sejam tomados de acordo com situações particulares.

Simultaneamente, adotou-se a pesquisa documental, que será levada a efeito mediante a análise de julgados atinentes ao assunto, sobretudo os provenientes dos Tribunais Superiores. Além do mais, serão estudados vários documentos normativos que, de

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124535>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4920496>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083754>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055350>> Acesso em 27 de agosto de 2016.

forma implícita ou explícita, abordem acerca da idoneidade de se aplicar a delação premiada na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, oportunidade em que se realizará um estudo comparativo, analisando-se as mudanças que ocorreram e as que não de surgir para a garantia do ideal de um Estado Democrático de Direito.

Deve-se esclarecer que a forma de escolha dos tipos, métodos e técnicas de pesquisa foi feita levando em consideração o propósito de potencializar a viabilidade de execução da pesquisa.

#### 4. Resultados finais

Carvalho Filho dispõe que a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa é “aquela em que se pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade na administração, perpetradas por administradores públicos e terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa”. Por outro lado, conforme preleciona Mirabete, a colaboração premiada possui “o intuito de obter maiores facilidades ao esclarecimento do delito”.

Com efeito, a partir disso, nota-se a importância de analisar a compatibilidade desse instituto de direito penal com a ação de improbidade administrativa, haja vista que sua aplicação, além de facilitar o esclarecimento do ilícito, permite que o agente arrependido que efetivamente colabora com a Justiça tenha a sua pena diminuída ou mesmo não aplicada (perdão judicial).

Nessa esteira, a aplicação desse instrumento de Direito Penal torna-se imperioso, pois quando estão envolvidas associações criminosas em ações de improbidade administrativa, tem sido comum os mentores do crime ficarem impunes ante a ausência de provas, bem como diante da impossibilidade de obtenção de confissões importantes acerca das práticas ímprobadas ocorridas no caso concreto, de modo que há uma cadeia de agentes subordinados à organização, cada um com sua tarefa definida, a fim de especializar e dar eficácia a práticas de crimes.

Desse modo, a probabilidade da impunidade incentiva o cometimento da improbidade administrativa. Celso Barroso Leite assevera que “nunca será demais repetir que a impunidade é fator por excelência da corrupção”. Um dos fatores que corroboram essa afirmativa é a impossibilidade de se mensurar os prejuízos aos cofres públicos. Segundo a pesquisa de Eduardo Araújo da Silva (2003, p. 28), estima-se que o mercado envolvendo todas as espécies de delinquência organizada seja responsável por mais de ¼ (um quarto) do dinheiro em circulação em todo o mundo. Matéria publicada nos jornais *The Los Angeles Times* e no *Estado de S. Paulo* mostrou que as organizações transnacionais movimentam anualmente cerca de US\$ 850 bilhões. Ainda, segundo a Organização das Nações Unidas, só a renda obtida pelo tráfico de entorpecentes (cerca de US\$ 400 milhões) corresponde a 8% da renda do comércio internacional.

Em 2015, diante das grandes ações que desencadearam da “Operação Lava Jato” e nas quais estão envolvidas organizações criminosas, parcela da jurisprudência e juristas, porém ainda minoritárias, têm optado favoravelmente pela realização de acordos de colaboração/leniência no bojo das ações de improbidade administrativa. Nesse sentido, segue trecho da decisão do Agravo de Instrumento que recebeu a Ação Civil Pública por

Ato de Improbidade Administrativa na 5ª Vara Federal de Curitiba, relativa a fatos vinculados à Operação Lava-Jato<sup>24</sup>:

O art. 17, §1º, da Lei 8.429/92 veda a "transação, acordo ou conciliação" nas ações de *improbidade administrativa*. Se em 1992, época da publicação da Lei, essa vedação até se justificava tendo em vista que estávamos engatinhando na matéria de combate aos atos ímprobos, hoje, em 2015, tal dispositivo deve ser interpretado de maneira temperada. Isso porque, se o sistema jurídico permite acordos com colaboradores no campo penal, possibilitando a diminuição da pena ou até mesmo o perdão judicial em alguns casos, não haveria motivos pelos quais proibir que o titular da ação de *improbidade administrativa*, no caso, o MPF pleiteie a aplicação de recurso semelhante na esfera cível. Cabe lembrar que o artigo 12, parágrafo único, da Lei 8.249/92 admite uma espécie de dosimetria da pena para fins de *improbidade administrativa*, sobretudo levando em conta as questões patrimoniais. Portanto, os acordos firmados entre os réus e o MPF devem ser levados em consideração nesta ação de *improbidade administrativa*.

Assim, a partir de precedentes como esse, os quais têm sido corriqueiros nos tribunais, disseminou-se na jurisprudência a hipótese de se aplicar a colaboração premiada, com fundamento na analogia, método de integração de normas, na ação de improbidade. Por conta disso, com o intuito de densificar os ainda tímidos precedentes judiciais, foi aprovada recentemente a tese de nº 5, no I Congresso do Patrimônio Público do Estado de São Paulo, com o seguinte enunciado:

COLABORAÇÃO PREMIADA E LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Autor: Antônio Celso Campos de Oliveira Faria

Relator: Silvio Antônio Marques

Conclusões:

1. O instituto da colaboração premiada, por analogia, pode ser aplicado aos atos de improbidade administrativa;
2. As Promotorias do Patrimônio Público e Social devem envidar esforços no sentido de ser reconhecida perante o Poder Judiciário a aplicação do instituto da colaboração premiada em matéria de improbidade administrativa.

Por conseguinte, sendo a ação de improbidade administrativa de natureza cível e a delação premiada de natureza criminal, não se vislumbra óbice na aplicação desta no trâmite daquela, pois vigora hoje na lei de improbidade o princípio da proporcionalidade na fixação da pena. Assim, o art. 12, *caput*, reza que “independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [...]”.

Conforme já visto, quem colabora de maneira importante com a investigação deve ter a pena diminuída, atenuada, ou até mesmo ver aplicado o perdão judicial, de acordo com a participação no ato de improbidade administrativa. A colaboração de

---

<sup>24</sup> TRF4, AG 5051034-52.2015.404.0000, juntado aos autos em 11/12/2015; e TRF4, AG 5001689-83.2016.404.00000, DJe 21/01/2016.

agente público subordinado, que muitas vezes atua a mando de superior hierárquico, deve ser considerada pelo operador do direito, de maneira a estabelecer-se claramente sanção menor ou o perdão judicial que se pretende conceder ao colaborador.

Com entendimento contrário à possibilidade da celebração de acordo, seja de colaboração premiada, seja de leniência, no bojo das ações civis públicas por ato de improbidade administrativa, o Prof. Doutor Walter Bittar<sup>25</sup> sustenta que o “oferecimento de acordo de colaboração premiada estendendo seus efeitos para a improbidade administrativa teria o condão de caracterizar ato violador à moralidade, legalidade e à pessoalidade perpetrado por todos os subscritores do acordo, ante a negociação de valores e bens considerados indisponíveis pela Constituição Federal”. Nesse mesmo posicionamento, ainda há decisões que se filiam à impossibilidade da celebração do acordo premial: TJDF, Apelação Cível nº 2011.01.1.045390-2; TRF4, AC 5001046-30.2014.404.7006; TRF1, Apelação Cível n. 2004.42.00.000173-8/RR, porém não são tão recentes.

Portanto, buscou-se demonstrar a mudança de entendimento jurisprudencial que vem se fortalecendo diante da necessidade de realizar o combate efetivo às organizações criminosas, em especial as ligadas a crimes contra a administração pública e correlatos. Nota-se que toda mudança gera resistência, todavia, em que pese o fato de que os acordos de colaboração/leniência sejam firmados em cima de crimes contra o erário público, essa tem sido medida eficaz na captura de grandes esquemas de corrupção em nosso país.

## 5. CONCLUSÕES FINAIS

Nesta pesquisa, inicialmente se fez um recorte minucioso dos aspectos legais e jurisprudenciais predominantes no que concerne a Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa. Como foi visto, essa ação é apta a tutelar através da atuação do Ministério Público, por ser uma função institucional deste os crimes contra a administração e o erário público, bem como contra os direitos individuais e coletivos. Novidade trazida pela jurisprudência, notadamente a do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, onde estão concentradas as 33 fases da Operação Lava Jato, foi a de se fazer um temperamento do §1º do art. 17 da LIA, que veda a realização de acordos no trâmite da ação.

Ocorre que, com o surgimento desses precedentes, foi editada a Medida Provisória nº 703/2015, que revogou expressamente a vedação da possibilidade de celebração de acordos nas ações de improbidade administrativa. Entretanto, não houve a conversão em Lei dessa Medida Provisória, diante das situações excepcionais vividas nesse ano de 2016 no Congresso Nacional, como o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, conforme foi destacado.

---

<sup>25</sup> O modelo de investigação mista: a improbidade administrativa e os limites ao prêmio da delação premiada – Por Walter Bittar (24/02/2016). Disponível em: <[http://emporiododireito.com.br/o-modelo-de-investigacao-mista-a-improbidade-administrativa-e-os-limites-ao-premio-da-delacao-premiada-por-walter-bittar/#\\_ftnref9](http://emporiododireito.com.br/o-modelo-de-investigacao-mista-a-improbidade-administrativa-e-os-limites-ao-premio-da-delacao-premiada-por-walter-bittar/#_ftnref9)> Acesso em 29/02/2016.

Por conta disso, em que pese, legalmente falando, não ser mais possível a celebração de acordos no bojo das ações de improbidade administrativa, a Medida Provisória 703 gerou impactos positivos decorrentes de sua aplicabilidade, e já existem embrionários movimentos de Ministérios Públicos e de Tribunais pendendo para a utilização dos acordos premiais por ser medida eficaz ao combate à corrupção no que tangencia associações criminosas de grande vulto, como se pode denotar dos trechos apontados do mensalão e da Operação Lava Jato em Curitiba.

No presente estudo ainda foi demonstrado que a colaboração premiada não é um instituto novo, pois sua origem remonta as Ordenações Filipinas, no contexto brasileiro, e posteriormente foi se espalhando por diversos dispositivos normativos esparsos, ganhando, por fim, aplicabilidade com maior eficácia e amplitude na Lei das Organizações Criminosas em 2013.

O instituto foi criado basicamente para facilitar as investigações e punições das atividades ilícitas praticadas pelas organizações criminosas, pois a polícia ou o Ministério Público, por seus próprios meios, não poderiam encontrar informações ou provas que realmente levem à punição dos criminosos, tendo em vista as características de organização, adaptação e as facilidades das necessidades nos locais em que esses grupos organizados atuam.

Assim, consoante o que se discorreu, são muitas as controvérsias sobre o instituto da colaboração premiada, mas como demonstrado, trata-se de um acordo premial que se faz bilateralmente entre Polícia Judiciária, ou Ministério Público, e acusado, não sendo os termos do acordo de colaboração violador de direitos fundamentais, o que sustenta alguma parte da doutrina.

Por fim, buscou-se destacar como se daria a fusão dos institutos em análise, através da analogia, no bojo da mesma ação com o objetivo de combater a macrocriminalidade, que envolve agentes públicos e políticos e terceiros estranhos à administração pública que se beneficiam ilicitamente da coisa pública.

Por um lado, uma corrente defende a impossibilidade de celebrar acordos de colaboração premiada nas ações de improbidade administrativa, com fundamento no princípio da indisponibilidade do interesse público, pois o benefício do que for acordado será sobre uma coisa indisponível, ou seja, o patrimônio público. Por outro lado, defende-se o posicionamento de que, sendo o patrimônio público indisponível, a colaboração premiada é sim apta a ser realizada no curso da ação de improbidade administrativa, porque aqui se almeja desconstituir não apenas criminosos esparsos, mas também uma organização criminosa por um todo.

Ao seguir essa linha de raciocínio em que foi realizado o presente trabalho, consubstanciando-se nos movimentos jurisprudenciais e doutrinários mais recentes que timidamente vêm enfatizando esse posicionamento, não se deixou de observar os parâmetros legais e constitucionais capazes de abalizar esse entendimento. Logo, conclui-se que, além de ser possível, é viável celebrar acordos de colaboração premiada no bojo das ações de improbidade administrativa.

## Referências

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito*. 13 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*, parte especial. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, v. 3.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1998. Disponível em <[www.senado.gov.br/sf/legislacao/const](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const)> Acesso em: 28 de agosto de 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, Matheus. *Manual de Direito Administrativo*. 3 ed. Salvador. Juspodivm, 2016.

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito – CONPEDI. <<http://conpedi.org.br/>> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Administrativo*. 12 ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 29 ed. São Paulo: Atlas. 2016.

FEDERAL, Senado. <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/pesquisa/pesquisa.asp>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

FEDERAL, Supremo Tribunal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br.>> Acesso em 28 de agosto de 2016.

GOMES, Luiz Flávio, in: CERVINI, Raúl; GOMES, Luiz Flávio; OLIVEIRA, William Terra de. *Lei de lavagem de capitais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 344.

HABIB, Gabriel. *Leis Penais Especiais: volume único*. 8 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

JOTA. <<http://jota.uol.com.br/justica>> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

JURÍDICO, Consultor. <<http://www.conjur.com.br/>> Acesso em: 29 de agosto de 2016.

JUSTIFICANDO. <<http://justificando.com/>> Acesso em: 29 de agosto de 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 14 ed. São Paulo: Forum, 2009.

KUHN, Thomas S., *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2012.

HUNGRIA, Nelson. Ilícito Administrativo e Ilícito Penal, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 1, n. 1, 1945.

LEITE, Celso Barroso (org.). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de Processo Penal*. 4 ed. revista atualizada e ampliada. Salvador: JusPodivm, 2016.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. *A lógica das provas em matéria criminal*. Campinas: LZN, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 21 ed. São Paulo. Ed. Malheiros, 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código Penal Interpretado*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novos Institutos Consensuais da Ação Administrativa, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 231, jan./mar. 2003.

MORO, Sérgio. *Crime de Lavagem de Dinheiro*. São Paulo: Saraiva, 2010.

*Revista dos Tribunais*. <<http://www.revistadostribunais.com.br/>> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

SILVA, Eduardo Araújo da. *Crime organizado: procedimento probatório*. São Paulo: Atlas, 2003.

## Estudo de impacto ambiental como limite à discricionariiedade administrativa: é possível vincular?

*Study on the environmental impact as a limit to administrative discretion:  
is it possible to link?*

**Patrícia Aparecida de Melo**

Graduanda no curso de Direito UNIPAM. e-mail: paty\_ap\_melo@hotmail.com.

**Raquel Nascimento Cunha**

Orientadora. Professora do curso de Direito do UNIPAM. e-mail: quelcn@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Diante dos últimos acontecimentos relacionados ao rompimento da Barragem Fundão, no Distrito de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, passou-se a noticiar a capacidade destruidora de obras de grande porte. Entretanto, a sociedade brasileira poucas vezes se importou com os danos e impactos causados ao meio ambiente, salvo quando eles efetivamente ocorrem. E, diante de um quadro de crise econômica e descrença da população, a cobrança por mudança na fiscalização de empreendimentos potencialmente poluidores se aguçou. Em razão disso, surgiram diversas indagações acerca da discricionariiedade do poder público diante do Estudo de Impacto Ambiental e da liberação de licenças para empresas que não se adaptem a esse estudo. Acrescenta-se a importância da participação popular em audiências públicas do EIA e a sua dispensa nas demais etapas do licenciamento. Importa saber se a participação do Ministério Público, protetor constitucional do meio ambiente, é ineficaz. Os resultados revelam que a liberação da licença para as empresas em questão pode estar fundada em interesses políticos, muito mais do que na viabilização econômica.

**Palavras-chave:** Estudo de Impacto Ambiental. Meio ambiente. Discricionariiedade Administrativa.

**Abstract:** The last events related to the disruption of Fundão Dam, in Bento Rodrigues, in Minas Gerais, led to the report of the destructive capacity of great works. However, the Brazilian society rarely cared about the damage and impacts to the environment, except when they do occur. And considering an economic situation of crisis and distrust of the population, the charge for change in the supervision of potentially polluting enterprises sharpened. Because of this, there were several questions on the discretion of the government before the Environmental Impact Assessment and the release of licenses for companies that are not suited to this study. Besides of this, there is the importance of popular participation in public hearings of the EIA and its dismissal in the remaining stages of licensing. It is important to know if the participation of the Public Ministry, as the constitutional protector of the environment, is ineffective. The results reveal that the release of the license to the companies concerned may be founded on political, more than on economic viability.

**Keywords:** Environmental Impact Assessment. Environment. Administrative discretion.

---

## 1. Introdução

O direito brasileiro, nos últimos anos, tem criado diversos instrumentos de tutela ambiental. Mesmo contendo somente um artigo, a Constituição de 1988 trouxe um capítulo destinado a essa proteção, evidenciando o quanto essas medidas são necessárias. Dos instrumentos de proteção ambiental, os preventivos demonstram em maior potencial sua capacidade de amparo ao meio ambiente, já que a reparação e a repressão implicam um dano manifestado.

Para que haja controle preventivo, a Constituição elencou a necessidade obrigatória de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) nas obras e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental. Ocorre que esse estudo prévio não vincula a Administração quanto à liberação de licenças e, mesmo com o EIA desfavorável, o Poder Público poderá conceder licenças às empresas solicitadoras.

Diante de um contexto de crise nacional, com uma população desacreditada, surge um desastre ambiental em Bento Rodrigues-MG, em que uma barragem se rompe e atinge cidades e ecossistemas, matando pessoas e biomas importantes para o país, bem como afetando a economia por onde a lama desenhou seu caminho. Com esse fato, diversos setores começaram a questionar e a investigar a responsabilidade desse desastre, tentando alçar respostas rápidas, porém sem evidências, com intuito de sanar a inquietação da população.

Dentre as indagações, algumas assumem maior relevância: o EIA não deveria vincular a autoridade pública, já que aquela é formada por especialistas no assunto? E mais: se o EIA é um instrumento de proteção ao meio ambiente, como é possível o gestor público, por mera conveniência e/ou oportunidade deixar de observar o estudo desfavorável, enquanto que o favorável torna-se vinculado? Acrescenta-se ainda uma incógnita: não seria necessária maior participação do Judiciário, enquanto protetor constitucional do meio ambiente, ainda na fase do EIA, com intuito de verificar possíveis irregularidades no processo de licença?

Por meio deste trabalho, buscar-se-á verificar a possibilidade de o Poder Público se vincular ao Estudo do Impacto ambiental na concessão de licenças ambientais. Além disso, será verificada a participação do Ministério Público na fiscalização procedimental do EIA. Além disso, o trabalho busca discorrer também sobre pontos e aspectos que proporcionarão maior entendimento do tema abordado, como licença ambiental e estudo de impacto ambiental.

Acrescenta-se, por fim, que será averiguada a alternativa mais benéfica para o bem comum, compatibilizando com os princípios constitucionais ambientais, diante das alternativas apresentadas. Espera-se, com os resultados alcançados, contribuir, ainda que minimamente, com alternativas para melhor proteção ao meio ambiente, respeitando os princípios constitucionais.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho selecionou técnicas metodológicas que melhor se adaptam ao desenvolvimento do trabalho. Quanto ao tipo de pesquisa, a opção feita foi pela modalidade bibliográfica/webliográfica. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental. No caso em pauta, esses dados primários foram encontrados no ordenamento jurídico, bem como em entidades relacionadas pelo Poder Público para emitir pareceres acerca do tema. Constata-se que o tipo de pesquisa

foi direcionada pela busca de obras publicadas dos diversos autores sobre o assunto que será abordado, com intuito de se chegar a uma conclusão sobre a propositura do trabalho. O tratamento dispensado aos dados foi de forma descritiva e, quanto ao procedimento técnico, foi adotada a forma quantitativa, que se apresenta neste trabalho pela verificação da possibilidade de vinculação do Estudo de Impacto Ambiental desfavorável ao Poder Público para não liberação da Licença Ambiental.

O trabalho em pauta assumiu relevância substancial diante dos últimos acontecimentos relacionados ao rompimento da Barragem Fundão, no Distrito de Bento Rodrigues, em Minas Gerais. Nesse sentido, tornou-se importante pesquisar sobre a real aplicação do Estudo de Impacto Ambiental. Dessa feita, o presente estudo teve como escopo a elaboração de uma compilação acerca das visões de estudiosos do assunto.

Nessa perspectiva, observou-se que o EIA não vincula o Poder Público, e o Judiciário somente é acionado quando há repressão ou reparação do dano, mas não no quesito prevenção. Desse modo, o presente trabalho toma relevo no sentido de verificar a possível vinculação da Administração ao EIA, bem como a maior participação do Judiciário, como protetor constitucional do meio ambiente que é.

Acrescenta-se que a verificação da revisão das licenças é um tema pouco abordado e de suma seriedade, uma vez que o quadro da licença inicial pode sofrer mudanças, e essas podem se tornar nocivas ao meio ambiente.

Este trabalho se reverteu de importância, uma vez que é necessária a compatibilização do artigo 225, que estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” para as presentes e futuras gerações, com o artigo 170, inciso VI, em que a ordem econômica deve atender à defesa do meio ambiente, assegurando a todos uma existência digna.

## 2. Licenciamento

Antes de adentrarmos no assunto do Estudo de Impacto Ambiental, fazem-se necessárias algumas definições acerca de licenciamento ambiental, no intuito de inserir o estudo no contexto de proteção do meio ambiente. Em função disso, cabe diferenciar licença administrativa de licenciamento ambiental. Conforme os ensinamentos de Fiorillo (2012, p. 222), “licença é espécie de ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade”. Essa definição é ampliada pela Resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) n. 237/97, art. 1º, II, no que tange à definição dessas atividades como sendo aquelas “utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”.

O mesmo autor acrescenta que o licenciamento “é o complexo de etapas que compõe o procedimento administrativo, o qual objetiva a concessão de licença ambiental”. O CONAMA também fez referência ao licenciamento ambiental na Resolução 237/97, em seu art. 1º, I, atentando para a consideração das disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. Conclui-se que a licença administrativa é ato declaratório e vinculado, ao contrário da licença ambiental.

Em razão de sua especial proteção, o licenciamento ambiental tem um caráter mais emaranhado, conforme citado por Milaré (2014, p. 791):

ao contrário do licenciamento tradicional, marcado pela simplicidade, o licenciamento ambiental é, como dito, processo de caráter complexo, em cujas etapas podem intervir vários agentes dos diversos órgãos do Sisnama, e que deverá ser precedido de uma avaliação de impactos ambientais capaz de subsidiar sua análise.

Esse entendimento se subtrai do rito procedimental do pedido descrito no art. 10 da Resolução do CONAMA n. 237/97, a saber:

- I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;
- II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;
- III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
- IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;
- VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

Apesar de esse artigo ressaltar a importância da publicidade do pedido da licença ambiental, a audiência pública pode ser dispensada, salvo se for solicitada por entidade civil, pelo MP, ou por 50 ou mais cidadãos, conforme Resolução do CONAMA n. 09/97, art. 2º. Após o deferimento do pedido, surgem três etapas, também definidas pela Res. CONAMA n. 237 art. 8º:

- a) Licença prévia: trata-se da aprovação pelo Poder Público da localização e da concepção da atividade ou empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, bem como estabelecendo requisitos e condicionantes que deverão ser atendidos para alcançar a próxima etapa.  
Nesse momento, surge uma dúvida: e se houver deslocamento da localização geográfica, deverá haver um novo licenciamento? A lei não tem resposta para a indagação. Entretanto, conforme lembrado por Milaré (2014, p. 794), essa questão foi enfrentada

no licenciamento ambiental do AHE de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. Nesse caso, houve um deslocamento do eixo da barragem em cerca de 10 quilômetros a montante do rio. Discutiu-se se isso implicaria a alteração da localização aprovada pela licença prévia já expedida, momento em que a Procuradora Federal Andréa Vulcanis afirmou se tratar de quesito técnico, “não importando exatamente o quanto a alteração tenha se dado em distância, mas sim o quanto ocorreu de alterações nas condições ambientais inicialmente propostas”.

- b) Licença de instalação: possui validade de seis anos, tendo por finalidade autorizar a implementação do empreendimento ou atividade, conforme as especificações descritas nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
- c) Licença de operação: autoriza a atividade ou empreendimento a iniciar sua operação, sendo necessária a verificação do efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, bem como das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas.

As condicionantes descritas nas etapas, como seu nome já evidencia, condicionam a próxima etapa ao cumprimento de certas exigências colocadas na etapa atual. Há uma divisão dessas em medidas preventivas e mitigadas e medidas compensatórias. Conforme descrito por Milaré (2014, p. 796), “as medidas preventivas procuram evitar a ocorrência de impactos negativos ao meio ambiente”. Na medida do possível, o órgão licenciador deve impor medidas de não agressão ao meio ambiente, configurando o princípio da prevenção, agindo antecipadamente. Derani (2008, p. 151) descreve esse princípio como essencial, asseverando que “se resume na busca do afastamento, no tempo e no espaço, do perigo; na busca também da proteção contra o próprio risco e na análise do potencial danoso oriundo do conjunto de atividades”. Entretanto, há casos em que não é possível evitar a intervenção no meio ambiente, uma vez que a atividade ou empreendimento é de relevância. Para esses casos as medidas serão mitigadoras, com intuito de atenuar os impactos negativos. Como terceira espécie do condicionante, surgem as medidas compensatórias, com intuito de compensar os impactos ambientais negativos e não mitigáveis. Milaré (2014, p. 798) afirma que essas medidas “têm natureza jurídica absolutamente distinta das medidas preventivas e mitigadoras, pois não guardam relação direta com os aspectos técnicos do empreendimento”. O autor acrescenta que elas podem ser vistas como uma recompensa por eventuais impactos negativos não mitigáveis e que as perdas deverão ser ponderadas para que o meio ambiente “não sofra diminuição quantitativa ou qualitativa dos seus componentes e atributos sem que algo se lhes dê em retribuição”.

Diante das definições e etapas elencadas, torna-se necessário discorrer sobre a competência para o licenciamento, mais precisamente os critérios para a determinação da competência licenciatória.

Conforme o disposto no art. 23, III, VI e VII da Constituição da República, o licenciamento no que tange ao meio ambiente é de competência administrativa ou material, ou seja, é comum para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Em razão dessa ampla tutela, tornou-se corriqueira a existência de conflitos e de superposição de competências, resultando em oneração ou mesmo inefetividade da proteção ao

meio ambiente. *Verbi gratia* é a antiga redação do art. 10 da Lei 6.938/81: o critério para determinação do órgão responsável pelo licenciamento era único, qual seja, determinado pela abrangência dos prováveis impactos ambientais direto nas etapas anteriormente descritas, o que poderia ser exigido pelos três níveis de governo.

Para resolver essa questão, veio à tona a LC 140/11, permitida pelo parágrafo único do art. 23 da Carta Maior. Assim, essa lei elucidou a questão, conforme apresentado por Milaré (2014, p. 806):

[...] no propósito de fixar normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente, adotou, para a definição do órgão licenciador, tal qual já preconizado pela Res. Conama 237/1997, um critério múltiplo, baseando não só na amplitude dos impactos, como também na localização, na dominialidade, no porte, no potencial poluidor e na natureza da atividade ou empreendimento, conferindo o licenciamento a um único nível de competência.

Como se percebe, a Lei Complementar solucionou a questão acerca da fixação de um único órgão licenciador. No entanto, levantou-se uma questão ao autor supracitado: nos casos em que empresas poluidoras atuem em determinado local, mas sua carga poluidora será percebida em outro local distante, como ficará esse critério múltiplo? O próprio autor (2014, p. 806) leva a crer que não há resposta, pois

a bem ver, tudo indica que o legislador, no caso, acabou dizendo menos do que deveria (*Lex minus dixit quam voluit*), abrindo ensejo para interpretações equivocadas, como a adotada pelo Ibama, que acabam por sonegar competências licenciatórias do ente federativo, que no caso concreto, suporta, com mais intensidade, os impactos ambientais.

Dessa forma, a competência se dará pelo responsável do espaço que emite ou por aquele que sofre os impactos diretos.

### **3. Estudo prévio de impacto ambiental**

Em 1981, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ou simplesmente, Estudo de Impacto Ambiental, foi elencado como instrumento preventivo de tutela do meio ambiente, conforme dispôs o art. 9º, III, da Lei 6.938. Apesar disso, a lei não se tornou uma arma eficaz de proteção ambiental, uma vez que não havia exigência de exposição de conteúdo mínimo, nem mesmo que deveria ser anterior às licenças ambientais.

A Constituição da República de 1988 elevou o EIA à natureza constitucional por meio do art. 225, §1º, IV, sendo um importante instrumento de proteção ao meio ambiente quanto às obras e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

Diante da indefinição da Carta Maior acerca da expressão “significativa degradação ambiental”, o próprio texto constitucional estabeleceu uma presunção *juris tantum* de que toda atividade é causadora de impacto ao meio ambiente. Entretanto, não serão todas as atividades e empreendimentos que necessitarão do EIA. Para tanto, no início do pedido de licenciamento ambiental, o proponente do projeto deverá anexar o RAIAS para exame do órgão público licenciador, para verificação da necessidade ou não do estudo. Fiorillo (2012, p. 234) preceitua que “o RAIAS é uma ‘espécie’ de EIA, porquanto deverá conter informações de técnicos habilitados que justifiquem a desobrigação de se fazer o estudo prévio de impacto ambiental”.

Conforme Resolução do Conama n. 237/97, art. 11, esse estudo deve ser realizado por uma equipe técnica multidisciplinar, não se impondo que a equipe técnica seja independente do proponente do projeto, apenas que este arcará com os custos do estudo. Por isso, coloca-se em questão a imparcialidade desse estudo.

Entretanto, foi possível perceber que o CONAMA atentou para a possibilidade de desvio de finalidade da equipe multidisciplinar e, logo, determinou em seu art. 11, Resolução 237, que esta deverá ser habilitada e que “o empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais”.

Por meio do Decreto 99.274/90, que regulamenta a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, foi adjudicada ao CONAMA a competência de fixação dos critérios norteadores do EIA, resultando na Resolução n.1/86, contendo o conteúdo do estudo e seu encadeamento de atos.

Na visão de Cappelli (2003, p.280), o EIA é

a investigação tecnicocientífica, realizada por equipe multidisciplinar, tem por finalidade avaliar sistematicamente os impactos positivos e negativos que advirão ao meio ambiente a partir da introdução ou expansão de atividade capaz de causar significativa degradação ambiental.

Todavia, é de se observar a utilização de EIA e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) como expressões sinônimas. Porém, há de ser feita essa distinção, uma vez que não se confundem. Sendo assim, Fiorillo (2012, p. 231) afirma que

a existência de um relatório de impacto ambiental tem por finalidade tornar compreensível para o público o conteúdo do EIA, porquanto este é a elaboração segundo critérios técnicos. Assim, em respeito ao princípio da informação ambiental, o RIMA deve ser claro e acessível, retratando fielmente o conteúdo do estudo, de modo compreensível e menos técnico. O relatório de impacto ambiental e o seu correspondente estudo deverão ser encaminhados para o órgão ambiental competente para que se procedam a análises sobre o licenciamento ou não da atividade.

Ainda quanto à importância da publicidade do EIA e do RIMA, Pfeiffer (1995, p. 29 a 30) acrescenta que

a Constituição cuidou não somente de exigir a realização do Estudo Prévio, mas de expressamente determinar a sua publicidade. Aliás, se não houvesse tal exigência, o próprio estudo perderia muito de sua utilidade. Como a sua elaboração fica a cargo de uma equipe multidisciplinar, contratada pelo proponente, a publicidade visa justamente a permitir que a população possa participar ativamente das discussões a respeito da viabilidade da obra ou atividade licenciada, realizando, sempre que possível, pesquisas e estudos próprios.

Milaré (2014, p. 780) adita que

visando a dar vida ao preceito constitucional da publicidade dos atos administrativos, a Lei 10.650, de 16.04.2003, ao dispor sobre o acesso público ao dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama, estabeleceu que o registro de apresentação do estudo de impacto ambiental, bem como o ato de sua aprovação ou rejeição, deverão ser publicados em Diário Oficial e ficar disponíveis, no respectivo órgão, em local de fácil acesso ao público.

Quanto à equipe multidisciplinar, o autor (2014, p. 773) defende que

andou bem o Conama ao referendar aquilo que a prática já apontava como mais sensato – a vinculação da equipe técnica ao proponente do projeto –, até porque não se pode perder de vista que é o empreendedor o maior interessado na qualidade do EIA, a qual sempre poderá ser questionada por qualquer do povo, via ação popular, ou pelos legitimados para a tutela jurisdicional do meio ambiente, via ação civil pública.

Como bem visto, diferentemente do licenciamento ambiental em que se pode dispensar a audiência pública, o EIA não possui a mesma qualidade, uma vez que se associa ao RIMA como mecanismo de tornar evidente e acessível ao público o conteúdo do estudo.

A atuação pública é de suma importância, como expõe Machado (2006, p. 241), que afirma que “pode não haver participação efetiva do público pela ausência de comentários; contudo, não se concebe EIA sem a possibilidade de serem emitidas opiniões por pessoas e entidades que não sejam o proponente do projeto, a equipe multidisciplinar e a Administração”.

Caminhando ao licenciamento ambiental, essa participação efetiva do público se torna reduzida, uma vez que a audiência pública pode ser dispensada, como já falando anteriormente. A possibilidade de nova verificação do EIA poderá se dar, uma única vez, pelo órgão ambiental competente e inscrito no SISNAMA, conforme descreve o art. 10, IV, Resolução Conama 237/1997.

#### **4. Discricionariedade e O EIA**

Apesar de sua obrigatoriedade, o EIA é utilizado como orientação, informação e fundamentação para a tomada de decisão do Estado, não possuindo a característica de

vincular, e mesmo se posicionando contrário à liberação de licença ambiental: esta pode ser deferida, pois não a integra como um dos seus elementos internos (BENJAMIN, 1992, p. 6). Desse modo, essa desvinculação, que resulta em discricionariedade administrativa, se torna arriscada se a Administração Pública não sopesar de forma adequada a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico do país. Em posicionamento defensivo da atual condição, Érika Bechara (*apud* Fiorillo, 2012 p. 223) sustenta que “a não vinculatividade do Poder Público deve-se ao fato de que o EIA não oferece uma resposta objetiva e simples acerca dos prejuízos ambientais que uma determinada obra ou atividade possa causar”.

A essa visão soma-se a previsão constitucional em seu artigo 170, inciso VI, em que a ordem econômica deve atender à defesa do meio ambiente, assegurando a todos uma existência digna, bem como no artigo 225, *caput*, que estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” para as presentes e futuras gerações. Assim a própria carta prevê a possibilidade de compatibilização do desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente.

Diante dessas análises, a doutrina e a jurisprudência moderna já vêm entendendo que o EIA tenderá para a vinculação ao Poder Público. Isso porque, antes desse estudo de impacto ambiental ser obrigatório para a liberação de licença ambiental em alguns empreendimentos, o administrador possuía vasta liberdade de avaliação, o que atualmente necessita de uma motivação da decisão proferida.

Dessa forma, Benjamin (1992, p. 8) defende que o EIA deve atuar efetivamente na análise e decisão do Poder Público, não podendo ser resumido à mera formalidade. Em função disso, o autor afirma que a licença conferida contrariamente ao estudo e aos princípios norteadores do Direito Ambiental está sujeita à invalidação.

No mesmo sentido de limite ao Poder Público, Marchesan, Steigleder e Cappelli *apud* Aragão (2012, p. 277) ressaltam que

...muito embora as conclusões oriundas do estudo prévio de impacto ambiental não vinculem a decisão administrativa com relação ao licenciamento da atividade pretendidas, elas constituem um limite à liberdade de atuação do Poder Público. Isso significa que o administrador público poderá optar por uma solução distinta daquela proposta pelo RIMA, desde que tal decisão seja devidamente motivada e justificada. No entanto, a adoção de solução contrária à proteção do meio ambiente implicará a ilegalidade da obra ou atividade.

A própria participação pública direta no EIA é fruto de uma crise de confiança na administração pública e surge como mecanismo de fiscalização e controle dessa liberdade motivada instituída à esta. Esse estado se dá pelo trato do administrador público quando se fala de questões ambientais, visto que o país adota, quanto ao estudo para liberação do licenciamento ambiental, um posicionamento discricionário deste ente e esta oportunidade e conveniência por vezes pode tender à não proteção do meio ambiente.

Granziera (2011, p. 398) afirma que a participação direta não vincula a decisão administrativa, mas poderá servir de base para o parecer final quanto ao projeto, que ainda deverá ser devidamente motivado:

o fator político, assim, permeia e, se não condiciona, influi para mais ou para menos, dependendo do caso, no processo de tomada de decisão. Esse fator marca a diferença com que hoje se tratam as políticas públicas, em que não mais o Poder Executivo decide isoladamente, mas em um cenário que conta com a participação da sociedade civil.

Cunha Júnior (2011, p. 40) acrescenta que “a atividade administrativa seja exercida de modo a atender a todos os administrados, ou seja, a coletividade, e não a certos membros em detrimento de outros, devendo apresentar-se portanto, de forma impessoal”.

Dessa forma, a discricionariedade, mesmo sendo *sui generis*, deve ser exercida em sincronia e em conformidade com o princípio da impessoalidade da Administração Pública, configurando como um limite à conveniência do Poder Público.

## **5. EIA no contexto atual: o judiciário, o legislativo e a sociedade como protetores do meio ambiente?**

Dentre as ações cíveis de alçada do Ministério Público, a “ação civil pública”, ação que serve de instrumento para a defesa dos interesses difusos e coletivos, poderá ser proposta não só por este órgão como também pelos colegitimados ativos destacados no *caput* do art. 5º da Lei 7.347/85, repetido pelo art. 82 do Código de Defesa do Consumidor, sendo essa legitimidade ao mesmo tempo disjuntiva e concorrente, na medida em que todos podem agir sozinhos sem autorização dos demais, mas todos estão autorizados para a promoção da demanda.

A legitimação do Ministério Público para a defesa do meio ambiente também está assentada na CF/88, no seu art. 129, III e § 1º, caracterizando-se a possibilidade da instituição ministerial ajuizar ação como parte legítima ou como fiscal da lei.

Apesar de o MP poder atuar na prevenção e preservação do meio ambiente, e até mesmo na intervenção em casos de descumprimento dos procedimentos do EIA, o que se noticia todos os dias é sua atuação quando os estragos já foram gerados, como ocorreu em Mariana.

A própria superlotação do sistema judiciário pode justificar a falta de conhecimento de condutas contrárias ao procedimento do EIA ou a precariedade na tutela do meio ambiente, e em razão disso, o meio ambiente ainda tende a continuar à mercê da discricionariedade administrativa.

Apesar de as audiências públicas serem obrigatórias no EIA, são dispensadas no transcorrer das etapas do licenciamento ambiental e, com isso, a proteção ao meio ambiente fica defasada. Uma vez que diversos institutos ressaltam a proteção ao meio ambiente pelo MP, não poderia ser considerado até mesmo inconstitucional a dispensa dele nessas etapas, uma vez que possíveis irregularidades somente poderão ser verificadas em casos de danos e não no início da realização da obra?

Em contraponto do judiciário, que tem a função de atuar como protetor do meio ambiente, o legislativo brasileiro vem tentando flexibilizar essa proteção, indo de encontro inclusive com a tendência estrangeira que, desde a década de 70, vem atuando na preservação ambiental, conforme salienta Antunes (2010, p. 276):

é importante observar que já no ano de 1974 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) recomendou aos seus integrantes que adotassem em suas legislações nacionais normas que tornassem obrigatórios os EIA.

Conforme o autor, países como Estados Unidos, França, Japão, Canadá, Holanda e até mesmo o Uruguai possuem regulamentação em defesa do meio ambiente por meio do EIA e tendem a aperfeiçoá-la, lembrando que alguns desses países são os maiores poluidores do mundo.

Ocorre que no Brasil, a CCJ do Senado, em 27 de abril deste ano, emitiu parecer favorável à PEC 65/2012, apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT/RO), também empresário do ramo de transporte rodoviário e urbano.

Esse projeto inclui ao artigo 225 o seguinte texto:

§7º A apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente.

Em razão disso, o Ministério Público Federal emitiu uma nota técnica contrária a esse parecer. Inicialmente, ela afirma que, como direito fundamental, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental e não pode ser suprimido, conforme consta na CF/88, art. 60, §4º, IV, bem como pode ferir previsões internacionais:

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental, indisponível, que encontra seu núcleo normativo no Capítulo VI do título VIII da CF, que só contém o art. 225, com seus parágrafos e incisos. Pertence a todos, incluindo aí as gerações presentes e futuras, sejam brasileiros ou estrangeiros. O dever de defender o meio ambiente e preservá-lo, no entanto, é imputado ao Poder Público e à coletividade, coletividade esta que inclui toda a sociedade brasileira, inclusive as comunidades tradicionais (índigenas, quilombolas, etc), que têm o direito de ser consultados e de participar ativamente dos processos de controle da qualidade ambiental, que possam via a ter repercussão sobre a qualidade de vida, sob pena de ofensa, inclusive, aos tratados internacionais, tais como a Convenção 169 da OIT, Pacto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais da ONU, Convenção Americana dos Direitos Humanos, entre outros que o Brasil se obrigou a observar.

O MPF acrescenta que o legislador não atentou para o fato de que o que importa na execução da obra é a licença ambiental e não o EIA, que é um estudo ambiental que deve ser apresentado pelo empreendedor para análise da viabilidade e das condições do projeto ao órgão ambiental em etapa anterior à concessão da licença ambiental prévia:

a simples apresentação deste estudo não tem o condão de autorizar desde logo a execução de uma obra ou atividade, pela total inadequação deste instrumento para esse fim. Necessariamente, deverá ser analisado pelos órgãos de controle ambiental, submetido ao

crivo da população interessada, seja por meio de consultas ou audiências públicas, complementando e corrigindo quando se mostrar necessário (e a prática demonstra que a qualidade desses estudos deixa muito a desejar, exigindo atenção redobrada em sua análise) e, quando necessário, submetido, inclusive, ao controle do Ministério Público e do Poder Judiciário.

O MPF afirma que o EIA é condição para o licenciamento ambiental, sendo realizado antes da licença prévia. Além disso, as análises e avaliações contidas no art. 5º e 6º da Resolução 01/86 do Conama são indispensáveis ao estudo. A nota técnica enfatiza que

as licenças ambientais, expedidas sem prévia realização de audiência pública, solicitada pelo Ministério Público ou demais interessados com base na legislação ambiental em vigor, é nula, consoante expressos termos do art. 2º, §2º da Resolução CONAMA nº 009/87. Tal recusa, de outra parte, configura afronta à Constituição Federal, art. 225, §1º, inciso IV, que encerra o princípio da publicidade do EIA e da participação no procedimento de licenciamento.

E ainda há a questão da ofensa ao postulado do Princípio de Pesos e Medidas e ao princípio da inafastabilidade da jurisdição

a PEC 65, com o texto aprovado pela CCJ, aniquilará a apreciação pelo Poder Judiciário da legalidade na execução das obras, ou, ao menos, afastará a possibilidade de interrupção das obras, ainda que determinada por uma decisão judicial fundamentada. Ou seja, retira do Judiciário, senão a própria apreciação da legalidade, uma das principais ferramentas de coercibilidade de suas decisões, tornando-as inócuas.

A PEC, conforme descrito acima, tenta impedir que decisões judiciais interrompam ou frutem obras, mesmo que estas sejam demandadas ao arrepio da lei. Acrescenta-se a impossibilidade de análise de ato do Poder Executivo pelo Poder Judiciário, em afronta à separação de poderes e à inafastabilidade da jurisdição à lesão ou ameaça de lesão a direito, como também afasta a atuação dos órgãos de controle e fiscalização do licenciamento ambiental.

Por fim, o MPF relembra que a operação Lava Jato demonstrou uma relação entre empreiteiros de grandes obras públicas com a corrupção. Casos envolvendo a UHE Belo Monte e a Andrade Gutierrez demonstram que “mesmo diante do processo de licenciamento ambiental mais monitorado do país, havia certeza de que as licenças ambientais seriam emitidas”. Tratava-se de um mero formalismo! E ao observar o senador que propôs a PEC, trata-se de empresário do ramo de transporte rodoviário e urbano (Wikipédia).

Se por um lado o Judiciário vem enfrentado dificuldades na proteção ao meio ambiente e o Legislativo tende à redução dessa tutela, surge um projeto de lei de iniciativa popular no estado de Minas Gerais que propõe maior rigidez nas normas de segu-

rança para as barragens de rejeitos de mineração. O projeto, ainda sem número, encabeçado pela campanha “Mar de lama nunca mais” já conta com pouco mais de 56 mil assinaturas, sendo necessárias apenas 10 mil para enviá-lo à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Esse envio se deu no dia 5 de julho. Tanto o MP quanto a sociedade civil estão acompanhando a tramitação da proposição na Assembleia mineira.

## 6. Resultados e conclusões

Com a propositura do trabalho, buscou-se defender a vinculação do Poder Público ao EIA. Com o transcorrer do trabalho, percebeu-se que, quando o EIA tem parecer viável à realização da obra, nesse caso há vinculação. O inverso não é verdade. Quando há parecer negativo, a Administração possui o condão de liberar o empreendimento, dando continuidade ao processo licenciatório, desde que devidamente fundamentado. Sendo assim, não há vinculação nem discricionariedade absolutas. Todavia, a motivação elencada pelo administrativo na liberação do empreendimento com EIA desfavorável pode ser qualquer justificativa com sua devida fundamentação. Ocorre que essa alegação, mesmo que subsidiada por seus fundamentos, pode não ser a melhor opção. Contudo, como a decisão administrativa prevalece, a contestação de todas as alegações resultará em medida judicial, vez em que aquele que libera o empreendimento dificilmente mudará seu posicionamento.

A melhor alternativa seria a vinculação total ao EIA, uma vez que o estudo é realizado por profissionais em sua área de atuação, sendo mais capacitados para dizer se o empreendimento causa significativos danos ao meio ambiente. Ficando essa decisão de liberação sob os cuidados do Poder Administrativo e baseado na sua mera conveniência, surge uma insegurança jurídica e a falta de padrões quanto à liberação de obras em todo o país. A mera conveniência, apesar de devidamente motivada, é subjetiva, enquanto que estudos técnico-científicos que lastreiam o EIA possuem caráter objetivo.

Em razão do exposto, a efetiva participação popular em audiências públicas na discussão do estudo, pedindo elucidação em possíveis falhas e mudanças mais protetivas ao meio ambiente e aos interesses das comunidades diretamente afetadas, é de suma importância. Entretanto, um aspecto levantado neste trabalho é a dispensa da audiência pública no transcorrer da licença ambiental conforme Resolução do CONAMA n. 03/97, art. 2º. A atuação efetiva dos grupos inicialmente descritos fica restrita ao EIA, que é somente o início do processo, enquanto que, em casos de irregularidades, a atuação na proteção ao meio ambiente se dará pelo MP, por entidade civil ou por 50 ou mais cidadãos. Tal limitação, ao ver das autoras deste trabalho, pode ir de encontro com o art. 225 da Carta, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente, bem como ao Princípio da Publicidade.

Quanto à questão levantada no trabalho acerca da proteção ambiental pelo MP, não poderia ser considerada até mesmo inconstitucional a dispensa dele nessas etapas, uma vez que possíveis irregularidades somente poderão ser verificadas em casos de danos e não no início da realização da obra. Embora esse assunto não conste no rol de discussões dos doutrinadores, este trabalho defende a necessidade da participação obri-

gatória do Ministério Público, não somente no EIA, mas em todas as etapas de concretização do empreendimento, como forma de garantir a execução da obra em conformidade com o estudo, bem como sendo importante instrumento de fiscalização da atuação impessoal administrativa na liberação das etapas da licença. É cediço que as audiências públicas não possuem caráter decisório e sim consultivo. Porém, a convocação para atuação nesses casos de danos já ocorridos dará conhecimento a possíveis irregularidades que poderiam percebidas ao longo do tempo, se a participação do MP fosse mais evidente.

É preciso lembrar ainda que, nos casos em que a poluição ocorre em um local e a carga poluidora em outro, o legislador da LC 140/11 não elucidou a questão. Em razão disso, as entidades avaliadoras poderão interpretar a questão. Esse aspecto se reveste de relevância, uma vez que o EIA tem a capacidade de demonstrar a extensão dos danos no caso de liberação pelo poder público do empreendimento. Entretanto, o Ibama, conforme Milaré (2014, p. 806), sonega o direito ao ente federativo que suporta com maior intensidade essa carga.

Acrescenta-se que pouco se fala de outro mecanismo protetor ao meio ambiente, qual seja o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Trata-se de um instrumento de planejamento urbano estabelecido pela lei 10.257/01, ou Estatuto da Cidade, necessitando de regulamentação dos municípios por lei específica, em que elencaria os empreendimentos passíveis desse estudo, assim como o EIA, por avaliar impacto. Porém, ele diverge em relação ao objeto, por abranger projetos públicos ou privados, sendo eles habitacionais, institucionais ou comerciais, cujo EIA não é obrigatório. Isso porque, quando se exige o EIA, dispensa-se o EIV, uma vez que aquele é mais amplo e abrange este. Nota-se que, apesar de não ser possível vincular o poder público ao EIA, é possível reduzir sua discricionariedade por meio desse mecanismo de proteção do meio ambiente urbano, uma vez que aumenta a fiscalização quanto a empreendimentos que inicialmente não sofreriam esse tipo de vistoria.

Quanto à lei regulamentadora do EIV, alguns municípios já legislaram sobre o tema, como Manaus, Natal, Porto Velho, São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de uma aparente proteção, esses decretos e leis apresentam falhas que são alvo de críticas. Exemplo disso é o Estatuto da Cidade do Rio de Janeiro, em seu art. 445, parágrafo único, conter a seguinte redação: “Os órgãos públicos afetos a cada item que compõem o relatório de impacto de vizinhança responsabilizar-se-ão pela veracidade das informações contidas nos respectivos pareceres”, colocando em dúvida quanto a realização desses pareceres.

Uma crítica ao procedimento atual do estudo amplo está no fato de que, aparentemente, o EIA somente legitima decisões puramente econômicas e tomadas previamente, ou seja, o estudo é um apêndice de uma deliberação já acertada, independentemente do conteúdo apresentado. Essas atitudes são dirigidas por influência política no empreendimento, e, em certos casos, o estudo de impacto ambiental é realizado após a implantação do empreendimento, por não ter sido considerado potencialmente lesivo ao meio ambiente. A racionalidade atual, voltada para a degradação ambiental em prol da evolução econômica e científica tende e pede por mudança.

E nesse processo de edificação de um novo comportamento, a sustentabilidade pode ser o norte para novas ações protetivas, e o EIA teria papel fundamental na construção dessa racionalidade ambiental no que tange à participação da sociedade e do MP

na fiscalização governamental e suas ações em relação às empresas potencialmente poluidoras.

## Referências

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ARAGÃO, Alexandra et al. *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BENJAMIM, Antonio Herman de Vasconcellos e. *Os princípios do Estudo de Impacto Ambiental como limites da discricionariedade administrativa*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1992. n. 317, p. 25-45, jan./mar. Disponível em <<http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/8746>>. Acesso em 21 fev. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990. *Dispõe sobre a especificação de sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d99274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm)> . Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Lei complementar n. 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, s. 1.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de jul. de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CAPPELLI, Silvia. Acesso à Justiça, à informação e à participação popular em temas ambientais no Brasil, in: LEITE, José Rubens Morato; Dantas, Marcelo Buzzaglio. *Aspectos Processuais do Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 237 de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental e altera a Resolução no 1/86 (revoga os art. 3º e 7º). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 247, s. 1, p. 30841-30843, 22 dez. 1997.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 9 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, S. 1, p. 12945, 5 jul. 1990.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

CUNHA JÚNIOR, Direley da. *Curso de Direito Administrativo*. 10 ed. São Paulo: Editora Jus Podivim, 2011.

DERANI, Cristiane. *Direito econômico ambiental*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. 13 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito Ambiental*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

MACÊDO, Manoel Moacir Costa. *Metodologia científica aplicada*. Brasília: Scala Gráfica e Editora, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 14 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. 9 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2014.

MINAS GERAIS. *Projeto de Lei de Iniciativa Popular*. Estabelece normas de segurança para as barragens destinadas à disposição final ou temporária de rejeitos de mineração no Estado. Campanha Mar de Lama Nunca Mais Em votação na assembleia de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mardelamanuncamais.com.br/wp-content/uploads/2016/04/projeto-de-lei-seguranca-barragens-1.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Nota técnica – A PEC 65/2012 e as Cláusulas Pétreas*. Brasília, 3 mai. 2016. Disponível em:< <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-pec-65-2012/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. A publicidade e o direito de acesso a informações no licenciamento ambiental. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, v. 44, p. 49-70, dez. 1995.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RIO DE JANEIRO. *Lei Orgânica do Município*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. 224 p. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei\\_Organica\\_MRJ\\_comaltdo205.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2016.